



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1515

Sexta-feira - 27 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2
Água Doce	3
Antônio Carlos	3
Arroio Trinta	4
Balneário Rincão	6
Benedito Novo	8
Biguaçu	8
Bom Jesus do Oeste	13
Bom Retiro	14
Braço do Trombudo	16
Brusque	27
Caçador	31
Camboriú	34
Campo Alegre	35
Campos Novos	38
Canelinha	39
Canoinhas	40
Capinzal	40
Catanduvas	42
Caxambu do Sul	45
Chapadão do Lageado	46
Cocal do Sul	47
Concórdia	48
Cordilheira Alta	57
Correia Pinto	59
Corupá	68
Curitibanos	71
Dionísio Cerqueira	101
Ermo	102
Forquilha	102
Fraiburgo	105
Garopaba	107
Gaspar	109
Governador Celso Ramos	110
Grão Pará	112
Guaramirim	114
Herval d'Oeste	138
Ilhota	142
Imbituba	143
Iomerê	145
Ipumirim	146
Irineópolis	146
Itaiópolis	152
Itapiranga	153
Itapoá	154
Ituporanga	157
Joaçaba	157
Lages	167
Lebon Régis	170
Leoberto Leal	171
Lindóia do Sul	178
Luzerna	179
Macieira	185
Mafra	186
Maracajá	187
Marema	188
Meleiro	194
Modelo	195
Monte Carlo	196
Morro da Fumaça	196
Navegantes	197
Nova Trento	198
Ouro Verde	201
Palhoça	203
Palmitos	214
Papanduva	216
Passo de Torres	220
Passos Maia	222
Paulo Lopes	224
Penha	224
Peritiba	228
Pinheiro Preto	228
Pomerode	230
Porto Belo	232
Porto União	235
Rio do Sul	236
Salto Veloso	238
Santa Rosa do Sul	238
Santa Terezinha do Progresso	239
São Bento do Sul	246
São Domingos	253
São João do Sul	254
São José	255
São José do Cedro	257
São Lourenço do Oeste	268
São Pedro de Alcântara	275
Schroeder	279
Timbé do Sul	284
Timbó	284
Trombudo Central	297
Tunápolis	298
Vargem Bonita	298

Vitor Meireles	299
Xaxim	301

Consórcios

ARIS	301
CIM-AMAVI	301
CIMCATARINA	303
CIS/AMOSC	335
CITMAR	340

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

Processo 89/2014 PP 79/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 89/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS)
79/2014

Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de balanceamento e geometria para os veiculos da frota municipal..

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 08/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 23 de maio de 2014.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo 69/2014 PP 60/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 69/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 60/2014

Objeto: Contratação de Empresa, em Regime de Empreitada por preço global, para o fornecimento e instalação de equipamento de transporte vertical do tipo elevador de passageiros..

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 08/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de maio de 2014.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Errata Processo 96/2014 PP 86/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
ERRATA EXTRATO EDITAL N 96/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 86/2014

ONDE SE LÊ

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO PLACA MEP-3319 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

LEIA-SE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO PLACA MEP-3319 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal Pregoeiro

Água Doce

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução N.º 078/2014 de 24 de Junho de 2014

RESOLUÇÃO N. 078/2014 DE 24 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DO VALE ALIMENTAÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA.

VILSON ANTÔNIO VERONA, Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce, SC, com fulcro na Lei Complementar nº 090/2014 e demais normas legais aplicáveis à matéria, determina:

Artigo 1.º A Lei Complementar nº 090/2014 de 4 de junho de 2014, a qual: " INSTITUI O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", aplica se aos servidores do Poder Legislativo Luiz Bedin.

Artigo 2.º Com referência a forma de pagamento do vale alimentação, será realizado mensalmente, sendo que a verificação para com a assiduidade será apurada compreendendo o período do dia 1.º de cada mês até o dia 30.

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de Junho de 2014

Vilson Antônio Verona

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, SC

Antônio Carlos

PREFEITURA

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N.º. 123/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 123/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 64/2013 - Pregão Presencial nº. 047/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: EXTRAÇÃO DE AREIA MUNICH LTDA. ME; Objeto: aditar prazo e valor do presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada para prestar serviços de extração de areia com equipamento a ser depositada em local indicado pela Prefeitura Municipal, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, nos trabalhos de conservação e manutenção das estradas vicinais e pavimentação de ruas do Município de Antônio Carlos/SC; Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 03/06/2015. Valor do aditivo: 65.520,59 (sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte reais e cinquenta e nove centavos).

Antônio Carlos, 03 de junho de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 130/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 130/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 69/2013 - Dispensa de Licitação nº. 006/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: DÉLIO MUNICH. ME; Objeto: aditar prazo e valor do presente contrato, que consiste na "contratação locação de um imóvel matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu sob o nº. 490, situado à Rua Libório Francisco Goedert, nº 1230, bairro Centro, município de Antônio Carlos/SC, de propriedade do locador, com 1.990 m², tendo o locatário pleno direito e gozo para realizar a recuperação ambiental daquela área, podendo utilizar a seu livre critério do material retirado do local (areia); Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 10/06/2015. Valor do aditivo: 25.268,60 (vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).

Antônio Carlos, 10 de junho de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 124/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 124/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 71/2013 - Dispensa de Licitação nº. 007/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Tiago Silva Provedores ME; Objeto: aditar o prazo do presente contrato, que consiste na contratação de empresa especializada para Fornecimento de Serviços de Internet via Rádio, para Secretaria de Educação e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Antônio Carlos; Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 10/06/2015.

Antônio Carlos, 10 de junho de 2014.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 81/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 81/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 53/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: aquisição de um trator agrícola novo, para uso da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos /SC. A AQUISIÇÃO DO OBJETO DESCRITO SERÁ COM RECURSOS DO CONVÊNIO A SER FIRMADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA (PROGRAMA 201400312 - PROPOSTA Nº 13359). Entrega dos envelopes e abertura: 10 de julho de 2014 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br ou administracao@antonio-carlos.sc.gov.br, ou no site www.antonio-carlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 26 de junho de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 0003 2014 - Setep Construções S.A

TERMO ADITIVO Nº 0003/2014 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2013 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PADRE AUGUSTINHO COM 3.459,63M², PARTE DA RUA/TRAVESSA SANTO ABATTI COM 1.161,20M² E PARTE DA RUA PASQUAL NAVA COM 785,00M²,

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a Empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.665.141/0001-50, com sede na Rua Francisco Martinhago nº 258, na cidade de CRICIÚMA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor ADEMIR LOCKS, Portador do CPF 290.608.409-87, e CI sob nº 234.090, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com a Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - Fica alterado o valor original do contrato n.º 0065/2013 de R\$339.658,81(TREZENTOS E TRINTA E NOVE MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS), para R\$332.847,46(TREZENTOS E TRINTA E DOIS MIL OITOCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS), tendo uma supressão no valor de R\$6.811,35(SEIS MIL OITOCENTOS E ONZE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).

Parágrafo único: O valor da supressão referido na presente cláusula, refere-se a não execução do item 3.1 do orçamento - Rejuntamento com pó de pedra E-2cm.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 17 de junho de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S.A
C.P.N.J. SOB O Nº 83.665.141/0001-50,
ADEMIR LOCKS,
CPF 290.608.409-87

TESTEMUNHAS:
MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

IRIO SERIGHELLI
CPF: 163.594.709-00

Termo Aditivo Nº 0003/2014 - Transjonir Transp. Col. de Passageiros Ltda Me

TERMO ADITIVO 0003/2014, AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 0053/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2013.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2013.

Termo Aditivo 0004/2014 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 0053/2013 de 03 de junho de 2013, de um lado O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - SC e empresa TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 05.270.486/0001-00, com sede na Linha Passoni, Km 4, interior, no Município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada Sra. NILZE MARIA ZAPELINI, brasileira, divorciada, técnica em contabilidade, portadora do CPF sob nº 195.800.619-04 e RG nº 226.929, residente e domiciliada na Rua Zíbio Maroli, nº 42, Centro, no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - A CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO ORIGINAL Nº 0053/2013, passa a vigerr da seguinte forma:

DO OBJETO E DO VALOR

CLAUSULA PRIMEIRA - FICAM ACRESCIDOS 4 KM, NA LINHA 2 - PERÍODO DIURNO, PASSANDO A PREVALECER O SEGUINTE ITINERÁRIO: SÃO VALENTIN, LINHA SETTI E LINHA PASSONI
No período diurno sai do centro, iniciando na CGH Arroio Trinta Energética, retornando a estrada geral de São Valentim, seguindo sentido o centro e entrando na Linha Seti até a propriedade de Oldemar Zago. Retorna a estrada geral entrando no acesso ao Mirante da Aparecida até a propriedade de Vilmar Castanheira, retornando até a estrada Geral. Segue pela Linha Passoni, ENTRANDO PELA PROPRIEDADE DE ZELINDO LIDANI ATÉ AS PROXIMIDADES DA PROPRIEDADE DE VILSON FRIEBEL, RETORNANDO ATÉ A ESTRADA GERAL, SEGUINDO PELA LINHA PASSONI, até a EBBGB, PROFABI e PROJAF.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente termo, em 03 cópias de iguais teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 09 de junho de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME
CNPJ: 05.270.486/0001-00
NILZE MARIA ZAPELINI
Sócia Gerente
Contratada

TESTEMUNHAS:

JULIAR LUIZ MANENTI
CPF - 036.215.649-26

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

DE ACORDO
SANTO POSSATO
ADVOGADO OAB/SC 19.045

ARROIO TRINTA- SC, 09 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, ADITIVAÇÃO DA LINHA DOIS (2) - SÃO VALENTIN, LINHA SETTI E LINHA PASSONI, EM 4 KM, DIÁRIOS, PERÍODO DIURNO TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE O TRANSPORTE SER FEITO ENTRANDO PELA PROPRIEDADE DE ZELINDO LIDANI ATÉ AS PROXIMIDADES DA PROPRIEDADE DE VILSON FRIEBEL.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0003/2014

FINALIDADE: ADITIVO DE KM 4 NA LINHA 02 - PERÍODO DIURNO, ENTRANDO PELA PROPRIEDADE DE ZELINDO LIDANI ATÉ AS PROXIMIDADES DA PROPRIEDADE DE VILSON FRIEBEL.

CONTRATADA: TRANSJONIR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME

Arroio Trinta - SC, 09 de junho de 2014.

Senhor Prefeito,
Senhor Secretário da Educação,

Sugere-se, que a partir do início de 2015, seja realizada nova licitação, incluindo as linhas, referidas no presente Termo Aditivo, bem como as demais linhas referidas em outros contratos e processos Licitatórios, tendo em vista, que o Município, face aos inúmeros Termos Aditivos, em virtude de revisões, alteração de km, aumento do combustível, poderá estar extrapolando o aumento previsto da Lei 8666/93; além de se ter um provável des controle da KM.

Respeitosamente
SANTO POSSATO
ADVOGADO OAB/SC 19045

Pregão Presencial Nº 0007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0007/2014

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0 KM PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, UM REFRIGERADOR PARA A SALA DE VACINAS CONFORME PROPOSTA Nº 10479.381000/1130-01 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - GOVERNO FEDERAL, MÓVEIS PARA EQUIPAR O CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO E O AUDITÓRIO DA UNIDADE

BÁSICA DE SAÚDE E UM COMPUTADOR PARA A VIGILÂNCIA EPI-DEMIOLÓGICA - GOVERNO ESTADUAL, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 15/07/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 15/07/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 26 de junho de 2014.

TARCISIO LIDANI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Balneário Rincão

PREFEITURA

Decreto Municipal 150/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL GP nº 150 de 04 de junho de 2014.

Retifica os Decretos Municipais nº 138, 140 e 141 de 11 de abril de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 83 da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - No artigo 1º do Decreto Municipal GP nº 138 de 11 de abril de 2014, onde se lê:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de propriedade de MANOEL DIAS, casado com Dalva Maria De Lucca Dias, medindo 16.800,00M², a ser desmembrada da totalidade de 589.655,00m², situada no Município de Balneário Rincão, com as seguintes confrontações: NORTE: 24,00 metros com a Rodovia ICR 359; LESTE: 697,60 metros em 04 segmentos: 410,25 metros, 6,12 metros, 117,98 metros e 163,25 metros com a Área Remanescente; SUL: 24,84 metros em 02 segmentos: 17,40 metros e 7,44 metros com a Rodovia ICR 359; OESTE: 160,52 metros com terras de Romualdo Pacagnan e outros, 400,45 metros em 03 segmentos: 116,70 metros, 5,62 metros e 278,13 metros com terras de Itamar Roque Rodrigues, 134,03 metros com terras de sucessores de João Zanette.devidamente matriculada sob o nº 19.600, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Içara/SC."

Leia-se:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de propriedade de MANOEL DIAS, casado com Dalva Maria De Lucca Dias, medindo 16.800,00M², a ser desmembrada da totalidade de 589.655,00m², situada no Município de Balneário Rincão, com as seguintes confrontações: NORTE: 24,00 metros com a Rodovia ICR 359; LESTE: 697,60 metros em 04 segmentos: 410,25 metros, 6,12 metros, 117,98 metros e 163,25 metros com a Área Remanescente; SUL: 24,84 metros em 02 segmentos: 17,40 metros e 7,44 metros com a Rodovia ICR 359, 23,66 metros com terras de Romualdo Pacagnan e outros; OESTE: 160,52 metros com terras de Romualdo Pacagnan e outros, 400,45 metros em 03 segmentos: 116,70 metros, 5,62 metros e 278,13 metros com terras de Itamar Roque Rodrigues, 134,03 metros com terras de sucessores de João Zanette.devidamente matriculada sob o nº 19.600, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Içara/SC."

Art. 2º - No artigo 1º do Decreto Municipal GP nº 140 de 11 de abril de 2014, onde se lê:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de propriedade de MILENIUM ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA, medindo 11.929,14m², a ser desmembrada da totalidade de

430.155,00m², situada no Município de Balneário Rincão, com as seguintes confrontações: NORTE: 24,00 metros com a Rodovia ICR 359; LESTE: 495,00 metros em 03 segmentos: 345,46 metros, 3,00 metros e 146,54 metros com a Área Remanescente; SUL: 24,00 metros com a Rodovia ICR 359; OESTE: 59,81 metros com terras de sucessores de João Zanette, 201,54 metros em 03 segmentos: 88,06 metros, 2,76 metros e 110,72 metros com terras de Jandir de Moura, 25,14 metros com o Lote 19 da Quadra K do Loteamento Lagomar, 12,00 metros com a Rua Projetada Nº 08 do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 09 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 08 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 07 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 06 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 05 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros em 02 segmentos: 1,36 metros e 14,64 metros com o Lote 04 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 03 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 02 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 01 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 12,00 metros com a Rua Projetada Nº 07 do Loteamento Lagomar, 15,10 metros com o Lote 11 da Quadra A do Loteamento Lagomar, 15,10 metros com o Lote 10 da Quadra A do Loteamento Lagomar e 10,31 metros com o Lote 09 da Quadra A do Loteamento Lagomar, devidamente matriculada sob o nº 14.834, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Içara/SC."

Leia-se:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de propriedade de MILENIUM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, medindo 11.929,14m², a ser desmembrada da totalidade de 430.155,00m², situada no Município de Balneário Rincão, com as seguintes confrontações: NORTE: 24,00 metros com a Rodovia ICR 359; LESTE: 495,00 metros em 03 segmentos: 345,46 metros, 3,00 metros e 146,54 metros com a Área Remanescente; SUL: 24,00 metros com a Rodovia ICR 359; OESTE: 59,81 metros com terras de sucessores de João Zanette, 201,54 metros em 03 segmentos: 88,06 metros, 2,76 metros e 110,72 metros com terras de Jandir de Moura, 25,14 metros com o Lote 19 da Quadra K do Loteamento Lagomar, 12,00 metros com a Rua Projetada Nº 08 do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 09 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 08 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 07 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 06 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 05 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros em 02 segmentos: 1,36 metros e 14,64 metros com o Lote 04 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 03 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 02 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 16,00 metros com o Lote 01 da Quadra F do Loteamento Lagomar, 12,00 metros com a Rua Projetada Nº 07 do Loteamento Lagomar, 15,10 metros com o Lote 11 da Quadra A do Loteamento Lagomar, 15,10 metros com o Lote 10 da Quadra A do Loteamento Lagomar e 10,31 metros com o Lote 09 da Quadra A do Loteamento Lagomar, devidamente matriculada sob o nº 14.834, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Içara/SC."

Art. 3º - No artigo 1º do Decreto Municipal GP nº 141 de 11 de abril de 2014, onde se lê:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de posse de ROMUALDO PACAGNAN, medindo 1.497,42M², a desmembrada da totalidade 53.500,00m², com as seguintes confrontações: NORTE: 98,24 metros com terras de Romualdo Pacagnan e Outros; 13,20 metros com a área desmembrada das terras de

Manoel Dias; 2,55 metros com a Rodovia ICR 359; LESTE: 309,65 metros com a Rodovia ICR 359; 18,00 metros com a Rua Leoncio Osorio dos Santos; 122,95 metros com a Rua José Manoel Borges; SUL: 130,00 metros com terras de Romualdo Pacagnan e Outros; OESTE: 450,00 metros com terras de Romualdo Pacagnan e Outros, nos termos da escritura pública lavrada em 25 de abril de 1988, fls. 39-v, 40 e 40-v do Livro 98, no Tabelionato de Notas da Comarca de Içara/SC."

Leia-se:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de posse de ROMUALDO PACAGNAN, medindo 1.497,42M², a desmembrada da totalidade 53.500,00m², com as seguintes confrontações: NORTE: 18,56 metros com a Rodovia ICR 359; LESTE: 309,05 metros em 04 segmentos: 59,05 metros, 128,34 metros, 71,66 metros e 50,00 metros com a Rodovia ICR 359; SUL: 2,55 metros com a Área Remanescente; OESTE: 309,65 metros com a Área Remanescente, nos termos da escritura pública lavrada em 25 de abril de 1988, fls. 39-v, 40 e 40-v do Livro 98, no Tabelionato de Notas da Comarca de Içara/SC."

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 04 de junho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração, em 04 de junho de 2014.

Benedito Novo**PREFEITURA****Extrato de Aditivo ao Contrato Nº 64/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2014

Referente: Processo Licitatório nº 27/2014

Contratado: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE COBERTA E SANITÁRIOS NA LOCALIDADE DE RIBEIRÃO LIBERDADE

Finalidade: SUPRIME VALOR DO CONTRATO

Valor Total Contratado: R\$ 277.771,89

Data Assinatura: 26/06/2014

Benedito Novo, 26 de junho de 2014
OSNIR FLORIANI
Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****Lei Nº 3489/2014**

LEI Nº 3489/2014 DE 23 DE JUNHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE LIMPEZA NOS TERRENOS VAGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar limpeza nos terrenos vagos que estão localizados no perímetro urbano do município de Biguaçu, em caso de risco à saúde ou segurança pública.

Art. 2º - A limpeza somente será realizada em caso comprovado risco à saúde ou segurança pública, dispensando-se a autorização do proprietário do terreno, desde que devidamente notificado, ou ainda, independente de notificação, após parecer exarado pela Secretaria de Saúde, através do departamento de Vigilância Sanitária Municipal.

§1º - O proprietário do imóvel será notificado para no prazo de 15 dias efetuar a limpeza do imóvel, e 05 dias para apresentar recurso.

§2º - A limpeza do terreno será realizada pelo Executivo Municipal, através do setor competente.

§3º - devidamente realizada a limpeza do terreno, será aplicada multa ao proprietário infrator.

Art. 3º - O proprietário reembolsará o município do valor gasto para a execução do serviço.

Parágrafo único - A cobrança poderá ser efetuada através de lançamento na guia de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Art. 4º - O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua aprovação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3489/2014, de 23/06/2014
Sancionada em 23/06/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PP 136/2014 PMB E Outros

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 136/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS PARA O CCI, RECREIA, CRAS, CREAS, CASA LAR.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 10 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 10 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 143/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS E DA REDE LÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E DEMAIS SECRETARIAS.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 14 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 14 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 149/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 11 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 11 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 150/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS PARA USO DO FUNREBOM.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 julho, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 26 de junho de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 070/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 070/2014 DE 26 DE JUNHO DE 2014.
ALTERA PRAZOS DE PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.

O Prefeito do Município de Biguaçu faz saber que a Câmara Municipal de Biguaçu aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Os incisos II, III, IV do art. 64, da Lei Complementar 003/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 64º

II - quando por estimativa fiscal, em parcelas mensais até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador;

III - quando retido na fonte, apurado mensalmente e recolhido até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da apuração;

IV - sobre o preço dos serviços prestados, apurados mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao de referência;"

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 070/2014, de 26/06/2014
Sancionada em 26/06/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Portaria Nº 1706/2014

PORTARIA Nº 1706/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TOMAZ BECHE ESTIVALETE, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5438/2014 em anexo no período de 16/06/2014 a 18/06/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1705/2014

PORTARIA Nº 1705/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IARA ERMELI LACERDA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5209/2014 em anexo no período de 06/06/2014 a 24/06/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1704/2014

PORTARIA Nº 1704/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILVANA CESCONETTO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5486/2014 em anexo no período de 18/06/2014 a 17/07/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1703/2014

PORTARIA Nº 1703/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5507/2014 em anexo no período de 19/06/2014 a 03/07/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1702/2014

PORTARIA Nº 1702/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GILCEIA MARIA PAULI,

ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5450/2014 em anexo no período de 19/06/2014 a 24/06/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1701/2014

PORTARIA Nº 1701/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GILCEIA MARIA PAULI, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5395/2014 em anexo no período de 16/06/2014 a 18/06/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1700/2014

PORTARIA Nº 1700/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo comissionado de CHEFE DE DIVISÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5537/2014 em anexo no período de 12/06/2014 a 26/06/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1699/2014

PORTARIA nº 1699 de 26 de junho de 2014

Concede Readaptação ao(a) servidor(a) Ivonete Ferreira Corrêa, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, na Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 085 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Ivonete Ferreira Corrêa, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 370, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no CEIM

Recanto Feliz, desempenhando as seguintes funções:

I - Atender ao telefone, anotar recados;

II - Atendimento às famílias;

III - Conferir materiais que chegam à instituição;

IV - Fazer controle de estoque (alimentação, limpeza e expediente).

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 23/06/2013 a 30/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/06/2013.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1698/2014

PORTARIA nº 1698/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, PAMELLA DE ASSUNÇÃO, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 09/06/2014 a 06/10/2014.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 07/10/2014 a 05/11/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1697/2014

PORTARIA nº 1697 de 26 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Pedro Valdemiro Mendes, ocupante do cargo temporário de Eletricista, na Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Pedro Valdemiro Mendes, detentor do cargo de provimento temporário de Eletricista, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1707/2014

PORTARIA Nº 1707/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIANA DE MORAIS, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONIOS-TA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5572/2014 em anexo no período de 24/06/2014 a 30/06/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1708/2014

PORTARIA Nº 1708/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5557/2014 em anexo no período de 25/06/2014 a 31/12/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1709/2014

PORTARIA Nº 1709/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA CLAUDIA FERREIRA MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5582/2014 em anexo no período de 23/06/2014 a 22/07/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1710/2014

PORTARIA Nº 1710/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KARLA BEATRIZ KONS,

ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5529/2014 em anexo no período de 23/06/2014 a 31/08/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1711/2014

PORTARIA Nº 1711/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZA FERNANDA GARCIA DANIEL SAGAS, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5560/2014 em anexo no período de 23/06/2014 a 27/06/2014.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 084/2014

DECRETO Nº 084/2014 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 5.199.618,59 (Cinco Milhões, cento e noventa e nove mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos) por conta do provável excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recursos: 0.2.70.000185 ☐ Construção do Hospital Regional e 0.2.70.000186 ☐ Aquisição de Equipamentos para USB. As dotações estão abaixo relacionadas:

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.1008	Construção do Hospital Comarca de Biguaçu	4.899.984,40
4.4.90.00/0.2.70.000185	Investimentos	4.899.984,40

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica - PABF	299.634,29
4.4.90.00/0.2.70.000186	Investimentos	299.634,29

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

CÂMARA MUNICIPAL**C.M.B. - 4ª Convocação**

4ª CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, item III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara e art. 54, item VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Edital 001/2013, da C.M.B., para comparecerem na Câmara de Vereadores de Biguaçu, situada na Rua Hermógenes Prazeres nº 79, Ed. Coml. Nagib Garcia, 1º andar, centro de Biguaçu, neste Estado, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e do CPF (originais), a fim de dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, RESTANDO ENTENDIDO QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO ESTABELECIDO ENSEJARÁ A DESISTENCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Após aprovação do referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do respectivo cargo.

Biguaçu, 25 de junho de 2014.
Vereador Manoel Airton Pereira
Presidente

Cargo 2011 - Recepcionista:
RITA DE CÁSSIA DA SILVA DE AVILA

Cargo 3040 - Serviços Gerais:
THIAGO CARLOS FERREIRA
JOSÉ FILIPE VILVERT

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4571/2014

DECRETO Nº 4571/14, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORA O PDE INTERATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, especialmente o disposto no inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica, pelo presente Decreto, criado o grupo de trabalho para elabora o PDE Interativo, composto pelos seguintes membros:

REPRESENTANTE DOS PAIS:

- Mariliva Ammes Aiolf
- Marilene Philisen Faé
- Vilmar Lubenow
- Marcos Pitche

2. REPRESENTANTE DOS DISCENTES:

- Lucas Cecon
- Evilin Werlang

3. REPRESENTANTE DOS PROFESSORES:

- Solange Andrea Bonni De Bastiani
- Eni Ranzolin Wesner
- Cleusa Brientembach Mosmann
- Loreni Salete Diel
- Josiane Serpa Bordin
- Leonir Simonetti
- Fabiane Ammes Morandini
- Silvia Endler

Art. 2º - Este Decreto tem vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Paragrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 26 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Decreto Nº.4570/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4570/2014 de 26 de Junho de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 0874/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4478/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº. 0874/2014, que tem por objeto Execução de Obra de Calçamento na Av. 29 de Novembro, trecho II e III, Av. Brasília, Rua Irmãos Ambrosio, Rua La Salle, Rua Carolina, Rua Eduardo Senhem e Rua Padre Julio Trecho I e II com área total de 12.304,05 M², sendo:

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Marteplan Terraplanagens & Serviços Ltda. ME	Execução de obra de calçamento com fornecimento de materiais e mão de obra, com área total de 12.304,05 m² na Av. 29 de Novembro, trecho II e III, Av. Brasília, Rua Irmãos Ambrosio, Rua La Salle, Rua Carolina, Rua Eduardo Senhem e Rua Padre Julio trecho I e II, conforme projetos, orçamentos e memorial descritivo, cronograma físico-financeiro parte integrante do presente edital	1,00	509.988,22

quinhentos e nove mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos	509.988,22
---	------------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 26/06/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

53.14 - Dec. Excesso Arrec.Manut. Estradas

Decreto N.º 53/14 de 25 de junho de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

07.01 - SECR. MUN. DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

26.782.0039.2037 - MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.24 - Recursos Transf.Conv.Outros(2014TR2274) R\$ 169.999,99

Total R\$ 169.999,99

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o Convênio nº 2014 TR2274 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Secr. de Desenvolvimento Regional - São Joaquim e o município de Bom Retiro, fonte de Recurso 01.24 - Transferência de Convênio -Outros, receita: 17.62.99.02 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS- com objetivo de recuperação de estradas para melhoria do tráfego e escoamento de produtos agrícolas e do acesso às propriedades rurais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 25 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

572.06.14 - P. Férias Giselle B. Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 572/14 de 26.06.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e

Quatorze) a Funcionária Giselle Bley Ramos, Ocupante do cargo de Fonoaudióloga - Padrão I - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para gozá-las a contar de 25 de junho com término no dia 24 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

573.06.14 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Cleuza S. Bonin

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 573/14 de 26.06.14

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 22 de julho de 2014, a funcionária Cleusa da Silva Bonin, Ocupante do cargo de Servente - Nível 01, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

574.06.14 - P.Des. Serv. Ana P. Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 574/14 de 26.06.14

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ana Paula dos Santos, para atuar como Servente ACT na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, a partir do dia 24 de junho de 2014 com término no dia 24 de julho de 2014 percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

575.06.14 - P. Lic. Trat. Saúde Naiara L. Deinani

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 575/14 de 26.06.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 25 de junho de 2014 a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

576.06.14 - P. Lic. Trat. Saúde Marcia D. S. Grudtner

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 576/14 de 26.06.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 25 de junho de 2014 a funcionária Márcia Denize Schiestl Grudtner, Ocupante do cargo de Assistente Social - Padrão I - Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

577.06.14 - P. Lic. Trat. Saúde Marcia D. S. Grudtner

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 577/14 de 26.06.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 26 de junho de 2014 a funcionária Márcia Denize Schiestl Grudtner, Ocupante do cargo de Assistente Social - Padrão I - Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

54.14 - Dec. Hora Ginásio B. São José

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Decreto n.º 54/14 de 26 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE COBRANÇA DE TAXA DO GINÁSIO DE ESPORTES "VEREADOR OSNI SCOTTI" DE ACORDO COM O PODER DE POLÍCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005 PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Torna público, de acordo com a Lei Complementar nº 11 de 20 de Dezembro de 2005 que dispõe sobre custos e taxas vinculados ao poder de polícia e de prestação de serviços, que será cobrado o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) a hora, pelo uso do GINÁSIO DE ESPORTES "VEREADOR OSNI SCOTTI" localizado no Bairro São José, mediante reserva previa e recolhimento dos valores através de boleto bancário a ser depositado em conta específica.

Art. 2º. O presente Decreto não altera ou revoga outras taxas e emolumentos vinculados ao poder de polícia do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 26 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Errata ao Decreto 106/2013

ERRATA AO DECRETO Nº 106/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RETIFICA a publicação do Decreto 106/2013 de 13.12.2013, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1389, de 16.12.2013, nos seguintes Termos:

Onde se lê no teor no referido decreto:

"Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008."

Leia-se, respectivamente:

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008."

Braço do Trombudo, em 26 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 073/2014

DECRETO Nº 073/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme segue:

05 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 - Manut. das Atividades e Reeq. Da Sec. De Cultura Turismo e Lazer

(138) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), como segue:

05 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 - Manut. das Atividades e Reeq. Da Sec. De Cultura Turismo e Lazer

(137) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 26 de junho de 2014.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 19 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013

Página: 1/7

Número do Registro de Preços: 19/2013		Data do Registro: 28/06/2013		Válido até: 28/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

3	Aparelho de som pequeno, com rádio AM/FM, CD player MP3/USB, com 5.5w Rms de potência. Alimentação 110/220. (10864)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	lenox	0	258,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	Multilaser	0	259,0000	2
4	Aparelho de DVD, com entrada USB e controle remoto, na cor preta. Alimentação 110/220. (10865)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	mondial	0	195,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	britania	0	196,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	lenox	0	205,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	britania	0	205,3100	4
6	Monitor de TV 20 polegadas LCD / Widescreen / Monitor de TV 20 polegadas LCD / Widescreen / (Horizontal/Vertical): 170°/160° (CR>10) Número de cores: 16,7 M Conector: Dsub, DVID, HDMI, Áudio In, Headphone Out Consumo em Stand by (DPMS): <2W Tipo: BUILT IN Plug & Play: DDC 2B Compatibilidade com Mac: Sim Alto falante: 3Wx2CH Cor do gabinete: High Glossy Black Voltagem: Bivolt Dimensões aprox. (L x A x P): 48,78 x 37,37 x 17,7 cm. (10873)	UND	FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	679,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	samsung	0	680,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	lg	0	680,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	lg	0	680,1500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 19/2013		Data do Registro: 28/06/2013		Válido até: 28/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

7	Ar condicionado split, quente/frio, 9.000 btus, na cor branca, com controle remoto de funções (10863)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	midea	0	1.235,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	komeco	0	1.236,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	elgin	0	1.243,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	comfee	0	1.244,0000	4
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	1.248,0000	5
8	Cadeira para escritório secretária giratória, rodízios duplos de rodagem, regulagem de altura com sistema de pistão pressurizado a gás, assento revestido em tecido 40x43, encosto revestido em tecido 26x40 na cor preta. (10858)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (9007)	pethiflex	0	164,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	pethiflex	0	164,5000	2
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	169,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	pethiflex	0	177,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giros	0	177,0000	5
9	Cadeira giratória executiva com rodízios duplos de rodagem, encosto alto para as costas, apoio para os braços e estofamento em couro na cor preta. (10859)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (9007)	pethiflex	0	444,0000	1
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	445,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	pethiflex	0	461,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 19/2013		Data do Registro: 28/06/2013		Válido até: 28/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

10	Balcão para escritório com duas portas e quatro gavetas com altura aproximada 80 cm, e largura 1,30 cm puxadores metálicos na cor wenge escuro. (10860)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	petiflex	0	461,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giros	0	461,6600	5
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	648,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	criativa	0	648,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	651,0000	3
11	Arquivo para pasta suspensa em MDF com quatro gavetas. Nas medidas: 1,35cm de altura As gavetas com 46,5cm de frente e 49 cm de comprimento, corrediças metálicas, puxadores metálicos. Uma chave que trava as quatro gavetas. Na cor wenge escuro. (10861)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (9007)	dalpra	0	659,0000	4
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	móveis cris	0	659,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	428,0000	1
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	428,5000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	criativa	0	429,0000	3
12	Estante em aço com 1,98 de altura, um metro de comprimento, com seis prateleiras de 1m x30 cm. Na cor cinza. (10862)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (9007)	dalpra	0	456,0000	4
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	móveis cris	0	456,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	lunasa	0	104,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 19/2013		Data do Registro: 28/06/2013		Válido até: 28/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

13	Balcão para pia em MDF, com duas portas e quatro gavetas na cor branca de 1,20X80. (10866)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	lunasa	0	104,5000	2
			FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME (7635)		0	105,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	ggj	0	130,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	391,5000	1
14	Balcão aéreo para cozinha em MDF, com 1,20 de comprimento, três portas de 40 cm e puxadores plásticos com 10 cm. (10867)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	m. cris	0	392,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	móveis cris	0	397,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	217,5000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	m. cris	0	218,0000	2
15	Tampa inox para pia de 1,30X60, com a cuba no centro. (10868)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	móveis cris	0	219,0000	3
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	pianox	0	128,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	gazin	0	128,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	280,0000	1
16	Armário multiuso com 07 prateleiras, em MDF, com 180 de altura, por 60 de largura profundidade aproximada de 35 cm, puxadores plásticos com 20 cm, na cor branca. (10869)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	criativa	0	282,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 19/2013		Data do Registro: 28/06/2013		Válido até: 28/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	móveis cris	0	286,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 19/2013		Data do Registro: 28/06/2013		Válido até: 28/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	dalpra	0	286,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2013

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 19/2013		Data do Registro: 28/06/2013		Válido até: 28/06/2014	
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletro eletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2013

PROCESSO Nº 33/2013

- (7635) - FRANCISCO BERNARDO STUEPP ME
- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8622) - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
- (8858) - SUPER-AR LTDA ME
- (9007) - Sandro Vilmar Pires ME

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 4 2014 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Micro Ônibus com 27 lugares (13092)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.2400	1
2	Ônibus com 47 lugares (13093)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.5400	1
3	Micro Ônibus com 27 lugares Executivo, poltronas Soft, as condicionado, frigobar e DVD (13094)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.5900	1
4	Ônibus com 47 lugares Executivo, poltronas convencionais, DVD e Banheiro (13095)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.8900	1
5	Ônibus executivo, calefação, banheiro, som, DVD, capacidade 42 lugares (13098)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.1900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

6	Micro ônibus, ar condicionado, som, DVD, frigobar, capacidade 27 lugares (13099)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,9200	1
---	--	----	--	--	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 4/2014 Data do Registro: 24/03/2014 Válido até: 24/03/2015
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014
PROCESSO Nº 8/2014

(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

Braço do Trombudo, 24 de Março de 2014.

Brusque

PREFEITURA

Portaria Nº 9.187, de 25 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.187, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, conforme abaixo nominados:

ASSISTENTE SOCIAL

MARIANE SAUER

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/06/2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.185, de 25 de Junho de 2014**PREFEITURA DE
BRUSQUE****PORTARIA Nº 9.185, DE 25 DE JUNHO DE 2014.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Editais nº06/2013 de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de **AGENTE DE OBRAS - PEDREIRO**, conforme abaixo nominados:

Inscrição	Nome	Classificação
3292	JAISON GEREMIAS DA SILVA ROSA	1
9635	JOSE DA VEIGA	2
8747	NILTON RIBEIRO DE LIMA	3
10173	JOAO JANUARIO	4
5358	JULIANO BREIER FRIEDRICH	5
10655	CLAYTON MASIERO PEDROSA	6
2543	VALDIR WORTMEYER	7
1868	MARTINHO CARLOS KOHLER	8
8663	WANDERSON JOSE CUNHA DOS SANTOS	9
8882	GENESIO HODECKER	10
3561	ADIR JOSE DE OLIVEIRA	11
8351	ALTAIR DE MORAIS	12
3610	MARCO AURELIO SANTOS	13
772	JOELSON PEREIRA SANTOS JUNIOR	14
7135	JAIME BERNARDO PEREIRA	15
1936	VILMAR WALTRICK	16
10663	VALDECIR GOLCALVES	17
8852	SEBASTIAO TADEU COELHO	18
7148	PEDRO CELESTINO DOS SANTOS SILVA	19
5291	FARAILDE PINHEIRO TORRES	20
3598	VILSON JOAO COMANDOLLI	21

AGENTE DE OBRAS - PEDREIRO

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de **25/06/2014**.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 1171/2014

PORTARIA Nº 1171/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. FABIANA FREITAS FACHINI, matrícula nº 41969.9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 11/06/2014 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 26/06/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de junho de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1189/2014

PORTARIA Nº 1189/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. LUCIANA FERNANDES, matrícula nº 77865.6, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 12/06/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 27/06/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de junho de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 9.186, de 25 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 9.186, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 005/2014, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de ENGENHEIRO CIVIL, conforme abaixo nominados:

ENGENHEIRO CIVIL
PEDRO HENRIQUE DE AGUIAR

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/06/2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2014.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 6.032

DECRETO nº 6.032, de 16 de junho de 2014.

Delega poderes à Servidora Pública Municipal para autenticar documentos da Prefeitura Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegados poderes à Servidora Pública Municipal VIVIAN DE LEMOS ESTROWISPY, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para autenticar documentos da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Licitação PR 13-2014 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, DESTINADOS AO PROJETO SOS NASCENTES COM PROTEÇÃO DE FONTES NATURAIS,(CAXAMBU), MUNICIPIO DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 07/07/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 07/07/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 25 de junho de 2014.

Luiz Gustavo Pavelski
Presidente FUNDEMA

Revogação PR-04-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Revoga-se o processo Licitatório nº 08/2014 EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014 TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: Contratação de empresa de prestação de serviço para REALIZAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL, objetivando a constituição do Grupo Gestor para gestão do Centro de artes e Esportes Unificados - CEU, do Município de Caçador, conforme especificações do edital e seus anexos, Motivo: LICITAÇÃO DESERTA.

Caçador, 25 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo 46-2014-Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014, AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, CAMINHÕES, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ROLO COMPACTADOR E CARREGADEIRA CONTRATADA: BIGGER CAMINHÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.937.451/0003-47, com sede na cidade de Videira/SC, o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, durante o período de vigência da garantia, contado a partir da data de entrega dos equipamentos e do veículo, sendo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
02	2	UNID	Caminhão fabricação nacional, 4x2 ano de fabricação 2014, modelo 2014, conforme Termo de referência (anexo VI)	Ford Cargo	163.000,00	326.000,00
TOTAL GERAL R\$						326.000,00

Contrato Administrativo 47-2014-Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014, AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, CAMINHÕES, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ROLO COMPACTADOR E CARREGADEIRA CONTRATADA: BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.976.325/0001-79, com sede na cidade de Biguaçu/SC, o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, durante o período de vigência da garantia, contado a partir da data de entrega dos equipamentos e do veículo, sendo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
07	1	UNID	Carregadeira compactada nova, equipada com motor diesel, conforme Termo de referência (anexo VI)	BOBCAT SC650	244.000,00	244.000,00
TOTAL GERAL R\$						244.000,00

Contrato Administrativo 48-2014-Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014, AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, CAMINHÕES, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ROLO COMPACTADOR E CARREGADEIRA CONTRATADA: COLUSSI & COLUSSI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.843.569/0001-68, com sede na cidade de Caçador/SC, o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, durante o período de vigência da garantia, contado a partir da data de entrega dos equipamentos e do veículo, sendo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
08	2	UNID	Caminhão fabricação nacional, 4x2 equipado com cabine dupla, conforme Termo de referência (anexo VI)	HYUNDAI/HR	100.000,00	200.000,00
09	1	UNID	Caminhão fabricação nacional, 4x2 equipado com caçamba basculante de 03 m3no, conforme Termo de referência (anexo VI)	HYUNDAI/HR	100.000,00	100.000,00
TOTAL GERAL R\$						300.000,00

Contrato Administrativo 49-2014-Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014, AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, CAMINHÕES, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ROLO COMPACTADOR E CARREGADEIRA CONTRATADA: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.879.318/0001-44, com sede na cidade de Chapecó/SC, o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, durante o período de vigência da garantia, contado a partir da data de entrega dos equipamentos e do veículo, sendo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
04	1	UNID	Escavadeira Hidráulica, nova de fabricação nacional, ano 2014, conforme Termo de referência (anexo VI)	KOMATSU	414.000,00	414.000,00
05	1	UNID	Escavadeira Hidráulica, nova de fabricação nacional, ano 2014, conforme Termo de referência (anexo VI)	PC200-8	655.000,00	655.000,00
06	1	UNID	Rolo Compactador com pneus para asfalto, conforme Termo de referência (anexo VI)	DYNAPAC	370.000,00	370.000,00
TOTAL GERAL R\$						1.439.000,00

Contrato Administrativo 50-2014-Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014, AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, CAMINHÕES, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ROLO COMPACTADOR E CARREGADEIRA CONTRATADA: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.199.578/0001-71, com sede na cidade de Chapecó/SC, o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, durante o período de vigência da garantia, contado a partir da data de entrega dos equipamentos e do veículo, sendo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	2	UNID	Retroescavadeira de fabricação nacional, tração 4x4, nova, zero horas trabalhadas, conforme Termo de referência (anexo VI)	RANDON	245.000,00	490.000,00
TOTAL GERAL R\$						490.000,00

Camboriú

PREFEITURA

Lei N.º 2.697/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI N.º 2.697/2014

Dispõe sobre a isenção de taxas para inscrição em concursos públicos e em processos seletivos do Município de Camboriú aos doadores de sangue e medula óssea e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a isenção de taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos promovidos pela Administração Direta, Indireta, Autarquias, Fundações, Poder Legislativo aos doadores de sangue e de medula óssea do Município de Camboriú.

Art. 2º Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei, somente a doação de sangue e de medula óssea, promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou Município.

Art. 3º A comprovação da qualidade de doador de sangue ou medula óssea será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição no concurso público ou do processo seletivo.

§ 1º O candidato deverá ter doado sangue aos menos duas vezes no período 12 (doze) meses anteriores da inscrição do Concurso ou do Processo Seletivo.

§ 2º O Candidato deverá ter doado medula óssea ao menos uma vez no período 12 (doze) meses anteriores da inscrição do Concurso ou do Processo Seletivo.

Art. 4º A isenção do pagamento da taxa constará expressamente no edital do concurso, cuja omissão não resulta em perda desse benefício.

Art. 5º A isenção de que trata esta Lei deverá ser amplamente divulgada pelo Poder Executivo.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após a sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 25 de junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Resumo de Convênios Nº32 E 33

RESUMO DE CONVÊNIO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Convênio nº 032/2014

Entidade conveniada: Ação Social e Cultural de Monte Alegre

Data: 23/06/2014

Prazo: 60 (sessenta) dias.

Valor do repasse: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Ação Social e Cultural de Monte Alegre, com a finalidade de custear parte das despesas com a realização do evento "Quermesse Cultural Senhor Bom Jesus 2014", para manter as tradições dos colonizadores do Distrito de Monte Alegre.

ADMINISTRAÇÃO

Convênio nº 033/2014

Entidade conveniada: Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE.

Data: 23/06/2014

Prazo: 12 (doze) meses.

Valor do repasse: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados ao Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, com a finalidade de custear as despesas com o acolhimento institucional provisório de atendimento psicossocial de até 05 (cinco) adolescentes do sexo masculino, com idade entre 12 (doze) e 17 (dezesete) anos, em situação de dependência de substâncias psicoativas, em regime de residência integral, pelo prazo de 06 (seis) meses / 180 (cento e oitenta) dias, acompanhando por equipe multidisciplinar.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 4.153 de 26 de Junho de 2014

LEI Nº 4.153 DE 26 DE JUNHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e Suplementa-lo no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos

15.452.0045.2.023 - Vias Públicas e Logradouros.

400000.00.896 - Despesas de Capital

440000.00.896 - Investimentos

449000.00.896 - Aplicações Diretas

449051.00.896 - Obras e Instalações
R\$ 70.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 26/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.419 de 26 de Junho de 2014

LEI Nº 4.153 DE 26 DE JUNHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito

Especial, Criar Elemento de Despesa e Suplementa-lo no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos

15.452.0045.2.023 - Vias Públicas e Logradouros.

400000.00.896 - Despesas de Capital

440000.00.896 - Investimentos

449000.00.896 - Aplicações Diretas

449051.00.896 - Obras e Instalações
R\$ 70.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 26/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.037 de 26 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.037 DE 26 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, MARIA OLÍVIA DOS SANTOS FRANCO, Matrícula Funcional nº 0223, Registro no Sistema sob nº 549500, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2013 a 02 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 30 de junho de 2014 a 19 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 26/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Tomada de Preços 57/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 57/2014)

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin e Jefferson Jean Duvoisin, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 57/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para execução de rede de abastecimento de água nas localidades de Tijucume e Campinas, neste Município. Os recursos são provenientes do Convênio nº 2014TR001192, firmado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra + contrapartida do Município. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: IMPACTO ENGENHARIA LTDA - CNPJ 04.989.180/0001-37 e PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA - CNPJ 02.765.312/0001-11. A empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Laércio Telles. A empresa PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA não credenciou representante na sessão. Após, procedeu-se a abertura dos envelopes "documentos" das empresas proponentes, sendo que todas foram consideradas HABILITADAS. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE, com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e sendo assim, a Comissão julgou a empresa PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA vencedora do Lote 01, com o valor global de R\$ 40.769,26. Para o Lote 02 foi declarada vencedora a empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, com o valor global de R\$ 129.392,57, sendo que empresa PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 130.281,40. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Irineu Woitskovski Júnior
Presidente da Comissão de Licitação

Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin
Secretária

Jefferson Jean Duvoisin
Membro

Laércio Telles
IMPACTO ENGENHARIA LTDA

Portaria Nº 11.038 de 25 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.038 DE 25 DE JUNHO DE 2014

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS DO MUNICÍPIO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Servidor Público Municipal ocupante do cargo e exercendo a função de Agente Administrativo III - IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, Matrícula Funcional nº 000707, Registro no Sistema Sob nº 955153, para substituir a Chefe do Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre/SC, a partir de 17 de junho de 2014 até 19 de agosto de 2014, por motivo da titular Servidora Pública Municipal MARIA CRISTINA MARCINIÁK MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 335, Registro no Sistema Sob nº 124240, encontrar-se em Licença para tratamento de Saúde.

Art.2º) O servidor designado será remunerado com 50% (cincoenta por cento) do valor da Gratificação da Função Gratificada atribuída ao cargo de Chefe do Serviço de Suprimentos.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Tomada de Preços 55/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 55/2014)

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 55/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para execução de 02 (duas) QUADRAS DE ESPORTES SINTÉTICA, neste Município. Os recursos são provenientes do Convênio nº 2014TR001190 e Proposta de Transferência nº 2014003372, firmados com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da 25ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) da única empresa proponente: VILMAR CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 17.059.807/0001-00. A empresa não credenciou representante na sessão. Após, procedeu-se a abertura dos envelopes

“documentos” das empresas proponentes, sendo considerada HABILITADA. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e sendo assim, a Comissão julgou a empresa VILMAR CONSTRUÇÕES LTDA vencedora presente licitação, com o valor global de R\$ 253.804,41. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Irineu Woitskovski Júnior
Presidente da Comissão de Licitação

Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin
Secretária

Lilian Terezinha Bartsch
Membro

Lei Nº 4.154 de 27 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.154 DE 27 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Campo Alegre/SC, fica autorizado a adquirir imóvel através de desapropriação por utilidade pública área de terra com 48.814,00 m² (quarenta e oito mil, oitocentos e quatorze metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº. 13.334 de propriedade de Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e demais Profissionais da Saúde do Norte Catarinense - UNICRED Norte Catarinense.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir o imóvel descrito no art. 1º desta Lei pelo valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), valor este inferior as avaliações imobiliárias realizadas e constantes no processo administrativo de desapropriação.

§ 1º. As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas por empréstimo junto a Agência de Fomento de Santa Catarina S/A - BADESC - Cidades II Juro Zero, conforme Lei Municipal nº 3.962 de 30 de abril de 2.013;

§ 2º. As custas decorrentes da escrituração do Imóvel correrão por conta do Município de Campo Alegre/SC,;

Art. 3º. A área a que se refere o artigo 1º desta Lei destinar-se-á a implantação da Sede da Escola Pública Municipal do Ensino Fundamental “Marise Neneve Cordeiro”, do Distrito de Bateias de Baixo neste Município.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 27/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.039 de 26 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.039 DE 26 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 186, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 60 (sessenta) dias a Servidora Pública IZOLETE GODOIS DOS SANTOS JESUS, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, Matrícula Funcional nº 000597, Registro no Sistema sob nº 954832, a partir da data de 11 de junho de 2014 á 09 de agosto de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 11 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito de Campo Alegre/SC, 26 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 26/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão 06/2014 Agricultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

FUNDECAMPOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08 de julho de 2014 às 14h30, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA PARA MANUTENÇÃO DO HORTO MUNICIPAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 25 de junho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso PP 31-2014 Serv.Assessoramento - Saude

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11/07/2014 às 10:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ASSESSORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS - SC. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 27 de junho de 2014.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

Decreto Nº 7.048/14 Nomeia Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento E Controle Social do Fundo de Manutenção E Desenvolvimento da Educação Básica E de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb

DECRETO Nº 7.048/14 DE 26/06/2014

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, como membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Mércia Regina Pegoraro Silvestrin

Suplente: Mairi Suzana Ribeiro

Representantes dos Profissionais das Escolas Públicas Municipais

Titular: Cleudes Reginato de Oliveira

Suplente: Ildo Dalpiva

Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Marionice Ceregatti Correia

Suplente: Marlene Hahmeyer Socolovski

Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Marinês Trautmann de Ávila

Suplente: Angela Maria Dalberto

Representantes dos Pais de Alunos de Escolas Públicas Municipais.

Titular: Maria Izabete Fabro de Carvalho

Titular: Sonia Maria Tiepo

Suplente: Dirlene Aparecida Rosalen

Suplente: Ivone de Fátima Marques Teske

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Nilton Roberto de Oliveira

Titular: Neli Terezinha Ascari Krah

Suplente: Gleicinara dos Santos

Suplente: Alfredo Antunes

Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Valquíria Sampaio Mêra

Suplente: Sinclair Aparecida Pisani Zotti

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Karin Lazarotto

Suplente: Sonaira de Carvalho

Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Sonia Aparecida Trucolo

Suplente: Adriana Rossa de Melo

Art. 2º - Os conselheiros foram reconduzidos ao cargo e terão um

mandato de 02 (dois) anos, a partir da data de publicação deste decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.985/14 de 02/04/2014.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

26 de junho de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

Extrato Edital 74/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 74/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 59/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de 01 (um) Terminal e equipamentos para videoconferência com instalação completa e treinamento operacional, para equipar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, conforme item descrito no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 09 de junho de 2014, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 26 de junho de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

Extrato Edital 04/2014 - Semais

ESTADO DE SANTA CATARINA
SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 04/2014
OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais diversos para manutenção das atividades do SEMAIS, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 09 de junho de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 26 de junho de 2014.
GILBERTO ROSA
Diretor do SEMAIS

Canoinhas

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 26/2014 - Concede Progressão por Titulação

PORTARIA Nº 26/2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão de graduação por servidores ocupantes dos cargos de nível médio, bem como parecer jurídico favorável;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a progressão por titulação, pelo nível de graduação a servidora pública efetiva CAMILA MAIORKI SALOMON, ocupante de cargo de nível médio, incorporando em seus vencimentos iniciais, o percentual de 10 (dez por cento), nos termos do art. 16, da Lei Complementar nº 042, de 13/03/2013.

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas,
em 27 de junho de 2014.

Neno Pangratz
Presidente

Renato Pike Chiquinho da Silva
1º Secretário 2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 27 de junho de 2014.

Capinzal

PREFEITURA

PMC Processo Licitatório Nº 111/2014 - Pregão Presencial Nº 71/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 111/2014

Pregão Presencial Nº 71/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de Pneus para manutenção de Veículos da Secretaria de Administração e Finanças. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 09/07/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 27 de Junho de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FMS Processo Licitatório Nº 40/2014 - Pregão Presencial Nº 26/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 40/2014

Pregão Presencial Nº 26/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada nos serviços de mecânica e elétrica, para manutenção de veículo FIAT UNO MILLE, da Secretaria Municipal de Saúde, com o fornecimento de peças pelo contratado sem exclusividade e com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas nos termos do Prejudicado nº 0803 Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 10/07/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 27 de Junho de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC Processo Licitatório Nº 112/2014 - Pregão Presencial Nº 72/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 112/2014

Pregão Presencial Nº 72/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tintas para execução de atividades relacionadas à Secretaria de Infraestrutura.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 09/07/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 27 de Junho de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FUNREBOM Processo Licitatório Nº 004/2014 - Pregão Presencial Nº 002/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 004/2014

Pregão Presencial Nº 002/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, para aquisição de um reboque, carroceria aberta, com rodado duplo e freio estacionário, para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados

no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 10/07/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8719, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 27 de Junho de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FMS Processo Licitatório Nº 0039/2014 - Pregão Eletrônico Nº 0004/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo licitatório Nº 0039/2014

Pregão eletrônico Nº 0004/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos para uso do Setor de Fonoaudiologia da Secretaria Municipal da Saúde de Capinzal, Com Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 08:45 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 10/07/2014.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 27 de Junho de 2014 .

Elisangela Bagnolin

Diretora de Compras e Licitações

PMC Processo Licitatório Nº 00110/2014 - Tomada de Preço Para Obras E Serviços de Engenharia Nº 0009/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 00110/2014

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0009/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Reforma dos Banheiros da Rodoviária Municipal, em conformidade com projeto, cronograma, planilha orçamentária e memorial descritivo do ANEXO VIII .

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 14/07/2014.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 27 de Junho de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal de Capinzal

Edital 014/2014

EDITAL Nº 014, DE 25 DE JUNHO DE 2014.
Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, em 23 de junho de 2014, provenientes da 1ª parcela proveniente do Contrato de repasse nº 0389858-89, que entre si celebram o Município de Capinzal e o Ministério do Turismo, cujo objeto é transferência de recursos financeiros destinados para execução de portais e pavimentação da pista de caminhada da Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, no valor de R\$ 121.875,00 (cento e vinte e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Capinzal - SC, 25 de junho de 2014.
Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo
Secretário da Administração e Finanças Interino

Catanduvás

PREFEITURA

Lei Nº 2.456/2014, de 25 de Junho de 2014

LEI Nº 2.456/2014 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Construção e Ampliação de Espaços Educacionais		
	101	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Educação	R\$	80.000,00

		Conservação, Reforma de Espaços Educacionais e Veículos		
	101	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Próprios	R\$	20.000,00

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		Manutenção da Secretaria de Saúde		
	164	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Recursos PMAC	R\$	25.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		
		Merenda Escolar do Ensino Fundamental		

	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)-Rec. Próprios	R\$	70.000,00
--	-----	--	-----	-----------

	365	EDUCAÇÃO INFANTIL		
		Construção e Ampliação de Creches e Mobiliários		
	101	DESPESAS DE CAPITAL (4490)-Rec. Educação	R\$	30.000,00

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		Aquisição de Bens Móveis e Imóveis		
	164	DESPESAS DE CAPITAL (4490)-Recursos PMAC	R\$	25.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 25 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 25/06/2014.

Decreto Nº 1.995, de 25 de Junho de 2014

DECRETO Nº 1.995/2014 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.456/14 de 25 de junho de 2014 e Lei Federal nº 4.350/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Construção e Ampliação de Espaços Educacionais		
	101	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Educação	R\$	80.000,00

		Conservação, Reforma de Espaços Educacionais e Veículos		
--	--	---	--	--

	101	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Recursos Próprios	R\$	20.000,00
--	-----	--	-----	-----------

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		Manutenção da Secretaria de Saúde		
	164	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Recursos PMAC	R\$	25.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		
		Merenda Escolar do Ensino Fundamental		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)-Rec. Próprios	R\$	70.000,00

	365	EDUCAÇÃO INFANTIL		
		Construção e Ampliação de Creches e Mobiliários		
	101	DESPESAS DE CAPITAL (4490)-Rec. Educação	R\$	30.000,00

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		Aquisição de Bens Móveis e Imóveis		
	164	DESPESAS DE CAPITAL (4490)-Recursos PMAC	R\$	25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 25 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 25/06/2014.

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0076/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0076/2014

PREGÃO Nº 0044/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0057/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: GW SUL PECAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de peças com reposição e garantia para o conjunto de transmissão da máquina - Trator de Esteiras marca KOMATSU D41-E, de propriedade da Prefeitura, visando o desenvolvimento das atividades Secretaria Municipal de Infraestrutura. VALOR: R\$ 15.981,00 (quinze mil novecentos e oitenta e um reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de julho de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 24 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0077/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0077/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para execução de projeto de pavimentação na Rua Tiradentes (etapa 3), em regime de empreitada global, conforme projeto, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo, anexos a este processo.

VALOR: R\$ 271.625,75 (duzentos e setenta e um mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 25 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2014

TERMO DE CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

CONTRATADA: INOVA TELEINFORMATICA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de acesso a internet banda larga - Rádio 5.8 Ghz, de 1 Mbps de velocidade de conexão, para o correto funcionamento e desenvolvimento das atividades do Fundo de Reequipamento do Bombeiro - FUNREBOM;

VALOR: R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) mensais.

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 17 de junho de 2014.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Claudinei Antonio Sella

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0010/2014

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0010/2014

PREGÃO Nº 0042/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

OBJETO: Fornecimento de cestas básicas e leite para benefícios eventuais para o ano de 2014, visando o desenvolvimento do Fundo Municipal de Assistência Social.

VALOR: R\$ 11.644,80 (onze mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Catanduvas - SC

Elizete Cardoso da Silva

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação 38/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 38/2014
Edital: Pregão Presencial Nº.: 29/2014
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CAPEAMENTO ASFALTICO EM ESTRADAS DO MUNICÍPIO.
Entrega dos Envelopes: 08h55min do dia 09 de Julho de 2014.
Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 09 de Julho de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 26 DE JUNHO DE 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação 39/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 39/2014
Edital: Pregão Presencial Nº.: 30/2014
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECOMPOSIÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO (CASCALHAMEN-TO), EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.
Entrega dos Envelopes: 08h55min do dia 10 de Julho de 2014.
Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 10 de Julho de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 26 DE JUNHO DE 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação 40/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 40/2014
Edital: Pregão Presencial Nº.: 31/2014
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, PARA MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 11 de Julho de 2014.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 11 de Julho de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.

br.

CAXAMBU DO SUL, 26 DE JUNHO DE 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo 01 - Af 27/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL
Aditivo 01
/ Autorização Fornecimento nº 27/2014
Contratante.:
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada.:
COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA.
Objeto :
Acréscimo no quantitativo de 5% em relação ao Objeto.
Valor :

Dotação :
R\$ 1.044,50 (um mil e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).
Projeto/Atividade: 2.023/4.4.90.30.39 /D.R. 01.24
Vigência :
Início : 12/06/2014 Término : 31/12/2014.

CAXAMBU DO SUL, 12 de Junho de 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo 01 ao Contrato 03/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL
Aditivo 01
Ao Contrato nº 03/2014
Contratante.:
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada.:
ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA - EPP.
Objeto :
Acréscimo no quantitativo de 7,85% em relação ao objeto do Contrato.
Valor :
R\$ 20.976,29 (vinte mil novecentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos).
Dotação :
Vigência :
Projeto/Atividade: 2.023/4.4.90.30.01 /D.R. 01.24
Início : 12/06/2014 Término : 31/12/2014.

CAXAMBU DO SUL, 12 de Junho de 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei Nº 0613 de 24.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI Nº 0613 DE 24.06.2014

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR O PAGAMENTO DE IMÓVEL DESAPROPRIADO POR INTERESSE PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Chapadão do Lageado autorizado a efetuar, conforme avaliação da comissão instituída para esse fim, o pagamento da importância de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), aos proprietários Senhor Manoel Inácio e Lucélia Kempner Inácio, em virtude da desapropriação do imóvel com área de 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados), situado na localidade de Rio Saltinho - Município de Chapadão do Lageado, devidamente matriculado sob o nº 25.815, no Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga.

Art. 2º O referido imóvel foi desapropriado através do Decreto nº 036/2014 de 07.05.2014, por interesse público, para construção de um Mirante, com vistas à Cachoeira do Parque Ecológico Cachoeira do Rio Saltinho.

Art. 3º Os dados relativos às delimitações e confrontações da área de que trata o art. 1º, são as constantes no Memorial Descritivo, os quais deverão constar na escritura pública respectiva.

Art. 4º A importância a que se refere o art. 1º desta Lei, será pago na forma pactuada entre as partes, observado o disposto no art. 5º, XXIV, da Constituição Federal/1998.

Art. 5º A despesa oriunda da execução desta Lei correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 1017 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis

Elemento de Despesa - 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,
24 de junho de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

LEI N.º 0614 DE 24.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI N.º 0614 DE 24.06.2014

"DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à outorga para permissão de uso do bem abaixo especificado de propriedade do Município de Chapadão do Lageado à entidades/associações privadas, sem fins lucrativos, selecionadas na forma da legislação vigente:

I - 01 (UM) CAMINHÃO FORD CARGO 8165, ANO 2013, 8.25T/162 CV, COR PRATA, CHASSI 9BFVEADS2DBS38697, RENAVAN 590872109, PLACA MLI 2278, REGISTRO PATRIMONIAL 2192.

Art. 2º A permissão de uso do bem de que trata esta Lei se efetivará por meio de Termo de Permissão de Uso, Recebimento, Compromisso e Responsabilidade, a título precário, de forma gratuita, por prazo indeterminado, mediante a condição de que o objeto cedido seja utilizado exclusivamente para os fins intrínsecos da entidade permissionária.

Art. 3º A permissão descrita nesta Lei é pessoal e intransferível, salvo quando houver prévia e expressa autorização do Permitente.

Art. 4º Revogada a Permissão, todas e quaisquer melhoria que forem realizadas pela permissionária no veículo, reverterão ao Patrimônio Público, quando da entrega e devolução ao Município, não lhe cabendo qualquer direito a indenização, ressarcimento ou retenção.

Parágrafo único. O permissionário fica obrigado a manter e conservar o bem permitido, às suas expensas e responsabilidades, inclusive realizando reformas, reparos, substituições e o que mais se fizer necessário, visando à preservação do bem, sem qualquer ônus ao Município.

Art. 5º O bem outorgado deverá ser devolvido na mesma condição recebida, sob pena de o permissionário responder por perdas e danos.

Art. 6º A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo por razões de interesse público, devidamente atestadas em procedimento competente.

Art. 7º O permissionário responderá pelos encargos civis, criminais, administrativos e tributários que incidam sobre o bem objeto da permissão que trata esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
24 de junho de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

SAMAE

Extrato de Contrato 13/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 13/2014

DATA: 04/JUNHO/2014

CONTRATADO: BANCO BRADESCO S/A

OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO DE SEUS CLIENTES VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL.

VALOR:

R\$ 0,90(NOVENTA CENTAVOS DE REAL), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;

R\$ 1,37(UM REAL E TRINTA E SETE CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS,CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO;
PRAZO DO CONTRATO: 01(UM) ANO

DATA: 26/JUNHO/2014

Extrato de Contrato 14/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 14/2014

DATA: 04/JUNHO/2014

CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S/A

OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO DE SEUS CLIENTES VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL.

VALOR:

R\$ 0,90(NOVENTA CENTAVOS DE REAL), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;

R\$ 1,37(UM REAL E TRINTA E SETE CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS,CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO;
PRAZO DO CONTRATO: 01(UM) ANO

DATA: 26/JUNHO/2014

Extrato de Contrato 15/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 15/2014

DATA: 16/JUNHO/2014

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SUL CATARINENSE - SICOOB CREDISULCA
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO DE SEUS CLIENTES VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL.

VALOR:

R\$ 0,90(NOVENTA CENTAVOS DE REAL), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;

R\$ 1,37(UM REAL E TRINTA E SETE CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS,CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO;

R\$ 1,04(UM REAL E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE RECEBIMENTO DIRETAMENTE NO CAIXA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA/COOPERATIVA.

PRAZO DO CONTRATO: 01(UM) ANO

DATA: 26/JUNHO/2014

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 439/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 439/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o desligamento do servidor DORVALINO LUPATO DE MORAES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de junho de 2014, o servidor DORVALINO LUPATO DE MORAES, ocupante do cargo de Servente Braçal, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 440/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 440/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o desligamento da servidora GENAIR LOURDES BOGONI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de junho de 2014, a servidora GENAIR LOURDES BOGONI, ocupante do cargo de Enfermeiro, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 441/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 441/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o desligamento do servidor ALTAIR NICOLLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de junho de 2014, o servidor ALTAIR NICOLLI, ocupante do cargo de Escrevente, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 442/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 442/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

Exonera a servidora GENAIR LOURDES BOGONI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora GENAIR LOURDES BOGONI, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento da Unidade Sanitária, a partir de 2 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 443/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 443/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia GENAIR LOURDES BOGONI no cargo de Chefe do Departamento da Unidade Sanitária.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora GENAIR LOURDES BOGONI, para exercer o cargo de Chefe do Departamento da Unidade Sanitária - Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 2 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 444/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 444/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia JOSIANE WIERZYNSKI PIOVEZAN no cargo de Psicólogo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, JOSIANE WIERZYNSKI PIOVEZAN, no cargo de Psicólogo, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento

Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 445/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 445/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia ELENICE PANSERA no cargo de Secretário Escolar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELENICE PANSERA, no cargo de Secretário Escolar, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 446/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 446/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia GISLANE BORGES no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, GISLANE BORGES, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 447/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 447/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia PRISCILA CRISTINE GOETZ FORTE DAROS no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, PRISCILA CRISTINE GOETZ FORTE DAROS, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 448/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 448/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia ELLEN MARCELINA SPILLERE no cargo de Farmacêutico.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELLEN MARCELINA SPILLERE, no cargo de Farmacêutico, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 449/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 449/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia SONIA CARMEN DOS SANTOS no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SONIA CARMEN DOS SANTOS, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 450/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 450/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia DARLAN BATTISTON no cargo de Operador de Equipamentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, DARLAN BATTISTON, no cargo de Operador de Equipamentos - Escavadeira Hidráulica, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 451/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 451/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia IVONEI CAZAROTTO no cargo de Motorista.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, IVONEI CAZAROTTO, no cargo de Motorista - Veículos Pesados, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 452/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 452/2014, DE 6 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia MARTA MASSING REINHEIMER no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARTA MASSING REINHEIMER, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 6 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 453/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 453/2014, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Exonera, a pedido, o servidor DARLAN BATTISTON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor DARLAN BATTISTON, do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, a partir de 9 de junho de 2014.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 454/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 454/2014, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ANTONIO ADAIR RODRIGUES DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2014, ao servidor ANTONIO ADAIR RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Obras, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de junho de 2004 a 31 de maio de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 455/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 455/2014, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VANIA ANGELINA BIESUS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2014, à servidora VANIA ANGELINA BIESUS, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93203-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 456/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 456/2014, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ANDREIA MARCON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2014, à servidora ANDREIA MARCON, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de maio de 2009 a 16 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 457/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 457/2014, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora KAREN ALINE BALZAN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2014, à servidora KAREN ALINE BALZAN, ocupante do cargo de Secretário Escolar, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de dezembro de 2005 a 5 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 458/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 458/2014, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ADRIANA SCATOLIN HERMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2014, à servidora ADRIANA SCATOLIN HERMANN, ocupante do cargo de Enfermeiro, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de setembro de 2007 a 3 de setembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 459/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 459/2014, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor OSVALDO JOSE FAUTH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2014, ao servidor OSVALDO JOSE FAUTH, ocupante do cargo de Agente de Obras, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 460/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 460/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Constitui e designa Comissão Técnica.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e no art. 319 e seguintes da Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Técnica, com a incumbência de analisar projetos e obras públicas e particulares e emitir pareceres referentes a adequação dos projetos às exigências da Norma Brasileira NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, acerca da acessibilidade de pessoas.

Art. 2º Ficam designados, a partir de 10 de junho de 2014, para integrar referida Comissão, os servidores abaixo relacionados:

I - CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO;

II - DANIELA STRINGHINI;

III - FERNANDA POZZA ZANOTTI;

IV - JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;

V - PATRICIA PAZA;

VI - SANDRA MIWA WRONKA VAZ.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 461/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 461/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, ao servidor ERONI GAMBIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor ERONI GAMBIN, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia da Equipe de Trabalhos de Terraplenagem e Tubulações, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de junho de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 462/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 462/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Exonera, a pedido, a servidora ANA HELENA SGANZERLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ANA HELENA SGANZERLA, do cargo de provimento em comissão de Controladora da Divisão de Logística, a partir de 11 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de junho de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 3/2014

Termo nº 12/2014

Processo nº 24530/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 3/2014

Aos 25 dias do mês de junho de 2014, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, com sede na Rua da Independência, 246, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ADIR JOÃO SOMARIVA, inscrito no CPF sob nº 345.870.559-72, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 3/2014, firmado em 16 de janeiro de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, até 30 de setembro de 2014, o prazo de vigência constante na Cláusula Segunda - Do Prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 25 de junho de 2014.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ADIR JOÃO SOMARIVA
Presidente da Associação de Serviços Sociais
Voluntários de Concórdia - Bombeiros Voluntários

Testemunhas:

1.	2.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Extrato do Convênio Nº 11/2014 - Fmec

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/2014- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ÁREA URBANA DE PLANALTO, com sede em Planalto, Concórdia, SC, inscrita no CNPJ sob registro nº 13.277.180/0001-03, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ADEMAR ANTÔNIO SIEGA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Planalto, e população em geral, estruturação de local para desenvolvimento

de atividades esportivas das escolinhas da Fundação Municipal de Esportes, bem como atividades culturais e de lazer, entre outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 20.000,00

PRAZO: De 26.06.2014 a 31.12.2014.

DATA DA ASSINATURA: 26 de junho de 2014.

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 16/2014- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2014- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de peças, visando à reposição do estoque do almoxarifado bem como à manutenção da frota municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 14/07/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 14/07/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 25 de junho de 2014.

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transportes

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 82/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de material didático e de expediente para as Unidades Escolares da Rede Pública Municipal, conforme especificações constantes nos anexos A e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/07/2014.

Abertura: dia 16/07/2014 às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 26 de junho de 2014.
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 1/2014 - Fmec

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2014 - FMEC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem e preenchimento de súmulas em diversos eventos esportivos - Edição 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 10/07/2014.

Abertura: dia 10/07/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 26 de junho de 2014.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Diretor Superintendente da FMEC

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Ata de Julgamento - Pregão 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2014 - PR Processo Administrativo: 54/2014 Processo de Licitação: 54/2014 Data do Processo: 04/06/2014
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 1/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 17 de Junho de 2014, às 09:09 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 54/2014, Licitação nº 36/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A proposta foi apresentada de acordo com o exigido no edital

Participante: 231 - KNAPP & CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇOS DE DETONAÇÃO E PERFURAÇÃO EM ROCHAS COM FURO 2,5" E FORNECIMENTO DE MATERIAL NECESSARIO.	m	2.200,00		0,0000	58,80	129.360,00
2	SERVIÇOS DE DETONAÇÃO E PERFURAÇÃO EM ROCHAS COM FURO 1" E FORNECIMENTO DE MATERIAL NECESSARIO.	m	1.800,00		0,0000	48,80	87.840,00
Total do Participante —————>							217.200,00
Total Geral —————>							217.200,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 17 de Junho de 2014

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER - - Pregoeiro(a)
KÁTIA ANA DI DOMENICO - - SECRETARIA
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - - MEMBRO

ATA DE JULGAMENTO - PREGÃO 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 37/2014 - PR Processo Administrativo: 56/2014 Processo de Licitação: 56/2014 Data do Processo: 09/06/2014
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 24 de Junho de 2014, às 14:30 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 56/2014, Licitação nº 37/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

Participante: 450 - TOSATEC - TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE TRATOR ESTEIRA, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 11.000KG, COM LAMINA ARTICULADA, E COM ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2005 (COM OPERADOR)	un	1.200,00	KOMATSU	0,0000	160,00	192.000,00
2	SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM CAPACIDADE DA CAÇAMBA MÍNIMA DE 1,2M³, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 21.000 KG, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2010, (COM OPERADOR)	h	1.200,00	KOMATSU	0,0000	148,00	177.600,00
Total do Participante ———>							369.600,00
Total Geral ———>							369.600,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 24 de Junho de 2014

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER - - Pregoeiro(a)
KÁTIA ANA DI DOMENICO - - SECRETARIA
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - - MEMBRO

Correia Pinto

PREFEITURA

Credenciamento - Processo 06/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO - PROCESSO 06/2014 FHMCP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, por intermédio de seu Gestor, o Sr. Vânio Forster, faz saber pelo presente que se encontra aberto o EDITAL DE CREDENCIAMENTO que efetuará o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a Fundação Municipal de Saúde de Correia Pinto, interessados em prestar os serviços constantes no objeto deste edital, no horário de expediente, das 13:00 as 19:00 horas, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, para o CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA PARA ATUAREM NA ÁREA DE PSIQUIATRIA E NEUROLOGIA, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO. O edital poderá ser obtido em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 27 de junho de 2014.
Vânio Forster
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato - Processo 45/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 570/2014
Objeto: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME CONVÊNIO Nº 2014TR001601, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 2486/2014
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Joice Cristhian de Liz
CNPJ: 13.104.638/0001-14
Processo Licitatório nº 45/2014 - Tomada de Preços

Valor global da Obra: 200.958,55
Vigência: 120 dias

Correia Pinto/SC 27 de junho de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato - Processo 46/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES A OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Eco Sistemas Ltda Me

CNPJ: 06.887.850/0001-30
Instrumento: 569
Processo Licitatório nº 46/2014 - Pregão Presencial
Valor total: 85.900,00

Vigência: 24/06/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 27 de junho de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato - Processo 23/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 568/2014
Objeto: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO ASSENTAMENTO PÁTRIA LIVRE, EM CORREIA PINTO SC, ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 19675/2013, ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ANEXAS AO EDITAL.
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Engemo Construções Ltda
CNPJ: 03.637.604/0001-31
Processo Licitatório nº 23/2014 - Tomada de Preços

Valor global da Obra: 968.348,12
Vigência: 300 dias

Correia Pinto/SC 27 de junho de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Avaliação de Amostras - Processo 41/2014 Pmcp

PREGÃO PRESENCIAL 41/2014, PMCP
ANÁLISE E JULGAMENTO DAS AMOSTRAS

O município de Correia Pinto, através do Pregoeiro Oficial e sua Equipe, tornam público para conhecimento dos interessados que nos termos do Edital do Pregão Presencial 41/2014 PMCP, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, UTENSÍLIOS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, foram aprovadas/classificadas as amostras dos seguintes itens/empresas:

JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME - Item 04 e 08.

Supermercado Senem - Item 06 e 09.

Segue abaixo o rol dos itens/empresas cujas amostras foram desclassificadas bem como a motivação da desclassificação

Comercial de Alimentos Milênio Ltda Epp - Item 01, 06 e 07. (Não apresentou amostras)

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - Item 03. (Não apresentou amostra)

Ficam convocadas as empresas que na ordem de classificação

ficaram em 2º lugar para que apresentem suas amostras dos itens contraindicados no prazo de 03 (três) dias úteis, ou seja, de 30 de junho a 02 de julho de 2014.

JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME - Item 01, 06 e 07.

Supermercado Senem - Item 03.

Correia Pinto/ SC, 27 de junho de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13 - PROCESSO 46/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
Processo Nº: 46/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2014

No dia 26 do mês de Junho do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 46/2014, Processo Licitatório nº. 46/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES A OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10520	ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA ME.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA ME.	06.887.850/0001-30	Andrea Zechini Freitas	007.848.049-31

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES A OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10520 - ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA ME.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LICENCIAMENTO ENVOLVENDO INSTRUÇÃO NORMATIVA ESPECÍFICA DA FATMA E COM EAS	SERV		3,000	6.900,0000	20.700,00
2	LICENCIAMENTO ENVOLVENDO INSTRUÇÃO NORMATIVA ESPECÍFICA DA FATMA E COM RAP	SERV		2,000	4.900,0000	9.800,00
3	LICENCIAMENTO ENVOLVENDO INSTRUÇÃO NORMATIVA ESPECÍFICA DA FATMA E COM ECA	SERV		3,000	6.900,0000	20.700,00
4	ATIVIDADES SUJEITAS AO CADASTRO AMBIENTAL DA FATMA, DECLARANDO A CONFORMIDADE AMBIENTAL, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA 34	SERV		6,000	400,0000	2.400,00
5	ENCAMINHAMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL	SER		2,000	1.000,0000	2.000,00
6	PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - PRAD (Exigência Fátima Cascalheira DIVINO)	UN		1,000	6.900,0000	6.900,00
7	PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL BASEADO NOS IMPACTOS AMBIENTAIS	UN		1,000	17.400,0000	17.400,00
8	RELATÓRIOS TÉCNICOS/MONITORAMENTO	SERV		6,000	1.000,0000	6.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº: 46/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº: 46/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado o valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 46/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº: 46/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº: 46/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 26 de Junho de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA ME.

CNPJ: 06.887.850/0001-30 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
Processo Nº: 46/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2014

No dia 26 do mês de Junho do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 46/2014, Processo Licitatório nº. 46/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES A OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10520	ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA ME.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA ME.	06.887.850/0001-30	Andrea Zechini Freitas	007.848.049-31

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES A OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10520 - ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA ME.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LICENCIAMENTO ENVOLVENDO INSTRUÇÃO NORMATIVA ESPECÍFICA DA FATMA E COM EAS	SERV		3,000	6.900,0000	20.700,00
2	LICENCIAMENTO ENVOLVENDO INSTRUÇÃO NORMATIVA ESPECÍFICA DA FATMA E COM RAP	SERV		2,000	4.900,0000	9.800,00
3	LICENCIAMENTO ENVOLVENDO INSTRUÇÃO NORMATIVA ESPECÍFICA DA FATMA E COM ECA	SERV		3,000	6.900,0000	20.700,00
4	ATIVIDADES SUJEITAS AO CADASTRO AMBIENTAL DA FATMA, DECLARANDO A CONFORMIDADE AMBIENTAL, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA 34	SERV		6,000	400,0000	2.400,00
5	ENCAMINHAMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL	SER		2,000	1.000,0000	2.000,00
6	PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - PRAD (Exigência Fátima Cascalheira DIVINO)	UN		1,000	6.900,0000	6.900,00
7	PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL BASEADO NOS IMPACTOS AMBIENTAIS	UN		1,000	17.400,0000	17.400,00
8	RELATÓRIOS TÉCNICOS/MONITORAMENTO	SERV		6,000	1.000,0000	6.000,00

Corupá

PREFEITURA

Lei Nº 2150 / 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

LEI Nº 2150 / 2014

INSTITUI O SISTEMA SOBREAVISO PARA MOTORISTAS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E EU, LUIZ CARLOS TAMANINI, PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o sistema SOBREAVISO para serviços emergenciais da área da saúde.

Art. 2º. Após cumprida a carga horária normal, o motorista que estiver na escala de sobreaviso deverá permanecer em prontidão, podendo ser chamado a qualquer momento.

Art. 3º. Uma vez caracterizado o sobreaviso, o trabalhador tem direito a remuneração de um terço do salário-hora multiplicado pelo número de horas que permaneceu à disposição. Se for acionado, recebe hora-extra correspondente ao tempo efetivamente trabalhado.

Art. 4º. Os motoristas lotados na Secretaria de Saúde farão parte integrante da escala de sobreaviso, que será publicada mensalmente no mural da Secretaria de Saúde.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
25 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

Lei Nº 2151/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

LEI Nº 2151/2014

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI N. 1.881, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E EU, LUIZ CARLOS TAMANINI, PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei n. 1.881, de 09 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º. As diárias destinam-se a indenizar pessoas mencionadas no artigo 1º, das despesas extraordinárias, cuja viagem tenha um destino superior a 4 (quatro) horas, seguindo as seguintes

normas:”.

Art. 2º. O artigo 4º da Lei n. 1.881, de 09 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º. Não serão pagos os valores das diárias quanto o afastamento, mesmo superior a 04 (quatro) horas, não exigir pernoite e/ou refeições fora da sede do Município de origem”.

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais artigos da Lei n. 1.881, de 09 de fevereiro de 2009.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
25 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

Lei Nº 2152 / 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br - email:administra@corupa.sc.gov.br

LEI Nº 2152 / 2014

ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 698/90 DE 10 DE MAIO DE 1990, QUE HOMOLOGOU PERMUTA COM SR. DORIVAL HOSPEDAGE E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Da nova redação ao artigo 1º da Lei 698/90, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar com o Sr. Dorival Hospedage, a área de terra, com 221,00 m2, localizada nos fundos do imóvel sito à Rua Werner Weber, recebendo por permuta de Dorival Hospedage, a área de terras com 190,12 m2, fazendo frente com 22,50 m2, com a referida Rua, que será anexada à área existente, e servirá para construção de uma sala de aula para o Pré-Escolar.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos, aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e noventa. 12.016/09.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

Lei Nº 2153 / 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br- email:administra@corupa.sc.gov.br

LEI Nº 2153 / 2014

DÁ NOVA REDAÇÃO A LEI 2.058, QUE DE DENOMINAÇÃO DA RUA LEONIDO HAUFFE A RUA Nº 164, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM-PLANDT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Da nova redação ao artigo 1º da Lei 2.058/11, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica denominado de "LEONIDO HAUFFE" à Rua nº 164, localizada no Bairro Bomplandt, neste Município de Corupá/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos, a dezesseis de dezembro de dois mil e onze.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

Lei Nº 2154 / 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

LEI Nº 2154 / 2014

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI N. 1297, DE 23 DE MAIO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E EU, LUIZ CARLOS TAMANINI, PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei n. 1.297, de 23 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º. (...)

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

- O Secretário de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer será o Presidente;
- Um representante da Divisão de Turismo;
- Um representante da divisão de Esportes;
- Um representante da Secretaria de Educação e Cultura;
- Um representante da Secretaria de Administração e Fazenda;

- Um representante de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- Um representante dos Meios de Hospedagem;
- Um representante dos Atrativos Turísticos;
- Um representante do Segmento Gastronômico;
- Um representante dos Meios de Transporte;
- Um representante da Associação Empresarial de Corupá - ACIAC;
- Um representante das Associações de Artesanato, Clubes e/ou Sociedades".

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais artigos da Lei n. 1.297, de 23 de maio de 2000.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
25 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

Lei Nº 2155 / 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br- email:administra@corupa.sc.gov.br

LEI Nº 2155 / 2014

DENOMINA VIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica denominada RUA RUDOLFO ENGEL, a via pública conhecida como " Rua 134", localizada no loteamento Vila Rutzen.

Art.2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

Lei Nº 2156 / 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (47) 3375-6500 - 89.278-000
- Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br- email:administra@corupa.sc.gov.br

LEI Nº 2156 / 2014

DENOMINA VIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada RUA AUGUSTO GERMANO WERNER, a via pública conhecida como " Rua 135", localizada no loteamento Vila Rutzen, no Bairro Izabel.

Art. 2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

Curitibanos

PREFEITURA

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 188/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 188/2014
Referente: Termo de Contrato Nº. 412/2014, firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e Associação Cultural Esportiva Ogue Carvalho.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO CONJUNTO FOGO DE CHÃO, PARA O DIA 17 DE JULHO DE 2014 E DO CONJUNTO OS FAZENDEIROS, PARA O DIA 18 DE JULHO DE 2014, NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, NA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO, NA FORMA DA LEI 8.666/93, conforme parecer jurídico e Contrato, com o valor de R\$ 11.000,00 conforme contrato.

Fundamento da Justificativa:

I - A Expocentro Feira da Indústria, Comércio e do gado em Geral, destina-se a divulgação de produtos do município e proporciona diversão e entretenimento a população.

II - Com o objetivo de proporcionar aos munícipes e visitantes, entretenimento e diversão, o município contrata os conjuntos, Os Fazendeiros e Fogo de Chão, para apresentação, no Parque de Exposições, durante a realização da EXPOCENTRO, edição 2014, por tratar-se de profissionais do setor artístico considerados pela crítica especializada, opinião pública e contratado através de empresário exclusivo.

III - A inexigibilidade de licitação prende-se ao fato de que esta administração, tem interesse, na contratação da prestação de serviços mencionada, e por tratar-se de Profissional do Setor Artístico, contratados, através de empresário exclusivo, conforme determina o Art. 25, inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações:

"Art. 25 - É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

Pelo Exposto: Atendidos os preceitos do Art. 25 inciso III da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, conforme contrato e documentação em anexo, encaminhamos ao Prefeito Municipal, para os devidos fins e decisão final.

Curitibanos, 25 de junho de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Diego Sebem Wordell Cristina Mello Menegotto
Presidente da Comissão Secretário/Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 25 de junho de 2014.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

Autorização

Diante do que foi fundamentado, autorizo a contratação e recomendando a observância das demais providências legais e pertinentes.

Curitibanos, 25 de junho de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.448/2014

DECRETO Nº 4.448/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma da lei n. 5.149/2013:

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

DA MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2076 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
3390000000.00.0349 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 10.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2076 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
3350000000.00.0349 TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIV. S/ FINS
LUCR R\$ 10.000,00

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 13 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de maio ano de dois mil e quatorze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.449/2014

DECRETO Nº 4.449/2014

ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO MEDIANTE CONVÊNIO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º A execução descentralizada de programas do governo municipal e ações de órgãos ou entidades da administração pública municipal direta ou indireta, que envolva transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal será efetivada por meio da celebração de convênio ou instrumento congênere, nos termos deste Decreto.

CAPÍTULO II**DAS CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO**

Art. 2º Para a celebração de convênio, o proponente deverá apresentar:

I - Requerimento dirigido ao Chefe do Poder Executivo, solicitando a celebração de convênio junto ao Protocolo Oficial do Município;
II - Plano de trabalho e planilha de custos, com aprovação do setor competente do Município ou pelos Conselhos Municipais, se houver.

III - Cópia do Estatuto atualizado e devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

IV - Cópia da Ata de Eleição ou da Ata de Eleição e Posse da Diretoria atual,.

V - Cópia da carteira de identidade e CPF do Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro da Entidade;

VI - Cópia do cartão do CNPJ;

VII - Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e FGTS e Trabalhistas;

VIII - Declaração de Abertura de Conta Bancária específica para fins de convênio com a Prefeitura;

IX - Inexistência de prestação de contas em atraso;

X - Certidão Negativa de Débito das Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

XI - Compatibilidade do objeto do convênio com os objetivos estatutários da Entidade;

XII - Inexistência de débito referente à prestação de contas de recursos anteriormente repassados;

XIII - Comprovação da inscrição junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social, de Saúde e Educação, se for o caso.

Parágrafo Único - A concedente poderá solicitar outros documentos que entender necessários ao atendimento das normas previstas neste Decreto.

CAPÍTULO III**DA APROVAÇÃO**

Art. 3º A aprovação da proposta será precedida da análise dos documentos acima relacionados a serem apresentados ao órgão concedente, de acordo com o objeto do convênio.

Art. 4º O setor técnico do concedente poderá aprovar a proposta, reprová-la ou solicitar readequações.

Parágrafo Único - O concedente determinará o prazo de

readequação da proposta, sendo que a inobservância do prazo pelo proponente implicará no cancelamento da proposta.

CAPÍTULO IV**DA FORMALIZAÇÃO DOS ATOS**

Art. 5º O preâmbulo do termo de convênio conterá a numeração sequencial, a qualificação completa dos partícipes e a menção de subordinação às normas deste Decreto e a outras aplicáveis à matéria.

Art. 6º O termo de convênio conterá obrigatoriamente cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e a finalidade do convênio;

II - as obrigações dos partícipes;

III - o valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos do orçamento anual, detalhando o valor das parcelas do exercício em curso;

IV - a obrigatoriedade de prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e demais disposições da legislação municipal

V - o compromisso de o conveniente movimentar os recursos na conta bancária única e específica do convênio;

VI - a obrigação de o conveniente prestar contas dos recursos recebidos;

VIII - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo;

IX - a vigência do convênio, fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto;

X - a obrigatoriedade de eventual devolução de recursos, nos casos previstos neste Decreto;

CAPÍTULO V**DAS VEDAÇÕES**

Art. 7º O convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado:

I - a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - a utilização dos recursos em desacordo ao previsto no plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência;

II - a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio.

Art. 8º Fica o concedente proibido de firmar convênio e de realizar repasse da primeira parcela ou parcela única a convenientes que:

I - não apresentarem prestação de contas de recursos anteriormente recebidos de outros convênios;

II - tenha prestação de contas anterior reprovada, por qualquer motivo;

III - não tiverem procedido à devolução de recursos repassados não utilizados;

Art. 9º. É vedada a celebração de convênio com:

I - pessoas físicas e entidades privadas com fins lucrativos;

II - entidades privadas cujas finalidades estatutárias não se relacionem com as características deste Decreto; e

III - entidades privadas que não disponham de condições técnicas para executar o convênio;

CAPÍTULO VI**DA ALTERAÇÃO DOS ATOS**

Art. 10. O convênio poderá ser aditado quanto ao valor até o limite previsto no art. 65 e seus parágrafos da Lei n. 8.666/93, ou prorrogado quanto ao prazo, dentro do mesmo exercício financeiro.

Art. 11. A proposta de aditivo deverá ser apresentada no mínimo 30 (trinta) dias antes de expirado o prazo de vigência do convênio, devendo ser aprovada pelos setores técnico e jurídico.

CAPÍTULO VIII DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

Art. 12. Na aquisição de bens e na contratação de serviços com recursos do convênio, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão observar os princípios da impessoalidade, da moralidade e da economicidade.

CAPÍTULO IX DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

Art. 13 A transferência dos recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no termo de convênio.

Art. 14 Os recursos serão depositados em conta bancária única e específica do convênio, aberta na instituição financeira oficial responsável pela centralização e processamento da movimentação financeira.

Art. 15 A liberação das parcelas do convênio será suspensa no caso de descumprimento pelo conveniente de qualquer cláusula do convênio, especialmente quando verificada:

- I - irregularidade na aplicação dos recursos;
- II - desvio de finalidade no objeto do convênio;

CAPÍTULO X DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 16 Os recursos deverão ser movimentados em conta bancária única e específica de convênio e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do objeto do mesmo.

Art. 17. Os recursos enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira sempre que a previsão da sua utilização for superior a 30 (trinta) dias;

Parágrafo Único - Os rendimentos da aplicação financeira deverão ser aplicados no objeto do convênio, estando sujeitos as mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, ou devolvidas ao final do convenio.

CAPÍTULO XI DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18. A prestação de contas consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- I - comprovantes das despesas realizadas;
- II - extrato da conta corrente, com a movimentação completa do período do recebimento da parcela até o último pagamento efetuado, e conciliação bancária, conforme modelo Anexo;
- III - cópias das ordens bancárias; das transferências eletrônicas e dos cheques;
- IV - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- V - Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados devidamente preenchido e assinado, conforme Anexo TC - 28;
- VI - Declaração firmada pelo Presidente da entidade recebedora atestando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos, conforme Anexo;
- VII - Cópia das guias de recolhimento de encargos sociais, de tributos, de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, entre outros;
- VIII - Quando da necessidade de realização de processo licitatório, anexar cópias do Edital, do Termo de Homologação e Adjudicação

ou a sua Inexigibilidade com o respectivo fundamento legal (Art. 44, IV do TC 16/94 e Lei n. 8.666/93)

IX - Quando se tratar de obra, anexar cópia do Projeto de Execução e Relatório de Execução Físico-Financeiro Anexo III.

X - Relação dos Bens adquiridos, quando for o caso, conforme Anexo.

§ 1º O município se exime de quaisquer ônus e reivindicações trabalhistas perante terceiros, em juízo ou fora dele.

§ 2º Não serão aceitas notas fiscais rasuradas ou de origem duvidosa, podendo, entretanto a comprovação dar-se através de cupom fiscal.

§ 3º A nota fiscal, para fins de comprovação da despesa do convênio, deverá obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária.

§ 4º Recibos não se constituem em documentos hábeis a comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 5º O documento comprobatório da despesa deverá conter declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

§ 6º A prestação de contas será feita com os documentos comprobatórios originais.

§ 7º Não serão aceitas prestações de contas que contenham notas fiscais referentes a:

- a) bebidas alcoólicas;
- b) cigarros;
- c) energéticos e similares;
- d) descrição do produto/serviço genericamente como "DESPESAS".
- e) despesas com gêneros alimentícios e itens que não façam parte da atividade principal do conveniente;

§ 8º O prazo para prestação de contas é de 30 (trinta) dias contados a partir do crédito na conta corrente específica do conveniente.

§ 9º A última parcela do convênio, sendo esta referente ao mês de dezembro, deverá ser objeto de prestação de contas até o dia 20 do mesmo mês.

§ 10 Nos casos em que a transferência do valor do convenio se dê em parcela única, a prestação de contas deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir do crédito, limitado ao prazo final de vigência do convenio.

§ 11 Caso o conveniente ultrapasse o limite de 60 (sessenta) dias sem prestar contas ocorrerá o cancelamento automático do Convênio, ficando o mesmo obrigado a restituir os valores recebidos.

§ 12 O pagamento da parcela subsequente ficará condicionado à prestação de contas e respectiva aprovação da(s) parcela(s) anterior (es).

Art. 19. Incumbe à concedente manifestar-se sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos.

Parágrafo Único - O concedente terá o prazo de 30 (trinta) dias para a análise da prestação de contas, contados da data da sua apresentação.

Art. 20. Quando a prestação de contas não for apresentada no prazo ou não for aprovada pelo concedente será registrada a inadimplência do conveniente no respectivo sistema contábil, devendo o município tomar as sanções legais cabíveis.

**CAPÍTULO XII
DA RESCISÃO DOS ATOS**

Art. 21. Constituem motivos para a rescisão do convênio:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
II - a constatação, a qualquer tempo, de falsidade em qualquer documento apresentado;

Art. 22. É facultado aos partícipes retirarem-se do convênio a qualquer tempo, o que implicará a sua extinção antecipada, não os eximindo das responsabilidades e obrigações originadas durante o período em que estiveram conveniados.

**CAPÍTULO XIII
DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS**

Art. 23. O conveniente deverá restituir:

I - o recurso transferido:

- a) quando não executado o objeto do convênio;
- b) quando não atingida a finalidade do convênio; e
- c) quando não apresentada a prestação de contas;

II- o recurso transferido ou parte:

- a) utilizado em desacordo ao previsto no convênio; e
- b) quando a documentação apresentada não comprovar a sua regular aplicação.

Parágrafo Único - no caso em que seja comprovada a utilização indevida dos recursos e que o Conveniente tenha parcelas futuras a receber, o Município efetuará a retenção.

**CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24 Os órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo poderão adotar normas e exigências suplementares às determinadas nesse Decreto visando a regulamentação de condições especiais na celebração de Convênios no âmbito da sua competência.

Art. 25. Fica revogado o Decreto nº 3.067/2003

Art. 26 Este Decreto entra em vigência na data da sua publicação.

Curitiba, 27 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e sete dias do mês de maio do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.450/2014

DECRETO Nº 4.450/2014
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013
DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento 2014 do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social

na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

11.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
11.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
16.482.0020.1024 CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES
4490000000.00.124 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte dos recursos provenientes do convênio com a COHAB conforme contrato Nº 2013TR004004, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.451/2014

DECRETO Nº 4.451/2014
INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal da Prefeitura Municipal de Curitiba as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.606.0024.1031 OBRAS DE PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL
4490000000.00.499 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.606.0024.1031 OBRAS DE PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL
4490000000.00.499 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 250.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .. R\$ 250.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA conforme processo INCRA/SC/54210.001313/2013-61, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 4º - Esta decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de maio de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

Decreto Nº 4.452/2014

DECRETO Nº 4.452/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal da Prefeitura Municipal de Curitiba as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.2061 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS

3390000000.00.499 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.2061 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE OBRAS

3390000000.00.499 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 150.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio com o Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba - SDR/11 conforme processo SDR11 987/2014, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 4º - Esta decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de maio de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.453/2014

DECRETO Nº 4.453/2014

FIXA VALOR DAS DIÁRIAS PARA PREFEITO, VICE-PREFEITO E DEMAIS SERVIDORES.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e artigo 67 da Lei Complementar nº 026/2002.

DECRETA

Art. 1º - Fica determinado o valor das diárias para Prefeito, Vice-Prefeito e demais servidores Municipais, conforme tabela abaixo:

I - PARA CAPITAIS DE ESTADO

- Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 526,00

- Secretários Municipais R\$ 351,00

- Grupo: Direção, assessoramento e chefia R\$ 316,00

- Grupo: Atividades de Nível Superior R\$ 263,00

- Demais Servidores R\$ 158,00

II - OUTRAS CIDADES

- Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 394,00

- Secretários Municipais R\$ 254,00

- Grupo: Direção, assessoramento e chefia R\$ 236,00

- Grupo: Atividades de Nível Superior R\$ 166,00

- Demais Servidores R\$ 131,00

III - PARA CAPITAL FEDERAL

- Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 819,00

- Secretários Municipais R\$ 585,00

- Grupo: Direção, assessoramento e chefia R\$ 491,00

- Demais Servidores R\$ 399,00

IV - PARA VIAGENS INTERNACIONAIS

- Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 1.065,00

- Secretários Municipais R\$ 760,00

- Grupo: Direção, assessoramento e chefia R\$ 632,00

- Demais Servidores R\$ 515,00

§ 1º - Os cargos abrangidos pelas atividades constantes deste artigo vêm definidos pela Lei Complementar nº 023/02, com alterações da Lei Complementar nº 034/2005 e Lei Complementar 062/2009.

§ 2º - Na Região da AMURC, haverá tão somente ressarcimento de despesas mediante apresentação das notas fiscais.

§ 3º - As diárias somente serão válidas para as viagens externas ao Município.

Art. 2º - Não é devida a concessão de diária quando o deslocamento não ultrapassar 4 (quatro) horas.

Art. 3º - Quando o deslocamento não exigir pernoite e não ultrapassar 12 (doze) horas, o valor da diária será de 50% (cinquenta por cento) dos valores indicados no artigo 1º; a partir de 12 (doze) horas, a diária será de 75% (setenta e cinco por cento) do valor indicado no artigo 1º.

Art. 4º. A diária é válida por 24 horas; a partir da 1ª diária, as subsequentes serão pagas se o deslocamento atingir período superior a 8 horas, respeitadas as limitações dos artigos 2º e 3º acima.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 4.053/2011 e as demais disposições em contrário.

Curitiba, 29 de maio de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.454/2014

DECRETO Nº 4.454/2014

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DA COPA DO MUNDO DE 2014.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º, Em caráter excepcional, nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, o expediente na Administração Municipal se dará da seguinte forma:

I - Dia 12/06/2014 Dia da abertura da copa

a) Para os servidores que trabalham em turno único da tarde: das 11h às 16h;

b) para os servidores que trabalham em período integral: entrada em horário normal e saída às 16:00 horas

II - Nos demais dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol às 17 horas, o expediente para os servidores que trabalham em turno único da tarde, será das 11h00min às 16h30m; quando os jogos ocorrerem às 16h00min, o expediente será das 11h às 15h30m, sem interrupção.

III - para os servidores que trabalham em período integral o expediente se encerrará 30 minutos antes do início dos jogos.

Art. 2º. Nos núcleos municipais não haverá aulas no período da tarde nos dias em que os jogos da seleção Brasileira tiverem início às 16h, enquanto que nos dias em que os jogos iniciarem às 17h as aulas terão seu término às 15h30m.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de maio de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, na secretaria e no mural da

Prefeitura Municipal,
Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.455/2014

DECRETO Nº 4.455/2014

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e na forma da lei n. 5.149/2013,

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO	
	SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
02.02		
	MANUT. DAS ATIVIDADES DO PROCON	
04.122.0002.2015		
3390000000.00.123	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 3.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO	
	SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
02.02		
	MANUT. DAS ATIVIDADES DO PROCON	
04.122.0002.2015		
4490000000.00.123	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 3.000,00

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e nove dias do mês de maio ano de dois mil e quatorze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.456/2014

DECRETO Nº 4.456/2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI N. 5.223/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.223/2014 no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) a saber:

ANULAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0006.2002 RGPS - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 70.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias no orçamento da Câmara Municipal no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na forma autorizada pela Lei n. 5.223/2014 a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:
01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.1001 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - CÂMARA DE VEREADORES
4490000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ... R\$ 70.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos três dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.457/2014

DECRETO Nº 4.457/2014
CRIA ATIVIDADE, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DA LEI Nº 5.230/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Cria atividade junto ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 5.230/2014
CRIA ATIVIDADE

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA - ESTADO/FMAS

Art. 2º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.149/2013 do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:
ABRE CRÉDITO ESPECIAL

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA - ESTADO/FMAS
3390000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 38.000,00

Art. 3º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial

terão origem no excesso de arrecadação da fonte TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL no valor de R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.458/2014

DECRETO Nº 4.458/2014
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA FORMA DA LEI N. 5.231/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.231/2014 no montante de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2036 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS
3190000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2042 RPPS - ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
3191000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAM
R\$ 40.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.362.0012.2055 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO MÉDIO
3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 130.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.231/2014 no montante de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2035 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS
3191000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAM
R\$ 28.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2043 RGPS - ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
3190000000.00 .032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 8.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2041 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
3390000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 94.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 130.000,00

Art. 3º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.231/2014 no montante de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2039 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2040 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%
3190000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 500.000,00
3350000000.00.019 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCR R\$ 80.000,00
3390000000.00 .019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%
3190000000.00 .019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 300.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 1.100.000,00

Art. 4º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.231/2014 no montante de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2038 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
3191000000.00.018 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAM...
R\$ 20.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2045 RPPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
3191000000.00.018 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAM...
R\$ 80.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2046 RGPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 35.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 366.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1009 EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE - E. FUND.
4490000000.00 .019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 499.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.100.000,00

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

Decreto Nº 4.460/2014

DECRETO Nº 4.460/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

DECRETA

Art. 1º - É facultativo o ponto em todas as repartições públicas municipais de Curitiba, no dia 20 de junho de 2014 - sexta-feira, em virtude das comemorações relativas a Corpus Christi.

Art. 2º - Não será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais cujos serviços são considerados essenciais e não podem, por sua natureza, ser suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de junho de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 116/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2014

CRIA E EXTINGUE CARGOS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica criado na estrutura administrativa do Município de Curitiba, junto aos anexos da Lei Complementar n. 108/2013 o cargo público em comissão:

Quantidade Vagas	Cargo	Código	Vencimentos
01	Coordenador de Defesa Civil	DAC-8	R\$ 2.154,15

Art. 2º. Ficam criados na estrutura administrativa do Município de Curitiba, junto aos anexos da Lei Complementar nº 23/2002 os cargos públicos, em caráter efetivo, providos por concurso público e sob o regime estatutário:

Quantidade Vagas	Cargo	Código	Vencimentos
01	Calceteiro	3.3.05	R\$ 817,05
02	Operador de Retroescavadeira	3.3.25	R\$ 1.508,53
07	Médico (40h)	4.4.22	R\$ 12.164,68
05	Motoristas Socorristas SAMU	4.4.23	R\$ 1.140,44
03	Odontólogo (40h)	4.4.24	R\$ 6.082,34
03	Auxiliar de Consultório Odontológico	4.4.03	R\$ 1.140,44
01	Pedagogo	1.1.15	R\$ 2.534,31
01	Psicólogo	1.1.16	R\$ 2.534,31
01	Assistente Social	1.1.04	R\$ 2.534,31
01	Técnico em Segurança do Trabalho	2.2.12	R\$ 1.520,78
05	Técnico em Enfermagem SAMU	4.4.25	R\$ 1.393,87

Art. 3º Ficam extintos na estrutura administrativa do Município de Curitiba, os seguintes empregos públicos, criados pela Lei n. 4.010/2006 com as alterações da Lei n. 4.465/2009 junto a Secretaria de Saúde:

ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE FAMILIAR			
Quantidade	Cargo	Código	Vencimento
07	Médico 40h	241	R\$ 12.164,68
02	Enfermeiro	242	R\$ 3.294,60
01	Auxiliar de Enfermagem	243	R\$ 1.140,42
03	Odontólogo 40 horas	244	R\$ 8.116,26
02	Técnico em Higiene Bucal	245	R\$ 1.393,87
03	Auxiliar de Consultório Dentário	246	R\$ 1.140,44
05	Auxiliar Administrativo	247	R\$ 887,00

Art. 4º Ficam extintos quando vagarem - empregos em extinção - os seguintes empregos públicos, criados pela 4.010/2006 com as alterações da Lei n. 4.465/2009 junto a Secretaria de Saúde:

Quantidade	Emprego	Código	Vencimento
03	Médico (40h)	241	R\$ 12.164,68
04	Enfermeiro	242	R\$ 3.294,60
05	Auxiliar de Enfermagem	243	R\$ 1.140,44
03	Odontólogo (40h)	244	R\$ 8.116,26
03	Auxiliar de Consultório Dentário	246	R\$ 1.140,44
01	Auxiliar Administrativo	247	R\$ 887,00
04	Técnico em Enfermagem	248	R\$ 1.393,87

Parágrafo único: Os empregos ocupados serão extintos quando ocorrer a sua vacância assegurando-se a seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos.

Art. 5º Ficam extintos na estrutura administrativa do Município de Curitiba, os seguintes cargos públicos, criados pela Lei Complementar n. 023/2002 de provimento efetivo, junto a Secretaria de Transportes e Obras (GRUPO III):

Quantidade	Cargo	Código	Vencimento
02	Mecânico /Torneiro	3.3.17	R\$ 963,04

Art. 6º Ficam extintos na estrutura administrativa do Município de Curitiba, os seguintes cargos públicos de contratação temporária, criados pela Lei n. 3.821/2005, Lei n. 3.959/2006, Lei n. 3.874/2006 e Lei nº 3.819/2005:

CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL			
Quantidade	Cargo	Vencimento	
02	Psiquiatra (20h)	R\$ 3.041,17	
02	Psicólogo (20h)	R\$ 2.534,31	
01	Assistente Social	R\$ 2.534,32	
01	Enfermeiro	R\$ 3.294,60	
02	Terapeuta (20h)	R\$ 2.534,31	
01	Agente Administrativo	R\$ 1.774,03	
02	Técnico em Enfermagem	R\$ 1.393,87	
02	Auxiliar de Enfermagem	R\$ 1.140,42	
01	Auxiliar Administrativo	R\$ 887,00	
01	Servente I	R\$ 724,00	

CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS			
03	Dentista (20h)	R\$ 3.041,48	
03	Auxiliar de Consultório Dentário	R\$ 1.140,42	
01	Auxiliar Administrativo	R\$ 887,00	
01	Servente	R\$ 724,00	

SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA			
05	Técnico em Enfermagem	R\$ 1.393,87	
05	Motorista Socorrista	R\$ 1.140,44	

CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE AÇÃO SOCIAL			
01	Pedagogo	R\$ 1.545,03	
01	Psicólogo	R\$ 1.888,38	
01	Assistente Social	R\$ 1.888,38	

Art. 7º Ficam alterados os anexos I, III e IX da Lei Complementar nº 23/2002 e alterações da Lei Complementar n. 108/2013 que passam a vigorar de acordo com as alterações desta lei.

Art. 8º. O Município de Curitibaanos permanecerá integrado aos Programas Federais ESF - Estratégia de Saúde Familiar; CEO - Centro de Especialidades Odontológicas; CAPS - Centro de Atenção Psicossocial ; SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e CREAS - Centro de Referência Especializada de Ação Social.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as Leis n. 3.821/2005, 3.959/2006, 3.874/2006 e 3.819/2005.

Curitibaanos, 10 de junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal
Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA PARA A POSSE

GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO EM GERAL - AOG

Vagas	Cargo	Código	Habilitação Profissional
01	Técnico em Segurança do Trabalho	2.02.12	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio Técnico na área, Técnico de Segurança do Trabalho e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão, se houver.

GRUPO IV - SECRETARIA DE SAÚDE

Vagas	Cargo	Código	Habilitação Profissional
05	Motorista Socorrista	4.4.23	Curso do SEST/SENAT de Condutores de Veículos de Emergência; Portador de certificado ou Histórico de conclusão de Séries Iniciais), Carteira Categoria "D".
05	Técnico Enfermagem SAMU	4.4.25	Nível Médio de Técnico em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador / Especialização em emergência

ANEXO II

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO EM GERAL - AOG

Vagas	Cargo	Código	Atribuições
01	Técnico em Segurança do Trabalho	2.2.12	Supervisionar as atividades ligadas à segurança do trabalho, visando assegurar condições que eliminem ou reduzam ao mínimo os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho, observando o cumprimento de toda a legislação pertinente.

GRUPO IV - SECRETARIA DE SAÚDE

Vagas	Cargo	Código	Atribuições
05	Motorista Socorrista	4.4.23	Atividade de execução específica, de natureza operacional, principalmente nos primeiros socorros, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, atuando inclusive podendo prestar serviço em outras secretarias do município e outras atividades correlatas com a função de motorista.
05	Técnico Enfermagem SAMU	4.4.25	Atividade técnica, na área de enfermagem, principalmente nos primeiros socorros e as desenvolvidas junto ao indivíduo, família e comunidade visando à prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, podendo prestar serviço em outras unidades de saúde do município, e outras atividades correlatas.

ANEXO I

Lei Complementar n. 108/2013

NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO: DIREÇÃO, ASSESSORAMENTO OU CHEFIA

CÓDIGO: DAC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01	Coordenador de Defesa Civil (CC/FG)	Implantar a política de defesa civil do Município, coordenar os meios para atendimento a situações de emergência e/ou calamidade pública, captar e destinar recursos a fim de minimizar os danos decorrentes de calamidades ou situações emergenciais, promover e colaborar na execução de programas federais, estaduais e municipais de proteção e defesa civil, bem como outras atribuições da Lei n. 5.121/2013.	DAC - 8
----	-------------------------------------	---	---------

Lei Nº 5.211/2014

LEI Nº 5.211/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO COHAB I.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Neri Tadeu Jombra, inscrito no CPF sob n. 767.930.109-30, do lote Urbano, sito na Rua Costa e Silva, Bairro Cohab I, em forma de retângulo com área de 360,00 m² (Trezentos e sessenta metros quadrados), localizado ao lado Norte da Rua Costa e Silva, distando 65,00 ao lado Oeste da Rua Coelho Neto, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei: Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com Rua Gal Ilydio Romulo Colônia; Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Costa e Silva; Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros confronta com Espólio de João Adelar de Souza; Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros com o Patrimônio Municipal e Rubens de Souza.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.212/2014

LEI Nº 5.212/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Cleni Salete Teles, inscrito no CPF sob n. 786.971.159-49, do lote Urbano, sito na Rua Salvador Calomeno, nº 30, Bairro Bom Jesus, em forma de retângulo com área de 240,50 m² (Duzentos e quarenta metros e cinquenta décimos quadrados), localizado ao lado Oeste da Rua Salvador Calomeno, distando 23,00 ao lado Sul da Rua Governador Jorge Lacerda, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei: Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 22,50 metros confronta com Zanete Izabel Balbinott; Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 22,50 metros confronta com Patrimônio Municipal; Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 11,20 metros confronta com a Rua Salvador Calomeno; Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 9,20 metros com Patrimônio Municipal.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.213/2014

LEI Nº 5.213/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Waldery Losch, inscrito no CPF sob n. 430.437.809-06, do lote 05 da quadra 01-A (antiga da quadra 13), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao Lado Norte da Rua Juvenal José Rodrigues, distando 48,00 metros ao Leste da Rua Prudente Visconde, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com Madeiras Guty Indústria e Comércio Ltda.;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Juvenal José Rodrigues;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 06 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 com o lote 04 da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário da Lei n. 3.955/2006.

Curitiba, 19 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.214/2014

LEI Nº 5.214/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Jair Virgílio de Oliveira, inscrito no CPF sob n. 899.555.609-91, do lote 03 da quadra 01-A (antiga da quadra 13), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao Lado Norte da Rua Juvenal José Rodrigues, distando 24,00 metros ao Leste da Rua Prudente Visconde, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com Madeiras Guty Indústria e Comércio Ltda.;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Juvenal José Rodrigues;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 04 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 com o lote 02 da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário da Lei n. 4.459/2009.

Curitiba, 19 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.215/2014

LEI Nº 5.215/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O GRUPO DE ESCOTEIROS CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de cessão de uso pelo prazo de 10 (dez) anos com o Grupo de Escoteiros Curitiba objetivando a cessão da sala localizada no Parque de Exposições Pouso do Tropeiro, com a finalidade de instalação e funcionamento.

Parágrafo Único: Poderá o imóvel retornar ao Município de Curitiba, antes do prazo previsto no artigo 2º, mediante notificação prévia de 30 dias.

Art. 2º - É vedado à entidade gravar qualquer ônus do imóvel cedido, oferecê-lo em garantia de dívida ou obrigação de qualquer espécie.

Art. 3º - A beneficiária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel, sem prejuízo da finalidade prevista nesta lei.

Art. 4º - Findas as razões justificadores da cessão ou extinto o prazo previsto nesta lei, sem prorrogação, o imóvel e suas benfeitorias serão restituídos ao município.

Art. 5º - Caso a área cedida seja utilizada de forma contrária à prevista nesta lei, em desvio de finalidade ou ocorrendo cessação de suas atividades a que se propõe, o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, independentemente de indenização.

Art. 6º - A conservação, zelo e segurança do imóvel cedido constituem obrigações permanentes e indeclináveis da beneficiária.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Curitiba e o Grupo de Escoteiros Curitiba.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, sito à Avenida Coronel Vidal Ramos, n.º 860, neste ato representado pelo Exmo. Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado CEDENTE e de outro lado Grupo de Escoteiros Curitiba, inscrito no CNPJ sob o n.º, neste ato representado pelo seu presidente Djalma Santos Niles, doravante denominado CESSIONÁRIO celebram, de comum acordo, o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 5.215/2014 de 19 de maio de 2014 e no § 1º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O MUNICÍPIO, através do presente instrumento, permite ao CESSIONÁRIO a utilização, de forma gratuita, da sala localizada no Parque de Exposições Pouso do Tropeiro no Município de Curitiba/SC, com área de 33,73m², no estado em que o imóvel se encontra, conforme mapa em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES

2.1. São obrigações do Cessionário:

- zelar pela limpeza e cuidado com o patrimônio público, promovendo a limpeza do local.
- devolver o imóvel no estado que se encontra após o termino da presente cessão.
- zelar pela conservação do local, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos por si, ou por seus equipamentos, causados na realização dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - USO E ATIVIDADE

- 3.1. A presente cessão destina-se ao uso exclusivo do cessionário, vedada sua utilização, a qualquer título, bem como a sua cessão ou transferência, para pessoa ou entidade estranha a este Termo.
- 3.2. É vedado o uso do local para a realização de serviços não ligados à atividade ou para eventos particulares.
- 3.3. O CESSIONÁRIO fica diretamente vinculado aos órgãos municipais, no que tange ao uso do imóvel objeto da presente Cessão.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo da presente cessão de uso será de 10 (dez) anos, iniciando-se em 19 de maio de 2014, podendo ser renovado pelo mesmo período se for requerido antes do vencimento e existir interesse público que o justifique, mediante prévia anuência da Câmara Municipal.

§1º Poderá o imóvel retornar ao Município de Curitiba, antes do prazo previsto nesta cláusula, mediante notificação prévia de 30 dias.

§2º Findas as razões justificadoras da cessão ou extinto o prazo previsto nesta cláusula, sem prorrogação, o bem será restituído ao Município.

CLÁUSULA QUINTA - PROIBIÇÕES

5.1. É proibido ao CESSIONÁRIO:

- transferir, ceder, emprestar, ou locar o espaço objeto desta

cessão;

- desenvolver, com o equipamento, atividades estranhas à permitida.

CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES

6.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar a CESSIONÁRIA as seguintes penalidades, além das já mencionadas expressamente neste instrumento:

- advertência;
 - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais)
 - suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CESSIONÁRIA ressarça a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".
 - revogação da Cessão de Uso;
- 6.2. As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando tal for viável, ou sucessivamente, a critério do MUNICÍPIO, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo especialmente aberto para tal fim.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. Os eventuais consertos e manutenções do espaço permitido correrão à conta da cessionária
- 7.5. Havendo uso indevido do equipamento, o MUNICÍPIO poderá exigir a imediata paralisação das atividades do Cessionário bem como a devolução do equipamento sem prejuízo das demais penalidades.

CLÁUSULA OITAVA - REVOGAÇÃO

- 8.1. Constituem motivos para a revogação da presente cessão de uso:
 - o não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicável à espécie;
 - o atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo MUNICÍPIO;
 - o cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;
 - a alteração das finalidades institucionais do Cessionário sem prévia e expressa concordância do MUNICÍPIO;
 - razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificada a conveniência do ato;
 - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da cessão de uso;
- 8.2. Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em processo administrativo especialmente aberto para tal fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.3. Revogada a cessão de uso por qualquer dos motivos previstos neste Termo, será expedido aviso para desocupação do espaço permitido, onde será consignado um prazo máximo de 30 (trinta) dias para a desocupação completa e entrega do espaço.

CLÁUSULA NONA - FORO

9.1. Fica, desde já, eleito o foro desta Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente cessão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais

privilegiado que seja.

9.2 Do que, para valer e constar celebrou-se o presente Termo de Cessão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

Curitibanos (SC), 19 de maio de 2014.

José Antonio Guidi Grupo de Escoteiros Curitibanos
Prefeito Municipal Cessionário

Lei Nº 5.216/2014

LEI Nº 5.216/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Nelson Francisco de Souza, inscrito no CPF sob n. 516.990.959-49, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 264,75 m² (Duzentos e sessenta e quatro metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado ao lado oeste da Servidão com acesso pela Rua Pedro Davi Fernandes de Souza, distando 60,50 metros ao lado sul da Rua Pedro Davi Fernandes de Souza, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com a propriedade da Prefeitura Municipal de Curitibanos;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 27,55 metros confronta com Pedro Batista de Souza;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 5,00 metros confronta com Servidão que tem acesso pela Rua Pedro Davi Fernandes de Souza;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 11,50 com a propriedade da Prefeitura Municipal de Curitibanos.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 19 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezanove dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.217/2014

LEI Nº 5.217/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Pedro Batista de Souza, inscrito no CPF sob n. 310.214.769-00, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 268,25 m² (Duzentos e sessenta e oito metros e vinte e cinco décimos quadrados), localizado ao lado oeste da Servidão com acesso pela Rua Pedro Davi Fernandes de Souza, distando 65,50 metros ao lado sul da Rua Pedro Davi Fernandes de Souza, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 27,55 metros confronta com Nelson Francisco de Souza;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros confronta com a propriedade da Prefeitura Municipal de Curitibanos;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 6,00 metros confronta com Servidão que tem acesso pela Rua Pedro Davi Fernandes de Souza;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 11,50 com a propriedade da Prefeitura Municipal de Curitibanos.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 19 de maio de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezanove dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.218/2014

LEI Nº 5.218/2014

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial do Município de Curitibanos a Semana Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo Único: A Semana Municipal do Meio Ambiente será comemorada anualmente, com início no dia 5 de junho, Dia Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º. As comemorações da Semana Municipal do Meio Ambiente deverão compreender as atividades educativas voltadas à preservação e proteção do meio ambiente, tais como:

I - o uso racional da água potável e o reaproveitamento das águas da chuva por meio de cisternas;

II - a separação do lixo e a sua reciclagem em áreas urbanas e rurais;

III - a importância do consumo de produtos orgânicos;
IV - o controle de zoonoses; e
V - a importância do uso de outras fontes de energia limpa.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 21 de maio de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Neide Terezinha Furlan

Secretaria da Agricultura, Abastecimento,

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Lei Nº 5.219/2014

LEI Nº 5.219/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAVALO CAMPEIRO - ABRACCC.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Campeiros - ABRACCC inscrita no CNPJ nº 83.699.793/0001-06, estabelecida neste Município.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade, o valor de R\$ 90.700,00 (noventa mil e setecentos reais) em uma só parcela, com o objetivo de celebrar parceria na realização da 1º Pousa de Tropa da Canção Nativista de Curitibanos/SC, que se realizará no período da EXPOCENTRO/2014.

Art. 3º - A associação deverá prestar contas dos recursos recebidos de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO

20.606.0023.2070 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXP. E EVENTOS

33500000.0000.0123 - TRANSF. A INST. S/ FINS LUCRATIVOS

R\$ 20.000,00

33500000.0000.0060 - TRANSF. A INST. S/ FINS LUCRATIVOS

R\$ 70.700,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 27 de maio de 2014

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e sete dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE CONVÊNIO Nº 08/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAVALO CAMPEIRO - ABRACCC.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Campeiros - ABRACCC inscrita no CNPJ nº 83.699.793/0001-06, estabelecida neste município, neste ato representado por seu presidente, conforme autoriza a Lei n. 5.219/2014 resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO com o objetivo de celebrar parceria na realização do 1º Pousa de Tropa da Canção Nativista de Curitibanos/SC, que se realizará no período da EXPOCENTRO/2014, difundindo a Música Nativa e propiciando aos jovens o desenvolvimento de potencial artístico em evento que reúne os melhores compositores da região sul.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES:

Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à associação, o valor de R\$ 90.700,00 (noventa mil e setecentos reais) em uma só parcela a ser transferida até 17 de julho de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio inicia-se na data da assinatura do presente termo com término previsto para 30 de setembro de 2014, podendo ser prorrogado somente de forma justificada e desde que não ultrapasse a data de 10 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO obriga-se a:

I - Promover a aquisição de material e equipamento necessário à realização do evento, conforme orçamento que fica fazendo parte integrante do convênio.

II - Fazer a ampla divulgação do evento.

III - A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município.

IV - destinar pessoal para realização do evento, inclusive podendo contratar produtora para o evento se assim entender necessário;

V - viabilizar conta bancária específica, com a seguinte denominação: ABRACCC/PMC Convênio 2014, onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VI - manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

VII - comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Para execução do presente convênio, o MUNICÍPIO compromete-se a:

I - Incentivar o festival da canção nativa.

II - Transferir á CONVENIENTE o valor de R\$ R\$ 90.700,00 (noventa mil e setecentos reais) em uma única parcela até o dia 17 de julho na forma da cláusula segunda, destinado a suportar as despesas advindas da execução do presente convênio.

III - Recepcionar as inscrições e músicas do festival através da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas dos recursos arrecadados, bem como das respectivas despesas, deverá ser apresentada até o dia 10 de setembro de 2014, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina .

Parágrafo único. O saldo remanescente apurado na prestação de contas deverá ser devolvido ao município através de transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO:

I - efetuar acompanhamento da execução física do objeto do presente Convênio;

II - assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Convênio no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante que possa comprometer sua continuidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de CURITIBANOS para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 2 (duas) vias, perante as testemunhas abaixo.

Curitibanos/SC, 27 de maio de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Presidente Associação

Lei Nº 5.220/2014

LEI Nº 5.220/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA .

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e interveniência da Polícia Militar do Estado, visando o estabelecimento de mútua cooperação com vistas a execução de ações de fiscalização e educação ambiental no Município de Curitibanos.

Art. 2º. Pelo convênio firmado, fica o Poder Executivo autorizado a disponibilizar a PMSC/Polícia Militar Ambiental, durante a vigência do termo, o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cobertura dos custos de manutenção de equipamentos, veículos e materiais de expediente necessários no policiamento e fiscalização ambiental.

Parágrafo Único: O convênio firmado terá vigência a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º - Fica fazendo parte integrante desta lei o termo de convenio anexo.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 3 de junho de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos tres dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.221/2014

LEI Nº 5.221/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL TÂNIA MARIA GAVA GABOARDI - ATG.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi - ATG, inscrita no CNPJ nº 07.383.696/0001-21 estabelecida neste município e que mantém serviços culturais e assistenciais a crianças.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade cultural, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2014 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata n. 020/2014/CMDCA.

Art. 3º - A Associação beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 - Manutenção das atividades do Fundo Mun. Criança e Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.00.000- Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos
R\$ 5.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de junho de 2014.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos três dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 10/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO CULTURAL TÂNIA MARIA GAVA GABOARDI - ATG ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Infância e Adolescência, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi - ATG, CNPJ nº 07.383.696/0001-21, estabelecida à Rua Lages, 71, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO, através do Fundo da Infância e Adolescência para atendimento dos projetos aprovados pelo CMDCA.

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio fica o Poder Executivo - FIA autorizado a repassar à entidade cultural, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2014 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescência através da Ata nº 20/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA: A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado

iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.221/2014 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos participantes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 03 de junho de 2014.

José Antonio Guidi Carla Eliete Brocardo
Prefeito Municipal Presidente ATG

Lei Nº 5.222/2014

LEI Nº 5.222/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM CURITIBANOS - APAE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais às pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com a ata do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal.

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal - PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade,

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações do orçamento vigente.

04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2076 - Manutenção das Ações vinculadas ao FMAS
33500000.0000.0349 - Transf. a inst. Sem fins lucrativos
R\$ 53.041,20

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 3 de junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos três dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 09/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS -APAE ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência social, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba estabelecida neste município à rua Prof. Juracy de Melo Schmidt, 274, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001/28, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à APAE como forma de auxílio à entidade assistencial.

CLÁUSULA SEGUNDA : Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, através do Fundo Municipal de Assistência Social o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal.

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal - PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade,

CLÁUSULA TERCEIRA : A APAE obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

§ 1º A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 2º A APAE ficará responsável ainda por obter e apresentar as certidões negativas necessárias.

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.222/2014 terá prazo determinado iniciando-se em 01 de maio de 2014 e término em 10 de dezembro de 2014 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 03 de junho de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

APAE

Lei Nº 5.223/2014

LEI Nº 5.223/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) a saber:

ANULAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0006.2002 RGPS - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 70.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no orçamento da Câmara Municipal no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.1001 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - CÂMARA DE VEREADORES

4490000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .. R\$ 70.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 03 de junho de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos três dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.224/2014

LEI Nº 5.224/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, autorizado a firmar convênio com a PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 04.821.073/0001-03 objetivando o repasse de recursos financeiros para o atendimento de projetos aprovados pelo CMDCA.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em parcela única a partir do mês de junho de 2014 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente conforme Ata n. 020/2014.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0005.2012 - Manutenção das atividades do Fundo Mun. Criança e Adolescente

3.3.50.00.00.00.00.169- Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 04.821.073/0001-03 neste ato representada por sua coordenadora, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos

aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente para atendimento dos projetos aprovados pelo CMDCA.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em parcela única a partir do mês de junho de 2014 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente conforme Ata n. 020/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA : A PASTORAL obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.224/2014 de 09 de junho de 2014 terá prazo determinado iniciando-se na data de sua assinatura e término em 10 de dezembro de 2014 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos participantes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA OITAVA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Coordenadora Pastoral da Criança

Presidente FIA

Lei Nº 5.225/2014

LEI Nº 5.225/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CELEBRAR CONVÊNIO COM A CÁRITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, firmar convênio com a CÁRITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 01.989.335/0001-47 objetivando o repasse de recursos financeiros para o atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência- CMDCA,

Art. 2.º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à entidade o valor de R\$ 1.670,00 (um mil, seiscentos e setenta reais) em parcela única para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente através da Ata n. 020/2014.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 - Manutenção das atividades do Fundo Mun. Criança e Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.00.169- Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos
R\$ 1.670,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA E CARITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado CARITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 01.989.335/0001-47 neste ato representada por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à CARITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO para auxílio à manutenção da entidade

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à entidade o valor de R\$ 1.670,00 (um mil, seiscentos e setenta reais) em parcela única para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 020/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA : A Associação beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.225/2014 de 09/06/2014 terá prazo determinado

iniciando-se em maio de 2014 e término em 10 de dezembro de 2014 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 09 de junho de 2014.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Cáritas Paroquial Imaculada Conceição

Presidente FIA

Lei Nº 5.226/2014

LEI Nº 5.226/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CELEBRAR CONVÊNIO COM A BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, autorizado a firmar convênio com a BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, inscrita no CNPJ sob nº 83.699.751/0001-75 objetivando o repasse de recursos financeiros para o atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA.

Art. 2.º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Beneficência o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em parcela única a partir do mês de junho de 2014 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata n. 20/2014.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 - Manutenção das atividades do Fundo Mun. Criança e Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.00.000 Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos
R\$ 5.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES,

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, inscrita no CNPJ sob nº 83.699.751/0001-75 neste ato representada por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Beneficência o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em parcela única a partir do mês de junho de 2014 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata n. 20/2014

CLÁUSULA TERCEIRA : A Beneficência obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único : A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.226/2014 de 09/06/2014 terá prazo determinado iniciando-se na data da assinatura do termo e término em 10 de dezembro de 2014 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA OITAVA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal Beneficência Casa dos Humildes

Presidente FIA

Lei Nº 5.227/2014

LEI Nº 5.227/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS EM CURITIBANOS - APADAC, ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a APADAC - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Curitiba estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais às pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo através do FIA, autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) pagos em cinco parcelas, sendo que duas parcelas deverão ser pagas no mês de junho. As três parcelas restantes serão iguais e consecutivas de R\$ 2.200,00 a partir do mês de julho de 2014, para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata do CMDCA nº 20/2014

Parágrafo Único: Os valores constantes deste artigo serão considerados para todos os efeitos como auxílio à educação especial.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 - Manutenção das atividades do Fundo Mun. Criança e Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.000- Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos
R\$ 11.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS DE CURITIBANOS - APADAC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular,

sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, e de outro lado a APADAC - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Curitiba estabelecida neste município à rua Heraclides Vieira Borges, inscrita no CNPJ sob nº 78.497.989/0001-88, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA à APADAC para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, conforme Ata de 16/04/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA : Por este convênio fica o Poder Executivo através do FIA, autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) pagos em cinco parcelas, sendo que duas parcelas deverão ser pagas no mês de junho. As três parcelas restantes serão iguais e consecutivas de R\$ 2.200,00 a partir do mês de julho de 2014, para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata do CMDCA nº 20/2014

CLÁUSULA TERCEIRA : A APADAC obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data de sua assinatura com término previsto para 10 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA : Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.227/2014 de 09/06/2014 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo. Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Presidente APADAC

Lei Nº 5.228/2014

LEI Nº 5.228/2014

INCLUI AÇÃO E ALTERA ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL 2014-2017

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação no Anexo Programas de Governo constantes da lei nº 5.051/2013 que compõem o Plano Plurianual 2014-2017, conforme abaixo:

Programa 005 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Ações : 2.082 Ações de Assistência Básica Estado/FMAS

Valor R\$ 143.000,00

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.229/2014

LEI Nº 5.229/2014

INCLUI AÇÃO NO RELATÓRIO DE METAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DA LEI Nº 5.101/2013 QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA EXERCÍCIO DE 2014 - LDO/2014.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica incluída no Demonstrativo XVI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais da Lei n. 5.101/2013, a seguinte ação:

Programa 0005 - Assistência Social Geral

Ações : 2.082 Ações de Assistência Básica Estado/FMAS

Valor R\$ 38.000,00

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.230/2014

LEI Nº 5.230/2014

cria ATIVIDADE, ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar atividade junto ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social previsto na Lei n. 5.149/2013, a saber:

cria ATIVIDADE

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA - ESTADO/
FMAS

Art. 2º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.149/2013 do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA - ESTADO/
FMAS
3390000000.00.353 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 38.000,00

Art. 3º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no excesso de arrecadação da fonte TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL no valor de R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.231/2014

LEI Nº 5.231/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2036 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS
3190000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2042 RPPS - ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
3191000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAM
R\$ 40.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.362.0012.2055 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO MÉDIO

3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 130.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2035 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS
3191000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAM
R\$ 28.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2043 RGPS - ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
3190000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 8.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2041 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
3390000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 94.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 130.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2039 RGPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
3190000000.00.018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2040 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%
3190000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 500.000,00
3350000000.00.019 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCR
R\$ 80.000,00
3390000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%
3190000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 300.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 1.100.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0006.2038 RPPS - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
3191000000.00.018 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAM...
R\$ 20.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2045 RPPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
3191000000.00.018 APLICAÇÕES DIRETAS - OP. INTRA-ORÇAM...
R\$ 80.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2046 RGPS - ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
3190000000.00 .018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 35.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 366.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1009 EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE - E. FUND.
4490000000.00 .019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
4490000000.00.019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 499.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.100.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

Lei Nº 5.232/2014

LEI Nº 5.232/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER - RFCC.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a firmar convênio com Rede Feminina de Combate ao Câncer de Curitiba - RFCC inscrita no CNPJ sob nº 78.478.021/0001-04 objetivando o repasse de recursos financeiros para a manutenção e funcionamento das atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à RFCC a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) cada, sendo duas parcelas pagas na data da assinatura do convênio e as parcelas restantes de forma mensal e consecutiva.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual

de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0008.2.022 - Contribuições Financeiras - Saúde
3.3.50.00.00.00.00.0033- Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de junho de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch
Secretário Municipal de Saúde

TERMO DE CONVÊNIO Nº 16/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER - RFCC.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Rede Feminina de Combate ao Câncer de Curitiba, inscrita no CNPJ sob nº 78.478.021/0001-04 neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município, através do Fundo Municipal de Saúde, à REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER - RFCC para auxílio à manutenção da entidade

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à RFCC a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) cada, sendo duas parcelas pagas na data da assinatura do convênio e as parcelas restantes de forma mensal e consecutiva.

CLÁUSULA TERCEIRA : A entidade RFCC obriga-se a encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único : A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.232/2014 terá prazo determinado iniciando-se na data de sua assinatura e término em 10 de dezembro de 2014 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o

torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 09 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal
Presidente RFCC

Lei Nº 5.233/2014

LEI Nº 5.233/2014

ESTABELECE NORMAS PARA VEÍCULOS DESTINADOS A CONDUÇÃO COLETIVA DE ESCOLARES, REVOGA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Os veículos destinados à condução coletiva de escolares deverão contar, no ato do requerimento da autorização ou no momento da apresentação da entrega da documentação em processo licitatório com o seguinte tempo de fabricação:

- a) Em 2014 veículos com idade máxima de 20 (vinte) anos a contar do ano de fabricação;
- b) A partir de 2015 veículos com idade máxima de 15 anos a contar do ano de fabricação, exceto micro-ônibus e ônibus
- b) A partir de 2017 ônibus e micro-ônibus com idade máxima de 15 anos a contar do ano de fabricação.

Parágrafo Único: Os veículos que trata o caput deste artigo deverão, obrigatoriamente, passar por vistoria a cada 04 (quatro) meses.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a na data de sua publicação, revogando a lei nº 5.044/2013 de 18 de julho de 2013 e Lei n. 5.208/2014.

Curitiba, 10 de junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.234/2014

LEI Nº 5.234/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Vanderlei da Luz, inscrito no CPF sob n. 050.271.869-24, do lote 15 da quadra 23A (Antiga 38), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado ao lado norte da Rua Victor Antonio Gava esquina ao leste da Rua Luis Carlos de Oliveira, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei: Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 01 da mesma quadra; Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Victor Antonio Gava; Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 14 da mesma quadra; Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 com a Rua Luis Carlos de Oliveira.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 10 de junho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.235/2014

LEI Nº 5.235/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O LAR NOVA ALVORADA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência- FIA, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com o LAR NOVA ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, estabelecido neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 22.330,00 (vinte e dois mil, trezentos e trinta reais), sendo a primeira no valor de R\$ 8.330,00 (oito mil, trezentos e trinta reais) na data de assinatura do convênio e as demais no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) de forma mensal e consecutiva destinada ao atendimento de programas sociais autorizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente através da Ata nº 20/2014

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 - Manutenção das atividades do Fundo Mun. Criança e Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.169- Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos R\$ 22.330,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de junho de 2014.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO N. 017/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E LAR NOVA ALVORADA.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência e de outro lado LAR NOVA ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência ao LAR NOVA ALVORADA, para atendimento dos programas de atenção às crianças e adolescentes conforme o que consta da Ata n. 20/2014 da reunião dos membros do CMDCA

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 22.330,00 (vinte e dois mil, trezentos e trinta reais), sendo a primeira no valor de R\$ 8.330,00 (oito mil, trezentos e trinta reais) na data de assinatura do convênio e as demais no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) de forma mensal e consecutiva destinada ao atendimento de programas sociais autorizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente através da Ata nº 20/2014

CLÁUSULA TERCEIRA : A entidade beneficiária compromete-se a apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal nem em investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término

em 10 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.235/2014 de 10/06/2014 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 10 de junho de 2014.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Lar Nova Alvorada

Lei Nº 5.236/2014

LEI Nº 5.236/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, autorizado a firmar convênio com a CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, inscrita no CNPJ sob nº 02.011.065/0002-49 objetivando o repasse mensal de recursos financeiros para o atendimento de programas aprovados pelo CMDCA.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo/FIA repassará à CRAVI a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) cada, sendo duas parcelas pagas na data de assinatura do convênio e as parcelas restantes de forma mensal e consecutiva para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através da Ata n. 20/2014.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 - Manutenção das atividades do Fundo Mun. Criança e Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.169- Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos R\$ 15.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO N. 018/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, inscrita no CNPJ sob nº 02.011.065/0002-49, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à CRAVI para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo/FIA passará à CRAVI a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) cada, sendo duas parcelas pagas na data de assinatura do convênio e as parcelas restantes de forma mensal e consecutiva para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através da Ata n. 20/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA : A CRAVI obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único: A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.236/2014 de 10/06/2014 terá prazo determinado iniciando-se na data de sua assinatura e término em 10 de dezembro de 2014 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 10 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

CRAVI

Lei Nº 5.237/2014

LEI Nº 5.237/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA CURITIBANENSE - AACCR.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a Associação dos Amigos da Criança Curitibaense - AACCR inscrita no CNPJ nº 05.791.242/0001-64 estabelecida neste município e que mantém serviços culturais e assistenciais a crianças.

Art. 2º Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em quatro parcelas mensais no valor de R\$ 2.500,00 00 (dois mil e quinhentos reais) cada, sendo duas parcelas pagas na data da assinatura do convênio, e as duas parcelas restantes de forma mensal e consecutiva, para atendimento aos programas sociais autorizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente através da Ata nº 20/2014.

Art. 3º - A Associação beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 - Manutenção das atividades do Fundo Mun. Criança e Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.00.000 - Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos R\$ 10.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 019/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA CURITIBANENSE - AACCR ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Associação dos Amigos da Criança Curitibanense inscrita no CNPJ nº 05.791.242/0001-64 estabelecida neste município, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em quatro parcelas mensais no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada, sendo duas parcelas pagas na data da assinatura do convênio, e as duas parcelas restantes de forma mensal e consecutiva, para atendimento aos programas sociais autorizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente através da Ata nº 20/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Associação beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município. **CLÁUSULA QUARTA:** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem em investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.237/2014 de 17/06/2014 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 17 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Presidente Associação

Lei Nº 5.238/2014

LEI Nº 5.238/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo

Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.341/0001-80, estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em seis parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 5.000,00 a partir do mês de junho de 2014 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 086/CMAS/2014.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 - Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.0000 - Transferências a Instituições sem fins lucrativos R\$ 30.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVENIO Nº 020/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531.619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal de Assistência Social e de outro lado ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.341/0001-80, neste ato representado por sua Presidente Cleusa Maria Olivo Pellizzaro, inscrita no CPF n. 296.434.499-04, residente e domiciliado na Rua Artur Formighieri, 54 Bairro São Luiz em Curitiba SC, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E A FINALIDADE DO CONVÊNIO

O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMAS, conforme Ata 86/CMAS/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;
A CONVENIENTE obriga-se a:

I - Executar o objeto do projeto aprovado pelo Conselho, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II - Encaminhar relatório de suas atividades e prestação de

contas dos recursos recebidos conforme instruções do Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

X - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV - manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V - comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autoriza- do pelo MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I - Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL A SER TRANSFERIDO,
Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em seis parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 5.000,00 a partir do mês de junho de 2014, por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguir:

04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 - Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.0000 - Transferências a Instituições sem fins lucrativos R\$ 30.000,00

CLÁUSULA QUARTA : DAS VEDAÇÕES

É vedada a aplicação das verbas destinadas ao presente convênio, no mercado financeiro, ou finalidades contrárias às da CONVENIENTE sob pena de rescisão e responsabilidade de seus dirigentes, prepostos ou sucessores e os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DO FUNDAMENTO E RESCISÃO

Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.238/2014 de 17/06/2014 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos participantes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 17 de junho de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Associação Beneficente Frei Rogério

Presidente FMAS

Lei Nº 5.239/2014

LEI Nº 5.239/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE CO- OPERAÇÃO FINANCEIRA COM O LAR NOVA ALVORADA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FMAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com o LAR NOVA ALVORADA, inscrita no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) em seis parcelas mensais, sendo a primeira, no mês de junho de 2014, no valor de R\$ 5.500,00 e as demais iguais e consecutivas no valor de R\$ 4.500,00 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 086/ CMAS/2014.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 - Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.0000 - Transferências a Instituições sem fins lucrativos R\$ 28.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de junho de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVENIO Nº 021/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E O LAR NOVA ALVORADA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15,

Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal de Assistência Social e de outro lado LAR NOVA ALVORADA, inscrita no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, neste ato representado por sua Presidente Juliane Coelho de Ávila Tambosi, inscrita no CPF n. 041.001.859-79, residente e domiciliado a Av. Salomão Carneiro de Almeida, 205 em Curitiba em Curitiba SC, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E A FINALIDADE DO CONVÊNIO

O presente convênio objetiva o repasse de verbas ao LAR NOVA ALVORADA, para atendimento dos programas aprovados pelo CMAS, conforme Ata 86/CMAS/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES; A CONVENIENTE obriga-se a:

I - Executar o objeto do projeto aprovado pelo Conselho, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II -Encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

X - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV - manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V - comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I - Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL A SER TRANSFERIDO, Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) em seis parcelas mensais, sendo a primeira, no mês de junho de 2014, no valor de R\$ 5.500,00 e as demais iguais e consecutivas no valor de R\$ 4.500,00 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 086/CMAS/2014, por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguir:

04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2014 - Manutenção das atividades do FMAS

33500000.0000.0000 - Transferências a Instituições sem fins lucrativos R\$ 28.000,00

CLÁUSULA QUARTA : DAS VEDAÇÕES

É vedada a aplicação das verbas destinadas ao presente convênio, no mercado financeiro, ou finalidades contrárias às da CONVENIENTE sob pena de rescisão e responsabilidade de seus dirigentes, prepostos ou sucessores e os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DO FUNDAMENTO E RESCISÃO

Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.239/2014 de 17/06/2014 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 17 de junho de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Lar Nova Alvorada

Presidente FMAS

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 36/2014

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO TIPO BIOMETRICO, COM INSTALAÇÃO INCLUSA, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO 1 DESTE EDITAL.Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/07/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 15/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 26 de Junho de 2014.

Kleberson Luciano Lima Diego Sebem Wordell

Presidente do Fundo Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

5224 2014 Resultado Final do Edital 002/2014

DECRETO Nº 5224/2014.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DOS INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologado o resultado final dos candidatos abaixo relacionados inscritos para seleção da prova de títulos. Os nomes estão de acordo com o resultado final, conforme segue:

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Classificação	Professor	Prova de títulos	Tempo de serviço	Total
1º	Noemi Verfer da Silva	1,73	1,20	2,93
2º	Nelvi Rauber da Costa	1,58	1,20	2,78
3º	Patrícia de Marchi Mattos	1,73	0,18	1,91
4º	Micheli Cristina Woiciecki	1,21	000	1,21
5º	Leci Roselei Schrader Dalmagro	1,16	000	1,16

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Não houve inscrições

Professor de Séries Iniciais - Habilitado

Classificação	Professor	Prova de títulos	Tempo de serviço	Total
1º	Zanete Beal	1,93	1,20	3,13
2º	Leane Catarina Bohnenberger	1,21	1,20	2,41
3º	Roseli Bueno Dambros	2,00	000	2,00
4º	Evelin Carini de Quevedo Albrecht	1,73	000	1,73

Professor de Séries Iniciais - Não Habilitado

Classificação	Professor	Prova de títulos	Tempo de serviço	Total
1º	Rosane Gomes de Andrade Souza	1,63	1,20	2,83
2º	Rosana Lucia Ceruti	1,26	0,38	1,64
3º	Aline Beal	0,41	000	0,41

4º	Allison Caroline Olbermann	0,36	000	0,36
5º	Patrícia de Camargo	0,12	000	0,12
6º	Elisane Bach	0,05	000	0,05
7º	Jocimar dos Santos Mazzoleni	000	000	000
8º	Carina Gisela Alves Pompeo	000	000	000

NUTRICIONISTA

Classificação	Nutricionista	Total
1º	Aline Vanin	0,72

FONOAUDIÓLOGA

Classificação	Nutricionista	Total
1º	Vanessa Tremea	0,60

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JUNHO DE 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.
Data 25/06/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS

Secretario Municipal

Ermo**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 30/2014**

EXTRATO DO CONTRATO nº 30/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Betha Sistemas Ltda

OBJETO: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Livro Eletrônico, Nota Fiscal Eletrônica e Atendimento ao contribuinte via web com acessos ilimitados, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional.

VIGÊNCIA: 01/06/2014 á 31/07/2017

VALOR TOTAL: R\$ 38.123,60 (trinta e oito mil reais, cento e vinte e três reais e sessenta centavos).

Data da assinatura: 29/05/2014

Extrato do Contrato Nº 31/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 31/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda

OBJETO: Aquisição de 15.500 litros de combustível (Diesel S10) para serem utilizados nos veículos novos da Secr. Educação: Ducato placa MMK-7374 e Ônibus placa OKH-2594 e da Secr. Obras: Caçamba placa MKH-3912, de forma parcelada, durante o exercício de 2014.

VIGÊNCIA: 06/06/2014 á 31/12/2014

VALOR TOTAL: R\$ 40.284,50 (quarenta mil, duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 06/06/2014

Forquilha**PREFEITURA****Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 46/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 46/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 265/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP.

DO OBJETO - Construção de uma quadra poliesportiva escolar coberta com vestiários (980,40 m²), através do Termo de Compromisso nº. PAC204528/2013, firmado pelo município de Forquilha/SC junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme projetos que fazem parte integrante deste termo contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 265/PMF/2013, sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 17/06/2014 passará para 15/10/2014, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 13/01/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 16 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 104/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 104/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - IND. E COM. DE LACTICÍNIOS VENEZA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de "gêneros alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades dos Programas CRAS e CREAS, durante o exercício corrente, por meio da Secretaria de Assistência Social do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 19.920,00 (dezenove mil novecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1301.2022.3390 (205), 1301.2025.3390 (212).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 85/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 08 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 90/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 90/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - IND. E COM. DE LACTICÍNIOS VENEZA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 20.840,00 (vinte mil oitocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA - 31/08/2014.

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (65), (66).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 75/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 112/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 112/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LIBRELATO IMPLM. AGRICOLAS E ROD. LTDA

OBJETO - O presente Termo Contratual tem por objetivo a aquisição de um coletor compactador de lixo, com capacidade volumétrica mínima de 15 m³, instalado no chassi do caminhão, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 78.500,00 (setenta e oito mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias contado a partir da data de assinatura. - 28/06/2015.

DOTAÇÃO - 0703.1012.4490 (126).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 107/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 29 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Ata do Edital de Concorrência Pública Nº. 119/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 119/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 119/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA JACOB WESTRUP, EXTENSÃO DE 2.500 METROS (ESTACA 68 + 020 ATÉ ESTACA 70 + 520) NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC CONFORME CONVÊNIO JUNTO AO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Às nove horas do dia vinte e seis do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 119/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA., SETEP CONSTRUÇÕES S.A. e CONSTRUTORA NUNES LTDA., protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com os participantes das empresas Construtora Nunes a Sra. Deise Delfino, Confer Construtora o Sr. Pedro da Silva e o engenheiro civil Sr. Leandro Arns Back. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as mesmas foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na

forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto os envelopes nº. 02 da Proposta de Preço, os preços globais apresentados foram: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA. R\$ 2.918.065,03 (dois milhões novecentos e dezoito mil sessenta e cinco reais e três centavos); SETEP CONSTRUÇÕES S.A R\$ 2.977.967,43 (dois milhões novecentos e setenta e sete mil novecentos e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos); CONSTRUTORA NUNES LTDA. R\$ 2.932.637,90 (dois milhões novecentos e trinta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e noventa centavos). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA., foi conferida pela comissão de licitação, a mesma certificou-se que a proposta apresentada de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora a empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA. As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 26 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO TAINARA REDIVO
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA LEANDRO ARNS BACK
Membro da Comissão Engenheiro Civil

CONSTRUTORA NUNES LTDA
Deise Delfino Nunes

CONFER CONST. FERNANDES LTDA.
Pedro da Silva

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 19/FMS/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 19/FMS/2014;

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS I), por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de julho de 2014 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 25 de junho de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Ata do Edital de Tomada de Preço Nº. 127/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 127/PMF/2014

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 127/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA IRMÃ MARIA GERTRUD HOEPERS, CENTRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, COM EXTENSÃO DE 177,57 METROS, CONFORME PROPOSTA Nº. 11526 E PROGRAMA Nº. 2014002151 DA SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/CRICIÚMA JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC.

Às onze horas do dia vinte e três do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, juntamente com o Gerente de Obras, o Prefeito Municipal, o Procurador Geral do Município e o representante da empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, Sr. Rodrigo de Souza Germano, para reavaliação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 127/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo verificou a diferença entre o valor total licitado e as condições conveniadas por meio do Convênio nº. 2014 TR002243. Percebeu-se que o item 2 (2.1 e 2.2) da planilha orçamentária licitada e, consequentemente, da planilha vencedora, correspondem a contrapartida física (de bens e serviços) apresentada pelo Município de Forquilha junto à Secretaria Do Estado De Desenvolvimento Regional/Criciúma. Tempestivamente, analisando os fatos e descoberto o equívoco, em comum acordo, as partes envolvidas neste processo licitatório decidem pela exclusão dos itens supracitados da planilha vencedora deste processo licitatório. Foi frisado ainda que serão mantidas todas as demais condições licitadas, visto que cumpre com o disposto do edital e com o que prevê o Convênio firmado entre a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma e a Prefeitura Municipal de Forquilha/SC. Com base nesta reunião, a empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA. comprometeu-se em apresentar nova planilha orçamentária com o valor final de R\$ 116.404,57 (cento e dezesseis mil quatrocentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 23 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA

Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK

Engenheira Civil

CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA.

Rodrigo de Souza Germano

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ANDER LUIZ WARMLING

Procurador Geral

Nota de Anulação - Contrato 123/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE ANULAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, tornar sem efeito o extrato de contrato PMF nº. 123/2014 publicado em 25 de junho de 2014 neste veículo de comunicação, devido ao valor equivocado no respectivo contrato.

Forquilha, 26 de junho de 2014.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Gerente de Contratos e Convênios

Extrato de Contrato PMF Nº. 123/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 123/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA,

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, a execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Rua Irmã Maria Gertrud Hoepers, Centro, Município de Forquilha, com extensão de 177,57 metros, conforme Proposta nº. 11526, Programa nº. 2014002151 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma e Convênio nº 2014 TR 002243 junto a Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

VALOR - R\$ 116.404,57 (cento e dezesseis quatrocentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos)

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura. - 19/02/2015.

DOTAÇÃO - 0702.1017.4490 (119) e (121) - Proposta nº. 11526, Programa nº. 2014002151 - SDR Criciúma.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 127/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 24 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de Errata: Pregão Presencial Nº. 135/PMF/2014

AVISO DE ERRATA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 135/PMF/2014

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Aviso de Licitação do Pregão Presencial Nº. 135/PMF/2014 publicado em 16 de junho de 2014 neste veículo de comunicação. Segue a seguinte retificação:

Onde se lê: "6.1.8. prazo de garantia: o período de garantia deverá ser de no mínimo 12(doze) meses pleno sem limite de horas."

Leia-se: "6.1.8. prazo de garantia: o período de garantia deverá ser de no mínimo 2000(duas mil) horas."

Em virtude desta alteração não alterar a formulação da proposta de preço, mantém-se a data de abertura do presente processo licitatório para: 03 de julho de 2014 às 14:00 horas. Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 26 de junho de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

Aviso do Pregão Presencial Nº 0081/2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0081/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: O presente pregão tem como objeto a aquisição de avental para auxiliares de alimentação dos Centros de Educação Infantil e Municipal. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 10.07.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 25 de junho de 2014.
Ivo Biazolo - Prefeito Municipal

Decreto Nº 0167/2014

DECRETO Nº 167, DE 26 DE JUNHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação	
07.01 - Educação Geral	
12.361.0005.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.300 (67)	R\$ 30.000,00
12.365.0005.2.013 - Manutenção da Educação Infantil	
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.300 (91)	R\$ 20.000,00
Total	R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação	
07.01 - Educação Geral	
12.361.0005.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.300 (64)	R\$ 30.000,00
12.365.0005.2.013 - Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.300 (88)	R\$ 20.000,00
Total	R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 26 DE JUNHO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0027/2014 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0132/2014 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0027/2014 - PMF

Objeto: Inscrições de três servidores municipais da Secretaria e Educação: Roalves Polesse, João Belotto e Ademar de Deus para participação no curso: "Monitores do Transporte Escolar: Novas Exigências Legais e Regras de Procedimento", nos dias 26 e 27 de junho de 2014 em Videira-SC. Contratada: AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe inscrita no CNPJ sob nº 82.828.336/0001-01 Valor e pagamento: R\$ 754,00 (setecentos e cinquenta e quatro reais) até 04/07/2014. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 25 de junho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1250/2014

PORTARIA N.º 1.250, DE 26 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 14 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROBERTO RODRIGUES BELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.709.619-38, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1251/2014

PORTARIA N.º 1.251, DE 26 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 052/2014 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JORGE LUIZ RIVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 074.704.679-47, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 20 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1252/2014

PORTARIA N.º 1.252, DE 26 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0045 de 05 de novembro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 052/2014 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ESTÉFANI GOETEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.704.029-90, contratada em caráter temporário na função de ISTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 até 20 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0013/2014-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0013/2014 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares na Rua Amâncio Chelli, no Bairro Roland Mayer, Loteamento Vila Nova, nesta cidade, com área total a pavimentar de 6.009,18 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação das empresas TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA ME enquadrada como Microempresa; CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA enquadrada como Empresa de Pequeno Porte e SÉCULOS INC. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME enquadrada como Microempresa. Abertos e após análise dos documentos da Habilitação, foram INABILITADAS pela Comissão: TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA ME e CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, pelo não atendimento regular de alguns itens do Edital e foi HABILITADA pela Comissão: SÉCULOS INC. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME. Desta forma, transcorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, fica apazada a data 07/07/2014 às 09h15min para abertura e julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 26 de junho de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Certidão**CERTIDÃO**

Certificamos para os devidos fins legais, que não houveram inscritos no EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0005 DE 20 DE MAIO DE 2014, para a função de AGENTE OPERACIONAL, não havendo, portanto, divulgação e homologação de classificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Fraiburgo, 26 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba**PREFEITURA****Resolução Nº 009/2014 - CMDCA**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GAROPABA - SC

LEI MUNICIPAL Nº 446/93

Resolução nº 09 de 24 de junho de 2014.

Dispõe sobre a criação de uma Comissão Intersetorial destinada à Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA, no uso de suas atribuições estabelecidas, respectivamente, nos artigos 227 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 12.594/12 que instituiu o SINASE, RESOLVE:

Art. 1º Criar Comissão Intersetorial destinada à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º A Comissão Intersetorial será composta pelos seguintes representantes:

- a) Um representante do Conselho Tutelar;
 - b) Um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
 - c) Um representante do Centro de Referência Assistência Social - CRAS
 - d) Um representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
 - d) Um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
 - e) Um representante da Secretaria de Esporte
 - f) Um representante do NASF;
 - g) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - h) Um representante da Polícia Militar;
 - i) Um representante da Polícia Civil;
 - j) Um representante da Escola Estadual de Ensino Fundamental José Rodrigues Lopes;
 - k) Um representante da Escola Estadual MARIA CORREA SAAD,
- Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das atividades de discussão e elaboração do Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo, outros representantes de órgãos públicos e/ou cidadãos que tenham relação com o objeto da presente Resolução e/ou possam auxiliar e contribuir com informações imprescindíveis à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo.
- Art. 3º A Coordenação Executiva da Comissão Intersetorial eleita por maioria simples pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente será composta pelos seguintes membros:
- Cenir Grunthal Ramos, como coordenadora;
- Itamar Jose Duarte Junior, como Vice-Coordenador;
- Marcelo da Silva, como primeiro secretário;
- Iara Rosane Vargas, como segunda secretaria;
- Art. 4º O Coordenador, Vice-coordenador e Secretários exercerão tais funções pelo período de dois anos.
- § 1º As reuniões da Comissão Intersetorial serão convocadas pelo Coordenador, Vice ou Secretário, conferindo-se ciência aos demais membros da Comissão e a eventuais convidados, com no mínimo 03 (três) dias de antecedência.
- Art. 5º Compete à Comissão Intersetorial elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, devendo para tanto:
- a) Promover, de acordo com o artigo 7º, § 2º da Lei Federal nº 12.594/12, a elaboração de diagnóstico da situação municipal referente à situação dos adolescentes em conflito com a lei;
 - b) Estimular a participação de todos os agentes do Sistema de Defesa e Garantia de Direitos, que compõe a rede no município, na discussão, elaboração e implementação do Plano Municipal;

- c) Submeter ao CMDCA o diagnóstico, propostas, relatórios e conclusões da Comissão Intersetorial visando à aprovação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;
- d) Propor ao CMDCA, caso necessário, a elaboração de normas destinadas a proporcionar a implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;
- e) Realizar o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo aprovado e as ações necessárias para sua devida implementação;
- f) Elaborar e encaminhar relatórios Semestral a respeito do acompanhamento e da implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo aprovado, indicando as medidas/ ações concretizadas e aquelas ainda não executadas e as razões respectivas, ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º As atas elaboradas pela Comissão deverão ser encaminhadas para ciência, por meio digital ou em caso de impossibilidade, por escrito, a todos os membros, aos convidados e ao CMDCA.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2014

Luciana Correa de Abreu

Presidente do CMDCA

Homologação de Resultado do Processo Seletivo N.º 009/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2014

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 009/2014, para os seguintes cargos:

PROFESSOR C/ LICENCIATURA - PEDAGOGIA - 40HORAS

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
01	Érica Amboni Rocha
02	Marilisa Menezes
03	Ricardo de Castro Gordo
04	Gabriela de Amorim Crispim
05	Jussara Machado da Rosa Duarte
06	Lais Bardini Alves Felipe
07	Rogério Winter de Oliveira
SEM HABILITAÇÃO	
01	Ana Paula da Silva Martins
02	Rafaela Vieira Adriano
03	Aline Denise Ferreira

PROFESSOR C/ LICENCIATURA - PEDAGOGIA - 20HORAS

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
01	Heloiza F. de Oliveira
02	Georgina Dornelles Saraiva
03	Amanda Martins Lourenço
04	Tais Minae Gomes Massuda
05	Mª Cristina de Abreu
06	Daiani Souza da Silva Teixeira
SEM HABILITAÇÃO	
01	Liane Zwetsch
02	Márcia Miranda Barbosa Mello
03	Vanessa Souza
04	Eliana Ludwig - INDEFERIDO

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
017	Adriana Teixeira Fraga

PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
01	Douglas da Silva Silveira
02	Muriel de O. Overbeck Quoos
03	Rodolfo Neves Hemkemaier
04	Felipe de Marco Pessoa
05	Marlonei de Oliveira Leal
06	Pedro Ruschel Correa de Oliveira

MERENDEIRA - 40 HORAS

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
01	Rosélia do Nascimento Oliveira
02	Lucia Pacheco
03	Mariana de Oliveira
04	Maurina Gonçalves
05	Neide Patricio Ferreira
06	Aline Andrade
07	Analú Alice de Magalhães Siridakis
08	Angela Mª de Mello Fan
09	Olga Jussara Correa Guedes
10	Rita de Cassia Maia de Oliveira
11	Amanda Bering Volpi
12	Cintia de Jesus

SERVENTE - 40 HORAS

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
01	Rosélia do Nascimento Oliveira
02	Maurina Gonçalves
03	Neide Patricio Ferreira
04	Silvia Alves Flôr
05	Elizabete Pereira
06	Analú Alice de Magalhães Siridakis
07	Angela Mª de Mello Fan
08	Olga Jussara Correa Guedes
09	Maria de Abreu Lopes
10	Cintia de Jesus

Garopaba, 25 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 27/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

Portaria RH 43/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 43/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MAICON JOSE ISENSEE, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 13/03/2006 a 16/03/2011, devendo folgar a partir de 30/06/2014 a 27/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Dispensa de Licitação Nº 112/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Dispensa de Licitação Nº 112/2014

OBJETO: Contratação de entidade para a organização da 28ª edição do Festival de Bandas e Fanfarras de Gaspar. CONTRATO: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS E FANFARRAS DO VALE DO ITAJAÍ- ABAFAVI (07.609.553/0001-95). Valor Total Julgado: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). BASE LEGAL: Art. 24, II da lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 24 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR

Aviso do Aditivo do Pregão Nº 38/2014 - SAMAE AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Aquisição de bote inflável com motor e coletes salva vidas, que foi efetivada alteração. A data de entrega e abertura dos envelopes permanecerão inalteradas. O local para entrega e abertura, bem como a retirada do Aditivo é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site:www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 26 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Aviso do Aditivo do Pregão Nº 37/2014 - SAMAE AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Registro de preços visando a aquisição de materiais de expediente, que foi alterada a data de recebimento e abertura do certame, fica redesignado o dia 15/07/2014 às 08:45 horas para o recebimento dos envelopes e às 09:00 horas do mesmo dia para abertura do certame. O local para entrega e abertura, é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site:www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 26 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 42/2014

RESOLUÇÃO Nº 42/2014

Autoriza a reabertura e o processamento de procedimento licitatório para contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia celular móvel pessoal.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e art. 45, incisos I e IX, do Regimento Interno da Edilidade.

CONSIDERANDO que os Vereadores da Edilidade utilizam seus aparelhos de telefonia celular e planos próprios para o exercício da vereança e sem qualquer ressarcimento pelo erário público;

CONSIDERANDO a necessidade desta Casa Legislativa de fornecer aos Vereadores condições para o exercício da vereança com eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção ou mesmo a diminuição de custos relativamente a ligações para o sistema de telefonia celular móvel;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição

Federal, bem como o disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002;

CONSIDERANDO que certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 01/2014, ocorrido no dia 05 de junho do corrente, foi DESERTO;

CONSIDERANDO que este procedimento licitatório, a ser realizado, esta em total consonância com o procedimento anterior realizado, pregão presencial nº 01/2014, tendo naquela oportunidade o Procurador Jurídico desta Edilidade exarado parecer favorável a sua regular tramitação.

CONSIDERANDO o teor do Ofício Presidência nº 122/2014, em que a Presidência da Edilidade solicita a reabertura de procedimento licitatório para contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia celular móvel pessoal;

CONSIDERANDO o Orçamento, o Projeto Básico e a Minuta do Edital de Licitação e do Contrato elaborados pela Presidência da Edilidade, bem como a informação do setor de contabilidade acerca da dotação orçamentária e financeira;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a reabertura e o processamento de procedimento licitatório, modalidade pregão presencial, para contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia celular móvel pessoal, tudo conforme os seguintes documentos anexos:

I - Anexo I - Orçamento;

II - Anexo II - Projeto Básico; e

III - Anexo III - Minuta de Edital de Licitação.

Parágrafo único. A minuta do edital de licitação, incluindo a minuta do contrato, anexa a esta Resolução poderá ser adequada para melhor atendimento da demanda desta Edilidade após parecer da Procuradoria Jurídica da Casa.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento vigente da Câmara Municipal de Gaspar, na seguinte dotação orçamentária: Órgão: 001 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 001 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 001 - Manutenção do Legislativo; Ação: 2.200004 - Materiais e Serviços de Terceiros em Geral; Modalidade: 3.3.3.9.0.00 - Aplicações Diretas; Dotação: 3.3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar,
em 18 de junho de 2014.
MESA DIRETORA

Marcelo de Souza Brick Andréia Symone Zimmermann Nagel
Vereador - Presidente Vereador - Vice Presidente

Ciro André Quintino José Hilário Melato
Vereador - Primeiro Secretário Vereador - Segundo Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato de Contrato 43/2014

Extrato de Contrato Nº 043/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2014

PREGÃO PRESENCIAL 28/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: PAULINEIA LOTTERMANN REIS ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSO DO CONVÊNIO DO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE.

Valor do contrato: R\$21.966,00

Governador Celso Ramos, 19 de Maio de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 44/2014

Extrato de Contrato Nº 044/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2014

PREGÃO PRESENCIAL 28/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: PLASMEDIC COM. DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSO DO CONVÊNIO DO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE.

Valor do contrato: R\$42.377,75

Governador Celso Ramos, 19 de Maio de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 45/2014

Extrato de Contrato Nº 045/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2014

PREGÃO PRESENCIAL 28/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSO DO CONVÊNIO DO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE.

Valor do contrato: R\$82.494,00

Governador Celso Ramos, 19 de Maio de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 46/2014

Extrato de Contrato Nº 046/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2014
PREGÃO PRESENCIAL 28/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CONTRATADA: SANDRO VILMAR PIRES ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSO DO CONVÊNIO DO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE.
Valor do contrato: R\$29.865,00

Governador Celso Ramos, 19 de Maio de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 47/2014

Extrato de Contrato Nº 047/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2014
PREGÃO PRESENCIAL 22/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CONTRATADA: RICARDO MIRANDA DA ROSA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA (INSTRUTOR) PARA DAR APOIO TÉCNICO A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.
Valor do contrato: R\$28.000,00

Governador Celso Ramos, 20 de Maio de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 48/2014

Extrato de Contrato Nº 048/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2014
CARTA CONVITE 011/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CONTRATADA: PROCER EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE TONER PARA IMPRESSORAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
Valor do contrato: R\$27.600,00

Governador Celso Ramos, 20 de Maio de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 49/2014

Extrato de Contrato Nº 049/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CONTRATADA: MAURI GOMES

OBJETO: O presente Termo de Dispensa de Licitação visa à Locação de Imóvel situado na Av. Nézio João Miranda, nº 74, Areias de Baixo, constituído de 04 (quatro) salas de aproximadamente 28 m² totalizando 112 m² para uso da Secretaria de Educação, sendo que a mesma deve atender as características e normas pertinentes.

Valor do contrato: R\$2.000,00 MENSAIS ATÉ 26/05/2015

Governador Celso Ramos, 26 de Maio de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 50/2014

Extrato de Contrato Nº 050/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CONTRATADA: JORNAL BIGUAÇU EM FOCO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 50 ASSINATURAS DO JORNAL "BIGUAÇU EM FOCO" PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

Valor do contrato: R\$6.996,50

Governador Celso Ramos, 26 de Maio de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Grão Pará

PREFEITURA

Pregão Presencial 23/2014 Merenda

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 61/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 23/2014-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA MERENDA ESCOLAR E PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 10/07/2014, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 26 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 24/2014 Copa E Hig.

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 62/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 24/2014-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA E HIGIENE PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ.

Data e Horário de Abertura: 11/07/2014, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 26 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**Decreto Df 38/2014 - Contabilidade****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000038/14 de 26 de Junho de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(015)4.4.90.00.00.00.00.2.034-0154 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Total Suplementação: 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(009)3.3.50.00.00.00.00.2.034-0154 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 10.000,00

Total Anulação: 10.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Junho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Junho de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 267/2014

PORTARIA Nº. 267/2014

TRANSFERE Lidia Fogaça Osowski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Transferir Lidia Fogaça Osowski, na função de Agente de Serviços Gerais, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico à Secretaria de Educação, a partir de 24 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24 de junho de 2014.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 4144/2014

LEI Nº. 4144/2014

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 5.029.790,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 5.029.790,00 (cinco milhões vinte e nove mil setecentos e noventa reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0006	SEGURANCA PUBLICA
02.001.0006.0182	DEFESA CIVIL
02.001.0006.0182.0014	Defesa Civil
02.001.0006.0182.0014.2080	Manutencao das atividades da defesa civil
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (20.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (112.000,00)

04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZACAO
04.001.0004.0126.0004	Administração Geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das atribuições de Apoio Administrativo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (220.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS
04.001.0004.0129.0004	Administração Geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das ações de Arrecadação e Fiscalização
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (37.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0004	Aposentadorias e Pensões
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (76.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2016	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (312.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manut da Unidades Escolares do Ensino In
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (110.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL

06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (Creches)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (50.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2078	Centro de Acompanhamento Educacional - CAED Infant
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (5.500,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Pré-Escolas)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (250.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0023.0333.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de acoes de apoio à qualificação profission
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (41.000,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das acoes de apoio a iniciativas produtivas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (1.000,00)
21	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
21.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
21.001.0004	ADMINISTRACAO
21.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
21.001.0004.0122.0004	Administração Geral
21.001.0004.0122.0004.2140	Manutenção das atividades da Secretaria Mun. de Ge

3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (8.000,00)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2032	Manutencao das atividades da Secretaria Municipal
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (545.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2035	Manutencao do atendimento nas unidades basicas e a
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (105.950,00)
	Valor: (360.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (200.000,00)
	Valor: (144.950,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da atencao basica variavel - saude da familia
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (975.110,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE

12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2042	Manutencao de atendimentos de fisioterapia
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (31.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2043	Piso da atencao basica variavel - agentes comunita
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (2.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2044	Assistencia farmaceutica basica
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (90.000,00)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2068	Manutencao das acoes de protecao ao menor
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (44.000,00)
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (159.000,00)
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM

13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2069	Atencao a pessoas e familiares em situacao especia
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (22.000,00)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
17	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
17.001	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
17.001.0010	SAUDE
17.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
17.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
17.001.0010.0302.0006.2036	Manutencao do atendimento hospitalar - HMSA
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (1.017.280,00)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2096	Manutencao da biblioteca publica municipal e arqui
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (91.000,00)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas

Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2003	Manutenção das Atividades do Gabinete Prefeito
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2004	Divulgação de Atos e Fatos Administrativos

3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Pref
02.001.0004.0122.0002.2006	
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
	Manutenção das Atividades do Gabinete Prefeito
02.001.0004.0122.0002.2003	
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (56.000,00)
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Pref
02.001.0004.0122.0002.2006	
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (6.000,00)
03	PROCURADORIA
03.001	PROCURADORIA
03.001.0004	ADMINISTRACAO
	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO
03.001.0004.0062	
03.001.0004.0062.0002	Gestão Administrativa Superior
	Manutenção das Atribuições da Procuradoria Municp
03.001.0004.0062.0002.2007	
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (10.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
	Construção e Ampliação de Unidades Administrativas
04.001.0004.0122.0002.1010	
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral

04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (20.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio CIGA
	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
3447100000000000	
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.190,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS
04.001.0004.0129.0004	Administração Geral
	Manutenção das ações de Arrecadação e Fiscalização
04.001.0004.0129.0004.2008	
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0003	Serviços de Utilidade Pública
04.001.0004.0122.0003.2098	Manutenção das Ações do PROCON
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (31.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
	Manutenção das ações de Apoio Logístico, Compras A
04.001.0004.0122.0004.2010	
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (193.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
04.001.0004.0122.0004.2012	
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (50.000,00)

04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio CIGA
3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (7.170,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
04.001.0004.0123.0004	Administração Geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (166.840,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0003	Precatórios e Sentenças Judiciais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
05.001.0004.0121.0004	Administração Geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento urbano
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (140.000,00)
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO
05.001.0004.0125.0004	Administração Geral
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (106.000,00)
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL

05.001.0004.0127.0004	Administração Geral
05.001.0004.0127.0004.2015	Manutenção das Atribuições do Cadastro Imobiliário
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (2.990,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.1005	Construção, Ampliação, Equip. e Reforma para Escol
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (25.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino F
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (100.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (50.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (200.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Pré-Escolas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1007	Construção, Ampliação e Equipamentos para Centro d
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (75.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Creches)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (200.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (100.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (300.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (477.500,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.

06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (250.000,00)
07	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
07.003.0016	HABITACAO
07.003.0016.0482	HABITACAO URBANA
07.003.0016.0482.0009	Assistência social
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de unidades habitacionais
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (50.000,00)
07	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
07.003.0016	HABITACAO
07.003.0016.0482	HABITACAO URBANA
07.003.0016.0482.0009	Assistência social
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de unidades habitacionais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (12.500,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
08.001.0015.0451.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0451.0011.1013	Pavimentacao e urbanizacao de vias publicas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
08.001.0015.0451.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, melhoria de calçadas (passeios publico
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
08.001.0015.0451.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0451.0011.2120	Ajardinamento de parques e pracas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0003	Serviços de Utilidade Pública
08.001.0015.0452.0003.2090	Manutenção da Rede de Iluminação Pública
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. das acoes de limpeza e conservacao de spac
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2089	Manutencao e conservacao de cemiterios
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2094	Manuntecao de pracas, trevos e demais locais ajard
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
08.001.0015.0541.0013	Meio Ambiente
08.001.0015.0541.0013.2102	Manutencao dos servicos de coleta seletiva de lixo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0542	CONTROLE AMBIENTAL

08.001.0015.0542.0007	Saneamento Básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos servicos da coleta de lixo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, corrego
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (80.000,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de equipamentos rodoviarios
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0015	URBANISMO
08.002.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.002.0015.0452.0007	Saneamento Básico
08.002.0015.0452.0007.2093	Manutencao de pavim. e rede de coleta de aguas plu
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.1001	Construcao, imp. ampliacao e reforma de rede de e
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.1002	Construcao, imp. ampliacao e estações de tratament
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.2047	Manutencao da rede de captacao de esgoto sanitario
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.2048	Manutencao dos servicos de captacao e distribuicao
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (93.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0013	CULTURA
09.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
09.001.0013.0392.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0013.0392.0012.2059	Manutencao do centro de eventos
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e implementacao de portais turisticos
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0022.0661.0012.2055	Manutencao de condominios industriais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo

09.001.0022.0661.0012.2056	Incubadora de empresas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de acoes de apoio à iniciativas produtivas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (110.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Realizacao de eventos, feiras e exposicoes
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à mercado publico e a pequenas feiras
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e implementacao de portais turisticos
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (10.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1021	Reforma do predio da rodoferroviaria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (45.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.1038	Implementacao, melhoria de sinalizacao turistica
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de acoes de apoio à iniciativas produtivas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2053	Iluminacao natalina
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à mercado publico e a pequenas feiras
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0602	PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL
10.001.0020.0602.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0602.0008.2063	Manut. dos servicos de veterinaria e inseminacao a
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (66.000,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. das acoes de qualificacao e orientacao tecn
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (170.000,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2064	Manut. das acoes de assistencia ao produtor rural
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das acoes de apoio a iniciativas produtivas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2064	Manut. das acoes de assistencia ao produtor rural
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
11	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001.0004	ADMINISTRACAO
11.001.0004.0124	CONTROLE EXTERNO
11.001.0004.0124.0002	Gestão Administrativa Superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários

	Valor: (159.000,00)
11	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001.0004	ADMINISTRACAO
11.001.0004.0124	CONTROLE EXTERNO
11.001.0004.0124.0002	Gestão Administrativa Superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO
18.001.0027.0811.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao esporte de competicao
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao esporte amador
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (37.000,00)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de esportes
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (11.000,00)
21	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
21.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
21.001.0004	ADMINISTRACAO
21.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
21.001.0004.0122.0004	Administração Geral
21.001.0004.0122.0004.2140	Manutenção das atividades da Secretaria Mun. de Ge
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)

Dotações Anuladas

Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada

12.001.0010.0301.0006.2039	Manutencao de programas especiais da saude - Conso
3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (1.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2041	Piso da atencao basica variavel - Saude bucal
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (70.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2045	Manutencao das unidades de saude
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (69.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2114	Manutencao das acoes do conselho municipal de saud
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (9.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2132	NASF SC - Cofinanciamento da atencao basica
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (29.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2033	Atendimento de urgencia e emergencia
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos servicos especializados de saude
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (85.000,00)

Dotações Anuladas

Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (225.000,00)

Dotações Anuladas

Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2096	Manutencao da biblioteca publica municipal e arqui
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (70.000,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2085	Festivais de danca, cancao, exposicoes e apresenta
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (49.990,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2085	Festivais de danca, cancao, exposicoes e apresenta
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2086	Manutencao de escolinhas culturais e atividades cu
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (700.000,00)
	Valor: (91.000,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2086	Manutencao de escolinhas culturais e atividades cu
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (19.990,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2088	Outras atividades culturais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2088	Outras atividades culturais
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 4145/2014

LEI Nº. 4145/2014

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 86.000,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.1011	Construcao, implementacao de espacos esportivos e
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (86.000,00)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (86.000,00)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de maio de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 341/2014

DECRETO Nº. 341/2014

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 5.029.790,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 5.029.790,00 (cinco milhões vinte e nove mil setecentos e noventa reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0006	SEGURANCA PUBLICA
02.001.0006.0182	DEFESA CIVIL
02.001.0006.0182.0014	Defesa Civil
02.001.0006.0182.0014.2080	Manutencao das atividades da defesa civil
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (20.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Servi- ços de Terceiros -
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (112.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZA- CAO
04.001.0004.0126.0004	Administração Geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das atribuições de Apoio Administrativo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (220.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS
04.001.0004.0129.0004	Administração Geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das ações de Arrecada- ção e Fiscalização
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (37.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS

04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0004	Aposentadorias e Pensões
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (76.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2016	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (312.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manut da Unidades Escolares do Ensino In
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (110.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (Creches)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (50.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2078	Centro de Acompanhamento Educacional - CAED Infant
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (5.500,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Pré-Escolas)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (250.000,00)

09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0023.0333.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de acoes de apoio à qualificação profission
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (41.000,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das acoes de apoio a iniciativas produtivas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (1.000,00)
21	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
21.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
21.001.0004	ADMINISTRACAO
21.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
21.001.0004.0122.0004	Administração Geral
21.001.0004.0122.0004.2140	Manutenção das atividades da Secretaria Mun. de Ge
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (8.000,00)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2032	Manutencao das atividades da Secretaria Municipal
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (545.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2035	Manutencao do atendimento nas unidades basicas e a
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (105.950,00)
	Valor: (360.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (200.000,00)
	Valor: (144.950,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da atencao basica variavel - saude da familia
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (975.110,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2042	Manutencao de atendimentos de fisioterapia
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (31.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2043	Piso da atencao basica variavel - agentes comunitaria
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (2.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2044	Assistencia farmaceutica basica

3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (90.000,00)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2068	Manutencao das acoes de protecao ao menor
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (44.000,00)
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (159.000,00)
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2069	Atencao a pessoas e familiares em situacao especia
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (22.000,00)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
17	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
17.001	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
17.001.0010	SAUDE
17.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
17.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
17.001.0010.0302.0006.2036	Manutencao do atendimento hospitalar - HMSA
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (1.017.280,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARA-MIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARA-MIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2096	Manutencao da biblioteca publica municipal e arqui
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (91.000,00)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2003	Manutenção das Atividades do Gabinete Prefeito
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2004	Divulgação de Atos e Fatos Administrativos
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Pref
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2003	Manutenção das Atividades do Gabinete Prefeito
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (56.000,00)
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL

02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Pref
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (6.000,00)
03	PROCURADORIA
03.001	PROCURADORIA
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0062	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO
03.001.0004.0062.0002	Gestão Administrativa Superior
03.001.0004.0062.0002.2007	Manutenção das Atribuições da Procuradoria Municip
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (10.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
04.001.0004.0122.0002.1010	Construção e Ampliação de Unidades Administrativas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (20.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio CIGA
3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.190,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS
04.001.0004.0129.0004	Administração Geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das ações de Arrecadação e Fiscalização
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)

04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0003	Serviços de Utilidade Pública
04.001.0004.0122.0003.2098	Manutenção das Ações do PROCON
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (31.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das ações de Apoio Logístico, Compras A
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (193.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (50.000,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio CIGA
3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (7.170,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
04.001.0004.0123.0004	Administração Geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (166.840,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0003	Precatórios e Sentenças Judiciais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
05.001.0004.0121.0004	Administração Geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento urbano
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (140.000,00)
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO
05.001.0004.0125.0004	Administração Geral
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (106.000,00)
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL
05.001.0004.0127.0004	Administração Geral
05.001.0004.0127.0004.2015	Manutenção das Atribuições do Cadastro Imobiliário
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (2.990,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.1005	Construção, Ampliação, Equip. e Reforma para Escol
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (25.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino F
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (100.000,00)

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (50.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (200.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Pré-Escolas)
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (15.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.1007	Construção, Ampliação e Equipamentos para Centro d
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (75.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Creches)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (200.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.

06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (100.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (300.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (477.500,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (250.000,00)
07	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
07.003.0016	HABITACAO
07.003.0016.0482	HABITACAO URBANA
07.003.0016.0482.0009	Assistência social
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de unidades habitacionais
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (50.000,00)
07	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
07.003.0016	HABITACAO
07.003.0016.0482	HABITACAO URBANA
07.003.0016.0482.0009	Assistência social
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de unidades habitacionais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (12.500,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
08.001.0015.0451.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0451.0011.1013	Pavimentacao e urbanizacao de vias publicas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
08.001.0015.0451.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0451.0011.1014	Construcao, melhoria de calçadas (passeios publico
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
08.001.0015.0451.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0451.0011.2120	Ajardinamento de parques e pracas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0003	Serviços de Utilidade Pública
08.001.0015.0452.0003.2090	Manutenção da Rede de Iluminação Pública
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. das acoes de limpeza e conservacao de espac
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura

08.001.0015.0452.0011.2089	Manutencao e conservacao de cemiterios
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2094	Manuntecao de pracas, trevos e demais locais ajard
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
08.001.0015.0541.0013	Meio Ambiente
08.001.0015.0541.0013.2102	Manutencao dos servicos de coleta seletiva de lixo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0542	CONTROLE AMBIENTAL
08.001.0015.0542.0007	Saneamento Básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos servicos da coleta de lixo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, correjo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (80.000,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de equipamentos rodoviaros
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários

	Valor: (5.000,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0015	URBANISMO
08.002.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.002.0015.0452.0007	Saneamento Básico
08.002.0015.0452.0007.2093	Manutencao de pavim. e rede de coleta de aguas plu
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.1001	Construcao, imp. ampliacao e reforma de rede de e
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.1002	Construcao, imp. ampliacao e estações de tratament
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.2047	Manutencao da rede de captacao de esgoto sanitario
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.2048	Manutencao dos servicos de captacao e distribuicao
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (93.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0013	CULTURA
09.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
09.001.0013.0392.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0013.0392.0012.2059	Manutencao do centro de eventos

3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e implementacao de portais turisticos
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0022.0661.0012.2055	Manutencao de condominios industriais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0022.0661.0012.2056	Incubadora de empresas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de acoes de apoio à iniciativas produtivas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (110.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Realizacao de eventos, feiras e exposicoes
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários

	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à mercado publico e a pequenas feiras
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e implementacao de portais turisticos
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (10.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1021	Reforma do predio da rodoferroviaria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (45.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.1038	Implementacao, melhoria de sinalizacao turistica
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de acoes de apoio à iniciativas produtivas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)

09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2053	Iluminacao natalina
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à mercado publico e a pequenas feiras
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0602	PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL
10.001.0020.0602.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0602.0008.2063	Manut. dos servicos de veterinaria e inseminacao a
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (66.000,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. das acoes de qualificacao e orientacao tecn
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (170.000,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2064	Manut. das acoes de assistencia ao produtor rural
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)

10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das acoes de apoio a iniciativas produtivas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2064	Manut. das acoes de assistencia ao produtor rural
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (9.990,00)
11	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001.0004	ADMINISTRACAO
11.001.0004.0124	CONTROLE EXTERNO
11.001.0004.0124.0002	Gestão Administrativa Superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (159.000,00)
11	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001.0004	ADMINISTRACAO
11.001.0004.0124	CONTROLE EXTERNO
11.001.0004.0124.0002	Gestão Administrativa Superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO
18.001.0027.0811.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao esporte de competicao
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao esporte amador

3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (37.000,00)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de esportes
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (11.000,00)
21	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
21.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
21.001.0004	ADMINISTRACAO
21.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
21.001.0004.0122.0004	Administração Geral
21.001.0004.0122.0004.2140	Manutenção das atividades da Secretaria Mun. de Ge
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)

Dotações Anuladas

Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2039	Manutencao de programas especiais da saude - Conso
3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (1.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2041	Piso da atencao basica variavel - Saude bucal
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (70.000,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2045	Manutencao das unidades de saude
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (69.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2114	Manutencao das acoes do conselho municipal de saud
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (9.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2132	NASF SC - Cofinanciamento da atencao basica
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (29.990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2033	Atendimento de urgencia e emergencia
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (990,00)
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos servicos especializados de saude
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (85.000,00)

Dotações Anuladas

Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL

13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (225.000,00)

Dotações Anuladas

Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2096	Manutencao da biblioteca publica municipal e arqui
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (70.000,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2085	Festivais de danca, cancao, exposicoes e apresenta
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (49.990,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2085	Festivais de danca, cancao, exposicoes e apresenta
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2086	Manutencao de escolinhas culturais e atividades cu
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (700.000,00)
	Valor: (91.000,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM

19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2086	Manutencao de escolinhas culturais e atividades cu
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (19.990,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2088	Outras atividades culturais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (990,00)
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2088	Outras atividades culturais
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.990,00)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 342/2014

DECRETO Nº. 342/2014

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 86.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.1011	Construcao, implementacao de espacos esportivos e
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (86.000,00)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (86.000,00)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Extrato da Ata de Rp N. 35/2014 - FMS - Edital N. 11/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 35/2014 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2014

Objeto: Aquisição de medicamentos destinados a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 011/2014 - FMS
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, localizada na rua Professor Leônidas Ferreira da Costa, n.º 847, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ 81.706.251/0001-98.

Vencedor do item: 001 e 004.

Valor: R\$ 118.600,00 (cento e dezoito mil e seiscentos reais).

Vigência: Início: 04/06/2014 Término: 03/06/2015.

Guaramirim-SC, 26 de junho de 2014.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Julgamento Propostas Concorrência 59/2014**ATA DE JULGAMENTO PROPOSTA**

CONCORRÊNCIA p/ Obras e Serviços de Engenharia
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 059/2014

OBJETO: Contratação de empresa para construção de ponte sobre o rio Itapocú, LOCALIZADA NO PROLONGAMENTO DA RUA JOÃO OSSOWSKI, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM - SC.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às onze horas, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC) reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 27/2014, sob a presidência do Sra. Paola Vieira Carriço Finatti, tendo comparecido os seguintes membros e Viviane Moller Kohlrausch e Karolin Guesser.

Foram retomados os trabalhos de julgamento da etapa de propostas da licitação. Em atenção à convocação da participante ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA, que manifestou, dentro do prazo assinado, interesse em exercer direito de preferência, apresentando nova planilha-proposta para execução da obra, no valor global de R\$ 3.948.892,08 (Três milhões novecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e dois reais e oito centavos).

A Comissão Permanente de Licitação conferiu a planilha apresentada e verificou que os valores unitários e globais apresentados são viáveis e exequíveis, deste modo a Comissão, declara, pelo critério de menor preço, a Licitante ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA, vencedora do Processo de Licitação, 59/2014 pelo valor global de R\$ R\$ 3.948.892,08 (Três milhões novecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e dois reais e oito centavos).

Diante o julgamento das propostas, fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para recurso sobre o julgamento das propostas, conforme determina a alínea "b", do inciso I, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento, que vai assinada pelos membros da Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Paola Vieira Carriço Finatti
Presidente

Viviane Moller Kohlrausch
Membro

Karolin Guesser
Membro

Extrato Ata Rp N. 34/2014 - FMS - Edital 11/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 34/2014 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2014

Objeto: Aquisição de medicamentos destinados a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 011/2014 - FMS
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, com sede na Rodovia Federal BR-840, n.º 795, Centro, Barão do Cotegipe-RS.

Vencedor do item: 002 e 003.

Valor: R\$ 3.691,00 (três mil seiscentos e noventa e um reais).

Vigência: Início: 04/06/2014 Término: 03/06/2015.

Guaramirim-SC, 26 de junho de 2014.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato da Ata Rp N. 037/2014 - Edital N. 08/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37/2014 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2014

Objeto: Aquisição de insumos para diabéticos.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 08/2014 - FMS
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, com sede na rua Ary Miguel da Silveira, n.º 391, Jardim Eldorado, Palhoça-SC.

Vencedor do item: 004.

Valor: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Vigência: Início: 06/06/2014 Término: 05/06/2015.

Guaramirim-SC, 26 de junho de 2014.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata Rp N. 38.2014 - FMS - Edital N. 08/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38/2014 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2014

Objeto: Aquisição de insumos para diabéticos.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 08/2014 - FMS
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.800.317/0001-09, com sede na rua Benjamin Antonio Ansai, n.º 180, bairro Xaxim, Curitiba-PR.

Vencedor do item: 002.

Valor: R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Vigência: Início: 06/06/2014 Término: 05/06/2015.

Guaramirim-SC, 26 de junho de 2014.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata Rp N. 36/2014 - Edital 008/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2014

Objeto: Aquisição de insumos para diabéticos.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 08/2014 - FMS

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.800.317/0001-09, com sede na rua Tupy, n.º 1.723, Nova Brasília, Joinville-SC.

Vencedor do item: 001 e 003.

Valor: R\$ 187.600,00 (cento e oitenta e sete mil e seiscentos reais).

Vigência: Início: 06/06/2014 Término: 05/06/2015.

Guaramirim-SC, 26 de junho de 2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 3.301/2014.**

DECRETO NR. 3301 DE 17 DE JUNHO DE 2014.

"CRIA O COMITÊ DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Herval D'Oeste, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, que a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, as responsabilidades dos geradores, do poder público, e dos consumidores, bem como, os instrumentos econômicos aplicáveis;

Considerando, que a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS é condição necessária para o Município ter acesso aos recursos da União destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos;

Considerando, a Competência do Município para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local; e

Considerando, a Responsabilidade do Poder Público Municipal em elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, e do Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê Diretor, responsável pelo acompanhamento dos trabalhos contratados através do Contrato nr. 001/2014 que tem por objeto "Elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios de Herval D'Oeste e Capinzal, que atenda ao Termo de Referência Anexo ao Edital de Chamada Pública nr. 01/2014 como se aqui estivesse transcrito, e, ainda, que atenda as exigências previstas na Lei Federal nr. 12.305/2010 e seu Decreto Regulamentador nr. 7.404/2010".

Art. 2º O Comitê Diretor, formado por representantes dos principais órgãos de governo envolvidos no tema, tem caráter consultivo e de assessoramento, com atribuição para acompanhar, analisar e aprovar os trabalhos da Empresa Contratada e verificar o cumprimento por parte desta de todas as etapas e fases do projeto para elaboração. Exerce também papel de assessoramento nas tarefas de organização e viabilização da infraestrutura (convocatória de reuniões, locais apropriados, cópias de documentos, etc.), com a responsabilidade de garantir o bom andamento do processo, e será composto pelos seguintes membros:

I - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

Titular: Márcia Jussara Steffani Zagonel

Suplente: Veranice Elaine Theisen

II - Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Econômico

Titular: Tomaz Alberto Conrado

Suplente: Vera Lucia Rodrigues

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Mara Terezinha Ribeiro dos Santos Kuhl

Suplente: Adriane Bernardo

IV - Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Ivone Esquina

Suplente: Leni Aparecida Sabei

V - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

Titular: Neri Pereira Duarte

Suplente: Itacir Brandalise

VI - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Romano Marchioro

Suplente: Kelli Cristina Waldrigues Mohl

VII - Secretaria de Assistência Social

Titular: Ediane Aparecida Soares

Suplente: Adriana Chiamolera

VIII - Procuradoria Municipal

Titular: Kátia Fátima Giacomelli Hack

Suplente: Carmen Sartori da Espada

Art. 3º O Comitê Diretor deverá, no prazo estabelecido no contrato, acompanhar a preparação e a apreciação do Relatório Final do Plano de Resíduos Sólidos pelo Grupo de Sustentação. A aprovação do Relatório Final deverá ser realizada em Audiência Pública.

Parágrafo único. As deliberações que porventura sejam tomadas pelo referido Comitê Diretor somente terão validade se submetidas à aprovação da maioria absoluta de seus respectivos pares, cabendo ao Gerente Deliberativo decidir em caso de empate.

Art. 4º O Processo de Elaboração do PMGIRS deverá se dar de acordo com o estabelecido no contrato, especialmente no termo de referência.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nr. 3288/2014 e demais disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Decreto Nº 3.302/2014.

DECRETO NR. 3302 DE 17 DE JUNHO DE 2014.

“CRIA O GRUPO DE SUSTENTAÇÃO PARA O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Herval D'Oeste, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, que a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, as responsabilidades dos geradores, do poder público, e dos consumidores, bem como, os instrumentos econômicos aplicáveis;

Considerando, que a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS é condição necessária para o Município ter acesso aos recursos da União destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos;

Considerando, a Competência do Município para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local; e

Considerando, a Responsabilidade do Poder Público Municipal em elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, e do Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010 DECRETA:

Art. 1º Fica criado Grupo de Sustentação, responsável por garantir o debate e o engajamento de todos os segmentos da sociedade ao longo do processo participativo na elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS.

Art. 2º O Grupo de Sustentação, organismo político de participação social, é formado por representantes do setor público e da sociedade organizada, sendo composto pelos seguintes membros:

I - 2º Pelotão da 4ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Ambiental

Titular: Soldado PM Luciano Padilha

Suplente: Soldado PM Sérgio Rafael Costenaro

II - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba

Titular: Israel Defendente Casagrande

Suplente: Norma Sonalio

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Sergio Martins

Suplente: Claudete Terezinha Dri

IV - Câmara Municipal de Vereadores de Herval D'Oeste

Titular: Davi José Frozza

Suplente: Jean Patrick Giusti

V - Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC

Titular: Eduarda de Magalhães Dias Frinhani

Suplente: José Carlos Azzolini

VI - IES Vale - Instituto de Ensino Superior do Vale Ltda - Polo de EAD de Herval D'Oeste da UNIASSELVI

Titular: Adalberto Antonio Marcon

VII - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB -Subseção de Joaçaba

Titular: Daiana Campana

Suplente: Rafael Porto Viecegli

VIII - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE

Titular: Aluir Flemming

Suplente: Paulo César Lamin

IX - Associação Comercial e Empresarial de Herval D'Oeste - ACIHO

Titular: Sérgio de Giacometti

Suplente: Nelcindo Sebastião Trevisan

X - Câmara de Dirigentes Lojistas de Herval D'Oeste - CDL

Titular: Nelcindo Eberts

Suplente: Gelmir Pasqualotto

XI - União das Associações de Moradores de Herval D'Oeste - UAMHO

Titular: Ricardo Antonio Schemes

Suplente: Adão Cezar de Oliveira

XII - Gerência de Educação da VII Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

Titular: Mauro Sérgio Martini

Suplente: José Rogério Luis

XIII - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

Titular: Gilson Carlos Chiamulera

Suplente: Michel Alberti

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Lei Nº 3.046/2014.

Lei nº 3046/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

0600	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES			
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
0601.123060011-2020		Manutenção, Encargos e Atividades da Educação Infantil		
33900000	0122	049	Outras Despesas Correntes	R\$ 180.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-2025		Manutenção, Encargos e Atividades do Ensino Fundamental		
31900000	0101	204	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 200.000,00
33900000	0101	073	Outras Despesas Correntes	R\$ 50.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

0600	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES			
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
0601.113310008-2023		Vale Refeição aos servidores Municipais Profissionais Educação Infantil		
33900000	0101	038	Outras Despesas Correntes	R\$ 100.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-2025		Manutenção, Encargos e Atividades do Ensino Fundamental		
33900000	0122	074	Outras Despesas Correntes	R\$ 180.000,00

0602.113310008-2031		Vale Refeição aos servidores Municipais Profissionais do Ensino Fundamental		
33900000	0101	61	Outras Despesas Correntes	R\$ 50.000,00

0100	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
0101	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
0101.010310001-2001		Manutenção, Encargos e Atividades do Legislativo		
33900000	0100	002	Outras Despesas Correntes	R\$ 100.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 26 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito MUNICIPAL

Lei Nº 3.047/2014.

Lei nº 3047/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 109.000,00 (Cento e nove mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

0600	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES			
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-2027		Manutenção e Ampliação do Transporte Escolar		
33900000	0158	209	Outras Despesas Correntes	R\$ 109.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

0600	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES			
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
0601.123650018-1015		Construção, ampliação e reforma de escolas		
44900000	0158	060	Investimentos	R\$ 49.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610018-1014		Construção, Reformas e Ampliação de Escolas Municipais		
44900000	0158	092	Investimentos	R\$ 60.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 26 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito MUNICIPAL

Decreto Nº 3.305/2014.

Decreto nº 3305/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal 3046 de 26 de junho de 2014.

Lei

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

0600	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES			
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO INFANTIL			
0601.123060011-2020		Manutenção, Encargos e Atividades da Educação Infantil		
33900000	0122	049	Outras Despesas Correntes	R\$ 180.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-2025		Manutenção, Encargos e Atividades do Ensino Fundamental		
31900000	0101	204	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 200.000,00
33900000	0101	073	Outras Despesas Correntes	R\$ 50.000,00

Art. 2º - Ficam anuladas as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste decreto

0600	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES			
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO INFANTIL			
0601.113310008-2023		Vale Refeição aos servidores Municipais Profissionais Educação Infantil		
33900000	0101	038	Outras Despesas Correntes	R\$ 100.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-2025		Manutenção, Encargos e Atividades do Ensino Fundamental		
33900000	0122	074	Outras Despesas Correntes	R\$ 180.000,00
0602.113310008-2031		Vale Refeição aos servidores Municipais Profissionais do Ensino Fundamental		
33900000	0101	61	Outras Despesas Correntes	R\$ 50.000,00
0100	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
0101	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
0101.010310001-2001		Manutenção, Encargos e Atividades do Legislativo		
33900000	0100	002	Outras Despesas Correntes	R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 26 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito MUNICIPAL

Decreto Nº 3.306/2014.

Decreto nº 3306/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 109.000,00 (Cento e nove mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 3047 de 26 de junho de 2014;

Decreta

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

0600	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES			
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610012-2027		Manutenção e Ampliação do Transporte Escolar		
33900000	0158	209	Outras Despesas Correntes	R\$ 109.000,00

Art. 2º - Ficam anuladas as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste decreto

0600	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES			
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO INFANTIL			
0601.123650018-1015		Construção, ampliação e reforma de escolas		
44900000	0158	060	Investimentos	R\$ 49.000,00
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL			
0602.123610018-1014		Construção, Reformas e Ampliação de Escolas Municipais		
44900000	0158	092	Investimentos	R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 26 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito MUNICIPAL

Ilhota

PREFEITURA

Decreto 17 2014 Suplementação

Decreto nº 17/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDERÁ DOTAÇÃO CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº4.320, de 17/03/64, e de conformidade com os arts. 11,12 e 14 da Lei Municipal nº 1765 de 23 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), por conta de redução parcial do valor previsto nas seguintes dotações do orçamento vigente e excesso de arrecadação:

Anulação parcial das seguintes dotações:

ENTIDADE: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade: 2.014 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação.
Elemento:(64)3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas
R\$ 350.000,00

Atividade: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação.
Elemento:(20)3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Atividade: 2.047 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação.
Elemento:(48)3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Art.2º - O resultado das anulações previstas no artigo primeiro, serão utilizados para suplementação do seguinte item do orçamento vigente:

ENTIDADE: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Órgão 11 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2.014 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação.
Elemento:(66)3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas
R\$ 350.000,00

Atividade: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação.
Elemento:(26)3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Atividade: 2.047 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação.
Elemento:(54)3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Ilhota, 16 de Junho de 2014.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Edital SEAGP Nº 097/2014

EDITAL SEAGP Nº 097/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionado (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de junho a 25 de julho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de junho de 2014.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente Gestão De pessoasEDITAL SEAGP Nº 097/2014
Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Arquivista
Anderson Nascimento Guilherme

Portaria PMI/DGP Nº 280/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 280, de 26 de junho de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 02 de março de 1998, através do Concurso Público Edital - 01/1997, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Regina Celi Zuglianello	Professora III - 20h	619.406.405-63	26/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 26 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 281/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 281, de 26 de junho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA TEREZINHA DE SOUZA FERNANDES, Auxiliar de Enfermagem - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 398.363.209-20, admitida em 01 de julho de 1994, contrato nº 355, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.07.2014 a 28.09.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 282/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 282, de 26 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS,
e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Abgair Trieto de Carvalho	Agente Comunitário de Saúde - 40h	050.920.329-95	17/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de junho de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 283/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 283, de 26 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS,
e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.330, de 30 de abril de 2008, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Teresinha Rodrigues Kaleski Cardoso Schreder	Agente Comunitário de Saúde - 40h	027.426.929-59	02/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de junho de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 284/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 284, de 26 de junho de 2014.
Dispõe sobre a Demissão de Técnica em Segurança e Medicina do Trabalho, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 12 de maio de 2008, através do Concurso Público Edital - 01/2007, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Iara Pittigliani Jorge	Técnica em Segurança e Medicina do Trabalho - 40h	065.902.629-50	26/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 26 de junho de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

**Lista Parcial Processo Seletivo Edital PMI/Cersp/
Semusa 10 2014**

Inscrição nº	Nome	Data Nascimento	Pontuação
10635/2014	Márcia Moreira Couto	05/04/1974	04 Pontos
9977/2014	Camila Vescovi Liberato	11/07/1989	04 Pontos
10619/2014	Ana Paula Do Nascimento Marques	03/01/1985	04 Pontos
10291/2014	Ariana Da Silveira Sabino	28/09/1985	04 Pontos
10596/2014	Carolini Alves da Silva	27/05/1987	Zero Pontos

Resolução 04.2014 Eleitoral CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 04/2014 DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O presidente da Comissão Eleitoral deste Conselho, no uso de suas atribuições legais estabelecidas em Edital 001/2014 da eleição do Conselho Tutelar e, com base nas resoluções anteriores,

CONSIDERANDO a apresentação de documento comprobatório que trabalha com criança e adolescente;
CONSIDERANDO o fim do prazo para as candidatas entrarem com recursos, em relação os documentos comprobatórios exigido na resolução 003/14 desta comissão,
RESOLVE:

Art. 1º. Deferir a inscrição da candidata abaixo relacionada, conforme aprovado em reunião da Comissão Eleitoral deste Conselho, na data de dezesseis de junho de dois mil e quatorze com seus respectivos número, conforme Parágrafo do Art.8º do edital 001º14, desta comissão eleitoral.

CILEA MENDES MARQUES - 01
LAÍSA BITENCOURT DA ROSA -02

Art. 2º. Indeferir as inscrições das candidatas:

Sandra Mara Querino: falta de declaração comprovando que trabalhou ou trabalha com criança e adolescente;

Laisa Bitencourt da Rosa: falta de declaração comprovando que trabalhou ou trabalha com criança e adolescente;

Cristiane Costa Pegorara: falta de declaração comprovando que trabalhou ou trabalha com criança e adolescente;

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de junho de 2014.

João Batista Laurindo
Presidente da Comissão Eleitoral.

Iomerê**PREFEITURA****Errata ao Edital Nº 0025/2014**

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0041/2014
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0025/2014

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ faz saber a todos os interessados que houve alteração no Edital de Licitação nº 0025/2014 referente à contratação de empresa especializada para aquisição de fogos de artifício.

O item 2.2 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Item 2.2 - Atestado emitido por no mínimo 03 instituições de direito público ou privado, no sentido de que a empresa interessada já executou o serviço similar ao objeto desta licitação;”

Por força da alteração, a data de recebimento das propostas e julgamento referente licitação nº 0025/2014, modalidade Pregão Presencial, fora prorrogada para o dia 10/07/2014, mantidos os horários iniciais. Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalterados.

Iomerê, 27 de junho de 2014.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Decreto 1541/2014

DECRETO Nº. 1541 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Cancela aulas na rede Municipal de Ensino de Iomerê.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as aulas na rede Municipal de Ensino de Iomerê, na tarde do dia 26 de junho de 2014 e dia 27 de junho de 2014 durante todo o dia, em razão das fortes chuvas que assolam o município desde o dia 24 de junho de 2014.

Art. 2º - A medida é necessária para garantir a integridade dos alunos, visto o comprometimento da segurança no transporte escolar, em consequência da queda de pontilhões, entupimento de bueiros e alagamento de estradas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 26 de junho de 2014.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim**PREFEITURA****Portaria Nº. 248/2014 de 25 de Junho de 2014.**

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PÚBLICO POR AUXÍLIO DOENÇA.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito em exercício de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e das outras Providências.

AFASTA POR AUXÍLIO DOENÇA.

NELISSE SALETE PAGLIOSA, sob a Matrícula 1965, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.4.732.394-9 e do CPF nº. 626.826.799-00, no cargo Efetivo de Professora, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Professor João Jacob Nicoden, afastamento por Auxílio doença, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 25 de Junho de 2014.

Ipumirim - SC, 25 de Junho de 2014.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito em Exercício.

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato de Homologação 39/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 39/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2014

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: Moveis Andriei Ltda-ME.

Irineópolis, 25 de junho de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Portaria N º 314/2014

PORTARIA N º. 314/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso VI, letra "b" da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013, RESOLVE:

CONTRATAR, CREMILDA DE SOUZA, nascida em 30/08/1985, portadora do CPF nº 073.445.319-17, RG. nº 10.158.180-2 SESP/PR, para no período de 18/06/2014 a 17/06/2015, exercer as atividades de atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo, Edital nº 004/2013, homologado em 23/10/2013 e Contrato de Trabalho Temporário nº 016/2014, para atuar junto ao Departamento de Serviços Gerais da Prefeitura Municipal, visando suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 18/06/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação 40/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 40/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2014

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: DE MARCO COMERCIO DE VEICULOS LTDA.

Irineópolis, 26 de junho de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Portaria N º 315/2014

PORTARIA N º. 315/2014.

HOMOLOGA RESULTADO DO TESTE SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, EDITAL N º 002/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 I e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado do Teste Seletivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Edital nº 002/2014, com sua respectiva classificação final, conforme anexo único, parte integrante deste ato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,
24 de Junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato 53/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 53/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Móveis Andriei Ltda. - ME.

Objeto: Aquisição de 30 mesas e 200 cadeiras para serem utilizadas pelos órgãos da administração municipal nos eventos realizados pelas secretarias municipais, conforme proposta de trabalho, através de recursos de convenio e recursos próprios.

Valor: R\$ 19.220,00 (dezenove mil duzentos e vinte reais)

Vigência: 25.06.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Processo Licitatório 39/2014 - Pregão Presencial nº. 29/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.610/2014

Decreto nº 2.610/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TRANSPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, autorizado pela Lei nº 1.802 de 26 de Junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
2.044 - Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti		
3.3.90.00.00.00.00.0250	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
T O T A L R\$ 60.000,00		

Art. 2º - Por conta das suplementações previstas no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada no Orçamento da Prefeitura:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.09- SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
1.006 - Pavimentação de Ruas, Ciclovia e Rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.0139	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
T O T A L R\$ 60.000,00		

Art. 3º - No Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis a Atividade:

2.044 - Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, passa a vigorar com a seguinte nomenclatura:

2.044 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,
em 26 de junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N º 315/2014 - Anexo Único**ANEXO ÚNICO - PORTARIA N º. 315/2014.****Teste Seletivo Para Contratação Temporária****Comissão Do Teste Seletivo –Port. Nº238/2014****Edital Nº 002/2014**

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, juntamente com a Comissão Coordenadora do Teste Seletivo, nomeada pela portaria nº 238/2014 de 07/05/2014, tornar público a classificação do teste seletivo 002/2014:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	JOÃO LEONIDES STASZKOVIAN	85,00
2º	MICHELI APARECIDA FERNANDES	80,00
3º	SUZETE APARECIDA ALVES	75,00
4º	ROSILDA APARECIDAS DOS SANTOS	70,00
5º	EVERSON DA SILVA	60,00

Irineópolis (SC), 24 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.801/2014**Lei nº 1.801/2014.****DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****JULIANO POZZI PEREIRA**, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Ficam suplementadas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas no montante de R\$ 442.000,00 (Quatrocentos e quarenta e dois mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO		
02.03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração.		
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 – Manutenção Secretaria de Agricultura		
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de Ruas, Ciclovia e Rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 227.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 113.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 – Manutenção do Conselho Tutelar Municipal		
4.4.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
T O T A L		R\$ 442.000,00

Art. 2º - Por conta das suplementações previstas no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de Ruas, Ciclovia e Rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.0139	Aplicações Diretas	R\$ 442.000,00
T O T A L		R\$ 442.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.802/2014

Lei nº 1.802/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TRANSPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
2.044 – Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti		
3.3.90.00.00.00.00.0250	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
TOTAL		R\$ 60.000,00

Art. 2º - Por conta das suplementações previstas no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada no Orçamento da Prefeitura:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de Ruas, Ciclovia e Rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.0139	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
TOTAL		R\$ 60.000,00

Art. 3º - No Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis a Atividade:

2.044 – Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, passa a vigorar com a seguinte nomenclatura:

2.044 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO N.º 2.609/2014**Decreto nº 2.609/2014,****DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão **JULIANO POZZI PEREIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, autorizado pela **Lei nº 1.801** de 26 de Junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas no montante de R\$ 442.000,00 (Quatrocentos e quarenta e dois mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO		
02.03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração.		
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 – Manutenção Secretaria de Agricultura		
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de Ruas, Ciclovia e Rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 227.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 113.000,00
02 - PODER EXECUTIVO		
02.10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 – Manutenção do Conselho Tutelar Municipal		
4.4.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
T O T A L		R\$ 442.000,00

Art. 2º - Por conta das suplementações previstas no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de Ruas, Ciclovia e Rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.0139	Aplicações Diretas	R\$ 442.000,00
T O T A L		R\$ 442.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 15/2014**

Portaria Nº 15/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLEUSA CLARICE DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder a Servidora, ELENICE ISAURA NEPPEL, Contadora, o gozo das férias pelo período de 16/06/2014 à 30/06/2014, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 26/06/2014, convertendo 1/3 em abono pecuniário.

Referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 a 28/02/2013.

Gabinete da Presidência,
em 16 de Junho de 2014.
Cleusa Clarice de Lima
Presidente da Mesa

Portaria Nº 14/2014

Portaria Nº 14/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLEUSA CLARICE DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder ao Servidor, ALCIONE AGOSTINO ADAMI, Assessor Parlamentar, o gozo das férias pelo período de 17/06/2014 à 01/07/2014, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 27/06/2014, convertendo 1/3 em abono pecuniário.

Referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 à 31/12/2013.

Gabinete da Presidência,
em 16 de Junho de 2014.
Cleusa Clarice de Lima
Presidente da Mesa

Itaiópolis**PREFEITURA****Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 19/2014**

Processo Licitatório nº 48/2014 - Pregão Presencial nº 38/2014 - Objeto: registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes, graxas, filtros, materiais de borracharia e produtos de lavação, para diversos Departamentos PROPONENTES: AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., Itens: 10, 12, 15, 20, 23, 24, 35, 40, 41, 44 e 92. Valor Total: R\$ 7.179,26. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ESTIVA LTDA., Itens: 1, 71, 75 e 77. Valor Total: R\$ 50.370,00. FILTROSUL - COM. DE FILTROS E PEÇAS LTDA., Itens: 3 ao 9, 16, 25, 38, 45, 57 ao 62, 65, 66, 81 ao 87, 90, 91, 93 ao 100. Valor Total: R\$ 19.251,92. INGRAX IND. E COM. DE GRAXAS S/A, Itens: 53 ao 56, 70, 78 e 80. Valor Total: R\$ 32.160,00. MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA., Itens: 2, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 22, 26 ao 34, 36, 37, 39, 42, 43, 46 ao 52, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 79, 88 e 89. Valor Total: R\$ 106.473,95.

Itaiópolis, 17 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 17/2014

Processo Licitatório nº 43/2014 - Pregão Presencial nº 34/2014 - Objeto: registro de preços para aquisição de peças para as máquinas PROPONENTES: BATAGUAÇÚ CURITIBA PEÇAS P/ MÁQUINAS LTDA., Itens: 1 ao 82, 91, 96, 104, 149, 151, 153 a 229, 333, 341, 417, 435, 446 ao 499, 509, 554, 559 ao 563, 565, 584 ao 590, 593 ao 597, 599 ao 601 e 604. Valor Total: R\$ 200.315,20. JULIO SILVESTRI FILHO ME, Item 85. Valor Total: R\$ 500,00. PRIMA COM. DE PEÇAS E CORREIAS LTDA., Itens: 83, 84, 86 ao 90, 92 ao 95, 97 ao 103, 105 ao 148, 233, 244, 252 ao 255, 275 ao 305, 316, 337, 344, 364, 366, 389, 401, 412, 414, 416, 500 ao 508, 510 ao 553, 556 ao 558, 566 ao 568, 571 ao 583, 589, 592, 598 e 602. Valor Total: R\$ 131.566,20. TRATOR ESPERANÇA COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA., Item: 320. Valor Total: R\$ 109,95. TRATORBIG - PEÇAS PARA TRATORES LTDA., Itens: 150, 152, 230, 231, 232, 234 ao 243, 245 ao 251, 256 ao 274, 306 ao 315, 317 ao 319, 321 ao 332, 334 ao 336, 338 ao 340, 342 ao 343, 345 ao 363, 365, 367 ao 388, 390 ao 400, 402 ao 411, 413, 415, 418 ao 434, 436 ao 445, 555, 564, 569, 570, 591 e 603. Valor Total: R\$ 104.894,40.

Itaiópolis, 09 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 42/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014 - Pregão Presencial nº 17/2014. Objeto: ficam incluídos no Contrato os sistemas de locação: ATENDIMENTO AO CIDADÃO VIA INTERNET, CONTROLE DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS VIA INTERNET e os serviços de IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS, CONVERSÃO DOS DADOS, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA GERENCIADOR DE BANCOS DE DADOS E TREINAMENTO PARA USUÁRIOS. Valor global: R\$ 161.860,00. Prazo: 46 (quarenta e seis) meses.

Itaiópolis, 28/05/2014.

Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato de Convênios Prefeitura Nº 007 A 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATOS CONVENIOS - PREFEITURA

EXTRATO CONVÊNIO Nº 007/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga - ACETI.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros, com a finalidade de cooperação conjunta das partes para a realização da 36ª Oktoberfest/2014 conforme Lei Municipal nº 2.909 de 23 de abril de 2014.

VALOR: R\$ 37.000,00

VIGÊNCIA: 15 de dezembro de 2014.

Itapiranga(SC), 23 de maio de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 009/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Associação Casa Familiar Rural Esperança.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros, com a finalidade de custear parte das despesas relativas a mensalidade escolar de alunos do município de Itapiranga - SC conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.914, de 27 de maio de 2014.

VALOR: R\$ 13.000,00

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2014.

Itapiranga(SC), 03 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 010/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Associação Itapiranguense de Universitários - AIU.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros, com a finalidade de custear parte das despesas de transporte dos seus associados que estudam na UNOESC e SENAI, na cidade de São Miguel do Oeste, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.914, de 27 de maio de 2014.

VALOR: R\$ 15.000,00

VIGÊNCIA: 30 de setembro de 2014.

Itapiranga(SC), 06 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 011/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga - ACETI.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros, com a finalidade de manutenção de entidades associadas no exercício de 2014 conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.909, de 23 de abril de 2014.

VALOR: R\$ 19.500,00

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2014.

Itapiranga(SC), 18 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 012/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapiranga - APAE.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros, para investimento na construção da sede própria da entidade, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.907, de 23 de abril de 2014.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2014.

Itapiranga(SC), 25 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

Decreto Nº 117, de 26 de Junho de 2014

DECRETO Nº 117, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município de Itapiranga - SC, afetada por excesso de precipitação pluviométrica e enchente.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso XVIII do artigo 59 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal nº 2.766, de 17 de abril de 2012 e Decretos Municipais nº 142 e 143, ambos de 7 de agosto de 2013, pelo Art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 12.608, de 10 de abril de 2012, Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, Instrução Normativa 01, de 24 de agosto de 2012 da Defesa Civil e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e;

CONSIDERANDO QUE:

- a precipitação pluviométrica que atinge todo o município, desde o dia 23 de junho de 2014, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como conseqüências deste desastre, resultaram em danos humanos e materiais, prejuízos econômicos e sociais, constantes nos relatórios específicos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: a tendência a continuidade da precipitação pluviométricas para o período em todo o território do município e região, comprometendo a capacidade de captação e distribuição do sistema de abastecimento de água, o comprometimento de outras fontes de abastecimentos, aliado ao desalojamento da população e ao grau de vulnerabilidade socioeconômico do município.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município e região, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 30 dias.

Itapiranga - SC, 26 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

Sergio Luis Kessler
Secretario Municipal de Administração

Itapoá

PREFEITURA

Pregão Nº 51/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014
PROCESSO Nº 91/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até as 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min do dia 14 de julho de 2014 na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de tubos de concreto armado, que serão utilizados nos serviços de manilhamento para drenagem de água pluvial no canal existente no bairro Samambaia, conforme especificações do anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 25 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Portaria Nº 008/2014 da Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Secretaria Municipal da Saúde
PORTARIA Nº 08 de 25 de junho de 2014

Institui Comissão para fiscalização de obras em execução pela Secretaria de saúde.

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Ofício Nº30/2014 encaminhado pelo Conselho Municipal de Saúde na qual solicita formação de tal comissão;

Considerando que a Lei 8666/93 estabelece que a execução de contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, e considerando também que é permitido que terceiros assessorem e subsidiem a fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

Resolve:

Art 01 - Fica instituída comissão para fiscalização de obras em execução pela Secretaria Municipal de Saúde, que será constituída pelos seguintes servidores e colaboradores:

a: Representante da Secretaria de Saude: Marciane Rech

b: Representante da Secretariade Planejamento e Urbanismo: Neuson Harres de Pires e Godoy;

c: Representante do Conselho Municipal de Saude: Lana Rosélia Quadroa Bevilacqua e Dorothi Edda Niederheitmann;

d: Representante da Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC; Tábata Yumi Fujioka e Débora Tomini;

§ 1º As atribuições das colaboradoras da AMUNESC sera de

assessorar e subsidiar as ações da comissão de fiscalização;
Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Itapoá, 25 de junho de 2014
Cristian angelo Grassi
Secretaria Municipal de Itapoá

Rua 960, nº 201 - Fone/- (047) 3443-8842 -CNPJ- 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - Itapoá - SC

Extrato do Contrato Nº 61/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, com sede á Rua Alberto Torres , nº 2001 - sala nº 02, Bairro: Centenário, na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.391.386/0001-63 e Inscrição Estadual nº 255.711.239, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. FERNANDO CESAR VILLAIN, portador do CNPF/MF nº 065.588.199-96 e do CI.RG nº 428155-6-SSP/SC.

Licitação: TOMADA DE PREÇO Nº 10/2014 - PROCESSO Nº 86/2014;

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução 4647,33m2 de pavimentação tipo lajota sextavada, e Urbanização com área total de 1771,39 m2 na Rua Bento Francisco da Silva, localizada no Balneário Itapema do norte, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

Valor total: R\$ 541.574,00 (quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais)

Data da assinatura: 25/06/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 26 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Termo Aditivo Nº 37/2014

TERMO ADITIVO N.º 37/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 12/2014 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominado CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretaria de Educação através da Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguairuna, s/nº, neste Município, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO

LTDA, com sede á Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual n.º 251.799.786, representada neste ato pelos sócios o Sr. HUGO FRANCISCO HOFFMANN, brasileiro, casado, economista, portador do CNPF/MF sob o nº: 009.943.839-91, e do CI.RG nº94.718-0 - SSP/SC, e o Sr. VILMAR HARGER, brasileiro, casado, economista, portador do CNPF/MF sob nº 217.317.219-00, e do CI.RG nº 237.768-3 - SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de aquisição de passagens intermunicipais, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade Inexigibilidade nº 03/2014, Processo n.º 32/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 12/2014 contados a partir do dia 30/06/2014, a 19/12/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 12/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 12/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 26 de junho de 2014.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA
TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA HUGO FRANCISCO HOFFMANN
VILMAR HARGER

Testemunhas:

NOME:
CNPF/MF:

NOME:
CNPF/MF:

Extrato do Contrato Nº 62/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratada: CLD CONSTRUTORA E INCOPORAÇÃO LTDA-ME,
com sede à Avenida Brasil, nº 3908, Bairro: Mariluz, na cidade de Itapoá/SC, CEP:89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.296.247/0001-86, representada neste ato pelo representante legal, o Sr. CHARLES LUIZ DANI, portador do CNPF/MF nº 016.310.169-89 e do CI. RG nº 11/R.3.154.014 SSP/SC.

Licitação: TOMADA DE PREÇO Nº 09/2014 - PROCESSO Nº 83/2014;

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a reforma da antiga sede da Prefeitura Itapoá, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. Valor total: R\$ 309.211,92 (Trezentos e nove mil duzentos e onze reais e noventa e dois centavos).
Data da assinatura: 26/06/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 26 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

Decreto Nº 275, de 26 de Junho de 2014

DECRETO Nº 275, de 26 de junho de 2014

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga - SC, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e (art. 10 e seguintes da LC n. 20/2008, que Dispõe sobre Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ituporanga, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais, e;

CONSIDERANDO, finalmente que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do concurso público do Município de Ituporanga, concernente aos Editais nºs: 01/2014, 02/2014 e 03/2014:

DECRETA

Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o resultado final do Concurso Público concernente aos Editais nºs: 01/2014, 02/2014 e 03/2014, à vista do relatório apresentado pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso para preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Administração Municipal, bem como para Empregos Públicos consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens do Relatório de Conclusão.

Art. 2º - Publique-se a classificação definitiva.

Art. 3º - O Concurso Público terá validade pelo prazo de 02 anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 26 de junho de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4509 de 25 de Junho de 2014.

LEI Nº 4509 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

"ALTERA LEI N. 3.940/2009 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º, 2º e 4º, da Lei n.º 3.940/2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, órgão colegiado com caráter consultivo, deliberativo e permanente, de composição paritária entre Instituições Públicas e Sociedade Civil organizada, vinculado à Fundação Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. A composição do Conselho Municipal de Esporte será de forma paritária e pelas seguintes representações:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- a) 02 Representantes da Fundação Municipal de Cultura e Esporte;
- b) 01 Representante da Secretaria de Educação;
- c) 01 Representante da Secretaria de Saúde;
- d) 01 Representante da Procuradoria Geral do Município;

- e) 01 Representante da Secretaria de Gestão Financeira;
- d) 01 Representante de Profissionais de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação;
- g) 01 Representante de Profissionais de Educação Física da Secretaria Estadual de Educação.

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) 04 Representantes das Associações Desportivas;
- b) 02 Representantes da União das Associações de Moradores;
- c) 01 Representante do Conselho Regional de Educação Física;

- d) 01 Representante da UNOESC.

Art. 3º. O mandato dos membros indicados pelas Representações no Conselho Municipal de Esporte será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 1º. A recondução dos membros do Conselho poderá ser de no máximo 50% (cinquenta por cento) do número total de membros.

§ 2º. Havendo indicação para recondução em percentual superior ao previsto no § 1º deste artigo, será efetuado sorteio dos membros a serem reconduzidos.

§ 3º. Para a escolha dos membros representantes das associações, clubes e ligas desportivas, será publicado Edital próprio para convocação de Assembleia, na qual serão escolhidos os (04) Membros do Conselho e seus suplentes, sendo que para as demais representações a FMCE solicitará as indicações por meio de Ofício com comprovante de recebimento.

Art. 4º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA - SC, 25 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Portaria N.º 2730

PORTARIA Nº 2.730 DE 24 DE JUNHO DE 2014

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR “Processo Administrativo Disciplinar”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte da Sra. Leila Cezar.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 2731

PORTARIA Nº 2.731 DE 24 DE JUNHO DE 2014

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. ALESSANDRO RAMOS ARRUDA para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 179/2014/PMJ de 19 de junho de 2014, proveniente do Processo de Licitação n.º 35/2014/PMJ - Concorrência Pública n.º 02/2014/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de junho de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 24 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Balancete Financeiro 05/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.104,31	Despesa Orçamentária	142.819,52
RECEITA PATRIMONIAL	1.104,31	Despesas exceto Intra-orçamentárias	126.375,87
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	88.564,97
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.810,90
		Despesas Intra-orçamentárias	16.443,65
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.010,61
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	433,04
Receita Extra - Orçamentária	338.008,91	Despesa Extra - Orçamentária	170.749,57
DEPÓSITOS	23.831,89	DEPÓSITOS	23.860,25
CONSIGNAÇÕES	23.831,89	CONSIGNAÇÕES	23.860,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.368,03	PREVIDÊNCIA SOCIAL	861,48
PENSAO ALIMENTICIA	318,55	PENSAO ALIMENTICIA	318,55
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.866,32	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.492,71
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	13.816,30	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	12.756,87
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.788,29	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.820,89
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	674,40	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	2.609,75
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	143.177,02	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	146.889,32
OBRIGAÇÕES A PAGAR	143.177,02	OBRIGAÇÕES A PAGAR	146.889,32
FORNECEDORES	38.243,94	FORNECEDORES	38.243,94
PESSOAL A PAGAR	101.516,29	PESSOAL A PAGAR	105.071,44
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.229,28	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.028,93
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	830,01	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	830,01
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	357,50	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	715,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	171.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	171.000,00		
REPASSE RECEBIDO	171.000,00		
Saldos anteriores	235.312,33	Saldos atuais	260.856,46
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	235.312,33	BANCO C/ MOVIMENTO	260.856,46
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	574.425,55	Total	574.425,55

JOACABA , 29/05/2014

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRCSC 035487/0-5

RAFAEL LASKE
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.218,63	Despesa Orçamentária	178.165,87
RECEITA PATRIMONIAL	1.218,63	Despesas exceto Intra-orçamentárias	157.439,25
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.441,72
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.997,53
		Despesas Intra-orçamentárias	20.726,62
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.381,39
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	345,23
Receita Extra - Orçamentária	376.646,13	Despesa Extra - Orçamentária	202.457,35
DEPÓSITOS	24.339,32	DEPÓSITOS	23.831,89
CONSIGNAÇÕES	24.339,32	CONSIGNAÇÕES	23.831,89
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.030,39	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.368,03
PENSAO ALIMENTICIA	318,55	PENSAO ALIMENTICIA	318,55
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.749,61	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.866,32
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	13.367,57	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	13.816,30
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.739,37	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.788,29
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.133,83	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	674,40
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	181.306,81	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	178.625,46
OBRIGAÇÕES A PAGAR	181.306,81	OBRIGAÇÕES A PAGAR	178.625,46
FORNECEDORES	69.483,70	FORNECEDORES	69.483,70
PESSOAL A PAGAR	108.509,72	PESSOAL A PAGAR	106.057,43
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.458,34	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.229,28
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	855,05	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	855,05
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	171.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	171.000,00		
REPASSE RECEBIDO	171.000,00		
Saldos anteriores	260.856,46	Saldos atuais	258.098,00
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	260.856,46	BANCO C/ MOVIMENTO	258.098,00
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	638.721,22	Total	638.721,22

JOACABA , 26/06/2014

ADONES MARCIANO

Contador CRCSC 028953/O-4

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	41.063,72	Despesa Orçamentária	254.294,94
RECEITA PATRIMONIAL	2.958,98	Despesas exceto Intra-orçamentárias	232.026,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.104,74	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	155.986,71
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.040,27
		Despesas Intra-orçamentárias	22.267,96
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.245,83
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.022,13
Receita Extra - Orçamentária	513.476,06	Despesa Extra - Orçamentária	288.077,24
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	73,98	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	73,98
CRÉDITOS A RECEBER	73,98	CRÉDITOS A RECEBER	73,98
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	73,98	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	73,98
DEPÓSITOS	35.065,68	DEPÓSITOS	32.875,51
CONSIGNAÇÕES	35.065,68	CONSIGNAÇÕES	32.875,51
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.768,63	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.650,68
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.017,94	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.528,89
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	15.274,84	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.072,63
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.851,51	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.848,19
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	2.152,76	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.775,12
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	255.836,40	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	255.127,75
OBRIGAÇÕES A PAGAR	255.836,40	OBRIGAÇÕES A PAGAR	255.127,75
FORNECEDORES	76.293,23	FORNECEDORES	76.293,23
PESSOAL A PAGAR	166.962,65	PESSOAL A PAGAR	165.955,86
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	11.031,89	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	11.330,03
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.548,63	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.548,63
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	222.500,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	222.500,00		
REPASSE RECEBIDO	222.500,00		
Saldos anteriores	572.156,92	Saldos atuais	584.324,52
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	217.343,88	BANCO C/ MOVIMENTO	257.429,72
BANCOS C/ VINCULADAS	354.813,04	BANCOS C/ VINCULADAS	326.894,80
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.126.696,70	Total	1.126.696,70

JOACABA, 26/06/2014

ADONES MARCIANO
 Contador CRC SC 028953/O-4

MARIO WOLFART
 Ordenador de Despesas

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	725,37		
RECEITA PATRIMONIAL	725,37		
Saldos anteriores	138.075,52	Saldos atuais	138.800,89
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	138.075,52	BANCO C/ MOVIMENTO	138.800,89
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	138.800,89	Total	138.800,89

JOACABA, 26/06/2014

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIO GESTAO FINANCEIRAADONES MARCIANO
Contador CRCSC 028953/O-4



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	35.866,47	Despesa Orçamentária	16.527,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.163,57	Despesas exceto Intra-orçamentárias	16.490,77
RECEITA PATRIMONIAL	2.929,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.015,10
RECEITA DE SERVIÇOS	2.773,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.450,12
		INVESTIMENTOS	5.025,55
		Despesas Intra-orçamentárias	36,40
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36,40
Receita Extra - Orçamentária	21.284,04	Despesa Extra - Orçamentária	22.422,19
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	19.474,68	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	22.422,19
OBRIGAÇÕES A PAGAR	19.474,68	OBRIGAÇÕES A PAGAR	22.422,19
FORNECEDORES	14.512,07	FORNECEDORES	14.512,07
PESSOAL A PAGAR	2.015,10	PESSOAL A PAGAR	2.015,10
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	2.947,51	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	5.895,02
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.809,36		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.809,36		
REPASSE RECEBIDO	1.809,36		
Saldos anteriores	430.748,83	Saldos atuais	448.949,98
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	428.217,05	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	431.146,55
BANCO C/ MOVIMENTO	2.531,78	BANCO C/ MOVIMENTO	17.803,43
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	487.899,34	Total	487.899,34

JOACABA , 26/06/2014

RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal

ADONES MARCIANO
 Contador CRC.028953/0-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 Secretaria Gestão Financeira



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	5.688.134,67	Despesa Orçamentária	5.726.414,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.582.301,01	Despesas exceto Intra-orçamentárias	5.365.341,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	114.707,52	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.635.804,10
RECEITA PATRIMONIAL	64.753,48	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	107.826,30
RECEITA DE SERVIÇOS	25.589,86	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.759.856,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.430.539,66	INVESTIMENTOS	1.738.570,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	111.294,99	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	123.284,78
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	19.584,12	Despesas Intra-orçamentárias	361.072,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.913,35	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	237.098,53
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-8.384,96	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	123.974,03
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-657.164,36		
Receita Extra - Orçamentária	6.342.628,06	Despesa Extra - Orçamentária	8.440.105,86
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	6.445,64	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	6.445,64
CRÉDITOS A RECEBER	6.445,64	CRÉDITOS A RECEBER	6.445,64
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.445,64	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.445,64
DEPÓSITOS	407.963,13	DEPÓSITOS	459.407,97
CONSIGNAÇÕES	407.963,13	CONSIGNAÇÕES	458.385,46
PREVIDÊNCIA SOCIAL	80.063,97	PREVIDÊNCIA SOCIAL	79.037,07
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.628,32	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.628,32
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	77.482,69	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	77.482,69
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	155.363,45	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	202.310,79
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	77.715,34	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	81.238,34
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	15.709,36	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	16.688,25
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.928.219,29	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.022,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	5.696.563,21	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.022,51
FORNECEDORES	3.405.010,53	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	6.129.043,28
PESSOAL A PAGAR	1.756.612,91	OBRIGAÇÕES A PAGAR	5.897.387,20
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	122.495,00	FORNECEDORES	3.405.010,53
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	107.813,22	PESSOAL A PAGAR	1.767.151,30
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	193.034,94	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	119.745,66
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	111.596,61	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	107.813,22
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	205.593,52	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	386.069,88
ENTIDADES CREDORAS	545,00	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	111.596,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	205.048,52	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	205.593,52
OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.062,56	ENTIDADES CREDORAS	545,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	26.062,56	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	205.048,52
		OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.062,56
		OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	26.062,56
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.845.208,97
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.845.208,97
		REPASSE CONCEDIDO	1.845.208,97
Saldos anteriores	10.883.523,36	Saldos atuais	8.747.765,82
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	10.234.462,97	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.038.704,62
BANCO C/ MOVIMENTO	67.112,65	BANCO C/ MOVIMENTO	70.093,74
BANCOS C/ VINCULADAS	122.009,52	BANCOS C/ VINCULADAS	69.712,16
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	459.938,22	POUPANÇA	569.255,30
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	22.914.286,09	Total	22.914.286,09

JOACABA, 26/06/2014

CLAUDETE M T SILVA
TEC ADMINISTRAÇÃO

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IMPRES**Portaria 144 2014 - Teresinha Schaedler**

PORTARIA 144 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 153, de 23 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a TERESINHA SCHAEDLER, inscrita no CPF sob o nº 706.112.389-34, portadora do RG nº 11/R 1.884.532, inscrita no PASEP sob o nº 170.05141.73-1, ocupante do cargo de Monitora Social, lotada na Secretaria de Ação Social, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.571, nos termos do art. 22, da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração de contribuição da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2014.

Joaçaba-SC, 26 de junho de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução 01/2014 - Homologação Isenção Inscrições Concurso**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

RESOLUÇÃO Nº 001/2014/CMJ
EDITAL Nº 001/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014

**DIVULGA A DECISÃO SOBRE O
DEFERIMENTO DOS REQUERIMENTOS
DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

O Presidente da Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Concurso Público da Câmara Municipal de Joaçaba, nomeada através da Resolução n.º 016/2014, com a execução técnico-administrativa no uso de suas atribuições legais e as leis vigentes

RESOLVE

1. Considerando o que estabelece o item 2.6 e seus subitens do Edital 01/2014 e seus subitens.
2. Considerando a documentação apresentada e os requerimentos de solicitação de isenção de taxa de inscrição.
3. Considerando a análise e comprovação conferida por esta comissão

Torna público que ficam **DEFERIDOS** os pedidos de isenção da taxa de inscrição dos requerentes, conforme segue:

Nº Insc.	Nome do Candidato	Cargo
0031	JANCLEI PIGATTO	ANALISTA LEGISLATIVO
0033	ROBERTO MINATTI	ANALISTA LEGISLATIVO
0047	REINALDO JOSÉ NUNES	AUXILIAR LEGISLATIVO
0055	JÚLIO CESAR DE SOUZA	AUXILIAR LEGISLATIVO

4. Considerando que não houve requerimentos indeferidos, fica dispensado o prazo recursal **HOMOLOGANDO** as inscrições com requerimentos deferidos.
5. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 26 de Junho de 2014.

Marcio Roberto Piccoli
Presidente da Comissão de Coordenação e de
Fiscalização do Concurso Público

Lages

PREFEITURA

Extrato Contrato 139/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0139/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ZOOM TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 06.105.781/0001-65 com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagan, 222 - Sala 2 CEP 88132-256 - Palhoça/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Informática, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no CPD GERAL da Prefeitura, à Rua Benjamin Constant, 13 centro CEP 88501-110, Lages/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 153.500,00 (cento e cinquenta e três mil e quinhentos reais)

Lages, 25 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 140/2014 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0140/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CBA INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 80.156.326/0001-41 com sede a Rua Oslo, 90 D CEP 89805-110 - Caixa Postal 480 - Chapecó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Informática, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no CPD GERAL da Prefeitura, à Rua Benjamin Constant, 13 centro CEP 88501-110, Lages/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 28.650,00 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta reais)

Lages, 25 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 133/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0133/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JOICE CRISTHIAN DE LIZ - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 13.104.638/0001-14, com sede na Rua São Felipe nº 200 - Ponte Alta/SC - CEP:88.550-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais na Localidade de Macacos - Três Árvores, Rancho de Tábuas e Passo dos Souza, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 560.042,50 (quinhentos e sessenta mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Lages, 26 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 109/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0109/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83, com sede a Rua Araci Paim, 19 - Bairro Araucária, CEP 88512-680 - Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Expediente para o Programa Bolsa Família.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.295,00 (dois mil, duzentos e noventa e cinco reais)

Lages, 23 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 110/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0110/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Expediente para o Programa Bolsa Família.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais)

Lages, 23 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 111/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0111/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 12.903.455/0001-04, com sede a Rua Marfim, 261 - Bairro Centro, CEP: 88131-520 - Palhoça/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Expediente para o Programa Bolsa Família.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 10.960,00 (dez mil, novecentos e sessenta reais)

Lages, 23 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 112/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0112/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 13.965.228/0001-68, com sede a Rua 24 de Outubro 1162- Centro - Bom Retiro/SC, CEP: 88680-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Expediente para o Programa Bolsa Família.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 40.345,00 (quarenta mil, trezentos e quarenta e cinco reais)

Lages, 23 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Rerratificação PP 34-2014 SMS

Prefeitura do Município de Lages

Estado de Santa Catarina

Secretaria da Administração

Executivo de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014 SMS

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO E CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE LAGES, PARA O ANO DE 2014.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento aos pedidos de Impugnação e a Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento.

As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 26 de junho de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 33-2014 SMS

Prefeitura do Município de Lages
Estado de Santa Catarina
Secretaria da Administração
Executivo de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014 SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ATENÇÃO BÁSICA E CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

No Item 01, leia-se: VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ANO E MODELO 2014/2014 OU SUPERIOR, MOTOR 1.0 FLEX COM NO MÍNIMO 75 CV; COMBUSTÍVEL ÁLCOOL/GASOLINA; RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 47 LITROS; 05 PASSAGEIROS, 05 PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS (DIANTEIRO), ALARME, RADIO CD/MP3, COR BRANCO, ALÇAS DE SEGURANÇA TRASEIRAS, APOIO DE CABEÇA DIANTEIROS COM REGULAGEM DE ALTURA, AR QUENTE, RODA 14 COM CALOTAS, LAVADOR/LIMPADOR E DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AIRBAG DUPLO E FREIOS ABS, TRAVAS ELÉTRICAS + TRAVA AUTOMÁTICA DAS PORTAS, PORTA MALAS COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO DE 255 LITROS; PARA-CHOQUES NA COR DO VEÍCULO; CONTROLE INTERNO DOS RETROVISORES EXTERNOS;

No Item 02, leia-se: VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ANO E MODELO 2014/2014 OU SUPERIOR, MOTOR 1.0 FLEX COM NO MÍNIMO 75 CV; COMBUSTÍVEL ÁLCOOL/GASOLINA; RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 47 LITROS; 05 PASSAGEIROS, 05 PORTAS, COR BRANCO, ALÇAS DE SEGURANÇA TRASEIRAS, APOIO DE CABEÇA DIANTEIROS COM REGULAGEM DE ALTURA, AR QUENTE, RODA 14 COM CALOTAS, LAVADOR/LIMPADOR E DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AIRBAG DUPLO E FREIOS ABS, CAPACIDADE DO PORTA MALAS NO MÍNIMO DE 255 LITROS; PARA-CHOQUES NA COR DO VEÍCULO; CONTROLE INTERNO DOS RETROVISORES EXTERNOS;

No Item 03, leia-se: VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ANO E MODELO 2014/2014 OU SUPERIOR, MOTOR 1.0 FLEX COM NO MÍNIMO 75 CV; COMBUSTÍVEL ÁLCOOL/GASOLINA; RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 47 LITROS; 05 PASSAGEIROS, 05 PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS (DIANTEIRO), ALARME, RADIO AM/FM COM ENTRADA USB, COR BRANCO, ALÇAS DE SEGURANÇA TRASEIRAS, APOIO DE CABEÇA DIANTEIROS COM REGULAGEM DE ALTURA, AR CONDICIONADO, RODA 14 COM CALOTAS, LAVADOR/LIMPADOR E DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AIRBAG DUPLO E FREIOS ABS, TRAVAS ELÉTRICAS + TRAVA AUTOMÁTICA DAS PORTAS, CAPACIDADE DO PORTA MALAS NO MÍNIMO DE 255 LITROS; PARA-CHOQUES NA COR DO VEÍCULO; CONTROLE INTERNO DOS RETROVISORES EXTERNOS.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 30/06/2014, para às 09:00 do dia 10/07/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 26 de junho de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

TP 39-2014 PML E PP 31-2014 FMAS

Prefeitura do Município de Lages
Estado de Santa Catarina
Secretaria da Administração
Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 31-2014 FMAS Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática e Móveis

Tipo: Menor Preço Por Lote Abertura: 11/07/2014 às 09:00
Valor Estimado: R\$ 9.363,63

Modalidade: TP 39-2014 PML Objeto: Prestação de Serviços de Ampliação e Reforma do CEIM Adelina Tramontin Sommariva

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 15/07/2014 às 09:00
Valor Estimado: R\$ 33.441,76

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br" www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de junho de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 433/2014

PORTARIA Nº 433 DE 23 DE JUNHO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, NARCISO LUIZ ANDRADE, para exercer o cargo de Professor com Faculdade, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de junho de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 23 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 434/2014

PORTARIA Nº 434 DE 23 DE JUNHO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, VILMAR JOSE DE MIRANDA, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de junho de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 23 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 435/2014

PORTARIA Nº 435 DE 23 DE JUNHO DE 2014

ALTERA CARGA HORARIA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário VILARIN VERONEZE, Diretor de Departamento, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, alteração de carga horaria de 20 horas semanais para 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de junho de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 23 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 436/2014

PORTARIA Nº 436 DE 25 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária NELSI TIBES PERETTI, Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 25/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 25 de junho de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 25 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Pregão Presencial Nº 19/2014 - Processo Licitatório Nº 35/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote. Objeto: Aquisição de material gráfico, visando atender as necessidades das Secretarias de Agricultura, Educação e Escolas da rede Municipal de ensino, conforme especificações técnica contidas no Anexo I do edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09h do dia 10 de Julho de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 10/07/2014. Obtenção do Edital pelo site www.lebonregis.sc.gov.br, e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 26 de Junho de 2014.

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro.

Pregão Presencial Nº 20/2014 - Processo Licitatório Nº 36/2014

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2014

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço. Objeto: aquisição de um veículo zero quilômetro para uso do gabinete do prefeito, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 14h00 do dia 09 de julho de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 14h10min do dia 09/07/2014. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 26 de julho de 2014.

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro.

Pregão Presencial Nº 21/2014 - Processo Licitatório Nº 37/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Pregão Presencial nº 21/2014 - Processo Licitatório nº 37/2014

O Município de Lebon Régis leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global. Objeto: contratação de pessoa física ou jurídica habilitada e/ou credenciada junto à Federação Catarinense de Futebol, para prestar serviços de arbitragem em jogos do Campeonato Municipal de Futsal e Futebol de Campo. Recebimento da documentação e das propostas até as 14h00 do dia 10/07/2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 14h10min do mesmo dia. Obtenção do edital: lebonregis.sc.gov.br ou pelo fone/fax: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 26 de junho de 2014.

Adair da Silva Mattos

Pregoeiro

Leoberto Leal**PREFEITURA****Lei N.º 1.072/2014**

LEI Nº 1.072, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita do Município de Leoberto Leal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO****Seção I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção à saúde da população e à salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de: coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo Único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executado por meio de soluções individuais.

Art. 5º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

§ 1º Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I - órgão ou pessoa jurídica pertencente à Administração Pública municipal, na forma da legislação;

II - pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que atendidos os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Seção II Dos Princípios

Art. 6º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em toda a área urbana, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública, à segurança da vida e ao patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações

e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seção III Dos Objetivos

Art. 7º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com as entidades municipalistas;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplando as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que estas sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV Das Diretrizes Gerais

Art. 8º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, que distribuirá de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e órgão da Administração Municipal respeitada as suas competências.

Art. 9º A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo,

objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio-econômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da Composição

Art. 10 A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 11 O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido

como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 12 O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 13 Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 14 O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

VI - adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 15 O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como será elaborado em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico engloba integralmente o território do ente do município.

Art. 16 Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 17 O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população.

Seção III

Do Controle Social de Saneamento Básico

Art. 18 Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico, de caráter consultivo e deliberativo, sendo assegurado a representação de forma paritária das organizações nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, conforme segue:

I - Titulares de serviço;

II - Representantes de órgãos do governo municipal relacionado ao setor de Saneamento Básico;

III - Representantes do Conselho Municipal Plano Diretor Participativo;

IV - Representantes da EPAGRI;

V - Representantes do Poder Legislativo;

VI - Representantes dos prestadores de serviços públicos;

VII - Representantes dos usuários de Saneamento Básico;

VIII - Representantes de organizações da Sociedade Civil.

§ 1º Cada segmento, entidade ou órgão indicará um membro titular e um suplente para representá-lo no Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º O mandato do membro do Conselho será de dois anos, podendo haver recondução por igual período.

Art. 19 O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá como atribuição auxiliar o Poder Executivo na formulação da política municipal de saneamento básico.

Art. 20 O Conselho Municipal de Saneamento Básico será presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social secretariado por um (a) servidor (a) municipal efetivo (a) designado(a) para tal fim.

Art. 21 O Conselho deliberará em reunião própria suas regras de funcionamento que comporão seu regimento interno, a ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, onde constará entre outras, a periodicidade de suas reuniões.

Art. 22 As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

Seção III

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB

Art. 23 Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), como órgão da Administração Municipal vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMS e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 24 Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - Repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes

da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - Valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - Valores a fundo perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - Doações e legados de qualquer ordem.

Art. 25 O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 26 O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e do Orçamento Geral do Município, estando de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo Único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 27 A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 28 O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção IV

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29 Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em 180 dias, contados da publicação desta lei.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 30 São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 31 São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reúso sempre que possível.

CAPÍTULO IV PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 32 A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 33 Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponível e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras

fontes.

Art. 34 Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 35 Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 36 Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo Único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 37 Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de

leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 38 Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 39 O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 40 São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos

serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 41 A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido, suficientemente, atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 42 Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43 Será instituído (por meio de Decreto) no prazo de 90 (noventa) dias o Regimento Interno do Conselho Municipal de

Saneamento Básico e do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 44 Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizadas para atender o disposto nesta lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 45 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 26 de junho de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 1.073/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.073, DE 26 DE JUNHO DE 2014

"ALTERA O ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.036, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 9º da Lei Complementar nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Aplica-se aos contratados pelo regime desta lei o ESTATUTO DOS SERVIDORES EFETIVOS MUNICIPAIS, exceto as disposições próprias e específicas destes, como as dos artigos 26, 28, 30, 31, 32, 40, 61, 63, 66 a 73, 90 a 97, 99 a 109 da Lei nº 418, de 10 de agosto de 1990."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de junho de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 1.074/2014

LEI Nº 1.074, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Altera Anexo de Metas do Plano Plurianual - PPA 2014/2017 e Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2014, com inclusão de nova ação.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo de Metas do Plano Plurianual - PPA 2014/2017, aprovado pela Lei Municipal nº 991/2013, referente ao Programa 04 - Cultura, Esportes e Turismo, fica acrescido da ação nº 2.049 - Manutenção da Biblioteca Pública, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o exercício de 2014.

Art. 2º O Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2014, aprovado pela Lei Municipal nº 996/2013, referente ao Programa 04 - Cultura, Esporte e Turismo, fica acrescido da ação nº 2.049 - Manutenção da Biblioteca Pública, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º Para execução da Ação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos ordinários oriundos de anulações parciais das seguintes ações:

I - 1.007 - Renovação da frota do Transporte Escolar - R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

II - 1.045 - Construção de um núcleo Escolar em Rio das Pedras - R\$ 10.000,00 (dez mil reais); e

III - 2.004 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - EF - R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Art. 4º Ficam alterados os anexos e demonstrativos do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como os textos legais, afetados pela alteração proposta nesta lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de junho de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 1.075/2014

LEI Nº 1.075, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no Orçamento Fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e limite:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Função	13	Cultura	20.000,00
Sub-função	392	Difusão Cultural	20.000,00
Programa	04	Educação é Tudo	20.000,00
Projeto	2.049	Manutenção da Biblioteca Pública	20.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL			20.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta de anulações de dotações com a seguinte estrutura e limite:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Função	12	Educação	20.000,00
Sub-função	361	Ensino Fundamental	20.000,00
Programa	04	Educação é Tudo	20.000,00

Ação/Projeto	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	8.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	8.000,00
Grupo de Nat. da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	8.000,00
Programa	90	Aplicações Diretas	8.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	8.000,00
Ação/Projeto	1.045	Construção de um Núcleo Escolar em Rio das Pedras	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Nat. da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Programa	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Ação/Projeto	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - EF	2.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.000,00
Grupo de Nat. da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.000,00
Programa	90	Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			20.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de junho de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 1.076/2014

LEI Nº 1.076, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"ALTERA OS INCISOS I E II DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 1.039, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, S/C no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os incisos I e II do artigo 2º da Lei nº 1.039/2014 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º: Bolsa Auxílio Moradia, fica estipulado mensalmente no valor de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); e

Auxílio Alimentação/Água Potável, fica estipulado mensalmente no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 26 de junho de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Ordinária N. 1.216/2014, de 25 de Junho de 2014

LEI ORDINÁRIA N. 1.216/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, PARA ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios, através do Programa Orçamento Participativo, para as entidades consignadas no Anexo I desta Lei.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 25 de Junho de 2014
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

ANEXO I PROGRAMA ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ENTIDADE	OBJETO	CNPJ	VALOR R\$
Associação Cascalho de Agricultores de Linha XV de Novembro	Incentivo a Agricultura e ao Desenvolvimento das Propriedades Rurais	19.595.361/0001-56	6.000,00
Esporte Clube Náutico de Linha Mimosa	Aquisição de Mesas e Bancos	78.479.409/0001-20	6.000,00
Esporte Clube Princesa de Linha Alto Acídio	Material Esportivo, Pintura, Móveis e Utensílios	78.507.365/0001-02	6.000,00
Associação de Agricultores de Linha de Linha XV de Novembro	Manutenção das Atividades	05.062.897/0001-00	6.000,00

Luzerna

PREFEITURA

Contrato PML Nº 096.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 096/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 073/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 042/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - ROSILENE TONATTO SPAZZINI ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Frederico Ozanan, nº 83 Bairro Linho, no Município de Erechim/RS CEP 99700-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.045.994/0001-01, neste ato representado por sua representante legal ROSILENE TONATTO SPAZZINI, brasileiro, maior, portadora da cédula de identidade nº 6055659228 e inscrita no CPF/MF sob o nº 671.323.080-68, residente e domiciliado a Rua Ernesto Pedrotti, nº88. Bairro Esperança, na cidade de Erechim/RS,, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 073/2014, Pregão Presencial nº 042/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamento de proteção individual - EPI's, de forma parcelada, para a utilização dos servidores da Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna, conforme descrições em Anexo, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qdade	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Avental de PVC confeccionado em trevira, com espessura de 0,34 mm medindo 1,20 m x 0,65 m, com alças e tiras para suspensão no pescoço e ajuste na cintura, soldadas eletronicamente na cor a definir para proteção contra respingos e água, e produtos químicos em baixas concentrações. Pode ser lavado em sabão neutro e secar à sombra, tamanho único.	UN	250,00	7,00	1.750,00

5	Capa de chuva confeccionada em tecido sintético revestido de PVC, com magas, capuz, conjugado, fechamento frontal através de botões de pressão e costuras, através de solda eletrônica na cor amarela, tamanho G, GG, XGG.	UN	150,00	14,00	2.100,00
7	Colete refletivo modelo "X" na frente e nas costas, confeccionado com tecido de poliéster revestido de PVC, com aplicações em 100% de retrorrefletivos, fechamento por velcro nas laterais.	UN	50,00	8,50	425,00

1.2. O FORNECEDOR 1 - ROSILENE TONATTO SPAZZINI ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela a cima, receberá o valor global total de R\$ 4.275,00 (quatro mil duzentos e setenta e cinco reais);

1.3 O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna/SC, devendo O FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. O FORNECEDOR deverá fornecer o objeto na forma e nas características dos modelos a serem disponibilizados, em quantidade e nos prazos previstos no Edital e seus anexos.

1.5. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.6. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega nos locais previamente indicados, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h e das 13h30min às 17horas.

1.7. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.8. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

1.11. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos

deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias após o recebimento das mercadorias, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial

do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão

final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.081.3390.00	0	41/2014	Manutenção do conselho tutelar
2.028.3390.00	1	79/2014	Manutenção da educação infantil
2.031.3390.00	1	67/2014	Manutenção do transporte escolar
2.060.3390.00	0	135/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.030.3390.00	1	61/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.3390.00	0	106/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.006.3390.00	0	18/2014	Manutenção do departamento de administração
2.009.3390.00	0	33/2014	Segurança do trabalhador
2.029.3390.00	0	44/2014	Manutenção do programa da merenda escolar do ensino
2.036.3390.00	0	48/2014	Programa da merenda escolar do ensino fundamental
2.052.3390.00	0	115/2014	Manutenção dos serviços urbanos

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser

acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ROSILENE TONATTO SPAZZINI
ROSILENE TONATTO SPAZZINI ME
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

Decreto 1822

DECRETO Nº 1822 de 26 de junho de 2014.

“CRIA A COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família - CIPROB, conforme dispõe o inciso I do art. 14 do Decreto Federal nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Art. 2º - A Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família - CIPROB, será composta por:

02 (dois) Representantes da Assistência Social, sendo uma da gestão e outra do CRAS;

01 (um) Representante da Saúde;

01 (um) Representante da Educação;

01 (um) Representante da Habitação;

01 (um) Representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

01 (um) Representante do Conselho Municipal de Controle Social do Bolsa Família.

Art.3º- Os membros da comissão intersectorial do Programa Bolsa Família serão indicados por suas respectivas Secretarias e nomeados através de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

Art.4º- Cabe a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família - CIPROB:

I - Identificar, no âmbito do Município, famílias em situação de pobreza e extrema pobreza;

II - Acompanhar o cumprimento das condicionalidades do programa;

III - elaborar e/ou propor políticas públicas de combate à miséria e a fome em âmbito municipal;

IV- estimular a participação da comunidade no controle e execução do Programa Bolsa Família;

V- promover a articulação com as demais esferas de governo e com a sociedade civil organizada, a fim de propor melhorias e aperfeiçoamento ao programa;

IV- interagir com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

Art.5º- Cabe à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social a gestão do Programa, conforme definido no Termo de Adesão assinado com o MDS.

Art.6º- As reuniões da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família - CIPROB serão realizadas no CRAS.

Art. 7º - Compete à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social:

I - A gestão municipal do Programa Bolsa Família;

II- a realização e o envio do Cadastro Único das famílias beneficiadas com o Programa ao órgão federal competente;

III- a avaliação socioeconômica das famílias pré-cadastradas no Programa e sua posterior aprovação;

IV- a inclusão, exclusão e ou bloqueio de benefícios do Programa;

V- demais atividades inerentes ao gestor municipal do Programa Bolsa Família;

Art. 8º - Compete a Secretaria de Educação:

I- Encaminhar as famílias com o perfil do Programa para a realização do Cadastro Único;

II- o acompanhamento das condicionalidades do Programa no âmbito da educação.

Art. 9º - Compete a Saúde:

I- Encaminhar as famílias com o perfil do Programa para a realização do Cadastro Único;

II- o acompanhamento das condicionalidades do Programa no âmbito da educação.

Art.10 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1823

DECRETO Nº 1823 de 26 de junho de 2014.

"NOMEIA COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CIPROB COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CIPROB DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto nº 1822 de 26 de junho de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os membros da COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CIPROB DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), conforme abaixo relacionados:

Representante da Assistência Social - gestão: JOVIANE COLOMBELLI

Representante da Assistência Social - CRAS: MICHELE L.T.S. TEDESCO

Representante da Saúde: GILMAR MORAES

Representante da Educação: VALI CAROLINA SPIER.

Representante da Habitação: PATRICIA CELZLEIN NUNES VIERA
Representante do Conselho Municipal de Assistência Social: CRISTINA KULL

Representante do Conselho de Controle Social do Bolsa Família: ANA MARIA COZZA

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1824

DECRETO Nº 1824 de 26 de junho de 2014.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4 - COBRADE, CONFORME IN/MI Nº 01/2012."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso XXXII, do artigo 9º, da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012; e CONSIDERANDO:

I - Que as chuvas intensas ocorridas nos dias 23 a 26/06/2014, provocaram alagamentos e deslizamentos em Centro, Bairros e interior do Município conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre);

II - Que a precipitação desse grande volume de água em um

pequeno intervalo de tempo, resultou em significativos danos e prejuízos constantes no Formulário FIDE, em anexo;

III - Que o Parecer da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência,

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 - COBRADE, conforme IN/MI Nº 01/2012.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Defesa Civil.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§1º- No processo de desapropriação deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º- Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º- Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC Nº 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º- Este Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Receitas Federais do Dia 25/06/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 25/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.836,38
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.836,38
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.836,38
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	7.701,83
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.134,55

Luzerna, 26/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida_ata de Registro de Preços Nº 16/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0027/2014.
Pregão Presencial 0021/2014.
REGISTRO DE PREÇOS nº 0009/2014.

Objeto: Registro de Preço para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2014.

ITEM 01 - Óleo diesel S10

Contratada: SAFRA DIESEL LTDA.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após entrega e apresentação de nota fiscal.

Vigência da Ata: 31/12/2014, podendo ser prorrogada havendo interesse de ambas as partes.

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor unitário de registrado (R\$)
01	01	OLEO DIESEL S10	Petrobras	2,59

Macieira - SC, 17 de junho de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Publicação Resumida_ Contrato Administrativo Nº 0026/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0026/2014. Objeto: Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2014, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas. Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA. Valor de despesas fixas: valor total de R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais), divididos em 6 parcelas mensais de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

Prazo: 31/12/2014.

Macieira, 23 de junho de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Publicação Resumida_contrato Administrativo Nº 0027/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0028/2014.

Pregão Presencial nº 0022/2014.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de horas máquina (com máquina e operador qualificado), a serem realizados com trator de esteiras, com lâmina anilha para limpeza de terrenos, destoques e demais serviços, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, destinado ao atendimento dos produtores rurais do município, conforme Lei Municipal nº 546/2011 e Decreto nº 1394 de 02 de junho de 2014, com descrições da máquina e demais especificações contidas no anexo I do Edital.

Contrato Administrativo nº 0027/2014.

Contratada: JANDIR ELIZEU PIRAN ME.

Valor Total do Contrato: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Entrega: De acordo com o cronograma da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Vigência do Contrato: O Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014.

Macieira - SC, 24 de junho de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Aviso de Licitação_ Processo Licitatório Nº 0007/2014 FMS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pelo Sr. Almir José Rossi Arconti, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0007/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 09 de julho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para a aquisição de computadores e ar condicionados para uso na Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades, conforme especificações e quantitativos do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 09/07/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão

Presencial nº 0005/2014, ou através do telefone (49) 3574-2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Maceira - SC, 26 de junho de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Maфра

PREFEITURA

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 080/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2014

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de Guincho tipo Munck, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 24/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Maфра (SC), 26 de junho de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Mauricio Kalil
Pregoeiro Municipal

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 094/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2014

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças e contratação de mão de obra mecânica e elétrica destinados ao conserto dos veículos de uso da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 10/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Maфра (SC), 26 de junho de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Editais de Pregão Presencial Nº 072/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de máquinas e equipamentos, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com recursos FUNDAM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 18/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 26 de junho de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

Maracajá**PREFEITURA****Aviso de Chamada Pública Nº 01/2014 - Pelc**

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIA Nº 001/2014

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 001/2014, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, CONVOCA todos os selecionados, conforme a Relação da Classificação Homologada a participarem da Primeira Chamada Pública para preenchimentos de vagas existentes, a realizar-se no dia 30 de Junho de 2014, às 13:30 hs, no Prédio da Administração Municipal localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro de Maracajá/SC.

Visando o interesse dos inscritos, este aviso será publicado no Mural Público da Prefeitura, no site do município (www.maracaja.sc.gov.br) e no Diário Oficial do Município de Maracajá/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Maracajá/SC, 25 de Junho de 2014.

Edinei Pedro Rocha

Diretor de Esportes

Aviso de Chamada Pública Nº 02/2014 - Pelc

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2013

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2013, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, CONVOCA todos os selecionados, conforme a Relação da Classificação Homologada a participarem da Primeira Chamada Pública para preenchimentos de vagas existentes, a realizar-se no dia 30 de Junho de 2014, às 13:30 hs, no Prédio da Administração Municipal localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro de Maracajá/SC.

Visando o interesse dos inscritos, este aviso será publicado no Mural Público da Prefeitura, no site do município (www.maracaja.sc.gov.br) e no Diário Oficial do Município de Maracajá/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Maracajá/SC, 25 de Junho de 2014.

Edinei Pedro Rocha

Diretor de Esportes

Marema

PREFEITURA

Decreto Nº 0095 /2014

DECRETO Nº 0095 /2014

De 02/06/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2013 do MUNICIPIO DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS).

Art. 3º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:
Reduzido 100

Código	Secretaria/departamento	
0901	DEPARTAMENTO DE DESENV. COMUNITARIO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
09.127.812	2046	MANUTENÇÃO ATIVIDADES ESPORTIVAS
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90000	03.00	7.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Func. Designado

Decreto N. 096/2014

DECRETO n. 096/2014

De 09/06/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO n. 028/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 015/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório n.028/2014 na Modalidade de Pregão Presencial n. 015/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto consiste em aquisição de Academia ao Ar Livre vinculado ao contrato de apoio financeiro n. 2014TR000741 - FUNDESPORTE celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e a Prefeitura de Marema.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 01, 03, 05 e 07 ao proponente vencedor CELSO MOACIR GOMES EPP no valor total de R\$ 5.329,90 (reais); o objeto dos itens 02, 04, 06 e 08 ao proponente vencedor I. SILVEIRA E CIA LTDA - ME no valor total de R\$ 4.867,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de junho de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Decreto Nº 097/2014

DECRETO nº 097/2014

de 16 de junho de 2014.

ESTABELECE O CRONOGRAMA DE OBRIGATORIEDADE DO USO E EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRONICA - NFS-e NO AMBITO DO MUNICIPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade Lei Orgânica do Município e em consonância com a lei Municipal n. 1010/2013 de 04 de junho de 2013

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o cronograma de obrigatoriedade de uso e emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e, assina estabelecida:

I - Uso Facultativo a partir do dia 04 agosto de 2014;

II - Uso Obrigatório a partir do dia 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Decreto N. 098/2014

DECRETO n. 098/2014

De 17/06/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO n. 026/2014 NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO n. 002/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório n.026/2014 na Modalidade de Tomada de Preço n. 002/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto consiste em Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia, por empreitada global, com fornecimento de material e mão-de-obra, para construção de uma cancha de bocha junto ao centro de Múltiplo Uso, vinculado ao Convenio n. 2014TR0001156, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxere, e a Prefeitura Municipal de Marema. Processo n. SDR05 0002107/2014; e contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia, por empreitada global, com fornecimento de material e mão-de-obra, para reforma do centro de Múltiplo Uso, localizado na Rua Giacomo Duz esquina com Rua Vidal Ramos, Município de Marema.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 01 e 02 ao proponente vencedor BENINI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA no valor total de R\$ 152.570,89 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de junho de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Funcionário Designado

Decreto Nº 099/2014

Decreto nº 099/2014

de 17 de junho de 2014

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE AÇÃO DO PPA E LDO, COM ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 de 04 de dezembro de 2013 e Lei Municipal n. 1040/2014 de 17 de junho de 2014

DECRETA

Art. 1º - A inclusão da Ação 99- Aquisição de veículo para Saúde, programa 10.01 - Saúde com Qualidade, anexo III, planilha 003 da Lei do PPA nº1018 de 25/09/2013 e Lei da LDO nº 1017/2013 de 25/09/2013, conforme descrição abaixo:

Programa	10.01 - Saúde com Qualidade		
Ação	99 - Aquisição de veículo para saúde		
Meta	01 Veículo	Fonte	Valor R\$
Recursos	Convênio Estadual	01.23	80.000,00
Recursos	Ordinários	01.02	30.000,00

Art. 2º - Fica aberto crédito especial no orçamento do Município de Marema, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte programação de despesa:

03.01 - Departamento de Administração			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	1099	Aquisição de veículo para saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	01.23	80.000,00
44900000	Aplicações Diretas	01.02	30.000,00
Total			110.000,00

Art. 3º - Para satisfazer a cobertura do crédito adicional especial serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação de proposta nº 13001 firmado com o Estado de Santa Catarina no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) e anulação de dotação no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte programação de despesas).

13.01 - Fundo Municipal de Saúde			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.026	Manut. Das ativ. Da saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	01.02	30.000,00
Total			30.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 17 de junho de 2014.

Valdomiro Bevilaqua
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

DECRETO Nº 100/2014

Decreto nº 100/2014

De 17/06/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Marema, CONSIDERANDO o feriado de Corpus Christi de 19 de junho de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Ponto facultativo aos Servidores Públicos Municipais, com exceção aos serviços emergenciais, no dia 20 de junho de 2014.

Parágrafo Único - Os serviços emergenciais e urgentes serão atendidos em regime de plantão.

Art. 2ª - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Marema, 17 de junho de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Decreto N. 101/2014

DECRETO n. 101/2014

De 24/06/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO n. 029/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 016/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório n.029/2014 na Modalidade de Pregão Presencial n. 016/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto consiste em contratação de serviços de perfuração e detonação de rocha.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item único ao proponente vencedor KINAPP E CIA LTDA no valor total de R\$ 28.200,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de junho de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Decreto Nº 102/2014

Decreto nº 102/2014

De 24/06/2014

"DISPÕE SOBRE COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal do Município de Marema, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 89, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1o - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento de procedimento administrativo para levantamento físico e financeiro de todos os bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal e respectivos Fundos Municipais, cuja finalidade é a perfeita compatibilização entre o registrado e o existente, bem como sua utilização e o estado de conservação.

Art. 2º - Fazem parte da Comissão:

Presidente : SILVANO CIRO PIASESKI

Secretário : VALMIR SIMONETTI

Membro : VALMOR PERUZZO

Parágrafo Único - Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art.3º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário.

Art.4º - As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art.5º - Revogadas as disposições em contrário.

Art.6º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de junho de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Portaria Nº105/2014

Portaria nº105/2014

De 13/06/2014

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL CARLIZE EMANUELLA TODESCATO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a servidora publica municipal CARLIZE EMANUELLA TODESCATO por um período de 30 dias, sendo período de gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 23 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014.

- Gozo de férias por um período de 20 dias para uma data futura a ser marcada em consenso com o departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 25 de abril de 2013 a 24 de abril de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 02 de junho de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

Portaria Nº106/2014

Portaria nº106/2014

De 23/06/2014

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL LOURDES ROSALEM CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a servidora publica municipal LOURDES ROSALEM CERATTO por um período de 30 dias, sendo período de gozo de 04 de julho de 2014 a 02 de agosto de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de junho de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

Lei Nº. 1038/2014

Lei nº. 1038/2014

De 17/06/2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Capítulo I
Do Conselho Municipal do Idoso

Art.1º. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso - órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Marema-SC.

Art.2º. Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

I- Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos dos idosos;

II- Propor, opinar e acompanhar a criação e a elaboração da lei de criação da Política Municipal do Idoso;

III- Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas ao idoso, zelando pela sua execução;

IV- Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 0/01/1994, a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;

V- Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI- Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violações dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII- Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltadas para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida do idoso;

VIII- Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do Fundo Municipal do Idoso nos termos do Capítulo II desta Lei;

IX- Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal do Idoso, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

X- Elaborar o seu regimento interno;

XI- Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XII- Divulgar os direitos dos idosos, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XIII- Convocar e promover as conferências de direitos do idoso em conformidade com o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI); e,

XIV- Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

Art.3º. Aos membros do Conselho Municipal do Idoso será facilitado o acesso aos diversos setores da administração pública, especialmente aos programas prestados à pessoa idosa, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões, propostas e ações, subsidiando as políticas de ação em cada interesse da pessoa idosa.

Art.4º. O Conselho Municipal do Idoso é composto de forma paritária entre poder público municipal e a sociedade civil, e será constituído:

I- Por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social,

ou órgão equivalente;

b) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão equivalente;

c) Um representante da Secretaria Municipal de Educação, ou órgão equivalente;

d) Um representante da Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Lazer, ou órgão equivalente.

II- Por entidades não governamentais representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento da pessoa idosa, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:

a) Um representante das Cooperativas;

b) Um representante dos Clubes de mães;

c) Um representante do Grupo de Idoso Recanto da Saudade; e,

d) Um representante das Igrejas.

§ 1º. Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá um suplente.

§ 2º. Todos os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 3º. Os membros do Conselho terão um mandato de três anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 4º. O titular de órgão ou entidades governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representante.

§ 5º. As entidades não governamentais serão eleitas em fóruns próprios, especialmente convocados para este fim.

§ 6º. Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dias após o fórum que a eleger, sob a pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art.5º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange a presidência e vice-presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não-governamentais, a cada mandato.

§ 1. O Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2. O Presidente do Conselho Municipal do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art.6º. Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá direito a um único voto na sessão plenária, executando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art.7º. A função do membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada nem perceberá qualquer tipo de gratificação, e, seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art.8. As Entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I- Extinção de sua base territorial de atuação no município;

II- Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho Municipal do Idoso; e,

III- Aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art.9º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I- Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II- Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem

justificativa;

III- Apresentar renúncia ao plenário do Conselho Municipal do Idoso, que será lida na sessão seguinte à sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV- Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções; e,

V- For condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art.10º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres efetivos.

Art.11º. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art.12º. O Conselho Municipal do idoso reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou por requerimento dos seus membros.

Art.13º. O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art.14º. As sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art.15º. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.

Art.16º. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias.

Capítulo II

Do Fundo Municipal do Idoso

Art.17º. Fica criado o Fundo Municipal do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos do Município de Marema-SC.

Art.18º. Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:

I- Dotação orçamentária da União, do Estado e Município;

II- As resultantes de doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas;

III- Os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

IV- As advindas de acordos e convênios;

V- As provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/2003; e,

VI- Outras.

Art.19º. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente a Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal do Idoso.

§ 1º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 2º. Caberá a Secretaria municipal de Assistência Social coordenar as atividades do Fundo Municipal do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso, cabendo ao seu titular:

I- Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;

II- Submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III- Outras atividades indispensáveis para a coordenação do Fundo.

Capítulo III

Das Disposições Finais e Transitórias

Art.20. Para a primeira instalação do Conselho Municipal do Idoso, o Prefeito convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada, atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente

realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art.21. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta lei.

Art.22. O Conselho Municipal do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de noventa dias a contar da data de sua instalação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 23. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 24. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema (SC),
em 17 de junho de 2014.

Valdomiro Bevilaqua
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

Lei N. 1039/2014

Lei n. 1039/2014

de 17/06/2014

“CRIA UNIDADE ESCOLAR DENOMINADA DE CEIM-CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PORTINHA DO FUTURO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado uma Unidade de Ensino denominado de “CEIM-CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PORTINHA DO FUTURO”, localizado na Rua Hercílio Luz, 65, centro, Marema.

§ 1º - A unidade escolar, mencionada no caput do artigo 1º, integra para todos os fins a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - Ressalvada a competência do Sistema de Ensino, fica autorizado o funcionamento da mencionada unidade escolar.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Educação, fará os atos necessário para o funcionamento da referida unidade escola.

Art. 2º - Fica extinto a Escola Núcleo Escolar Municipal II localizada na Rua Hercílio Luz, 301, centro, Marema - INEP n. 42142903.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei n. 645/2004 de 16/03/2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, (SC),
em 17 de junho de 2014.

Valdomiro Bevilaqua
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

Lei Nº 1040/2014

LEI nº 1040/2014

de 17 de junho de 2014

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE AÇÃO DO PPA E LDO, COM ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILÁQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado incluir Ação 99- Aquis. De veículo para Saúde, programa 10.01 - Saúde com Qualidade, anexo III, planilha 003 da Lei do PPA nº1018 de 25/09/2013 e Lei da LDO nº 1017/2013 de 25/09/2013, conforme descrição abaixo:

Programa	10.01 - Saúde com Qualidade		
Ação	99 - Aquisição de veículo para saúde		
Meta	01 Veículo	Fonte	Valor R\$
Recursos	Convênio Estadual	01.23	80.000,00
Recursos	Ordinários	01.02	30.000,00

Art. 2º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento do Município de Marema, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte programação de despesa:

03.01 - Departamento de Administração			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	1099	Aquisição de veículo para saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	01.23	80.000,00
44900000	Aplicações Diretas	01.02	30.000,00
Total			110.000,00

Art. 3º - Para satisfazer a cobertura do crédito adicional especial serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação de proposta Nº13001 firmado com o Estado de Santa Catarina no valor de R\$ 80.000,00(Oitenta mil reais) e anulação de dotação no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte programação de despesas).

13.01 - Fundo Municipal de Saúde			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.026	Manut. Das ativ. Da saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	01.02	30.000,00
Total			30.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 17 de junho de 2014.

Valdomiro Bevilaqua
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

Meleiro

PREFEITURA

Decreto Nº 056/2014

DECRETO n.º 056/2014

TRATA DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2014.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art. 1.º As Inscrições Deferidas no Processo Seletivo n.º 001/2014, para os Cargos de Agente Comunitário de Saúde, Técnico de Enfermagem - Samu e Motorista - Samu, conforme dispõe a relação que consta no anexo I do presente decreto.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO I

Lista de Inscrições Deferidas

CARGO: MOTORISTA/SOCORRISTA DO SAMU	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
11910	AIRES MEDEIROS GODINHO
11983	ALERSON SEMLER MATEUS
11957	ALESSANDRE LAURINDO
11974	ALESSANDRO DE SOUZA LOPES
11956	ANA PAULA JOAQUIM
11952	ANDERSON FELISBERTO
11980	ARI JOSÉ DA SILVA
11908	ARIEL IURI DE FREITAS
11986	CLAUDIUS CESAR BANDEIRA MARTINS
11913	EDVAN PLACIDO TEIXEIRA
11924	EMERSON RICARDO FREITAS DA SILVA
11914	GEDERSON DA SILVA FRANK
11915	HENRY PEIXOTO PHILIPPI
11937	JEAN CARLOS DA ROSA NICHELE
11904	JONAS SEMLER ZANETTE
11921	JULIANO RESENDE HENRIQUES
11950	MARCOS ANDRE FERNANDES
11906	MARZO SANTOS DE ANDRADE
11905	RAFAEL MÁXIMO BEHENCK
11931	RICARDO DAROS VENANCIO
11982	RINALDO TEIXEIRA
11907	RODIVAN CARLOS MICHELS

11987	WANDERSON GIASI GERHARDT
11954	ZENIR FELISBERTO PEREIRA STRELOW

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO SAMU

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
11917	ALINI VIEIRA FISCHER
11989	ANA KELIN FARIAS
11973	CARMEM LUCIA SANTOS SILVA
11970	CLENIO BORGES
11948	ELIZANDRA MICHELS
11997	IRAN SOUZA MACHADO
11968	JOSE AMILCAR CASTROS SOARES
11984	PATRÍCIA PIRES
11951	RAFAELA GOMES MARTINS
11958	SAMUEL DE OLIVEIRA VOIDA
11943	SAMUEL GONÇALVES DA SILVA
11985	SANDRA MARIA LOPES MARTINS
11988	WAGNER WALTRIQUE VIEIRA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MICROAREA
11978	ADRIANA DE JESUS MARCELINO	ACS - MICROAREA 02
11929	ANDREIA ACORDI FERMO	ACS - MICROAREA 02
11947	ANGELICA GUIMARAES MARCOS	ACS - MICROAREA 11
11944	ANGELICA PAGNAN	ACS - MICROAREA 15
11962	ANIELLE FABRIS	ACS - MICROAREA 07
11966	BRUNA DA SILVA BORGES	ACS - MICROAREA 14
11930	CARLAS FABRI TESA	ACS - MICROAREA 16
11922	CLAIR DE PRÁ GHELLERE	ACS - MICROAREA 13
11963	CLARICE FORMENTIN DAMIANI	ACS - MICROAREA 18
11981	CLEIA FABRIS	ACS - MICROAREA 07
11945	CLEIMAR XAVIER GOMES FERREIRA	ACS - MICROAREA 13
11918	DANIELI BERNARDO POLA	ACS - MICROAREA 18
11935	ELEN CASSIA DA SILVA COSTA	ACS - MICROAREA 10
11920	ELIDA NOEMI ROBALO SARMENTO	ACS - MICROAREA 15
11927	ELIZABETE SCARPARI GOMES	ACS - MICROAREA 04
11919	ELIZANDRA DAL PONT	ACS - MICROAREA 17
11993	ELIZETE FORTUNATO DE SOUZA	ACS - MICROAREA 01
11976	ESTER DA SILVA	ACS - MICROAREA 05
11960	FRANCIELI NETO LAVEZZO	ACS - MICROAREA 10
11972	HANA CAROLINA MATIOLA MENDES	ACS - MICROAREA 16
11942	JULIANE DOS SANTOS	ACS - MICROAREA 13
11923	KATIA PEDROSO CARDOSO	ACS - MICROAREA 14
11961	LORIZETE BECKER ARIGONI	ACS - MICROAREA 15
11938	LUCIA DA GLORIA ZEFERINO CARVALHO	ACS - MICROAREA 08
11992	LUCIANA BAESSO SCARABELOTT SEHNEM	ACS - MICROAREA 01
11965	LUCIANA DE OLIVEIRA SIMONI	ACS - MICROAREA 15
11941	LUCIANA FAUSTINO	ACS - MICROAREA 09
11928	MARIA APARECIDA NATAL MATEUS	ACS - MICROAREA 09
11936	MARIA GORETI MARTINS SERAFIM GOMES	ACS - MICROAREA 09
11925	MARIA DIRLENE PEREIRA IZE	ACS - MICROAREA 17

11912	MARJARA DE SOUZA RAMILIO DA SILVA	ACS - MICROAREA 10
11926	ROSANE PEREIRA VELHO ORTOLAN	ACS - MICROAREA 07
11934	ROSANGELA MEZARI DORDETI	ACS - MICROAREA 10
11996	ROSEMIRIA DUARTE ROCHA	ACS - MICROAREA 02
11971	ROSILENI MEZZARI IZÉ	ACS - MICROAREA 13
11939	RUBIA FELISBINO FERMO	ACS - MICROAREA 08
11946	SHIRLEY MICHELS BENEDET DA BOIT	ACS - MICROAREA 01
11964	SIRLEI DE FATIMA POSSAMAI PAGNAN	ACS - MICROAREA 16
11991	SUZANA TRAMONTIN FELISBERTO	ACS - MICROAREA 17
11916	TALITA ACORDI MIGUEL	ACS - MICROAREA 10
11977	TAYNÁ DA SILVA DANIEL	ACS - MICROAREA 11
11990	VANDERLEIA REGINA EYNG	ACS - MICROAREA 09
11932	VILMARA WATERKEMPER MOTA	ACS - MICROAREA 01
11955	ZILDA CARBONI MIOT	ACS - MICROAREA 03

Meleiro, 26 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 257/2014

PORTARIA n.º 257/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal ANELIZE LONGARETTI TOLD DO FRANCISCO, ocupante do cargo de Recepcionista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a licença gestante por 180 (cento e oitenta) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 25/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 806/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 806/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 026/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 026/2014, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2014. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 10/07/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 26 de Junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 108/2014

PORTARIA Nº 0108/2014 de 26.06.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA ALBANI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 25.06.2014 atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde no período de 23.06.2014 a 29.07.2014 (37 dias),

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal SILVANA ALBANI, matrícula nº 1950-0, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde ESF, com carga horária de 40 horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Saúde, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 23.06.2014 a 29.07.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23.06.2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 26 de junho de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Monte Carlo**PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 49/2014**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 49/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014

OBJETO: a contratação de pessoa jurídica para prestação de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO TÉCNICO E CAPACITAÇÃO ADMINISTRATIVA, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 do dia 07/Julho/2014 até as 08:30 horas do dia 11/Julho/2014;

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 11/JULHO/2014.
TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 25 de Junho de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça**PREFEITURA****Registro de Preço 080/2014**

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 080/2014. Objeto: Aquisição de Material Elétrico. Data: 09/07/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Carta de Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 04 de abril de 2014

Ilm Sr
RODRIGO LUIS BRASIL (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO - 004//2012

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 004/2012, para o cargo de MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller
Diretoria em Gestão de R.H

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 04 de abril de 2014

Ilma Sra
LETICIA ADELIA MIOTTO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO - 002//2010

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 002/2010, para o cargo de FARMACEUTICO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado

implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller
Diretoria em Gestão de R.H.

NAVEGANTESPREV

Portaria N.º 14 de 27 de Junho de 2014 "Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição Em Carater Proporcional"

PORTARIA N.º 014 DE 27 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "a", §5º da CFRB/88 com redação da E.C n.º 41/2003, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor PAULO TARSSO DE TOLEDO DOS SANTOS, portador da cédula de identidade n.º 96.373 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 196.564.758-87 e PIS/PASEP n.º 104.12072.96.0, efetivo no cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2014.04.00105, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 27 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Nova Trento

PREFEITURA

Resultado Habilitação E Proposta - Concorrência Pública Nº 004/2014

Resultado do Julgamento fase de Habilitação e Proposta - Processo Licitatório nº 062/2014 - CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 004/2014 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços para pavimentações nas Ruas Alferes, Rua Independência, Rua Tirol e Rua Giacomo Polli/Jose Battisti Archer, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos necessários e Mão de obra para execução dos serviços objeto desta, houve a participação das seguintes empresas: JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME; E ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME. Da análise da documentação constatou-se que as empresas JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME; E ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME apresentaram DOCUMENTAÇÃO conforme o solicitado no edital. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 14.7, do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, passou-se a abertura das PROPOSTAS. Da análise das PROPOSTAS obtivemos o seguinte resultado: LOTE 1 - Vencedor: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME, cujo valor apresentado foi de: R\$ 212.003,62 (duzentos e doze mil, três reais e sessenta e dois centavos); LOTE 2 - Vencedor: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME, cujo valor apresentado foi de: R\$ 263.298,90 (duzentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa e oito reais e noventa centavos); LOTE 3 - Vencedor: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME, cujo valor apresentado foi de: R\$ 300.436,77 (trezentos mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos); e LOTE 4 - Vencedor: JV EMPREENDIMENTOS LTDA., cujo valor apresentado foi de: R\$ 274.014,57 (duzentos e setenta e quatro mil, catorze reais e cinquenta e sete centavos). Os valores apresentados estão de acordo com orçamentos apresentados pela administração

Nova Trento (SC), 25 de junho de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Portaria Nº 586/2014

PORTARIA Nº 586/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 102 e 103 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 "Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Nova Trento",

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, a Servidora Pública Municipal SIDINEIA RAUPP CHELL, matrícula nº 210, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Casa da Cidadania, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura

Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 03/03/2008 a 02/03/2013, a ser pago no mês de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 23 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 587/2014

PORTARIA Nº 587/ 2014

Concede Licença Tratamento de Saúde

A Secretária Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 555/2014, de 09 de junho de 2014, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde á Servidora Pública Municipal PASQUA DELL'AGNOLO, matrícula nº 6261, atuante no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 27 de maio de 2014 a 03 de outubro de 2014, conforme resultado pericial data de 23/06/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de junho de 2014.

Lilian Cristiani Fontanelli

Secretária Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 588/2014

PORTARIA Nº 588/ 2014

Concede Gratificação

A Secretária Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 555/2014, de 09 de junho de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal VANDERLI TOMIO, matrícula nº 964, concursado no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, Gratificação de 32% (trinta e dois por cento), a partir de 23 de junho de 2014, com efeito retroativo ao mês de Maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de junho de 2014.

Lilian Cristiani Fontanelli

Secretária Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 589/2014

PORTARIA Nº 589/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 75 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Junho/2014, ao Servidor Público Municipal SALVELINO MONTIBELLER, matrícula nº 527, concursado no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 03/07/2012 a 02/07/2013.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 590/2014

PORTARIA Nº 590/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

A Secretária Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 555/2014, de 09 de junho de 2014, e de acordo com o que determina o art. 75 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Junho/2014, a Servidora Pública Municipal ADRIANA BORRALHO GONÇALVES SANTOS, matrícula nº 80, ocupante do cargo de Nutricionista, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 18/06/2012 a 17/06/2013.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de junho de 2014.

Lilian Cristiani Fontanelli

Secretária Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 591/2014

PORTARIA Nº 591/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 93 da Lei nº 1207 de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 266/2014, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ANTONIO JACZAK, matrícula nº 54, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 30 de maio de 2014 a 28 de junho de 2014, conforme resultado pericial datado de 25/06/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 25 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 592/2014

PORTARIA Nº 592/ 2014

Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 93 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal DIOGO MARCHIORI, matrícula nº 323, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 13 de junho de 2014 a 12 de julho de 2014, conforme resultado pericial datado de 25/06/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de junho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 25 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 593/2014

PORTARIA Nº 593/ 2014
Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal ROSANGELA APARECIDA CIPRIANI, matrícula nº 143, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2003 a 02/04/2008, a contar de 26 de junho de 2014 a 25 de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de junho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 26 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Aditivo Contrato 093/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 093/2013

Origem: Processo Licitatório Nº 066/2013 - Modalidade: Pregão Presencial Nº 044/2013; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME, com sede à Rua Cândido Amaro Damasio, nº 456, Sala 01, Jardim Cidade de Florianópolis, CEP 88111-110, cidade de São José/SC, e registro no CNPJ sob o nº 08.640.413/0001-4. Objeto do Contrato: Primeiro aditivo de prazo e supressão de valor. Prorroga validade até 11/06/2015.

Nova Trento, 12 de junho de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Portaria 594/2014

PORTARIA Nº 594/2014
Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar execução do Contrato nº 093/2013

Gian Francesco Voltolini, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução e fiscalização

do Contrato nº 093/2013, a Senhora Miliani Piffer Mazzola, matrícula nº 502, cujo objeto do contrato é a Prestação de Serviço de Suporte Técnico em Tecnologia da informação nos Sistemas Administrativos da Prefeitura Municipal de Nova Trento - abrangendo os sistemas de Contabilidade, Orçamento, Tesouraria, Compras e Licitações, Folha de Pagamento e Recursos Humanos, Frotas, Almoxarifado, Patrimônio e Sistema E-Sfinge para prestação de contas junto ao TCE-SC.

Art. 2º - Atribui a Senhora Miliani Piffer Mazzola anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 26 de junho de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de junho de 2014.

Ouro Verde

PREFEITURA

Decreto Nº2491

DECRETO N.º 2491/2014

"ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE TRABALHO AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal em exercício de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 101, da Responsabilidade na Gestão Fiscal, estabelece os limites de endividamento para a dívida pública;

CONSIDERANDO que a mesma retro citada legislação estabelece como uma das metas prioritárias do ente público, promover o equilíbrio financeiro anual, não gastando mais do que a arrecadação efetiva do exercício financeiro;

CONSIDERANDO a necessidade do estabelecimento de metas concretas e reais, objetivando a redução efetiva de despesas para viabilizar o equilíbrio financeiro das contas do Município;

CONSIDERANDO que a utilização do Horário de trabalho em turno único representa economia efetiva de recursos, que servirá para administrar a redução das despesas em relação às receitas;

CONSIDERANDO que a grande maioria dos Municípios brasileiros tem adotado essa prática, e comprovada eficácia no estabelecimento do equilíbrio financeiro das contas públicas.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Determinado a entrada em vigor a partir de 01 de Julho de 2014, novo Horário de Trabalho ao Funcionalismo Público Municipal, conforme especifica:

GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO - das 07:00 hs. às 13:00 hs.;

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - das 07:00 hs. às 13:00 hs.;

EDUCAÇÃO, C. E ESP. - 07:45 hs. às 11:45 hs. das 13:15 hs. às 17:15 hs.;

INFRAESTRUTURA - das 12:00 hs. às 18:00 hs.;

AGRICULTURA - das 07:00 hs. às 13:00 hs., com exceção dos operadores de máquinas que obedecerá o mesmo horário da Secretaria de Infraestrutura.;

SAÚDE - 07:45 hs. às 11:45 hs. das 13:15 hs. às 17:15 hs.;

PLANEJAMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL - 07:00 hs. às 13:00 hs, com exceção dos Programas Sociais (Peti e Cras), 07:45 hs.às 11:45 hs. e das 13:15 hs. às 17:15 hs.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 23 de junho de 2014.

NILSON SANTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2492

DECRETO N.º 2492/2014

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA FONTE DE RECURSO 0389 - ALIENAÇÃO DE BENS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 873, de 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 42.395,84 (Quarenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
12.361.1201.1.000019 - Aquisição de Terrenos/Construção/Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental		
44900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0389 - Alienação de Bens - 98	R\$	42.395,84
TOTAL GERAL	R\$	42.395,84

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior da Fonte de Recurso 0389 - Alienação de Bens.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 23 de Junho de 2014.

NILSON SANTIN

Prefeito Municipal em Exercício

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Mun. de Administração e Gestão.

DECRETO Nº2493

DECRETO Nº. 2493/2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0189 - ALIENAÇÃO DE BENS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 873/2013, 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 156.500,00 (Cento e cinquenta e seis mil e quinhentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

04.01 - SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
12.361.1201.1.000019 - Aquisição de Terrenos/Construção/Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental		
44900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0189 - Alienação de Bens - 99	R\$	156.500,00
TOTAL GERAL	R\$	156.500,00

Art. 2º - Para suplementação que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.89 - Alienação de Bens - Ref. ao Edital de Leilão 002/2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 23 de junho de 2014.

NILSON SANTIN

Prefeita Municipal em Exercício

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Mun. de Administração e Gestão

Decreto Nº2494

DECRETO Nº. 2494/2014

"Dispõe sobre a alteração de nomenclatura de ação 1.019 do PPA, LDO e LOA, e abertura de crédito adicional suplementar, anulação de dotações e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal n.º 896/14, de 05/05/14.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a descrição da ação 1.019, do Plano Plurianual, constante na Lei Municipal nº. 872, de 10 de Dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 876./2013, e Lei Orçamentária Anual do Município, Lei Municipal nº. 873, de 10 de Dezembro de 2013, com a seguinte da ação:

De: Ação 1.019 - Construção/Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

Para: Ação 1.019 - Aquisição de Terrenos/Construção/Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 61.110,00 (Sessenta e um mil, cento e dez reais), para a seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
04.01 - SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
12.361.1201.1.019 - Aquisição de Terrenos/Construção/Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental		
(22) - 4.4.90.00.00.0.1.01 - APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	61.110,00
TOTAL GERAL	R\$	61.110,00

Art. 3º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados recursos parciais/totais existentes nas dotações a seguir descritas:

04.00 - SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
04.01 - SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
12.361.1201.1.018 - Aquisição de Veículo		
(21) - 4.4.90.00.00.0.1.01 - APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	44.000,00
TOTAL GERAL	R\$	44.000,00

07.00 - SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
07.01 - SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
22.661.2201.1.040 - Aquisição de Área de Terras		
(65) - 4.4.90.00.00.0.1.00 - APLICAÇÕES DIRETAS		17.110,00
TOTAL GERAL	R\$	17.110,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 23 de Junho de 2014.

NILSON SANTIN

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Mun. de Administração e Gestão

Extrato Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0056/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA ME

Objeto: Aquisição de 03 (três) Distribuidor de fertilizantes, capacidade mínima de 600 litros em polietileno, monodisco com duas saídas para alimentação do prato em aço inox com 04 palhetas, caixa de distribuição com engrenagens em aço a banho de óleo, regulagem com escala numerada, com agitador interno, com pinos chavetas e cardan. b) Aquisição de 04 (quatro) Distribuidor de calcário, capacidade mínima de carga de 05 (cinco) toneladas, capacidade mínima de 2,6m³ esteiras com travessas soldadas, caixa de distribuição com engrenagens de banho de óleo com 06 velocidade, registro de saída com mola, distribuição com 02 (dois) pratos com 06 palhetas cada, largura mínima de distribuição de 06 a 25 metros, rodado tipo tandem, 04 rodas aro 16, com pneus novos, chavetas e cardan para engates ao trator. c) Aquisição de 02 (duas) Colhedora de forragens em linha, com roda de apoio, bica semi hidráulica, com pistão hidráulico no giro da bica, rotor com 12 facas com sistema quebra grãos, com pinos, chavetas e cardan para engates ao trator. d) Aquisição de 07 (sete) Carreta agrícola metálica, basculante com pistão hidráulico, capacidade de carga mínima 5 (cinco) toneladas, rodado duplo, aro 16, com pneus novos, dimensões da carroceria 3,03x1,80x0,97 metros, chapa em aço, lateral de 2mm e assoalho de 3mm e tampa traseira com sistema de abertura tampa traseira tipo caçamba (basculante). o valor certo e ajustado de R\$: 203,645,00 (duzentos e três mil seiscentos e quarenta e cinco reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei 10.520/02. Ouro Verde, 13 de junho de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0057/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: REMOVE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Objeto: Contratação de empreiteira para execução de serviços de construção, pelo sistema de empreitada global, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra, destinado a Conclusão

de Unidade Básica de Saúde, na Rua João Maria Conrado nº414, Centro, na Cidade de Ouro Verde/SC.O valor certo e ajustado de R\$: 498.495,06 (quatrocentos e noventa e oito mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e seis centavos)Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 25 de junho de 2014.
Nilson Santin
Prefeito Municipal em exercício.

Palhoça

PREFEITURA

Resultado Pregão 111-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
111/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços, que tem como objeto a GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MENOS PERECÍVEIS para atender necessidades nutricionais de crianças com intolerância alimentares através da Secretaria de Educação de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME foi vencedora dos itens 09,12,13,21,22,25,26,34 totalizando R\$ 19.852,00 (dezenove mil, oitocentos e cinquenta reais) .

BRUTHAN COMERCIAL LTDA foi vencedora dos itens 16,17,18,24,28,30,32,35,36 totalizando R\$ 35.202,50 (trinta e cinco mil, duzentos e dois reais e cinquenta centavos) .

GIZELE REGINA DA SILVA ME foi vencedora dos itens 01,02,14,19,20,31,33 totalizando R\$ 66.177,50 (sessenta e seis mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos) .

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA foi vencedora dos itens 03,04,05,06,07,08,10,11,15 totalizando R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais)

Palhoça, 26 de junho de 2014

Edital Pregão 133-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 10 de julho de 2014 às 14:00 hs na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 133/2014, que tem por objeto a aquisição de itens de madeira para as Unidades de Ensino da Rede Municipal, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 26 de junho de 2014.
A PREGOEIRA.

Termo de Cessão III

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2014. PARTICÍPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Palhoça. OBJETO: Cessão do veículo marca Ford, modelo Fiesta 1.6 Flex, tipo Automóvel, combustível Álcool/Gasolina, ano/modelo 2014/2014, cor vermelha, chassi nº9BFZF55PXE8098770, placa MLY-6834 e cessão do veículo marca Ford, modelo Fiesta 1.6 Flex, tipo Automóvel, combustível Álcool/Gasolina, ano/modelo 2014/2014, cor vermelha, chassi nº9BFZF55P4E8098859, placa MLY 7104. VI-GÊNCIA: 10 (dez) anos a contar da data de assinatura. DATA: Palhoça, 24 de junho de 2014. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Camilo Nazareno Pagani Martins, pelo Município.

Extrato do Termo Aditivo Nº 145/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 145/2014 - (TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 181/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA MAWICON - CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Prestação de Execução de Obras n.º 181/2012, retroagindo seus efeitos a 29/04/2014.

DATA: 17/06/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração e
e Secretário de Planejamento e Infraestrutura.

JOSÉ TADEU DA CUNHA

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 5847-2

05 de março de 2014

Extrato do Termo Aditivo Nº 143/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 143/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 053/2014).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP .

OBJETO: Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 053/2014, retroagindo seus efeitos a 15/05/2014.

DATA: 11/06/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração e

e Secretário de Planejamento e Infraestrutura.

CÁCIO ABRAMO GASPERIM

Arquiteto e Urbanista

CAU 56675-6

CÂMARA MUNICIPAL**Pregão Presencial Nº 11/2014 Para Contratação Serviço de Técnico Suporte.**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2014

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

UNIDADE EXECUTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

1. REALIZAÇÃO

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS, DOCUMENTAÇÕES, ABERTURA DAS PROPOSTAS, LANCES E ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATÉ:

DIA: 07/07/2014 HORA: 09h00min h.

LOCAL: Câmara Municipal, Rua: Joci José Martins, Pagani, 101 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, Sala de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça, 1º piso.

O Município de Palhoça, por intermédio do Setor de Compras e Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que a pregoeira Maria Inácia de Melo Piazza e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 149/2014, de 05/02/2014, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste edital, onde farão realizar certame licitatório, na modalidade de Pregão na forma Presencial, do tipo menor preço global, o qual observará os preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei 10.520/2002, da Lei Complementar 123/2006, do Decreto Municipal 1.480/2004, e subsidiariamente as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, subordinado as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil — de expediente normal na Câmara Municipal de Palhoça — subsequente aos ora fixados.

O crédito necessário ao atendimento da despesa da presente licitação correrá à conta de recurso da Câmara Municipal de Palhoça, pelo elemento:

33.90.39.57.00 .00 - SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, APOIO AOS USUÁRIOS E GERENCIAMENTO NOS SISTEMAS, ABRANGENDO OS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE, ORÇAMENTO, TESOUREARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO RECURSOS HUMANOS, RAIS, DIRF, SEFIP, DCTF, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO E SISTEMA E-SFINGE UNIDADE GESTORA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO TCE-SC DA CÂMARA DE PALHOÇA CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ANEXO I., vinculadas a Ordem de Serviço Nº 47/2014 encaminhada pela Presidência desta Casa Legislativa.

2.2 - Das Condições para Participação

2.1 - Poderão participar deste pregão presencial as empresas que estiverem cadastradas ou não no ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

2.2 - Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Palhoça.

2.3- Fazem parte integrante deste edital anexos I, II, III, IV, V, VI VII, VIII.

3 - Do Credenciamento dos Representantes

3.1 - Para fins de credenciamento deverão ser apresentados no início da sessão pública deste Pregão, FORA dos envelopes nº 01 (proposta de preços) e 02 (habilitação), os seguintes documentos:

3.1.1 - Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2 - Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida em cartório do qual constem poderes, especialmente para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 4.1.1, que comprovem os poderes do mandante para a outorga em nome da empresa representada;

3.2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

3.4 - No decorrer da sessão poderá haver substituição do representante, desde que haja o credenciamento do novo representante na forma dos subitens 4.1.1 e 4.1.2.

3.5 - O credenciamento é condição obrigatória para que o representante possa atuar na etapa de oferecimento de lances verbais neste Pregão. As empresas interessadas em participar do certame que não credenciarem representante, não poderão ofertar lances, manifestar intenção de interposição de recurso ou praticar demais atos pertinentes ao certame. Será considerada como única oferta a constante na Proposta de Preços (envelope nº. 01).

3.6 - Em se tratando de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte, deverá ser apresentada uma declaração de que a empresa preenche os requisitos contidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 para os efeitos de aplicação das regras contidas nos artigos 42 a 46 de referida lei, juntamente com a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, com validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

3.7 - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, conforme modelo no Anexo IV.

4 - Da Forma de Apresentação da Proposta

4.1 - A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o Anexo I em uma única via, elaborada em papel timbrado, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa devidamente identificado, na qual deverá constar as seguintes indicações:

4.1.1 - Fazer menção ao número deste Pregão Presencial e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número (s) de telefone(s) e de fax e, se houver, e-mail e o respectivo endereço com CEP;

4.1.2 - Nome do banco, número da agência e da conta-corrente;

4.1.3 - Indicação do nome e qualificação da pessoa com poderes para assinar o CONTRATO;

4.1.4 - Indicação do valor unitário e total de cada item, em real, expresso em algarismo com até duas casas decimais após a vírgula, sendo que o valor global da proposta deverá estar expresso por extenso. Em caso de divergência entre o preço unitário e total, será considerado o preço unitário.

4.1.5 - Devem estar inclusos nos preços ofertados todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a prestação do serviço. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado;

4.1.6. Conter o prazo de instalação dos equipamentos quando requisitado, que não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis. Caso tal prazo seja omitido, ou for superior ao máximo estipulado a pregoeira o entenderá como sendo igual ao máximo permitido.

4.1.7. Conter o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da referida proposta. Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação;

4.2. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a pregoeira do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.

4.3. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

4.3.1. Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

4.3.2. Não atendam às exigências deste edital.

4.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

4.5. Não serão aceitas propostas alternativas de preços oferecidas pelo mesmo licitante, para o mesmo item.

4.6 - Apresentada a proposta, o Licitante estará automaticamente aceitando e sujeitando-se às cláusulas e condições do presente Edital;

5 - Dos Critérios de Aceitabilidade dos Preços

5.1 - Os preços deverão ser cotados em reais e serão irrecorríveis.

5.2 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

6 - Da Sessão Pública para Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação.

6.1 - A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação do proponente melhor classificado, será pública, dirigida por uma pregoeira e realizada de acordo com Regulamento da Licitação na Modalidade Pregão aprovado pelo Decreto n.º 1.480/2004, e em conformidade com este edital e seus anexos, na data, local e horário indicados na capa deste edital.

6.2 - Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, através de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do Regulamento acima referido, e para a prática dos demais atos do certame, conforme anteriormente disposto neste edital.

6.3 - Esgotado o prazo para entrega dos invólucros, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se para abertura dos envelopes contendo, em separado, as propostas de preços e os documentos de habilitação, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais,

em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Câmara Municipal de Palhoça
Razão Social da Empresa
Número do CNPJ
Número da Licitação
Data e hora
Envelope Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇO

Câmara Municipal de Palhoça
Razão Social da Empresa
Número do CNPJ
Número da Licitação
Data e hora
Envelope Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

6.4 - Não será admitida a entrega de apenas um envelope, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço, que serão conferidas e rubricadas.

6.5. Caso o envelope com a indicação externa "PROPOSTA DE PREÇO" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.

6.6 - As impugnações dos licitantes contra dos seus concorrentes somente poderão ser formuladas no final da reunião, marcada para efetuação dos lances.

6.7 - A impugnação de interessados contra as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciadas para representar as empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

7 - Do Julgamento das Propostas

7.1 - A sessão pública para realização dos lances verbais será realizada na data, horário e local indicados neste edital, onde a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, adotará os seguintes procedimentos:

7.1.1 - Conferirá o credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação;

7.1.2 - Classificará a proposta de menor preço global, dentre as devidamente regularizadas, por item, e aquelas também regularizadas que contenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço global, para que seus autores participem dos lances verbais. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas comerciais escritas nas condições definidas nesta alínea, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

7.1.3 - Solicitará que os representantes presentes efetuem lances verbais, que serão formulados individualmente e sequencialmente, por item global, a partir do autor da proposta classificada de maior preço. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes. No caso de empate no preço das propostas escritas, será efetuado sorteio para definição da ordem de formulação dos lances verbais;

7.1.4 - Ordenará as propostas em ordem crescente de preços e verificará a conformidade da proposta de menor preço, por item global, com as demais exigências constantes deste Edital, após encerrada a etapa competitiva;

7.1.5 - Se for o caso, serão aplicadas as disposições da LC 123/2006

7.1.6 - Acessará o programa de Cadastro do Município de Palhoça e procederá a abertura do envelope de habilitação do licitante, cuja proposta foi classificada com menor preço, por item, para confirmação de suas condições habilitatórias;

7.1.7 - Declarará o vencedor da licitação, por item, se constatarem as condições exigidas neste edital. Se a proposta de menor preço por item não atender as condições fixadas neste edital, a pregoeira examinará a proposta subsequente, verificando a sua

aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste edital;

7.2 - Caso não se realize lances verbais ou a empresa não credencie representante para participar da sessão, serão considerados os preços constantes das propostas escritas;

7.3 - No caso de empate no preço das propostas escritas, será considerada vencedora a proposta ordenada como menor preço para formulação dos lances verbais;

7.4 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente, às penalidades constantes neste Edital;

7.5 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7.6 - Da preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.6.1 - Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.6.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superior ao melhor preço.

7.6.1.1.1 - Ocorrendo empate será adotado o seguinte:

1º - Encerrado a etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

2º - A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

a) não ocorrendo a contratação da ME ou EPP na forma acima, serão convocados os remanescentes cujas propostas de preços, se enquadrarem no intervalo de 5% em relação a melhor proposta, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

b) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas, ME ou EPP, cujas propostas de preços se enquadrarem no intervalo de 5% em razão a melhor proposta, terá direito ao lance a empresa que apresentar a melhor oferta;

c) No caso de propostas com valores iguais apresentados pelas, ME ou EPP será realizado sorteio entre as mesmas para que se identifique aquela que 1º (primeiro) poderá apresentar melhor oferta.

d) No caso da não contratação nos termos acima previstos, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7 - O disposto no item acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

7.8 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos ou de outras propostas, escoimadas as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório.

7.9 - A Pregoeira manterá em seu poder os envelopes nº 2 - Habilitação apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após inutilizá-los-á.

7.10 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8 - Da Habilitação dos Licitantes

8.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da:

a) Habilitação jurídica;

b) Regularidade fiscal e trabalhista;

c) Qualificação econômica e financeira;

d) Qualificação técnica;

e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2 - A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

8.2.1 - Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
8.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

8.2.3 - Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

8.2.4 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; e

8.2.5 - Em caso de habilitação jurídica for apresentada no credenciamento, não necessita a apresentação na habilitação.

8.3 - A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão conjunta quanto a débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 1.º do Decreto Federal 6.106/2007;

8.3.3 - Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

8.3.3.1 - Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal; e

8.3.3.2 - Certidão negativa expedida pela Fazenda Municipal.

8.3.4 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

8.3.5 - Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida no § 3.º do art. 195 da Constituição Federal, com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.

8.3.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº .452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 - DOU de 08/07/2011.

8.4 - A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação do seguinte documento:

8.4.1 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.5 - A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1 - Declaração de pleno conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços.

8.5.2 - Atestado de capacidade técnica, fornecida por empresa que esteja prestando serviços atualmente, de que desenvolve o serviço do objeto licitado.

8.5.3 - Registro ou inscrição da proponente e do responsável técnico na entidade profissional competente.

8.5.4 - Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos") em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8.666/93.

8.7 - Disposições gerais sobre habilitação:

8.7.1 - A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.

8.7.2 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO

ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que apresente o Certificado de Registro Cadastral "CRC" em situação regular no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça. Exceto o documento solicitado no subitem 8.3.6 (Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº .452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 - DOU de 08/07/2011).

8.8 - A regulamentação a que se refere o subitem 8.7.2, poderá ser feita junto as Comissões de Licitação.

8.8.1 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.8.2 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

8.8.3 - Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

8.8.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

8.8.5 - Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

8.9 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte conforme estabelecida no artigo 43 caput e parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 6.204/07, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, poderão apresentar os documentos com restrição.

8.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitante remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9 - Da Homologação e da Prestação dos Serviços

9.1 - Concluído o julgamento, com a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, o processo será remetido à autoridade superior (Presidente da Câmara Municipal de Palhoça) para a homologação do resultado;

9.2 - Os serviços serão prestados nos locais constantes no termo de referência, conforme Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de compras e licitação da Câmara Municipal de Palhoça, que não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da autorização.

9.3 - Os serviços objeto desta contratação, devem ser executados em conformidade com o estabelecido no Anexo I - Termo de Referência, e as demais cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e na minuta de contrato.

9. Condições de Recebimento dos serviços

9.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

9.1.1. provisoriamente, imediatamente após, efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

9.1.2. definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis.

9.2. Após a entrega da Autorização de Fornecimento, será

designado, conforme o caso, um servidor ou uma comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

9.3. O serviço executado em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório seus anexos e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de execução.

11 - Das Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos.

11.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

11.1.1 - A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão, devendo ser entregue diretamente a Pregoeira, na Câmara Municipal de Palhoça.

11.1.2 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

11.2 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

11.3 - Dos atos da Pregoeira neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões, devendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.4 - O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

11.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 - O recurso contra decisão da Pregoeira será submetido à apreciação da autoridade superior (Presidente da Câmara Municipal de Palhoça), que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

11.7 - Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada na Diretoria de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça.

11.8 - Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior

12 - Das Condições de Pagamento

12.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de ordem bancária, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias após o aceite na nota fiscal, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo Responsável de cada setor, sendo que no primeiro mês o pagamento será proporcional a data da assinatura do contrato, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

12.2 - A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES.

12.3 - Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FTGS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

12.4 - Caso a documentação esteja disponível na internet, poderá ser baixada e carregada aos autos, sem necessidade de comunicar à contratada;

12.5 - As notas fiscais serão emitidas à razão de uma para cada Autorização de Fornecimento;

12.6 - A fatura/nota fiscal deverá ser emitida no início de cada

mês, em nome da Câmara Municipal de Palhoça, inscrito no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59.

13 - Do Reajustamento dos Preços

13.1 - O preço inicialmente contratado poderá ser reajustado, mediante negociação prévia entre as partes, observados os preços praticados no mercado e a periodicidade mínima de 01 (um) ano, considerando-se como índice inicial o da data da apresentação da proposta, tendo como limite máximo a variação do IGPM.

13.2 - Incumbirá a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reajustamento a ser aprovado pela Contratante, juntando-se memorial de cálculo do reajustamento.

14 - Das Sanções para o Caso de Inadimplemento

14.1 - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Município de Palhoça, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão:

14.1.1 - Advertência;

14.1.2 - Multa;

14.1.3 - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Palhoça;

14.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2 - O atraso injustificado no prazo de entrega implicará na aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento correspondente, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

14.2.1 - Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 18.1.3 e 18.1.4, desse edital, como também a inexecução total do contrato.

14.3 - As multas a que se referem os itens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Município de Palhoça ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

14.4 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

14.5 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

14.6 - Sempre que não houver prejuízo para o Município de Palhoça, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do Município de Palhoça.

14.7 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.8 - A licitante vencedora que se recusar, injustificadamente, a assinar a ata de Registro de Preços ou Contrato/receber a Autorização de Fornecimento, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe será encaminhada, caracterizando o descumprimento da obrigação assumida, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato/Nota de Empenho, podendo a Administração convidar as demais licitantes, na sua ordem de classificação final, mantendo-se o prazo e as mesmas condições da vencedora.

15 - Das Disposições Gerais

15.1 - O CNPJ da Câmara Municipal de Palhoça é 75.813.675/000-59.

15.2 - Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

15.3 - Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.

15.4 - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

15.6 - Não será permitido o uso do telefone celular durante a sessão de lances, exceto para assuntos relacionados ao certame.

15.7 - Os documentos exigidos no presente Edital poderão ser apresentados em original ou em cópia - desde que autenticada por tabelião de notas ou pela Pregoeira e equipe de apoio da Câmara Municipal de Palhoça, ou por publicação na imprensa oficial, com exceção dos documentos retirados por meio eletrônico, que serão validados mediante a verificação on line, quando da abertura dos invólucros.

15.8 - Não será aceita e nem recebida pela Câmara Municipal de Palhoça em hipótese alguma, proposta após a data e hora aprazada para a abertura desta licitação, devendo os envelopes serem entregues somente na Diretoria de Licitações e Compras da Câmara Municipal de Palhoça;

15.9 - O valor reservado para este contrato esta estimado aproximadamente de R\$ 47.600,00 (quarenta e sete mil e seiscentos reais).

15.10 - Quaisquer outras questões necessárias ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidas junto a Pregoeira, pessoalmente, ou através do telefone/fax (48) 3242-1510, entre 08h e 18h, ou ainda enviando e-mail para compras@cmp.sc.gov.br.

Palhoça, 26 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL N. 11/2014

TERMO DE REFERÊNCIA

MENOR PREÇO GLOBAL

ITEM I - "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, APOIO AOS USUÁRIOS E GERENCIAMENTO NOS SISTEMAS, ABRANGENDO OS SISTEMAS DE PLANEJAMNETO, CONTABILIDADE, ORÇAMENTO, TESOUREARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO RECURSOS HUMANOS, RAIS, DIRF, SEFIP, DCTF, ALMOXARIFADO, PATRIMONIO E SISTEMA E-SFINGE UNIDADE GESTORA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO TCE-SC DA CÂMARA DE PALHOÇA, abrangendo os seguintes módulos:

Sistema de Contabilidade
Sistema de Tesouraria
Sistema de Compras e Licitações
Sistema de Folha e Recursos Humanos
Sistema de Patrimônio
Sistema de Estoque
Sistema de Controle Interno e Rotinas diárias
Sistema de Coleta de dados Contábeis;
Sistema de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais;
Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão TCE;
Sistema de Relação Anual de Informações Sociais
Sistema para Declaração do Imposto Retido na Fonte;
Sistema de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social;

Encerramento e Abertura de Exercício Contábil, com importação de orçamento do ano corrente.

Orçamento, tesouraria, compras e licitações, folha de pagamento e recursos humanos, sistema para prestação de contas junto ao TCE-SC e sistema de controle patrimonial.

Rotinas de Segurança com verificação diária: atualização de sistemas e configuração de rotinas automática, configuração de periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados, execução automaticamente o backup em horários previamente agendados, permitir o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos sistemas, possuir relatórios de backups efetuados, possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas), permitir a compactação/descompactação do backup para fins de armazenamento.

17.Obrigações da Contratada:

17.1 Possuir pleno conhecimento e domínio nos sistemas conforme especificado no item I.

17.2 Disponibilizar técnico capacitado disponível 20 horas semanais, durante o horário de expediente da Câmara Municipal, para prestar serviços de gerenciamento, suporte e apoio técnico para os usuários dos sistemas administrativos e contábil, Além de contar com apoio técnico via telefone, acesso remoto e via internet;

17.3 Realizar manutenções e instalações dos sistemas garantindo o funcionamento em todos os setores envolvidos;

17.4 Verificar e auditar as informações que estão sendo cadastradas nos sistemas;

17.5 Cumprir prazos estabelecidos pela Contratante para a execução dos serviços e prestação de contas via sistema;

17.6 Realizar rotinas de segurança com verificação diária tais como:

- Atualização de sistemas e configuração de rotinas;

- Configuração de periodicidade;

- Execução de backup incremental (somente das alterações executadas) da base de dados em horários previamente agendados, sem implicação da utilização do sistema pelos usuários;

- Possuir relatórios de backups efetuados;

- Realizar a compactação/descompactação de backups para fins de armazenamento;

17.7 Realizar o encerramento e abertura de Exercício Contábil, com importação de orçamento do ano corrente;

17.8 Guardar absoluto sigilo sobre quaisquer informações ou documentos a que tiver acesso no decorrer dos serviços e não transmitir qualquer informação a terceiros sem autorização, por escrito, da contratante;

17.9 A CONTRATADA deverá apresentar declaração que possui estrutura própria para fornecimento de serviços de Help Desk e Sistema para Gerenciamento dos sistemas conforme especificação abaixo:

Sistema de Help Desk:

a) Abertura de chamados;

b) Encaminhamento de solicitações;

c) Execução de rotinas periódicas;

d) Suporte remoto aos usuários;

e) Análise e diagnóstico dos atendimentos;

f) Garantir que as informações referentes às Solicitações de Serviço deverão, logo que registradas, estar disponíveis para consultas, indicando o seu estado (aberta / fechada) e histórico do atendimento;

g) Rastreamento das ordens de serviço, com informações históricas e atuais do atendimento;

O atendimento do Help Desk deverá ser oferecido via web, e e-mail.

A Contratada não poderá efetuar nenhum tipo de cobrança, sob qualquer título, a respeito de licenças para a utilização dos

softwares a serem disponibilizados a Câmara Municipal de Palhoça;

O Software de Chamados devem ser totalmente utilizáveis via WEB, compatíveis com o navegadores Microsoft Internet Explorer 6 (e posteriores) e Firefox e não devem requerer a instalação nenhum tipo de plugin ou add-on adicional para seu funcionamento. Todos os dados e informações cadastrados sobre os chamados que forem coletados são de propriedade da Câmara Municipal de Palhoça.

A contratada não poderá utilizar nenhuma das informações coletadas sobre os chamados após a vigência do Contrato e não havendo possibilidade de renovação do Contrato com a Empresa, todas as informações deverão, após a transferência dos dados, ser eliminadas dos Bancos de Dados da Contratada, incluindo seu backup. O Software deverá conter informações sobre todos os equipamentos que utilizam os sistemas conforme descrito no anexo 01 deste Edital, conforme itens abaixo:

a) O Software deverá possibilitar consultas (exportáveis para o Excel) e relatórios - por departamento. O acesso ao aplicativo se dará por usuários e senhas que terão permissões diferenciadas. O acesso aos relatórios gerenciais será concedido mediante autorização Câmara Municipal de Palhoça;

b) O Software de Chamados deverá estar disponível a todos os usuários da Câmara Municipal de Palhoça e deverá permitir a consulta do status das suas requisições;

c) O Software deverá conter, no mínimo, os seguintes dados sobre os chamados técnicos: data e hora de abertura, data e hora de fechamento, descrição do problema, descrição da solução, se foi utilizado backup, tempo decorrido com ou sem backup, tempo médio de atendimento, histórico e os dados completo da requisição;

d) O software deverá possibilitar a emissão de um recibo de comprovação da abertura no ato do chamado, bem como deve facultar ao usuário solicitante que receba um e-mail conforme o andamento do seu atendimento, facilitando o acompanhamento do mesmo.

e) O software deverá permitir o cadastramento de gestores que terão acesso para consulta bem como relatórios gerenciais/estatísticos de todos os chamados (em aberto ou fechados), que poderão ser filtrados por: chamado (aberto ou fechado), identificador, tipo, secretaria, pessoa de contato, usuário,;

f) Os relatórios estatísticos e gerenciais devem poder ser exportados para o Excel;

g) Demais funcionalidades que software de Help Desk deverá oferecer:

- Abertura de chamados de suporte por área;
- Busca rápida de informações no momento da abertura do chamado e Quantidade de chamados por período;
- Principais problemas;
- Automatização do envio de e-mail para as áreas de competência;
- Acompanhamento do andamento do processo de atendimento das ocorrências;
- Encerramento das ocorrências;
- Classificação de prioridades para os setores da Câmara Municipal de Palhoça;
- Gerenciamento de tempo de solução baseado nas definições de categorias de problemas;
- Controle de pendências para finalização do chamado;
- Consultas personalizadas;
- Relatórios gerenciais;
- Tempo médio de resposta e solução para os chamados;
- Tempo dos chamados decomposto em cada status de atendimento;

Sistema de Gerenciamento dos Sistemas:

01. O sistema deverá permitir a consulta através do Windows Management Instrumentation (WMI) retornado detalhamento completo dos equipamentos informado:

a) IP, IP WAN, MAC, número de patrimônio, sistema operacional, serial do windows, nome do computador e nome do grupo;

- b) Tipo de máquina (fabricante e tipo de equipamento);
- c) BIOS (fabricante, versão, data de atualização, serial, funções e versão do tipo da BIOS);
- d) Processador (modelo, codinome, socket, instruções, núcleos, núcleos lógicos, velocidade, fabricante e serial);
- e) Memória (modelo, tipo de barramento, tamanho, frequência, serial e data de fabricação);
- f) HD (modelo, tamanho, mídia, serial, data de fabricação);
- g) Vídeo (modelo e memória);
- h) Monitor (modelo, serial, fabricante, data de fabricação, tamanho em polegadas e versão do firmware);
- i) Impressora (modelo, driver, impressora padrão, porta, servidor e nome do compartilhamento);
- j) Antivírus (modelo e status de atualização);
- k) Software (nome, fabricante, versão, pasta de instalação e local de desinstalação).

02. Quanto ao acesso Remoto:

a) Através de uma conexão de socket com computador selecionado, será solicitada uma conexão reversa ao servidor Virtual Network Computing (VNC) que deverá permitir acesso a todas as funcionalidades do equipamento selecionado, através de uma área de trabalho virtual e comunicação via chat.

03. Quanto aos Processos:

a) Através de uma conexão ao computador selecionado, será solicitado os processos ativos devendo exibir listagem e possibilitar a finalização dos processos em execução e das informações relativas ao seu funcionamento do equipamento selecionado como, identificador, nome, descrição, fabricante, linha de comando de inicialização, versão e incorporados.

04. Quanto as conexões:

a) Através de uma conexão de socket com computador selecionado, será solicitada a listagem de conexões TCP e UDP, devendo retornar a listagem de todas as conexões de rede dos processos abertos do equipamento selecionado informando o identificador do processo, nome do processo, IP local, IP remoto, porta local, porta remota e protocolo de rede.

05. Quanto ao Terminal:

b) Através de uma conexão de socket com computador selecionado, será enviado o comando digitado, o computador remoto deverá receber e processa a informação e retorna-o, ao usuário para que este possa controlar a máquina remota. Deverá ter Interpretador de linha de comando que permite tomar partido de recursos disponíveis a programas nativos da plataforma do equipamento selecionado.

06. Quanto a Visualização em tela:

c) Função para obter a imagem da tela do equipamento selecionado em três níveis de resolução (escala de cinza, 256 cores e resolução real). Através de uma conexão de socket com computador selecionado, deverá ser solicitado um pedido de captura de tela, assim que o computador remoto receber, a tela deverá ser capturada e convertida em uma imagem do tipo Joint Photographic Experts Group (JPEG), e enviada para o computador que solicitou.

07. Quanto a transferência

d) Serviço de transferência de arquivos do computador do equipamento selecionado possibilitando o download, upload, exclusão, alteração e criação do arquivo ou pasta. Através de uma conexão de socket com computador selecionado, deverá possibilitar o envio de comandos de uma forma intuitiva, manipulando arquivos e pastas do computador remoto.

08. Quanto ao tempo de uso:

e) Através de uma conexão de socket com computador selecionado, será solicitada a lista de processos, gerenciada pelo software

"TempoUso.exe". Esta deverá retornar todos os programas em uso do computador do equipamento selecionado informando o nome do aplicativo, descrição, tempo em atividade e tempo de ociosidade.

09. Quanto as Telas:

Deverá listar todas as imagens da tela dos equipamentos do grupo selecionado informando o nome do computador e seu tempo em atividade. Através de uma conexão de socket com computador selecionado, será solicitado um pedido de captura de tela, assim que o computador remoto recebe, a tela deverá ser capturada e convertida em uma imagem do tipo Joint Photographic Experts Group (JPEG), e enviada para o computador que solicitou.

10. Teste de conexão

O serviço deverá testar a conectividade através do envio de pacotes para o computador ou serviço de rede. Através do Internet Control Message Protocol (ICMP), deverá permitir verificar se o computador ou porta especificada responde as solicitações remotas, determinando assim se estão funcionando.

11. Quanto a Busca:

Fornecer listagem de todos os equipamentos do local selecionado verificando se o equipamento possui o software cliente do Controlador informando o IP, MAC, nome do computador, grupo de rede, sistema operacional e se está ligado.

12. Quanto a Busca UDP:

Listagem de todos os equipamentos ativos na rede do local selecionado informando o IP, MAC, nome do computador, grupo de rede e sistema operacional.

13. Deverá ter o Interpretador de linha de comando do Mikrotik RouterOS que permite gerenciar os roteadores conectados na rede. Todos os comandos enviados para o roteador serão feitos através da própria Application Programmable Interface (API).

14. Disponibilizar listagem dos componentes de hardware e software de todos os equipamentos cadastrados possibilitando a comparação e filtragem dos atributos dos componentes.

15. Disponibilizar painel de monitoramento da rede informando o status e o tempo de inatividade das unidades da rede. Através do protocolo Internet Control Message Protocol (ICMP), serão enviadas solicitações para todas as redes, e aquelas que não respondem por um período, são consideradas inativas.

16. A empresa deverá demonstrar a solução / software solicitado no item 3 Letra (b) conforme sua especificação, objetivando a homologação dos mesmos:

Para efeitos desta avaliação, a empresa deverá considerar:

- A demonstração deverá ser realizada em equipamentos da proponente;
- A empresa terá o prazo máximo de 24 (Horas) para demonstração de sua solução;
- Decorrido o prazo previsto sem que a empresa tenha comprovado o completo atendimento aos requisitos, será reiniciado o processo convocando-se a segunda colocada no certame, e assim sucessivamente até que se conclua o final do processo de seleção.

Palhoça, 26 de junho de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ
PRESIDENTE

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA
PREGÃO Nº .../2014

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA:
CNPJ Nº

ENDEREÇO:
FONE/FAX DA EMPRESA:
DADOS BANCARIOS:

A empresa proposta tem como objeto o fornecimento dos itens abaixo discriminado, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital PREGÃO nº.../2014.

Valor Total Global mensal R\$ (por extenso);

Valor global dentro da franquia para o período de até 06 meses: R\$...(por extenso).

VALIDADE DA PROPOSTA: 60(SESSENTA) DIAS.

Palhoça SC, de 2014.

Proponente

Cargo/função

CPF:

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº /2014

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF nº _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2014, dá plena e total aceitação dos termos do edital e seus anexos.

Por ser a expressão da verdade, firma o presente.

Palhoça, de de 2014

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº /2014

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF nº _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2014, declara que comunicará fato superveniente e impeditivo de habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2014.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL Nº /2014

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2014 que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2014.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº /2014
D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF Nº _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____ DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2014, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2014.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO VII
PREGÃO PRESENCIAL Nº /2014

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____ DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça localidade PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2014, que não se inclui no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2014.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou

com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº/2014

CONTRATO Nº000 / 2014

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO, APOIO AOS USUÁRIOS E GERENCIAMENTO NOS SISTEMAS, ABRANGENDO OS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE, ORÇAMENTO, TESOURARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO RECURSOS HUMANOS, RAIS, DIRF, SEFIP, DCTF, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO E SISTEMA E-SFINGE UNIDADE GESTORA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO TCE-SC DA CÂMARA DE PALHOÇA, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I".

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Joci José Martins, nº. 101 Loteamentos Pagani, Bairro Passa Vinte, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 75.813.675/0001-59, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NIRDO ARTUR LUZ, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa _____, registrada no CNPJ sob o nº , Inscrição Estadual nº neste ato representado por seu representante legal Sr ... _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº. /2014 - CONVITE, homologado em de de 2014, mediante sujeição mútua às normas constantes: da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, com suas respectivas, ao edital antes citado, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objetivo, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO, APOIO AOS USUÁRIOS E GERENCIAMENTO NOS SISTEMAS, ABRANGENDO OS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE, ORÇAMENTO, TESOURARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO RECURSOS HUMANOS, RAIS, DIRF, SEFIP, DCTF, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO E SISTEMA E-SFINGE UNIDADE GESTORA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO TCE-SC DA CÂMARA DE PALHOÇA, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I.

Sendo que, o serviço será realizado mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo Presidente ou Diretor de Compras, se respeitado os limites estipulados neste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos: Proposta da Contratada, Edital Pregão Presencial nº. /2014, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

CAPÍTULO TERCEIRO - DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de ordem bancária, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após o aceite na nota fiscal, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo Responsável de cada setor, sendo que no primeiro mês o pagamento será proporcional a data da assinatura do contrato, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

3.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

-SIMPLES.

3.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FTGS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

3.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, poderá ser baixada e carregada aos autos, sem necessidade de comunicar à contratada;

3.5. As notas fiscais serão emitidas à razão de uma para cada Autorização de Fornecimento;

3.6 - A fatura/nota fiscal deverá ser emitida no início de cada mês, em nome da Câmara Municipal de Palhoça, inscrito no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO

4.1 - No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a Câmara, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1 - A despesa deste contrato correrá por conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Palhoça, através dos seguintes subelementos: 33.90.39.57.00 .00 - SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DO CONTRATO

6.1 - A validade deste Contrato contará a partir da data de sua assinatura, com vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A contratada se obriga, ainda:

7.1.1 - A responder pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Câmara.

7.1.2 - A pagar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

7.1.3 - A manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - Ocorrendo à inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará este sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5% (zero ponto cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas.

c) Advertência por escrito;

d) Suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitação na Administração Municipal publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

§ 1º - As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente.

§ 2º - No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DA CÂMARA

9.1 - Neste contrato, será conferida a Câmara as prerrogativas de:

9.1.1 - Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitado os direitos da contratada;

9.1.2 - Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses da Cláusula Décima Primeira;

9.1.3 - Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1 - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

b) Quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.

d) Para restabelecer a relação que as pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

10.1.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como, a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

10.1.3 - Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da contratada, a Câmara deverá restabelecer, por adiantamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

10.1.4 - As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da contratada.

10.1.5 - Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico-financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

a) Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer natureza, exceto para pagamento de serviços comprovadamente prestados;

c) Judicialmente, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único - Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionalmente, reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avançado, além das demais sanções estabelecidas neste contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

12.1 - A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2 - A nulidade não exonera a Câmara do dever de indenizar a contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovada, contanto que não lhes seja imputáveis, cabendo a Câmara promover a responsabilidade que deu causa a nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - A contratada cabe:

13.1.1 - Recurso ao Presidente da Câmara Municipal, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação, nos casos de:

a) Resisão do contrato pela Câmara, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais;

b) Aplicação pela Câmara das penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa.

13.1.2 - Representação ao Presidente da Câmara Municipal, no prazo de cinco dias úteis da intimação relacionada com o objeto deste contrato, de que não caiba recurso.

13.1.3 - A intimação, na hipótese do primeiro parágrafo será feita mediante publicação na imprensa oficial; nos demais casos, pessoalmente.

13.1.4 - O Presidente da Câmara Municipal, justificadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

13.1.5 - O recurso será dirigido ao Presidente da Câmara Municipal que deferirá a decisão no prazo de cinco dias úteis.

13.1.6 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

4.1 - Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação nº. /2014 - PREGÃO PRESENCIAL e à proposta da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Palhoça para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

16.1 - Aplicam-se as execuções deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei nº. 8.666 de 21/06/93, e suas respectivas alterações, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

16.2 - Assim acordadas e ajustadas, a Câmara Municipal e Contratada assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

Palhoça, ____ de ____ de 2014.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas - 1:
CPF nº.

testemunha - 2:
CPF nº.

Palmitos

PREFEITURA

Processo 29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº29/14 Modalidade: Pregão Eletrônico nº08/14. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICOS. Entrega dos Envelopes: 14/07/2014, até as 08:00 horas. Abertura dos Envelopes: 14/07/2014 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 26 de junho de 2014.

Tânia de Fátima Henchen

Gestora do Fundo.

Decreto 89/2014

DECRETO Nº 089/2014.

De 26 de junho de 2014.

DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ALAGAMENTOS (1.2.3.0.0), ENXURRADAS (1.2.2.0.0) E INUNDAÇÕES (1.2.1.0.0), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 60, VI da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I - Que em decorrência das chuvas intensas e concentradas, nos dias 23, 24, 25 e 26 de junho, atingindo todo o município provocando enxurradas, alagamentos e inundações;

II- Que em decorrência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto; e

III - Que o parecer do Conselho Municipal Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Alagamentos (1.2.3.0.0), Enxurradas (1.2.2.0.0) e Inundações (1.2.1.0.0).

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Conselho Municipal Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Conselho Municipal Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

DECRETO Nº 089/2014.
De 26 de junho de 2014.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos SC, 26 de junho de 2014.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

MUNICÍPIO DE PALMITOS
Conselho Municipal Proteção e Defesa Civil

PARECER TÉCNICO Nº: 001/2014
Interessado: Município de Palmitos/SC
Assunto: Decretação e reconhecimento de Situação de Emergência

Referência: Decreto Municipal nº 089/2014, de 26 de junho de 2014.
Desastre: Alagamentos (1.2.3.0.0), Enxurradas (1.2.2.0.0) e Inundações (1.2.1.0.0).

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS
Consoante preceitua a Instrução Normativa nº 01/2012, do Ministério da Integração Nacional:

A situação de emergência ou o estado de calamidade pública serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado ou do Governador do Distrito Federal.

A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas;

Nos casos em que o desastre se restringir apenas à área do DF ou do Município, o Governador do Distrito Federal ou o Prefeito Municipal, decretará a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, remetendo os documentos à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para análise e reconhecimento caso necessitem de ajuda Federal

O reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública pelo Poder Executivo Federal dar-se-á mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

O requerimento para fins de reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública deverá ser acompanhado de parecer do órgão Municipal, Distrital ou Estadual de Proteção e Defesa Civil, fundamentando a decretação e a necessidade de reconhecimento federal.

DA ANÁLISE

A presente documentação foi analisada com base nos critérios definidos IN/MI nº 01/2012. Após a leitura constatou-se que:

A documentação obrigatória constante foi preenchida e contém as informações necessárias para a análise técnica;

Os danos informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos ao fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos pela fundamentação legal;

Os prejuízos econômicos públicos e/ou privados informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos ao fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos pela fundamentação legal;

PARECER TÉCNICO Nº: 001/2014

Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso implicaram no comprometimento da capacidade de resposta econômica e administrativa do poder público municipal;

O prazo para envio da documentação solicitando o reconhecimento de Situação de Emergência pode ser cumprido, desde que seja remetida até o dia 01 de julho de 2014.

DA CONCLUSÃO

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 01/2012, do Ministério da Integração Nacional para a decretação e para a solicitação de reconhecimento federal foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a remessa da documentação ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento da Situação de Emergência declarada no município.

É o parecer.

Município de Palmitos SC, 26 de junho de 2014.
RICARDO EINLOFT
Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Palmitos/SC,

Papanduva

PREFEITURA

Edital de Concurso Nº 001-2014 - Criação do Hino Oficial -

EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2014.

CRIAÇÃO DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - SC, torna público aos interessados a abertura das inscrições e estabelece o regulamento para a criação e escolha da composição do Hino Oficial do Município.

DO OBJETO:

Concurso público para criação, escolha e divulgação do Hino Oficial do Município de Papanduva, SC.

DOS OBJETIVOS:

2.1 - eleger a composição musical que será instituída como o Hino Oficial do Município de Papanduva;

2.2 - promover os aspectos positivos e formação do povo papanduvense, destacando as peculiaridades geopolíticas, sociais e históricas;

2.3 - estimular o senso cívico e a autoestima dos cidadãos papanduvenses promovendo a participação e o envolvimento da população no processo de criação do hino do seu município;

2.4 - estimular as potencialidades e os talentos locais para a criação artística, valorizando os sentimentos de cidadania, amor e respeito pelo município;

2.5 - criar elemento importante que virá a somar-se à heráldica do município.

3 - DA PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderão participar do concurso com música e letra todos os interessados.

3.2 - cada concorrente poderá participar com apenas um (1) trabalho;

3.3 - será permitido apresentar trabalho em conjunto, até o máximo de dois participantes, devendo constar a coautoria, de forma clara, na ficha de inscrição. Neste caso o prêmio em dinheiro será dividido entre os dois autores.

4 - DA INSCRIÇÃO

4.1 - A inscrição é gratuita e deverá ser assinada pelo(s) autor (es), conforme modelo identificado com anexo I, e entregue na Prefeitura Municipal de Papanduva, sito à Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro - Papanduva/SC, até o dia 18 de agosto de 2014, impreterivelmente.

4.1.2 - A ficha de inscrição deverá vir em envelope lacrado contendo também cópia da identidade (RG), CPF, breve currículo do(s) autor (es) e cópia de comprovante de residência. O envelope só será aberto após os resultados, no final do concurso.

4.2 - A obra escrita em partitura e letra, gravada em CD, com cinco cópias de cada espécie, deverão ser entregues em outro envelope,

contendo na parte externa apenas o endereço constante do item 4.1 e "CONCURSO HINO DE PAPANDUVA - SC."

4.3 - Não poderá haver qualquer tipo de identificação em toda parte do trabalho (partitura, letra e CD), sob pena de desclassificação do candidato.

4.4. A comissão organizadora do concurso atribuirá uma numeração para cada trabalho, que servirá de identificação do participante.

5 - DAS CARACTERÍSTICAS DO HINO

5.1 - Para efeito da elaboração da composição (letra e música), fica estabelecido o seguinte conceito:

HINO: "Música, geralmente marcial ou solene, acompanhada de um texto, e que exalta o valor de algo ou de alguém". (ex. O Hino à Bandeira). (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira in Novo Dicionário da Língua Portuguesa).

5.2 - na elaboração da letra e da composição musical não deverão ser feitas alusões a brasileiros vivos nem referências político-partidárias, religiosas ou que digam respeito a outras nações ou personalidades estrangeiras, vivas ou mortas;

5.3 - o Hino, antes de tudo, deverá primar por uma linguagem poética, que traduza o conteúdo do tema, sendo que a composição deverá focalizar fatos históricos, acontecimentos, feitos, glórias e peculiaridades geopolíticas, sociais e históricas do município de Papanduva;

5.4 - a composição deverá ser inédita e possuir letra exclusivamente em língua portuguesa (português-brasileiro), ficando sob a responsabilidade do(s) autor (res) qualquer questão quanto à autoria;

5.5 - a expressão musical do Hino deverá ser revestida de caráter vibrante, vigoroso, com melodia e ritmos fluentes, acessíveis a qualquer tipo de assembleia, para a dinamização das potencialidades individuais e grupais. Em suma: para que o povo cante.

5.6 - a melodia deverá realçar o sentido da letra, observando os acentos tônicos das palavras, para que haja correspondência natural entre os tempos fortes. Evitar as rimas pobres (coração com irmão; entrar com passear...) e primar pela métrica. (Evitar verso de "pé quebrado").

6 - DA APRESENTAÇÃO DA MÚSICA

6.1 - A melodia deverá estar escrita em pentagrama, com seus respectivos acordes e indicações das cifras para o acompanhamento instrumental.

6.2 - a melodia com o seu acompanhamento deverá estar gravada em CD, primando pela qualidade, a fim de que possibilite a sua avaliação pela Comissão Julgadora, evitando a desclassificação do trabalho;

6.3 - na gravação do CD de demonstração será admitida apenas a execução vocal com acompanhamento instrumental.

7 - DAS COMISSÕES ORGANIZADORA E JULGADORA

7.1 - a Comissão Organizadora será composta pelos Servidores do Município de Papanduva designados pela Portaria nº 6743, de 02.06.2014.

7.2 - a Comissão Julgadora será composta por dois (2) integrantes

de renomado conhecimento na área da música, um (1) professor de Português e Literatura e um (1) conhecedor da História e das peculiaridades do Município, 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação, 01 (um) Representante do Departamento da Cultura, 02 (dois) Representantes da Câmara Municipal, (podendo ser escolhido entre servidores e vereadores), 01 (um) representante de Professores, 01 (um) representante de alunos, compositores, poetas ou músicos. O presidente será eleito entre os membros da comissão julgadora;

7.3 - os integrantes das Comissões Organizadora e Julgadora não poderão participar do concurso;

7.4 - aos integrantes das Comissões Organizadora e Julgadora fica vedada qualquer remuneração, seja a que título for.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Para efeito de julgamento serão considerados a originalidade, o estilo, a melodia, a harmonia, o ritmo, a correção e clareza da letra, a adequação ao tema, a facilidade de comunicação e apresentação;

8.2 - O tempo de execução do Hino deverá ter no máximo quatro minutos;

8.3 - entenda-se por composição musical original e inédita, no todo ou em parte, aquela que não contenha plágio e que não tenha sido editada, gravada, registrada ou apresentada em público até a realização deste Concurso.

9 - DA SELEÇÃO E APRESENTAÇÃO

9.1- A Comissão Julgadora fará a seleção e julgamento das composições no período de 19 à 29 de agosto de 2014;

9.2 - a decisão da Comissão Julgadora é absoluta e final, de caráter inapelável e irrecorrível, não cabendo recursos de qualquer parte;

9.3 - após o julgamento a obra vencedora será apresentada à Comissão Organizadora para que seja providenciada a sua divulgação em ato público, em data a ser definida.

10 - DOS ITENS A SEREM AVALIADOS

10.1 - Os itens a serem avaliados terão pontuação individual de um a dez (1 a 10). A Comissão preencherá a sua tabela e fará uma média que, somada à média dos demais jurados, dará o total de pontos obtidos;

10.2 - Itens constantes da Tabela de avaliação:

- . Adequação ao tema;
- . Clareza e comunicação;
- . Correção Ortográfica;
- . Harmonia;
- . Letra;
- . Melodia;
- . Originalidade;
- . Qualidade da apresentação
- . Ritmo;
- . Tempo de apresentação.

11 - DA PREMIAÇÃO

11.1 - Ao vencedor do Concurso será concedido um prêmio em dinheiro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mais troféu e certificado;

11.2 - o prêmio em dinheiro será dividido entre os autores, no caso de co-autoria;

11.3 - aos demais concorrentes será fornecido um certificado de participação;

11.4 - o prêmio será liberado no prazo de até um mês após a escolha do Hino Oficial.

12 - DOS DIREITOS AUTORAIS

12. 1 - O(s) autor(es) do trabalho vencedor cederá(ão) a propriedade intelectual da obra de pleno direito e por prazo indeterminado ao Município de Papanduva/SC que se reserva do direito de publicar, gravar e divulgar o trabalho premiado.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1- O ato de inscrição implica na aceitação integral e obrigatoriedade de cumprimento deste regulamento;

13.2 - estão automaticamente desclassificados, em caráter inapelável e irrecorrível os concorrentes que descumprirem este Regulamento, provocarem atos que venham a prejudicar a realização do concurso ou que sejam desrespeitosos com os outros participantes ou com os organizadores;

13.3 - os concorrentes abrem mão dos direitos sobre imagem, letra e música e não serão remunerados ou ressarcidos de despesas, em hipótese alguma;

13.4 - os trabalhos recebidos, mesmo os não classificados não serão devolvidos aos seus autores;

13.5 - fica vedada qualquer manifestação pública dos participantes do Concurso;

13.6 - não serão aceitos, durante e após a vigência do concurso, quaisquer recursos por parte dos candidatos;

13.7 - a Prefeitura Municipal de Papanduva e a Comissão Organizadora do Concurso poderão determinar a realização de um novo concurso caso nenhum dos trabalhos apresentados seja selecionado pela Comissão Julgadora;

13.8 - a inobservância deste Edital, por parte de qualquer concorrente, implicará na sua desclassificação imediata;

13.9 - os trabalhos concorrentes, após o Concurso, deverão ser arquivados no Arquivo Público Municipal de Papanduva;

13.10 - os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Julgadora e/ou Organizadora que representará, no Ato, a Prefeitura Municipal;

13.11- elege-se o foro da cidade de Papanduva -SC, para conhecer e julgar disputas em torno deste Edital, no que não couber às comissões nomeadas.

Publique-se. Registre-se.

Papanduva, 25 de junho de 2014.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ANEXO I
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014
CRIAÇÃO DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SC

FICHA DE INSCRIÇÃO

Apresentação do Trabalho:

() Individual () Em conjunto (máximo de dois participantes)

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Telefones: _____

E-mail: _____

RG: _____ Órgão Expedidor: _____

CPF: _____

Declaro estar ciente do Edital do Concurso de Criação do "Hino Oficial do Município de Papanduva", e concordo com todas as disposições.

Assinatura: _____

ANEXO I
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014
CRIAÇÃO DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SC

FICHA DE INSCRIÇÃO

Coautor (apenas se o trabalho foi realizado em conjunto):

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Telefones: _____

E-mail: _____

RG: _____ Órgão Expedidor: _____

CPF: _____

Declaro estar ciente do Edital do Concurso de Criação do "Hino Oficial do Município de Papanduva", e concordo com todas as disposições.

Assinatura: _____

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu (nós), _____

inscrito(s) no CPF sob nº _____

DECLARO(DECLARAMOS) para os devidos fins e quem interessar possa, que como autor(autores) do trabalho vencedor cederei(cederemos) a propriedade intelectual da obra de pleno direito ou por prazo indeterminado ao Município de Papanduva/SC, que se reserva o direito de publicar, gravar e divulgar o trabalho premiado, mencionando o nome do autor e/ou coautor.

Através desta declaração cedendo os direitos autorais, conforme artigo 111, da Lei 8666/93 e suas posteriores alterações, autorizo (autorizamos) a Prefeitura de Papanduva/SC, através do Executivo Municipal a usar, a seu critério, qualquer publicidade em torno de nossos nomes e nossas músicas, isentando-a de qualquer direitos, tais como pagamento de direitos autorais.

Papanduva/SC, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do autor ou autores

Contrato Nº 069/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 069/2014, Referente ao Convite nº 073/2014. Objeto: Aquisição de kits de uniformes para alunos da rede municipal de ensino do município de Papanduva. Contratada: CAMARGO'S CONFECÇÕES LTDA - ME, totalizando o montante de R\$ 71.001,00 (setenta e um mil e um real), sendo R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) por kit. Vigência: A contagem do prazo deste contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, ou até quando a quantidade licitada expirar, o que ocorrer primeiro.

Papanduva/SC, 16 de junho de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 014/14 de 26 de Junho de 2014

Portaria Nº 014/14 de 26 de junho de 2014

"HOMOLOGA OS CERTIFICADOS DOS CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, E CONCEDE GRATIFICAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, A SENHORA SANDRA MARIA DE MORAES, MATRICULADA SOB O N.º 121."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no artigo 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, bem como nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução n.º 001/2008, de 27 de junho de 2008, e no Edital de Chamamento nº 001/2014 de 06 de junho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologados os Certificados dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, da Servidora Pública da Câmara Municipal de Papanduva, a Senhora Sandra Maria de Moraes, matricula sob n.º 121, correspondente ao período de julho/2011 a junho/2014, com a respectiva comprovação da carga horária mínima exigida.

Art. 2º - Fica concedida à servidora mencionada, a gratificação de 2% sobre o seu vencimento, correspondente à realização de Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento no período de julho/2011 a junho/2014

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e a gratificação será concedida a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 26 de junho de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Portaria Nº 015/14 de 26 de Junho de 2014

Portaria Nº 015/14 de 26 de junho de 2014

"HOMOLOGA OS CERTIFICADOS DOS CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, E CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, O SENHOR JAMES MICHEL CERNAK, MATRICULADO SOB O N.º 118."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no artigo 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, bem como nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução n.º 001/2008, de 27 de junho de 2008, e no Edital de Chamamento nº 001/2014 de 06 de junho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologados os Certificados dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, do Servidor Público da Câmara Municipal de Papanduva, o Senhor James Michel Cerniak, matrícula sob n.º 118, correspondente ao período de julho/2011 a junho/2014, com a respectiva comprovação da carga horária mínima exigida.

Art. 2º - Fica concedida ao servidor mencionado, a gratificação de 2% sobre o seu vencimento, correspondente à realização de Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento no período de julho/2011 a junho/2014

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e a gratificação será concedida a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 26 de junho de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Termo de Homologação de Processo Licitatório 2/2014-TP

ESTADO DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2014 - TP

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Processo Administrativo:

CNPJ: 83.493.726/0001-30

Processo de Licitação: 2/2014

RUA SERGIO GLEVINSKI, 78

Data do Processo: 29/05/2014

C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, JACINTA MIKALOVICZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 2/2014

b) Licitação Nr.: 2/2014-TP

c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

d) Data Homologação: 27/06/2014

e) Objeto da Licitação: CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, EM ALVENARIA, COM 02 PAVIMENTOS, ÁREA DE 630M² NA RUA SIMEÃO ALVES DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS ARQUITETÔNICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

			(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 006527 - J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	1	0,0000	821.283,99
	1		821.283,99

Papanduva, 27 de junho de 2014

JACINTA MIKALOVICZ

PRESIDENTE

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 072/2014

DECRETO Nº. 072, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

“EXONERA ADRIELI MENDES CARDOSO, DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada Adrieli Mendes Cardoso, do cargo de Chefe de Divisão de Planejamento, DAS 5.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 073/2014

DECRETO Nº. 073, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 733 de 13 de abril de 2011;

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída a Comissão permanente de Licitação CPL, composta de 03 (três), membros, que procederá ao recebimento e ao julgamento dos processos licitatórios do Município de Passo de Torres.

Art. 2º- Para compor a Comissão permanente de Licitação, ficam nomeados: , ,
..... presidida pelo primeiro e secretariado pelo segundo.

Art. 3º - A comissão de licitação, compete privativamente:
I - Deliberar sobre o processo licitatório;

II- Receber todas as propostas dos participantes da licitação;

III- Proceder o julgamento das propostas.

Art. 4º - A Comissão de Licitação fará a gerencia do processo licitatório nas seguintes modalidades:

I - Concorrência;

II - Tomada de preço;

III - Convite;

IV - Concurso;

V - Leilão.

Art. 5º - O presidente baixará todos os atos necessários ao bom funcionamento e o Secretário elaborará os relatórios e/ ou as atas das reuniões e das licitações.

Art. 6º - Os membros da presente Comissão não serão remunerados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 022 de 28 de fevereiro de 2014.

Passo de Torres, em 18 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 074/2014

DECRETO Nº. 074, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

“NOMEIA ADRIELI MENDES CARDOSO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Adrieli Mendes Cardoso para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Planejamento - DAS 4, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de Junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária de Administração e Finanças.

Decreto Nº 075/2014

DECRETO Nº. 075, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

"EXONERA, JOSE FABIO PEREIRA DA FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS, FG-5".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Jose Fabio Pereira, da Função de Encarregado de serviços, FG - 5.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 076, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, PARA FINS DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os itens V e VII, do Art. 53, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação para fins de aquisição e alienação de bens móveis, composta por 3 (tres) membros, que terão como função avaliar os bens móveis a serem adquiridos ou alienados pelo Município.

Art. 2º - Para compor a Comissão de Avaliação ficam nomeados os Servidores publicos municipais:

Presidente: Roger da Silva Gonçalves;

1º-Membro: Lucia Alves Hespagnol;

2º-Membro: Lucilene Cardoso Porto.

Art. 3º - Os membros que compõe a presente Comissão não serão remunerados para essa função.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam - se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 115/2011.

Passo de Torres, 18 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 078/2014

DECRETO Nº 078, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

"NOMEIA COMISSÃO DE DEFESA CIVIL, COMDEC DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 214 de 23 de Abril de 1997;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Defesa Civil, COMDEC, a qual será composta da seguinte Forma:

I - Presidente: Jose Carlos Darosi;

II - Vice Presidente :Marcos Andre Pereira ;

III - Conselho Técnico:

Secretário Municipal de Agricultura:Andre Porto Silveira ;

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:Venício Pereira de Souza ;

Secretário Municipal de Obras:Evandro Peres Cardoso;

Representante da Secretaria de Administração e Finanças: Alexandre Angelo Felipp;

Secretário Municipal de Educação e Cultura:Adilson Moacir Martins
Representante do Gabinete:Karla Travi Salles

Representante da Secretaria Municipal de Turismo: Neomar Correa;

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social: Talita Ramos Lopes.

Art. 2º - Os trabalhos executados pelos integrantes da COMDEC, não serão remunerados, mas considerados de relevância para o Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário, em especial Decreto nº 133 de 07 de julho de 2005.

Passo de Torres, em 24 de junho de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de Junho de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária de Administração e Finanças.

Passos Maia

PREFEITURA

Portaria Nº 372, de 12 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 372, de 12 de maio de 2014.

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR RESPONSABILIDADE EM ACIDENTE DE TRÂNSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, com fundamento na Lei Complementar n. 004/99, de 31 de agosto de 1999, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando que chegou ao conhecimento da Administração Municipal a ocorrência de acidente de trânsito envolvendo máquina pertencente à frota municipal;

Considerando que o artigo 116, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar n. 004/99, disciplina que a Autoridade que tiver ciência de irregularidades cometidas por servidores é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

Considerando que os proprietários do veículo envolvido no acidente de trânsito solicitaram o ressarcimento dos danos à Administração Municipal;

Considerando, por fim, a necessidade de elucidar os fatos ocorridos;

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar a responsabilidade em acidente de trânsito ocorrido no dia 10 de maio de 2014, às 17h01min, no Assentamento Zumbi dos Palmares, Interior, neste Município, próximo à Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, envolvendo a Retroescavadeira marca JCB, modelo 3C, Chassi nº 9B9214T54CBDT4212, Renavam 514000, de propriedade do Município de Passos Maia, e o veículo VW/Gol MI, cor vermelha, ano 1998/1999, placas MDC-8790, Chassi nº 9BWZZ373WT166589 e Renavam nº 710385056, de propriedade de Devercindo Pereira de Mello, conforme Boletim de Acidente de Trânsito - PMSC, registrado sob o nº 02445-2014-00029, protocolo nº 2151125090.

Art. 2º. Para apuração dos fatos descritos alhures, desde já fica nomeada a Comissão de Inquérito, composta por três servidores estáveis no serviço público municipal, que deverão conduzir o processo disciplinar, sob a presidência do primeiro, a saber:

I - Nelci Terezinha Perin;

II - Dirce Dilema Bonatto Meotti;

III - Marizete Arcari.

§ 1º - A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente aos trabalhos do Processo Administrativo, bem como, ouvirá as pessoas que tenham conhecimento ou que possam prestar esclarecimentos a respeito dos fatos imputados, promovendo todas as diligências necessárias, podendo recorrer, inclusive, a técnicos e peritos, além do que, poderá ter acesso livre e irrestrito a toda e qualquer documentação necessária, em todas as repartições públicas municipais, devendo exercer suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido ao interesse da administração.

§ 2º - Considerando a complexidade dos fatos a serem processados, a Comissão poderá utilizar a assessoria e apoio do Departamento Jurídico Municipal, no decorrer da realização de todos os

seus trabalhos.

Art. 3º. Ao servidor público fica assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º. O rito do Processo Administrativo reger-se-á pelo disposto no artigo 121 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 004/99, de 31 de agosto de 1999 - Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 5º. O Processo Administrativo Disciplinar deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua assinatura.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de maio de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Decreto Nº 278, de 26 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 278, de 26 de junho de 2014.

"NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL - COMPDEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei nº 719, de 14 de novembro de 2013, e o Decreto nº 237, de 28 de fevereiro de 2014;

Considerando a necessidade de estruturar a Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo nominados para comporem a Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil.

I - representante da Câmara Municipal de Vereadores:

- Celis Regina Danielli;

II - representante da Secretaria Municipal de Saúde:

- Osmilda Vieira dos Santos;

III - representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

- Cleusa Gabiatti;

IV - representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo:

- Alex Sander Zanchett;

V - representante da Secretaria Municipal de Educação e Esporte:

- Juliana Fabia Canonica Tirelli;

VI - representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

- Maria Sidiane Albrecht;

VII - representante da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento:

- Karina Perin;

VIII - representante da Polícia Militar:

- Gilvano Bernardi;

IX - representante da Polícia Civil:

- Leci Astriisi;

X - representante da Epagri:

- Cezar Roberto Bevilaqua;

XI - representante da Cidasc:

- Paulo Cezar Bonan;

XII - representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

- Renato Lopes;

XIII - representante da Associação Comercial e Industrial de Passos Maia - ACIP:

- Aline Machado;

XIV - representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Passos Maia - CDL:

- Rodrigo Loregian;

Art. 2º. São atribuições da COMPDEC:

I - Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;

II - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil;

III - Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;

IV - Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;

V - Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;

VI - Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil I:

VII - Manter o órgão central do SINPDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;

VIII - Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

IX - Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

IX - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

X - Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

XI - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

XII - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

XIII - Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;

XIV - Implantar programas de treinamento para voluntariado;

XV - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XVI - Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);

XVII - Promover mobilização comunitária visando a implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, nos bairros e distritos.

Art. 3º. A COMPDEC, no exercício de suas atividades, deverá observar o disposto no Decreto nº 237, de 28 de fevereiro de 2014.

Art. 4º. O presente Decreto entre em vigência na data de sua publicação, perdurando seus efeitos até o dia 31 de dezembro de 2016.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto supra foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, Em Conformidade com O Disposto No Art. 2.º da Lei N.º 9.452/97, C/C Art. 89 da Lei Orgânica Municipal, Notifica Os Partidos Políticos, Os Sindicatos de Trabalhadores E As Entidades Empresariais, com Sede Nesse Município, do Recebimento dos Recursos Descritos Abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil).

Destinação: 1º PARCELA FUNDAM.

Data liberação: 26/06/2014.

Passos Maia - SC, 26 de junho de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil)

Destinação: AQUISIÇÃO DE VEICULOS POPULARES PARA O PROGRAMA MAIS LEITE.

Data liberação: 25/06/2014

Passos Maia - SC, 26 de junho de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****Portaria Nº 252/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 252/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade da disposição na Lei Municipal Vigente, resolve.

CONSTITUIR:

A Comissão Chamada Publica 001/2014 integrado pelos seguintes servidores de carreira deste município, Osnilda Rodrigues Vieira, matrícula nº 688, Rosilei Aparecida Figueredo Pereira, matrícula nº 10736, Aline Terezinha de Sá Pereira, matrícula nº 693, Graziela Marly Correia Moiseis, matrícula nº 688, Eliane Celina da Silva Fernandes, matrícula nº 709. Ficando sob a responsabilidade do primeiro, executar e julgar, com os demais, a Chamada Pública nº 002/2014, para os Cargos de Professores II e Anos Iniciais, respeitando as disposições legais em vigor, para isto tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução.

Município de Paulo Lopes-SC, em 25 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha**PREFEITURA****Decreto Nº2062/2014**

DECRETO Nº2062/2014

REGULAMENTA A LEI Nº. 2.485, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011, QUE "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PENHA A IMPLANTAR O PROGRAMA DE AUXÍLIO AO PESCADOR ARTESANAL, ATRAVÉS DA DOAÇÃO DO "KIT PESCADOR", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe concede o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art.1º - Fica regulamentada, na forma deste Decreto, a Lei nº 2.485, de 04 de outubro de 2011, que autoriza o município de Penha a implantar o programa de auxílio ao pescador artesanal, através da doação do "Kit Pescador", e dá outras providências.

Art. 2º O "Kit Pescador" será doado aos pescadores de baixa renda, que comprovadamente, não possuem condições financeiras para sua aquisição, e aos pescadores que obedeçam aos seguintes requisitos:

I - Pescadores com renda per capita não superior a 02 (dois) salários mínimo vigente no país, considerados para este cálculo todos os membros da família, inclusive idosos, crianças e incapazes de qualquer idade;

II - Comprovante de residência no Município de Penha superior a 06 (seis) meses;

III - Os pescadores deverão participar de todas as palestras ou eventos realizados pela Prefeitura Municipal ou pela Associação dos Pescadores inerentes a atividade;

§ 1º - O profissional da Assistência Social (ou outro a definir) emitirá parecer sobre a renda do beneficiário, que deverá obrigatoriamente apresentar para recebimento do benefício.

§ 2º - A concessão do benefício previsto nesta Lei dependerá de prévio requerimento da parte interessada, destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como de parecer emitido por Assistente Social, devidamente justificado.

Art. 3º O Kit Pescador de que trata o Art. 1º desta Lei será composto por:

I- 01 (um) par de botas;

II- 01 (um) conjunto de oleado contendo 01 (uma) calça e 01 (uma) blusa;

III- 01 (um) boné;

IV- 01 (uma) camiseta;

V- 160 (cento e sessenta) metros de cabo de aço;

VI- 02 (duas) redes;

VII- 02 (duas) portas para embarcação;

VIII- 01 (uma) estiva;

IX- 01 (um) protetor solar;

X- 01 (um) colete salva vidas.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente e/ou através de convênios firmados com o Governo do Estado.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de junho de 2014
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Lei Nº 2704/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
LEI Nº. 2704/2014

"Institui o programa de parcelamento incentivado - PPI no município de Penha"

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2013.

§ 1º Poderão ser incluídos no PPI eventuais saldos de parcelamentos em andamento ou interrompidos por falta de pagamento.

§ 2º O PPI será administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda, ouvida a Procuradoria Geral do Município, sempre que necessário, e observado o disposto em regulamento.

Art. 2º O ingresso no PPI dar-se-á por opção do sujeito passivo, mediante requerimento, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º Os débitos tributários incluídos no PPI serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso.

§ 2º Poderão ser incluídos no PPI os débitos tributários constituídos até a data da formalização do pedido de ingresso.

§ 3º Os débitos tributários não constituídos, incluídos no PPI por opção do sujeito passivo, serão declarados na data da formalização do pedido de ingresso.

§ 4º A formalização do pedido de ingresso no PPI poderá ser efetuada até o dia 31 dezembro de 2014.

§ 5º O PPI instituído na forma desta Lei poderá ser reeditado por mais um período de até 90 (noventa) dias, a ser definido em ato do Chefe do Poder Executivo, nas condições e prazos previstos no respectivo regulamento.

§ 6º A Secretaria da Fazenda poderá enviar ao sujeito passivo, conforme dispuser o regulamento, correspondência que contenha os débitos tributários consolidados, tendo por base a data da publicação do regulamento, com as opções de parcelamento previstas no art. 5º.

Art. 3º A formalização do pedido de ingresso no PPI implica o reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos

judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, além da comprovação de recolhimento de custas e encargos porventura devidos, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do parcelamento a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no art. 792 do Código de Processo Civil.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, liquidado o parcelamento nos termos desta lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil.

§ 3º Os depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo somente poderão ser levantados pelo autor da demanda para pagamento do débito, até o valor do montante da dívida apurada.

Art. 4º Os débitos tributários serão incluídos no PPI e nesta data consolidados, pelo valor do principal atualizado até a data da formalização do pedido de ingresso no Programa.

Art. 5º Os débitos tributários inscritos na Dívida Ativa serão incluídos no PPI pelo valor da dívida consolidada na data da inscrição na Dívida Ativa, atualizado até a data da formalização do pedido de ingresso no Programa e nesta data consolidados.

Parágrafo Único - A dívida ativa consolidada na forma do "caput" corresponderá ao montante da dívida ativa acrescida das custas e despesas processuais.

Art. 6º O pagamento do montante do débito tributário consolidado, calculado na conformidade dos arts. 4º e 5º, poderá ser efetuado:

I - em parcela única, com desconto de 100% (cem por cento) dos juros e da multa moratória; ou em três parcelas, mantendo-se o referido desconto, sendo a primeira parcela 50% (cinquenta por cento) do valor devido, mais dois pagamentos de igual valor, 25% (vinte e cinco por cento) em trinta dias e 25% (vinte e cinco por cento) em sessenta dias.

II - em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com desconto de 80% (oitenta por cento) dos juros e da multa moratória, cujo montante será acrescido de juros financeiros equivalentes à taxa de 1% ao mês, calculados a partir do mês subsequente ao da formalização do PPI, até o último mês do parcelamento.

§ 1º Nenhuma parcela poderá ser inferior a:

I - 0,5 UFM (Zero vírgula cinco Unidade Fiscal Municipal) para pessoas físicas;

II - 01 UFM (Uma Unidade Fiscal Municipal) para pessoas jurídicas.

§ 2º O vencimento da primeira parcela ou da parcela única dar-se-á até 10 (dez) dias da data da formalização do ingresso no PPI e as demais a cada 30 (trinta) dias, contados do vencimento da primeira parcela, para qualquer opção de pagamento tratada nos incisos I a II deste artigo.

§ 3º O pagamento da parcela fora do prazo legal implicará cobrança da multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela devida acrescido de juros equivalentes à taxa de 1% ao mês ou fração.

§ 4º Em caso de pagamento de dívida ajuizada, o valor das custas,

devidas ao Estado, deverá ser recolhido integralmente, até a data fixada para o pagamento integral ou da primeira parcela.

Art. 7º O pagamento do débito consolidado segundo as hipóteses do art. 6º, incisos I a II, resulta automaticamente, na quitação do montante residual com a consequente anistia da dívida por ele representada, para todos os fins e efeitos de direito, em benefício do devedor.

Art. 8º O ingresso no PPI impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil.

§ 1º A homologação do ingresso no PPI dar-se-á no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela, para os casos de parcelamento previstos no art. 6º desta lei;

§ 2º A homologação dos créditos que o sujeito passivo tenha contra o Município de Penha, apresentados à compensação prevista no art. 12, dar-se-á na forma do regulamento.

§ 3º O ingresso no PPI impõe, ainda, ao sujeito passivo:

I - o pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior à data de homologação de que trata o § 1º deste artigo;

II - a autorização de débito automático das parcelas em conta-corrente, mantida em instituição bancária cadastrada pelo Município.

§ 4º Excepcionalmente, no caso de sujeitos passivos que não possuam, justificadamente, conta-corrente em instituição bancária cadastrada pelo Município, a Secretaria Municipal da Fazenda poderá afastar a exigência do inciso II do parágrafo anterior.

Art. 9º O sujeito passivo será excluído do PPI, sem notificação prévia, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta lei, em especial o disposto no § 3º, inciso I, do art. 8º;

II - estar em atraso com o pagamento de qualquer parcela há mais de 90 (noventa) dias;

III - a não comprovação da desistência de que trata o art. 3º desta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de homologação dos débitos tributários do PPI;

IV - decretação de falência ou extinção pela liquidação da pessoa jurídica;

V - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio assumir solidariamente com a cindida as obrigações do PPI.

§ 1º A exclusão do sujeito passivo do PPI implica a perda de todos os benefícios desta lei, acarretando a exigibilidade do saldo do montante principal, bem como da totalidade do montante residual, com os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, e a imediata inscrição destes valores em Dívida Ativa.

§ 2º O PPI não configura novação prevista no art. 360, inciso I, do Código Civil.

Art. 10 Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento

nas disposições desta lei, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 11 O sujeito passivo poderá compensar do montante principal do débito tributário, calculado na conformidade do art. 4º desta lei, o valor de créditos líquidos, certos e não prescritos que tenha contra o Município de Penha, excluídos os relativos a precatórios judiciais, permanecendo no PPI o saldo do débito que eventualmente remanescer.

Parágrafo Único - O sujeito passivo que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará na data da formalização do pedido de ingresso no PPI, além do valor dos débitos a parcelar, o valor de seus créditos líquidos, indicando a origem respectiva.

Art. 12 Os débitos não tributários, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, poderão ser incluídos no PPI, exceto os débitos:

I - referentes ao ISS devido por retenção na fonte;

II - de natureza contratual;

III - referentes a indenizações devidas ao Município de Penha por dano causado ao seu patrimônio.

Parágrafo Único - Aplicam-se aos débitos não tributários, no que couber, as demais disposições desta lei.

Art. 13 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

Penha, 24 de junho de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Lei Nº 2705/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
LEI Nº. 2705/2014

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a ceder servidor a junta comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC".

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder por tempo indeterminado a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, um servidor municipal, com ônus para o Município cedente.

Parágrafo Único. A cessão descrita no caput deste artigo atenderá a implementação do Escritório Regional da JUCESC em Penha.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 25 de junho de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Contrato Nº 70/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2014 - FMS
CONTRATADO: VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETOS LTDA EPP
Licitação: Processo Licitatório nº 22/14 - FMS, modalidade Carta Convite nº 04/14 - FMS
OBJETO: Prestação de serviço de obras e engenharia, com fornecimento de mão de obra e material, com fornecimento de mão de obra e material, para construção da academia da saúde, na Rua Osvaldo Gantus esq. com José Simão, Centro.
VALOR TOTAL: R\$ 98.473,42 (noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos).
VIGÊNCIA: 26.10.2014

Penha, 26 de junho de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
PELA PREFEITURA

Pp31/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014 - PMP
Objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE BOMBONA DE 20 LITROS DE ÁGUA MINERAL PARA SEREM DISTRIBUÍDAS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC.
Recebimento dos Envelopes até: 09/07/2014 às 09:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.
Abertura do Processo: 08/07/2014 às 12:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.
Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.
O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 26 de Junho de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Pp05/2014 - FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2014 - FME
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014 - FME
Objeto: AQUISIÇÃO DE BOLAS DE BOCHA PARA SEREM UTILIZADAS NO XV CAMPEONATO MUNICIPAL QUE SERÁ REALIZADO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.
Recebimento dos Envelopes até: 09/07/2014 às 14:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.
Abertura do Processo: 08/07/2014 às 12:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.
Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.
O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 26 de Junho de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

Aviso Licitação 45/2014 - PP 24/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 24/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Proc. de Licitação 45/2014 - Pregão Presencial 24/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: Aquisição de um veículo para o uso do executivo municipal em viagens dentro e fora do perímetro do Município de Peritiba.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 14 de julho de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h00min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 26 de Junho de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 4.028, de 26 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.028, DE 26 de JUNHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VICELI, Prefeito do município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

01	PODER LEGISLATIVO
01.0101	Câmara Municipal de Vereadores
01.0101.01	Legislativa
01.0101.01.031	Ação Legislativa
01.0101.01.031.0101	Processo Legislativo
01.0101.01.031.0101.2019	Manutenção das Atividades Legislativas
3191.0000	Aplic. Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias
	R\$ 7.000,00
	Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Para suporte do Crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), da seguinte dotação orçamentária da Câmara Municipal.

01	PODER LEGISLATIVO
01.0101	Câmara Municipal de Vereadores
01.0101.01	Legislativa
01.0101.01.031	Ação Legislativa
01.0101.01.031.0101	Processo Legislativo
01.0101.01.031.0101.2019	Manutenção das Atividades Legislativas
3190.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
	Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 26 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.026, de 23 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.026, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de

R\$ 43.900,00 (Quarenta e três mil, e novecentos reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 Poder Executivo
 0202 Secretaria de Administração e Finanças
 0201.04 Administração
 0201.04.122 Administração Geral
 0201.04.122.0402 Administração Geral
 0201.04.122.0402.2022 Manutenção Secretaria de Administração e Finanças
 3190-0000 Aplicações Diretas
 R\$ 43.900,00
 Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 43.900,00 (Quarenta e três mil, e novecentos reais) conforme abaixo discriminado;

02 Poder Executivo
 0202 Secretaria de Administração e Finanças
 0201.04 Administração
 0201.04.122 Administração Geral
 0201.04.122.0402 Administração Geral
 0201.04.122.0402.2022 Manutenção Secretaria de Administração e Finanças
 3390-0000 Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 3350-0000 Aplicações Diretas
 R\$ 33.900,00
 Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE JUNHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
 PREFEITO MUNICIPAL

Resolução Nº 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO
 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Av. Mar. Arthur Costa e Silva, 111 - Pinheiro Preto -SC
 CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 02/2014 Pinheiro Preto, 26 de junho de 2014.
 DISCIPLINA A APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2013 DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº 1652 de 5 de fevereiro de 2013 ;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos

e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

RESOLVE

Artº 1º . Aprovar o RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - PERÍODO 2013.

Artº 2º . O relatório Anual de gestão , é um instrumento que demonstra a aplicação de recursos e os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde referente ao período de 2013 .

Artº 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º . Revogam-se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 26 de junho de 2014.

Ivanete Simionato Bado
 Presidente do Conselho Municipal de Saúde
 Pinheiro Preto -SC

Portaria Nº. 228, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 228, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA FABIANO BAZEN COSER, DA FUNÇÃO DE FISIOTERAPEUTA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 10 de Junho, FABIANO BAZEN COSER, solteiro, inscrito no CPF nº 041.196.969-28 ocupante do cargo de provimento em comissão de FISIOTERAPEUTA em caráter temporário, conforme processo seletivo 002/2013, com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com vencimento previsto em lei .

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de junho de 2014.

Centro Administrativo Municipal, 23 de junho de 2014.
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

Portaria Nº 229, de 26 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 229, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA ELISANGELA APARECIDA DA ROSA PARA O CARGO EM CARATER TEMPORÁRIO DE SERVENTE, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo seletivo nº 008/2014:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 26 de Junho, ELISANGELA APARECIDA DA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob n. 044.510.019-27, para o cargo de "SERVENTE" em caráter temporário, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria da Educação, com remuneração prevista em lei.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 26 de Junho de 2014.
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 006/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 004/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NELSON RIEMER, SITUADA NA RUA TESTO ALTO, N.º 4055 - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DESTE EDITAL, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE ATRAVÉS DO PROGRAMA DE MELHORIA, ACESSO E QUALIDADE - PMAQ.
Valor Aditivo - 25% - R\$18.469,45 (dezoito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).
Justificativa: Acréscimo diante da necessidade de executar um reforço estrutural na fundação de área a ser ampliada, bem como no muro a ser executado em torno da Unidade de Saúde, acarretando um aumento de serviços inicialmente previstos no Contrato, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 006/2014.

Pomerode/SC, 27 de Maio de 2014.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Contrato Administrativo N.º 021/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021/2014

Processo Administrativo n.º 030/2014.
Pregão Presencial n.º 017/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SEGURAR A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÕES, COM COBERTURA TOTAL E RCF-V CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.
Valor total contratado: R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais).
Prazo de vigência: 12 meses - Término 11/06/2015.

Pomerode/SC, 09 de Junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Extrato do Contrato Administrativo N.º 022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2014

Processo Administrativo n.º 033/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO DA RUA ARTUR REINERT - CENTRO, POMERODE/SC, COM BLOCOS RETANGULARES INTERTRAVADO DE CONCRETO, RESPEITANDO A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor total contratado: R\$105.485,02 (cento e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dois centavos).
Prazo de vigência: 120 dias - Término 09/10/2014.

Pomerode/SC, 11 de Junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Extrato do Contrato Administrativo N.º 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023/2014

Processo Administrativo n.º 035/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 007/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA GOEDE LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS, SITUADA NA RUA RIBEIRÃO AREIA, N.º 2.050 - BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DESTE EDITAL.
Valor total contratado: R\$43.432,10 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e dois reais e dez centavos).
Prazo de vigência: 120 dias - Término 10/10/2014.

Pomerode/SC, 12 de Junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Extrato do Contrato Administrativo N.º 024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDA-
DADE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024/2014

Processo Administrativo n.º 039/2014.
Convite p/ Compras e Serviços n.º 008/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ASCONTRAN TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FORMA-
ÇÃO E CAPACITAÇÃO DE 15 (QUINZE) AGENTES DA AUTORIDADE
DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, PARA ATUAR JUN-
TO À FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES, DOTANDO-
OS DE CONHECIMENTOS LEGAIS SUFICIENTES PARA A EXECU-
ÇÃO DE SUAS ATIVIDADES.
Valor total contratado: R\$32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos
reais).
Prazo de vigência: 40 dias - Término 04/08/2014.

Pomerode/SC, 18 de Junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Extrato do Contrato Administrativo N.º 025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025/2014

Processo Administrativo n.º 045/2014.
Inexigibilidade de Licitação n.º 003/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR
BOM JESUS.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA
PRESTAÇÃO DE CURSO NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTI-
NUADA PLANEJADA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
POMERODE/SC, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE TEMÁTICAS
DE INTERESSE DA GESTÃO, QUALIFICANDO A PRÁTICA PEDA-
GÓGICA E PROPICIANDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
UM TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PARA A MELHORIA NA
QUALIDADE DE ENSINO.
Valor total contratado: R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).
Prazo de vigência: 06 meses - Término 23/12/2014.

Pomerode/SC, 18 de Junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Extrato do Contrato Administrativo N.º 020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020/2014

Processo Administrativo n.º 042/2014.
Dispensa de Licitação n.º 006/2014.
Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Locadores: MAURO SPRUNG e SANDRA REGINA REITER.

Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA
PRESIDENTE COSTA E SILVA, N.º 677, BAIRRO TESTO REGA -
CASA DO AGRICULTOR, PARA EXTENSÃO DA SECRETARIA DE DE-
SENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE PARA ATENDIMENTO
DA REGIÃO NORTE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Valor mensal - aluguel: R\$2.466,85 (dois mil, quatrocentos e ses-
senta e seis reais e oitenta e cinco centavos).
Valor Total - 12 meses: R\$29.602,20 (vinte e nove mil, seiscentos
e dois reais e vinte centavos)
Prazo de vigência: 12 meses.

Pomerode/SC, 09 de Junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

**Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 008/2014
- Registro de Preços**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 018/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE DIETAS E FÓRMULAS INFANTIS PARA PA-
CIENTES SUS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, ATENDIDOS PELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC.
Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 11/07/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/
SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 11/07/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Po-
merode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no se-
guinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da
Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525,
Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira,
das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail:
licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 26 de Junho de 2014.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.171, de 26 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.171, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO A EFETUAR REPASSE PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS -APAE- E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo municipal autorizado a efetuar repasse para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, tendo por objeto o apoio á pessoa com deficiência intelectual e múltipla, com a finalidade de reintegrar o individuo ao meio familiar e comunitário

Art. 2º Para a execução desta lei, a APAE receberá do Município de Porto Belo a importância de R\$ 9.486,36 (Nove Mil Quatrocentos e oitenta e seis Reais e trinta e seis centavos), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 3º A entidade deverá apresentar toda a documentação necessária para firmar o Convênio em conformidade com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Instrução Normativa nº 02/2013, do Controle Interno do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de orçamento próprio.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal 1.249/2002.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.172, de 26 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.172, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Belo, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ R\$ 1.083.160,85 (um milhão, oitenta e três mil, cento e sessenta reais e oitenta e cinco centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-programática: 04.122.0003

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

ModalidadedeAplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000/4

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.365.0017

Projeto: 1.020 - Constr, Ampliação e Reforma de Núcleos de Educação Infantil

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.058/31

Valor: R\$ 262.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.365.0014

Projeto: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.001/17

Valor: R\$ 275.660,85

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.058/197

Valor: R\$ 98.000,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.058/65

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.001/21

Valor: R\$ 90.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.306.0013

Atividade: 2.027 - Manutenção da Merenda Escolar

ModalidadedeAplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000/3

Valor: R\$ 118.000,00

Órgão: 22 - Fundação Municipal Meio Ambiente

Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Meio Ambiente

Funcional-programática: 18.541.0030

Atividade: 1.028 - Implantação da Coleta Seletiva de Lixo

ModalidadedeAplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000/1

Valor: R\$ 129.500,00

Art. 2.º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, totalizando R\$ 1.083.160,85 (hum milhão, oitenta e três mil, cento e sessenta reais e oitenta e cinco centavos), observada a destinação por fonte de recurso.

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-programática: 02.061.0002

Atividade: 2.007 - Indenizações de Precatórios e Sentenças Judiciais

ModalidadedeAplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000/1

Valor: R\$ 100.000,00

ModalidadedeAplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000/3

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.361.0014

Projeto: 1.016 - Aquisição de Imóvel para Ensino Fundamental

ModalidadedeAplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.001/5

Valor: R\$ 215.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.361.0014

Projeto: 1.017 - Constr, Ampliação e Reforma de Unidades Esc. Ensino Fundamental

ModalidadedeAplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.001/6

Valor: R\$ 57.148,25

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.361.0014
 Projeto: 1.018 - Constr. e Reforma de Quadras Poliesportivas do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/9
 Valor: R\$ 35.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.058/11
 Valor: R\$ 360.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.365.0017
 Projeto: 1.020 - Constr., Ampliação e Reforma de Núcleos de Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/30
 Valor: R\$ 22.512,60

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.361.0014
 Atividade: 1.047 - Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.058/54
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.366.0018
 Atividade: 2.024 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.001/43
 Valor: R\$ 5.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.001/45
 Valor: R\$ 20.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/47
 Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.361.0014
 Projeto: 2.026 - Manutenção do Transporte Escolar
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.001/26
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.078 - Manutenção da Coord. de projetos e Conselhos
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/51
 Valor: R\$ 15.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/52
 Valor: R\$ 3.000,00

Órgão: 22 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Funcional-programática: 18.541.0030
 Atividade: 1.029 - Criação e Implantação do Parque Lagoa do Pe-requê
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/4

Valor: R\$ 33.888,00

Órgão: 22 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Funcional-programática: 18.541.0030
 Atividade: 2.042 - Manutenção da APA da Ponta do Araça
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/9
 Valor: R\$ 45.968,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/10
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 22 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Funcional-programática: 18.541.0030
 Atividade: 2.043 - Manutenção e Recuperação das Margens dos Rios
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/13
 Valor: R\$ 37.644,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/14
 Valor: R\$ 2.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de junho de 2014.
 EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
 Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.173, de 26 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.173, DE 26 DE JUNHO DE 2014.
 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Belo, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/8
 Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.000/1
 Valor: R\$ 95.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/2
 Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da anulação parcial das dotações abaixo elencadas, na mesma importância acima:

Órgão: 20 - Fundação Municipal de Cultura
Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
Funcional-programática: 13.392.0020
Projeto: 1.051 - Reforma do palco das Artes
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/3
Valor: R\$ 125.000,00

Órgão: 20 - Fundação Municipal de Cultura
Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
Funcional-programática: 13.392.0020
Atividade: 2.044 - Manutenção de projeto Cultura nos Bairros
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/4
Valor: R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de junho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.174, de 26 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.174, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO A Ceder bens, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Porto Belo a ceder bens, materiais, equipamentos e pessoal para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.424.255/0001-31, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 3016, Bairro Centro, neste Município, como apoio na realização da Festa da Tainha.

Art. 2º Fica autorizado o Município de Porto Belo a proceder intervenção em imóveis de terceiros no entorno do Píer Municipal, objetivando o fomento da Festa da Tainha.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de junho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.175, de 26 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.175, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FORNECER CONEXÃO DE INTERNET Wi-Fi GRATUITAMENTE” Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo de Porto Belo a disponibilizar gratuitamente sinal de internet Wi-Fi de alta velocidade em espaços públicos e imóveis públicos que possuem conexão Wi-Fi em nossa cidade.

Parágrafo Único: Fica estabelecido os seguintes locais prioritários para a disponibilização do sinal de Internet Wi-Fi: Praças Municipais, Academias ao ar Livre, Escolas Públicas e Municipais, Postos de Saúde, nada impedido também que seja disponibilizado em outras localidades do município.

Art. 2º As despesas para execução desta Lei ocorrerão em dotação próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 dias de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de junho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

1º Termo de Retificação de Edital Pregão 023/2014 PMPB - 012/2014 FMAS - 016/2014 FMS - 017/2014 Fmeduca - 008/2014 Funtur - 007/2014 Fmc - 009/2014 FME - 008/2014 Famap - 001/2014 Fpc - 001/2014 Fmdca - 001/2014 Funsan

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO 023/2014 PMPB - 012/2014 FMAS - 016/2014 FMS - 017/2014 FMEDUCA - 008/2014 FUNTUR - 007/2014 FMC - 009/2014 FME - 008/2014 FAMAP - 001/2014 FPC - 001/2014 FMDCA - 001/2014 FUNSAN

O município de Porto Belo inscrito no CNPJ/MF sob nº CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu anexo I.

Tipo: Menor Preço Global

Considerando o princípio da autotutela, onde a administração Pública detém o poder de rever seus atos;

Considerando a impossibilidade da utilização do Recurso do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente para os fins do objeto da licitação 001/2014 FMDCA, DECIDE pela inclusão dos itens do presente certame ao PR 017/2014 FMEDUCA com a seguinte dotação orçamentária: 08.01.2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Conselho Tutelar.

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PR 023/2014 PMPB - 012/2014 FMAS - 016/2014 FMS - 017/2014 FMEDUCA - 008/2014 FUNTUR - 007/2014 FMC - 009/2014 FME - 008/2014 FAMAP - 001/2014 FPC - 001/2014 FMDCA - 001/2014 FUNSAN e seus Anexos.

A Retificação do Edital na íntegra está disponível no site: www.portobelo.sc.gov.br no link Licitações ou através do Departamento de Compras do Município de Porto Belo, maiores informações através do telefone: (047) 3369-4111 das 08:00 às 12:00 horas das 13:30 às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira.

Porto Belo, 26 de junho de 2014.
CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Tomada de Preço 002/2014 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 026/2014 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Tomada de Preços 002/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação de menor preço por empreitada global, para a contratação de empresa para a execução da obra de construção da cobertura de quadra poliesportiva no N. E. São Bernardo do Campo, com área total de 772,40 m², sendo 743,36 m² de área coberta conforme projeto padrão do Ministério da Educação - MEC. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 18 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 26 de junho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Concorrência Pública 105/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 105/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em asfalto, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua Mafalda Lingner Porto, Bairro Progresso em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 30 de julho de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 30 de julho de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 18 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Portaria Nº 0732/2014

PORTARIA Nº 0732/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art..1º Exonerar a pedido, a partir de 12/06/2014, o servidor JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Designar o servidor JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, para a partir de 13/06/2014, exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 3º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente

sobre o valor da remuneração do cargo de Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, em face do servidor optar pela remuneração do cargo efetivo de Fiscal de Tributos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2014.
Carlos Alberto Luithardt
Secretário Municipal de Administração Interino
Apmf

Portaria 0728/2014

PORTARIA Nº. 0728/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 27/06/2014, o servidor municipal JEAN ABILIO SILVA, do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ipm

Portaria Nº 0730/2014

PORTARIA Nº. 0730/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Conceder Licença Paternidade, durante o período de 24/06/2014 a 30/06/2014, de acordo com o Art. 253, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao Agente Político - GIVANILDO SILVA, que exerce a função de Secretário Municipal de Administração, conforme certidão de nascimento n.º 0043635 15 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de AUGUSTO LACH SILVA.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal
Vf

Portaria Nº 0731/2014

PORTARIA Nº. 0731/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar interinamente, o servidor CARLOS ALBERTO LUITHARDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente desenvolvendo as atribuições da função comissionada de Diretor do Departamento de Processos Licitatórios da Secretaria da Administração, para exercer as funções de Agente Político de Secretário Municipal de Administração, devido o impedimento do titular por motivo de licença paternidade no período de 24/06/2014 a 30/06/2014 e férias no período de 01/07/2014 a 30/07/2014, nos termos dos Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, com a opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo, gratificações e benefícios percebidos atualmente, inclusive decorrente da designação do cargo em comissão.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal
Vf

Portaria Nº 0737/2014

PORTARIA Nº. 0737/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art..1º Reconhecer a designação, para no período de 04/04/2014 a 30/04/2014, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, da servidora municipal JUCELIA CORREIA DE SANTANA, matrícula nº 101710/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (40h), que exerceu as atribuições do cargo de Diretor de Unidade Educacional de "Pequeno Porte" - CEI Déa Bornhausen, durante o impedimento da titular, por motivo de Licença Especial à Gestante. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de junho de 2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
Jhc

Portaria Nº 0736/2014

PORTARIA Nº. 0736/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art..1º Designar, para no período de 03/06/2014 a 01/08/2014, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal ROSELI STREY, matrícula nº 97551/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (40h), exercer as atribuições do cargo de Diretor de Unidade Educacional de "Pequeno Porte" - CEI Déa Bornhausen, durante o impedimento da titular, por motivo de férias. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de junho de 2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
Vf

CÂMARA MUNICIPAL

Aviso de Licitação PR Nº 06/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 11/2014
PREGÃO PRESENCIAL 06/2014

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através do seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 752/2014, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 17/07/2014, às 13:30 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, visando a aquisição de 01 Licença Microsoft Windows Server 2012 R2 Standard com garantia de atualização técnica e de segurança do Windows Server do fabricante durante o ciclo de vida do produto e 04 Licença Microsoft Windows Server 2012 R2 CAL para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: <www.camarariosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 26 de junho de 2014.
FERNADO GUEDES
Pregoeiro

JAIME SBORZ
Presidente

Salto Veloso

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Nº 29/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014 FMS

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 29/2014 FMS, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de Pediatría.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 10/07/2014 até as 09h00min.

Abertura: 10/07/2014, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 26 de junho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 035, de 18 de Junho de 2014.

Decreto nº 035, de 18 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito adicional especial no orçamento do município de Santa Rosa do Sul.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 952, de 18/06/2014, Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Santa Rosa do Sul, crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para a inclusão do seguinte programa:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Programa: 104 - Nossa Cidade Segura

Função: 06 - Segurança Pública

Sub-Função: 182 - Defesa Civil

Proj./Ativ.: 2.036 - Manutenção das Atividades do FUNREBOM

Recurso: 00.01.0096 - Convênio FUNREBOM

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito adicional especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes do Excesso de Arrecadação do Convênio nº 22/2013 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar e o Município de Santa Rosa do Sul autorizado pela Lei nº 918/2013, para a execução dos serviços de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar e outros de competência do Corpo de Bombeiros Militar previstos no artigo 108 da Constituição Estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de junho de 2014.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 174/2014

DECRETO Nº 174/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado, a pedido, o Servidor Público Municipal Sr. VALDEMAR JOSÉ FRANZ, matrícula nº 1028/6, CPF: 062.272.209-30, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de Junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 18 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 175/2014

DECRETO Nº 175/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. GLAUCIA DOS SANTOS, matrícula nº 1244/0, CPF: 084.814.509-79, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental de Artes 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 176/2014

DECRETO Nº 176/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 1257/2, CPF: 052.070.919-56, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 177/2014

DECRETO Nº 177/2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando que várias funcionárias do Setor de Educação encontram-se em licença premio;

Considerando a necessidade da continuação da prestação de serviços no atendimento aos estudantes;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. CARLA PATRICIA FEDRIZZI, matrícula nº 1259/9, CPF: 081.633.159-62, para desempenhar a função de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 16 de Junho;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 178/2014

DECRETO Nº 178/2014
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. IARA GRUNEWALD, matrícula nº 1188/6, CPF: 090.092.009-22, ocupante do cargo de Professor de Educação Física 20 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 179/2014

DECRETO Nº 179/2014
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. ELISANGELA SASSI, matrícula nº 1210/6, CPF: 074.424.779-92, ocupante do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 180/2014

DECRETO Nº 180/2014
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado o Servidor Público Municipal Sr. ALDO JANNER, matrícula nº 1255/6, CPF: 827.773.309-72, ocupante do cargo de Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 181/2014

DECRETO Nº 181/2014
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, do exercício de 2013, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei nº 1161 de 27 de Novembro de 2013;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 54,74 (cinquenta e quatro reais setenta e quatro centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028003 Assistência Social				
1686	0324	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	54,74

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 54,74 (cinquenta e quatro reais setenta e quatro

centavos) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 25 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Decreto 182/2014

DECRETO Nº 182/2014
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado o Servidor Público Municipal Sr. CELSO RIBEIRO, matrícula nº 1165/7, CPF: 582.961.909-15, ocupante do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 184/2014

DECRETO Nº 184/2014
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
Considerando o pedido de rescisão contratual de alguns servidores da Secretaria da Educação;

Considerando a necessidade da continuação da prestação de serviços no atendimento aos estudantes no tocante ao ano letivo que encontra-se em andamento;

Considerando a impossibilidade de realização imediata de teste seletivo e/ou concurso público:

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. MÁRCIA FÁTIMA DE BORBA GUISONI, matrícula nº 1260/2, CPF: 062.588.849-97, para desempenhar a função de Professor de Educação Física, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 16 de Junho;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 185/2014

DECRETO Nº 185/2014
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. CLAISA ROESSLER BOHRER, matrícula nº 1225/4, CPF: 049.724.029-70, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 27 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 186/2014

DECRETO N. 186, DE 26 DE JUNHO DE 2014.
Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº

1195/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde				
	164	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	100.000,00
876	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
885	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Adm. Superior do Mun.				
60	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde				
907	0164	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	100.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.1.035000 Construção da casa do agricultor				
1413	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 26 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Decreto 187/2014

DECRETO N. 187, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1196/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das ativ. Fundo de Desen. Agropecuária				
1417	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
1421	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a seguir especificados:

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
205410048.2.050000 Programa de incentivo reflorestamento e aquis. sem.				
1405	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206020048.2.039000 Programa de incentivo a inseminação artificial pecuar.				
1406	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
247220048.1.033000 Implantação de Tel. Móvel e Int. na área Rural				
1448	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
1449	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 26 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Portaria 108/2014

PORTARIA Nº 108/2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, com abono pecuniário de 10 dias, ao servidor público municipal Sr. ERONI ALLEBRANDT, matricula nº 136/8, ocupante do cargo de ASSESSOR DE PROJETOS, lotado na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 02/02/2012 a 01/02/2013, a serem gozadas no período de 09 de Junho de 2014 a 28 de Junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 09 de Junho de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Portaria 109/2014

PORTARIA Nº 109/2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias à servidora pública municipal Sra. MARIA COMPARIN ARNT, matricula nº 1041/3, ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, carga horária de 20 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 01/01/2013 a 31/12/2013, a serem gozadas no período de 09 de Junho de 2014 a 08 de Julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 09 de Junho de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Portaria 110/2014

PORTARIA Nº 110/2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal, Senhor VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, matricula nº 1083/9, ocupante da função de Motorista de Veículos Leves no período 06/06/2014 a 05/09/2014, conforme Atestado Médico do Dr. Antonio José de Marco.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 09/06/2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Portaria 111/2014

PORTARIA Nº 111/2014
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida licença sem vencimentos, por tempo indeterminado ao Servidor Municipal, Senhor MARCELO BORTONCELO DE SOUZA, matricula nº 1057/0, ocupante da função de Professor de Educação Física 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação a partir do dia 16 de Junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16/06/2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Portaria 112/2014

PORTARIA Nº 112/2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença prêmio de 03 (três) meses, com pecúnio de 30 dias, ao funcionário IDELIR SEBASTIÃO SECCHI matrícula nº 84/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de CONTADOR GERAL, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, iniciando-se em 01 de Julho de 2014 e terminando em 31 Agosto 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Portaria 113/2014

PORTARIA Nº 113/2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO PECÚNIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o servidor encontra-se em gozo de licença prêmio remunerada;

Considerando a necessidade de profissionais na área;

RESOLVE:

Art. 1º Fica antecipada em 30 dias o retorno do funcionário Sr. LUIZ CARLOS PILLOTO matrícula nº 275/5, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS, lotado na Secretaria Municipal de educação, mediante o pagamento de pecúnio, de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Portaria 114/2014

PORTARIA Nº 114/2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO PECÚNIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a servidora encontra-se em gozo de licença prêmio remunerada;

Considerando a necessidade de profissionais na área;

RESOLVE:

Art. 1º Fica antecipada em 30 dias o retorno da funcionária Sra. LUCIA SANSÍGOLO RISSO matrícula nº 76/0, ocupante do cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico, mediante o pagamento de pecúnio, de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1195/2014

LEI Nº 1195 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde				
	164	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	100.000,00
876	100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
885	100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes

de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Adm. Superior do Mun.				
60	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde				
907	0164	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	100.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.1.035000 Construção da casa do agricultor				
1413	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 26 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1196/2014

LEI Nº 1196 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das ativ. Fundo de Desen. Agropecuária				
1417	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

1421	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
------	------	-------------------	--------------------	-----------

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a seguir especificados:

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
205410048.2.050000 Programa de incentivo reflorestamento e aquis. sem.				
1405	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206020048.2.039000 Programa de incentivo a inseminação artificial pecuar.				
1406	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
247220048.1.033000 Implantação de Tel. Móvel e Int. na área Rural				
1448	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
1449	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 26 de Junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Retificação do Edital de Tomada de Preços Nº 182/2014

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 182/2014

NO EDITAL ACIMA REFERENCIADO, HOUVE ALGUMAS ALTERAÇÕES QUANTO AO ITEM 5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS - ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO - NO QUANTITATIVO E PREÇO DA OBRA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

ONDE SE LÊ:

- A EMPRESA PROPONENTE NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR O VALOR DE R\$ 648.815,55 EM SEU ORÇAMENTO.

- VALOR TOTAL MÁXIMO R\$ 648.815,55

- 8. INFRA-ESTRUTURA - TOTAL DO GRUPO 16.793,44

- TOTAL DO ORÇAMENTO 648.815,55

- VALOR TOTAL DA OBRA: O VALOR TOTAL DA OBRA JÁ INCLUÍDO MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, LEIS SOCIAIS E BDI É DE R\$ 648.815,55

LEIA-SE:

- A EMPRESA PROPONENTE NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR O VALOR DE R\$ 659.478,95 EM SEU ORÇAMENTO.

- VALOR TOTAL MÁXIMO R\$ 659.478,95

- 8. INFRA-ESTRUTURA - TOTAL DO GRUPO 27.456,84

- TOTAL DO ORÇAMENTO 659.478,95

- VALOR TOTAL DA OBRA: O VALOR TOTAL DA OBRA JÁ INCLUÍDO MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, LEIS SOCIAIS E BDI É DE R\$ 659.478,95

AS DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PERMANECEM AS MESMAS.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ABRE-SE O PRAZO DA ABERTURA DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS DO DIA 02/07/2014 ÀS 09:30 HORAS PARA O DIA 14/07/2014 ÀS 09:30 HORAS, SENDO QUE O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA SERÃO ATÉ AS 09:00 HORAS.

SÃO BENTO DO SUL, 27 DE JUNHO DE 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Convênio Nº 20/2014

TERMO DE CONVÊNIO Nº 020/2014

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ATLETISMO.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ATLETISMO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.521.490/0001-22, estabelecida à Rua Alexandre Buhnemann, 327, Bairro Schramm, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Evaldo Rosa da Silva, brasileiro, separado, portador da Carteira de Identidade nº 2.586.885-3, CPF/MF nº 540.932.107-30, residente e domiciliado à Rua João Stoeberl, 159, Bairro Colonial, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei nº 3391 de 18 de junho de 2014 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação Amigos do Atletismo com o custeio das despesas referentes competições esportivas, taxas de inscrições e alimentação, hospedagem e transporte em competições fora do município, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 2895/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 7 parcelas, conforme necessidade, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 2885-0 a favor da Associação Amigos do Atletismo.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/

- TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
 - g) Conciliação bancária, quando for o caso;
 - h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
 - i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
 - j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 25 de junho de 2014.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

EVALDO ROSA DA SILVA

Presidente da Associação Amigos do Atletismo

TESTEMUNHAS

LUIZ NERI PEREIRA

CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA

CPF 791.399.579-34

Convênio Nº 21/2014

TERMO DE CONVÊNIO Nº 021/2014

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.182.021/0001-14, estabelecida à Rua Rodolfo Klaumann, 172, Bairro Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Marcelo Pinto Cordeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 4.245.887, CPF/MF nº 477.404.690-68, residente e domiciliado à Rua Padre Henrique Müller, 399, Centro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101

de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3392 de 25 de junho de 2014 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação Nintai de Judô São Bento com o custeio das despesas referentes competições esportivas e cursos, taxas de inscrições, uniformes, material esportivo, e alimentação, hospedagem e transporte em competições fora do município, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 2449/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 13.250,00 (treze mil, duzentos e cinquenta reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 7 parcelas, conforme necessidade, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 00200109/7 a favor da Associação Nintai de Judô São Bento.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo

de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de

qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 27 de junho de 2014.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

MARCELO PINTO CORDEIRO

Presidente da Associação Nintai de Judô São Bento

TESTEMUNHAS

LUIZ NERI PEREIRA

CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA

CPF 791.399.579-34

Decreto Nº 0601/2014

DECRETO Nº 0601, DE 24 DE JUNHO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Eliane Bergmann Rank, Ricardo Callado e Ricardo Antonio Homechen, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 182/2014, a realizar-se às 09:30 horas, do dia 02 de julho de 2014, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Decreto Nº 0603/2014

DECRETO Nº 0603, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará as

seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(19) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

(24) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 5.000,00

(25) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 9.000,00

Atividade: 2.061 - Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial

(8) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 1.900,00

(10) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.900,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(13) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 15.000,00

Atividade: 2.061 - Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial

(11) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 800,00

(12) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0604/2014

DECRETO Nº 0604, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 268.300,00 (duzentos e sessenta e oito mil e trezentos reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abast. de Água

3.1.90.13.00.00.00.00.0600 Obrigações Patronais R\$ 8.300,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0600 Material de Consumo R\$ 120.000,00

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO
Atividade: 2.065 - Manut. e Melhoria dos Serv. de Esgotamento Sanitário
3.3.90.30.00.00.00.00.0600 Material de Consumo R\$ 60.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0600 Outros Serv. Terc. PJ R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, no valor de R\$ 268.300,00 (duzentos e sessenta e oito mil e trezentos reais)
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0605/2014

DECRETO Nº 0605, DE 26 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS
(243) 3.3.90.36.00.00.00.100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 8.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade

(276) 4.4.90.52.00.00.00.152 - Equip. Material Permanente R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(240) 3.3.90.30.00.00.00.100 - Material de Consumo R\$ 8.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade

(269) 3.3.90.30.00.00.00.152 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

(272) 3.3.90.39.00.00.00.152 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0607/2014

DECRETO Nº 0607, DE 26 DE JUNHO DE 2014
DESIGNA A AUTORIDADE DE TRÂNSITO E OS MEMBROS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL, no de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 9.503/97 e Lei Municipal nº 0683/2003, com as diretrizes para o estabelecimento do DETRU

DECRETA:

Art.1º. Fica designado como Autoridade de Trânsito do Município o Sr. CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, com endereço funcional à Rua Jorge Lacerda, 75, CEP 89.280-902, telefones (47) 3633 6354 e (47) 3633 1931, e-mail: detru@saobentodosul.sc.gov.br.

Art. 2º As atividades a serem desempenhadas pelo DETRU de engenharia de tráfego serão coordenadas pelo servidor CARLOS HENRIQUE REITZ ARAKAKI, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 3º As atividades de controle e análise de estatísticas e educação de trânsito, no âmbito das competências do DETRU, serão coordenadas pelo servidor PAULO GERALDO DOS SANTOS LIMA, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 4º Os serviços de secretariado do Departamento de Trânsito de São Bento do Sul - DETRU serão executados pela funcionária pública municipal Patrícia Zeidemann Zipperer, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, localizada à Rua Jorge Lacerda, 75, CEP 89.280-902, telefones (47) 3633 6354 e (47) 3633 1931, e-mail: patricia@saobentodosul.sc.gov.br.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto nº 136 de 06 de maio de 2013.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5901/2014

PORTARIA Nº 5901, DE 23 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor LOURIVAL LEANDRO, ocupante do cargo de Coordenador de Serviços de Serviços Gerais e Som, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Celta, placas MEC 2288.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5902/2014

PORTARIA Nº 5902, DE 23 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JOÃO HELIO CARDOSO, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

Courier, placas MDS 2627
Pegout, placas MIO 9267
Gol, placas LXM 7364
Pick-up Corsa, placas MAU 5782
Uno, placas MIK 3335
Toyota, placas LZT 0941
Toyota, placas LZW 2572
Corsa, placas MLO 1104
Ford Ranger, placas MBX 9437

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5920/2014

PORTARIA Nº 5920, DE 26 DE JUNHO DE 2014
Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 25 de junho de 2014, MAURICIO MAIA, do cargo de Coordenador de Setor de Projeto Social do CEU, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5923/2014

PORTARIA Nº 5923, DE 26 DE JUNHO DE 2014
RETIFICA A PORTARIA Nº 4387/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2985/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 4387, de 19 de fevereiro de 2014, referente ao enquadramento dos inativos no Plano de Cargos, Carreira e Salários do Magistério Municipal, instituído pela Lei Municipal nº 2985, de 27 de março de 2012, de acordo com o processo administrativo nº 8097/2013, das seguintes servidoras:

Nome do(a) Servidor(a)	Grupo Ocupacional:
Ana Stahl Slominski	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/C
Eli Setlick	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/I
Elia Quint Koenig	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/G
Íraci Ferreira Pereira	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/H
Liane Maria Klitzke	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/D
Lucia Beckert	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/E
Lucy Gomy	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/C
Maria Celina Cavalheiro Fragozo	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/C
Maria Giacomini Beier	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/D
Maria Zelia Gonchorowski	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/F
Marlene Nogueira Cerniak	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/C
Nadir Ribas Gonschorowsky	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/H
Renilda Alzira Binner Liebel	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/F
Siliane Marilyn Koch Schubert	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/F
Victoria Ruda	Em extinção: Professor Anos Iniciais Nível MG I/I

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3916/2013, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Listagem Portarias Nº 006/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 5894, de 23 de junho de 2014. Exonera Coordenador de Serviços, a partir de 01 de julho de 2014. Patrick Lemos. Coordenador de Serviços de Iluminação Pública.SEMOB.

Portaria nº 5895, de 23 de junho de 2014. Nomeia Coordenador de Setor, a partir de 01 de julho de 2014. Patrick Lemos. Coordenador de Setor de Iluminação Pública.SEMOB.

Portaria nº 5903, de 23 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de junho de 2014. Stefani Mara de Andrade. Professor Educação Infantil. CEIM Pica Pau. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5904, de 23 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de junho de 2014. Letícia Gaio da Silva Ribas. Professor Anos Finais-Ciências. EBM Dalmir Pedro Cubas. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5905, de 23 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de junho de 2014. Sandra Aparecida Dambros. Atendente Educativo. CEIM Castelo Encantado. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5907, de 24 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de junho de 2014. Marcelle Weitner. Professor Anos Finais-Artes. EBM Maria Waltrudes Kruger. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5908, de 24 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de junho de 2014. Samuel Link. Auxiliar de Biblioteca. EBM Baselisse Virmond. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5909, de 24 de junho de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 25 de junho de 2014. Denise Aparecida Leite. Professor Anos Iniciais. EBM Newton Mendes. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 5910, de 24 de junho de 2014. Nomeia Servidor Público Municipal, a partir de 24 de junho de 2014. Simoni de Chaves Ribeiro. Professor Grupo Ocupacional Educação Infantil Licenciatura Plena, Nível I, Classe A. SEMED.

Portaria nº 5911, de 24 de junho de 2014. Revoga Portaria nº 5887/2014 em 17 de junho de 2014, que nomeou servidor público. Sibeli Liziani Drozdeck Meneghini. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 5912, de 24 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio em pecúnia. Angela Cristina Ferreira das Chagas Ribas. Triênio 2009/2012. Professor Anos Iniciais.SEMED.

Portaria nº 5913, de 24 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio em pecúnia. Rosângela Vitali. Triênio 2011/2014. Professor Anos Iniciais.SEMED.

Portaria nº 5914, de 24 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio em pecúnia. Mauri Vaz. Triênio 2008/2011. Mecânico. SEMAM.

Portaria nº 5915, de 24 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio em pecúnia. Salete da Silva. Triênio 2010/2013. Telefonista. SECAD.

Portaria nº 5916, de 24 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio em pecúnia. Veridiana Bayer Gaudet. Triênio 2008/2011. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 5917, de 24 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio em pecúnia. Joelma Streit. Triênio 2008/2011. Auxiliar de Operações. SEMAS.

Portaria nº 5918, de 24 de junho de 2014. Concede Licença Prêmio em pecúnia. Laurindo de Agostinho Armindo. Triênio 2011/2014. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 5919, de 25 de junho de 2014. Concede averbação tempo de serviço/contribuição INSS para aposentadoria. Olga Zatesko Cardoso. Auxiliar de Operações. SEMUS.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

SAMAE-SÃO BENTO DO SUL

Aviso de Licitação Nº 48/2014

Pregão Presencial nº 48/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 48/2014

MENOR PREÇO POR LOTE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 18 de julho de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de materiais para reposição de estoque para o Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Aviso de Licitação Nº 49/2014

Pregão Presencial nº 49/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 49/2014

MENOR PREÇO POR LOTE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 22 de julho de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de ferramentas e acessórios para uso no Setor de Eletrotécnica.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 26 de junho de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos**PREFEITURA****Dados E Texto do Termo de Doação**

DADOS E TEXTO DO TERMO DE DOAÇÃO

Mês/Ano: Junho/2014

Número do Termo de Doação: PREFE 002/2014 de 20 de junho de 2014.

Descrição: DO OBJETO. O presente instrumento tem por objeto a DOAÇÃO COM ENCARGOS do bem adiante especificado para a utilização em obras de interesse social para a promoção da agricultura familiar e reforma agrária, em especial a recuperação de estradas vicinais e em obras de captação e armazenamento de água garantindo o abastecimento à população, no município de São Domingos, nos termos da Portaria MDA nº 57, de 17 de julho de 2013.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Donatário: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Doador: UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CNPJ: 01.612.452/0001-97

Ata Processo Licitatório Prefe 067/2014

No dia 26 de junho de 2014, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 067/2014, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 008/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CAPACITAÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA MINISTRAR OFICINAS E PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICA-OPERATIVA PARA OS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS E DEMAIS PROFISSIONAIS VINCULADOS À REDE DE ATENDIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-SC, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. Todas as participantes foram comunicadas, porém, nenhuma se fez presente. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 - Proposta de Preços das licitantes Iraci de Andrade ME, CNPJ n. 11.758.765/0001-01 e A&C Desenvolvimento Profissional e Gerencial Ltda ME, CNPJ n. 13.931.284/0001-81. As licitantes apresentaram os seguintes valores globais: a) Iraci de Andrade ME, com o valor global de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) e; b) A&C Desenvolvimento Profissional e Gerencial Ltda ME, com o valor global de R\$ 37.350,00 (trinta e sete mil, trezentos e cinquenta reais). As propostas das licitantes foram declaradas válidas por cumprirem com todos os requisitos editalícios. Todavia, o menor valor global ofertado foi o da licitante Iraci de Andrade ME, sendo esta declarada VENCEDORA do presente certame. As participantes receberão, via e-mail, cópia da presente ata, ficando cientes de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM). Nada mais.

São João do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 080 de 02 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 080 DE 02 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor MANOEL ANACLETO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 02/05/2014 a 31/05/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 081 de 02 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº. 081 DE 02 DE MAIO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com o artigo 7º e §6º do mesmo artigo, da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por tempo de serviço para a Servidora MARIA RÔSANE CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Compras, Amplitude de Referência BF, para Amplitude de Referência BG.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 082 de 02 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº. 082 DE 02 DE MAIO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com o artigo 7º e §6º do mesmo artigo, da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por tempo de serviço para a Servidora MICHELY SCHEFFER MACHADO CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Amplitude de Referência CC, para Amplitude de Referência CD.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

Portaria Nº 2325/2014/Sma

PORTARIA Nº 2325/2014/SMA
CREDENCIA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

O Secretário de Administração Waldemar Bornhausen Neto, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica credenciada a instituição financeira Banco BMG S.A - CNPJ nº 61.186.680/0001-74, objetivando a prestação dos serviços descritos no Edital de Chamamento Público 001/2014.

Paço Municipal de São José (SC), 26 de junho de 2014.
Waldemar Bornhausen Neto
Secretário de Administração

DECRETO Nº 2821/2014

DECRETO Nº 2821/2014
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARLENE APARECIDA DIAS do cargo de Supervisora da Cidade do Idoso - CCM 6, com lotação na Secretaria da Ação Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Resultado do Chamamento Público Nº 005/2014 - Propostas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2014 - PROPOSTAS - Processo nº 151/2014 Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para atender os alunos da rede municipal de ensino de São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: Item 1 - 1ª COOPEROESTE - Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste; e 2ª COOPERLAF - Cooperativa de Agricultores Familiares de Lebon Régis. Item 2 - 1ª COOPEROESTE - Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste; e 2ª COOAF-SC - Cooperativa de Agricultores Familiares de Santa Catarina. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Portaria Nº 2326/2014/Sma

PORTARIA Nº 2326/2014/SMA
INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE COM A FINALIDADE DE PROCEDER LEVANTAMENTO DE BENS PATRIMONIAIS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão Permanente com a finalidade de proceder levantamento dos bens patrimoniais pertencentes à Prefeitura Municipal de São José/SC, constituída pelos componentes listados a seguir, coordenados pelo primeiro:

- 1- Monica Barcella - Secretaria da Administração
- 2- Janice Damásio - Fundação Municipal Educacional - USJ
- 3- Valdeci José Jummes - Secretaria da Assistência Social
- 4- Déborah Poeta Cruz - Secretaria da Educação
- 5- Patricia Roussenq de Souza - Secretaria da Saúde
- 6- Deiko Lima e Silva - Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
- 7- Osvaldo Peixoto - Secretaria da Administração
- 8- Guido Luiz Hinckel - Secretaria de Finanças

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de São José (SC), 26 de junho de 2014.
Waldemar Bornhausen Neto
Secretário de Administração

EDITAL Nº 025/2014/USJ

EDITAL Nº 025/2014/USJ
PRORROGA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO VESTIBULAR SIMPLIFICADO PARA INGRESSO NO CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO.

A Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ, Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar as inscrições do Concurso Vestibular Simplificado USJ para ingresso no Curso Superior de Ciências da Religião - Edital nº 017/2014/USJ, para o período de 26 a 30 de junho de 2014.

Período Inscrições	26/06/2014 à 30/06/2014
Homologação das inscrições e divulgação dos locais de provas	02/07/2014
Prova	06/07/2014 (14h00min as 18h00min.)
Resultado do vestibular	14/07/2014
Matrícula	16/07/2014 e 23/07/2014

Art. 2º. Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São José, 25 de junho de 2014.

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
REITORA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Decreto Nº 2820/2014

DECRETO Nº 2820/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETRIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de

Educação Infantil

286 - 4.4.90.52.00.00.0099 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos da Valorização do Magistério - 40 % - FUNDEB R\$ 650.000,00

282 - 3.3.90.39.00.00.0099 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos da Valorização do Magistério - 40 % - FUNDEB...R\$ 1.250.000,00

281 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 400.000,00

Total desta Atividade R\$ 2.300.000,00

08.01.12.361.0103.2.030 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

Municipal de Educação

217 - 4.4.90.52.00.00.0099 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos da Valorização do Magistério - 40 % - FUNDEB R\$ 200.000,00

215 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos Ordinários - Educação R\$ 400.000,00

Total desta Atividade R\$ 600.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino

Fundamental

233 - 3.3.90.30.00.00.0006 - Material de Consumo, Recursos de Contribuição Salário Educação R\$ 200.000,00

Total desta Atividade R\$ 200.000,00

Total do Órgão R\$ 3.100.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 3.100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETRIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.1.041 - Implantação/Reforma/Ampliação e Equipamentos para Unidades Escolares

168 - 4.4.90.51.00.00.0099 - Obras e Instalações,

Recursos da Valorização do Magistério - 40 % - FUNDEB...R\$ 1.850.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.850.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino

Fundamental

242 - 3.3.90.39.00.00.0099 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos da Valorização do Magistério - 40 % - FUNDEB R\$ 250.000,00

241 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 200.000,00

240 - 3.3.90.39.00.00.0006 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos de Contribuição Salário Educação R\$ 200.000,00 Total desta Atividade R\$ 650.000,00

08.01.12.361.0103.2.051 - Vale Transporte - Ensino Infantil,

316 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 600.000,00

Total desta Atividade R\$ 600.000,00

Total do Órgão R\$ 3.100.000,00

Total da Anulação R\$ 3.100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Portaria Nº 057/2014/Sf

PORTARIA Nº 057/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

06.00 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de

Receita

156 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 130.000,00

Total desta Atividade R\$ 130.000,00

Total do Órgão R\$ 130.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
243 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação
Recursos Ordinários - Educação R\$ 250.000,00
Total desta Atividade R\$ 250.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil
283 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação
Recursos Ordinários - Educação R\$ 250.000,00
Total desta Atividade R\$ 250.000,00
Total do Órgão R\$ 500.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 630.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.452.0106.2.020 - Serviço de Limpeza Pública

794 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 130.000,00
Total desta Atividade R\$ 130.000,00
Total do Órgão R\$ 130.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
204 - 3.1.90.11.00.00.0081 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Ordinários - Educação R\$ 500.000,00
Total desta Atividade R\$ 500.000,00
Total do Órgão R\$ 500.000,00
Total da Anulação R\$ 630.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

São José do Cedro

PREFEITURA

Lei Nº 4.260, de 25 de Junho de 2014

LEI Nº 4.260, DE 25 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$144,30 (cento e quarenta e quatro reais e trinta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"446"3.3.90.92.00.00.3.0000 Despesas de Exercícios Anteriores R\$144,30

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$ R\$144,30 (cento e quarenta e quatro reais e trinta centavos).

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.261, de 25 de Junho de 2014

LEI Nº 4.261, DE 25 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$121.751,40 (cento e vinte e um mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.073 CONSTRUÇÃO DO CRAS

"297"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$46.600,00

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

"317"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$61.530,00

"318"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$13.721,40

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$121.751,40 (cento e vinte e um mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MAN. DA SEC MUN DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO

"299"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$61.530,00

"300"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$13.721,40

2.114 RESTAURANTE COMUNITÁRIO

"340"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$5.000,00

"341"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$5.000,00

"342"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$10.000,00

02 COORDENADORIA DE HABITAÇÃO

1.057 AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRAS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

"343"4.4.90.61.00.00.1.0000 Aquisição de Imóveis R\$10.000,00

1.058 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

"344"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$16.600,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.262, de 25 de Junho de 2014

LEI Nº 4.262, DE 25 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$155.960,00 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANJ EDUCACIONAL

"107"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$39.500,00

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"121"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas

- Pessoal Civil...R\$40.000,00

"122"3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais R\$7.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"139"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$50.000,00

06 DEPTO DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"163"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$16.300,00

"164"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$3.160,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$155.960,00 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta reais), das verbas a seguir discriminadas:

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO FINANC, CONTÁBIL E CI

2.015 DEPTO FINANC, CONTADORIA E CONTROLE INTERNO

"87"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$17.940,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.008 EQUIPAMENTO, INFORMATIZAR E MOBILIAR UM. DE ENSINO FUNDAMENTAL

"101"4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$2.000,00

1.011 CONSTRUIR OU AMPLIAR UN ESCOLAR DE ENSINO FUNDAMENTAL

"105"4.4.90.51.00.00.1.0001 Obras e Instalações R\$18.000,00

2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANJ EDUCACIONAL

"112"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$40.000,00

"113"4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

1.014 CONSTRUIR OU AMPLIAR UN DO ENSINO INFANTIL

"138"4.4.90.51.00.00.1.0001 Obras e Instalações R\$21.500,00

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"143"3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais R\$50.000,00

06 DEPTO DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"169"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente

R\$1.520,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.263, de 25 de Junho de 2014

LEI Nº 4.263, DE 25 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$177.500,00 (cento e setenta e sete mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

"6"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica....R\$5.000,00

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"10"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias R\$1.500,00

03 GABINETE DO VICE-PREFEITO

01 GABINETE DO VICE-PREFEITO

2.004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

"14"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil R\$5.000,00

"16"3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com Locomoção R\$2.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS
2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS
"18"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.R\$50.000,00
"19"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$12.000,00

02 DEPTO DE PATRIMONIO, MATERIAL E LICITAÇÃO
2.006 DEPTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES
"24"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$25.000,00
"25"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$6.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
"189"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$50.000,00
"191"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$20.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
"229"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$177.500,00 (cento e setenta e sete mil e quinhentos reais), das verbas a seguir discriminadas:
02 GABINETE DO PREFEITO
02 ASSESSORIA JURIDICA ADMINIST E COMUNICAÇÃO
2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS
"11"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.R\$1.500,00

03 GABINETE DO VICE-PREFEITO
01 GABINETE DO VICE-PREFEITO
2.004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO
"12"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$3.438,50
"15"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$1.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
02 DEPTO DE PATRIMONIO, MATERIAL E LICITAÇÃO
2.006 DEPTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES
"29"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$5.000,00
"30"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$2.000,00

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
1.002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
"41"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$1.688,27

1.003 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL
"42"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"61"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$20.000,00

2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
"82"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$2.950,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA
01 DEPTO FINANC, CONTABIL E CI
1.006 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL

"86"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$3.700,00

2.015 DEPTO FINANCEIRO, CONTADORIA E CONTROLE INTERNO
"88"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$5.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1.016 AQUISIÇÃO DE MAQ E EQUIP AGRÍCOLAS
"175"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$83,23

1.022 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA RURAL
"182"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$4.750,00

1.023 INCENTIVO NA CONSTRUÇÃO DE FONTES CAXAMBU
"183"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$5.000,00
"184"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$5.000,00

2.071 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE MEIO AMBIENTE
"200"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$1.100,00
"201"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$1.263,62

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
"202"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$50.000,00

2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
"206"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$30.000,00
"207"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$5.000,00

03 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
1.038 CANALIZAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, CÓRREGOS E RIOS
"220"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$0,38

1.040 SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS
"223"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$6.500,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV, ECONÔMICO
01 DEPTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS
1.030 OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS
"278"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$15.000,00
"279"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$26,00

02 DEPTO DE TURISMO
2.038 MANUTENÇÃO DO TURISMO LOCAL E REGIONAL
"288"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$2.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.264, de 25 de Junho de 2014

LEI Nº 4.264, DE 25 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"25"3.3.90.14.00.00.1.0002 Diárias - Civil R\$27.600,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais):

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.087 MANUTENÇÃO DO SIS AMEOSC - CONSÓRCIO INTERM DE SAÚDE

"42"3.1.71.70.00.00.1.0002 Contribuição Pessoal Rateio R\$1.436,00

"43"3.3.71.70.00.00.1.0002 Rateio Pela Participação em Consórcio Público...R\$25.380,00

"44"4.4.71.70.00.00.1.0002 Contribuição Equipamentos Rateio R\$784,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 104/2014 - Sf

DECRETO Nº. 104/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Item I do Art.8º da Lei Municipal Nº 4.170/2013 de 03/12/2013 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral de 2014 do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, R\$447,71 (quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e um centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

1.012 EQUIPAR, INFORMATIZAR E MOBILIAR UM DO ENSINO INFANTIL

"448"4.4.90.52.00.00.1.0062 Equipamentos e Material Permanente R\$447,71

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação, recursos do FNDE, no valor de R\$447,41 (quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e um centavos), Fonte nº 1.0062.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 105/2014 - Sf

DECRETO Nº. 105/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
"450"3.3.90.30.00.00.3.0045 Material de Consumo R\$5.205,59
"451"3.3.90.30.00.00.3.0044 Material de Consumo R\$12.754,41

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos de Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira, Fonte 3.0045 e Recursos do Fundo Especial do Petróleo, Fonte nº 3.0044, no valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 106/2014 - Sf

DECRETO Nº. 106/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPTO DOS ESPORTES
2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS
"250"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$500,00 (quinhentos reais), das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"251"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 23 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 107/2014 - Sf

DECRETO Nº. 107/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Item I do Art.8º da Lei Municipal Nº 4.170/2013 de 03/12/2013 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral de 2014 do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, R\$599.985,00 (quinhentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e cinco reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.034 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

"445"4.4.90.52.00.00.1.0024 Equipamentos e Material Permanente R\$219.985,00

1.075 AQUISIÇÃO DE BRITADOR MÓVEL

"444"4.4.90.52.00.00.1.0024 Equipamentos e Material permanente R\$380.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação, dos recursos relativos Transferência de Convênios, no valor R\$599.985,00 (quinhentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e cinco reais), Fonte nº 1.0024.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 24 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 108/2014 - Sf

DECRETO Nº. 108/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"48"3.3.90.30.00.00.1.0064 Material de Consumo R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"50"4.4.90.52.00.00.1.0064 Equipamentos e Material Permanente R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 24 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 109/2014 - Sf

DECRETO Nº. 109/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Item I do Art.8º da Lei Municipal Nº 4.170/2013 de 03/12/2013 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral de 2014 do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
1.011 CONSTRUIR OU AMPLIAR UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL

"452"4.4.90.51.00.00.1.0022 obras e Instalações R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo

anterior, serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação, recursos oriundos do Convênio nº 2014TR001766, celebrado com o Estado de Santa Catarina por intermédio da 30ª SDR, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), Fonte nº 1.0022.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 25 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 110/2014 - Sf

DECRETO Nº. 110/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.260/2014 de 25/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$144,30 (cento e quarenta e quatro reais e trinta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"446"3.3.90.92.00.00.3.0000 Despesas de Exercícios Anteriores R\$144,30

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$ R\$144,30 (cento e quarenta e quatro reais e trinta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 25 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 111/2014 - Sf

DECRETO Nº. 111/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.261/2014 de 25/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$121.751,40 (cento e vinte e um mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.073 CONSTRUÇÃO DO CRAS

"297"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$46.600,00

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

"317"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$61.530,00

"318"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$13.721,40

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$121.751,40 (cento e vinte e um mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MAN. DA SEC MUN DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO

"299"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$61.530,00

"300"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$13.721,40

2.114 RESTAURANTE COMUNITÁRIO

"340"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$5.000,00

"341"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$5.000,00

"342"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$10.000,00

02 COORDENADORIA DE HABITAÇÃO

1.057 AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRAS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

"343"4.4.90.61.00.00.1.0000 Aquisição de Imóveis R\$10.000,00

1.058 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

"344"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$16.600,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 25 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 112/2014 - Sf

DECRETO Nº. 112/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.262/2014 de 25/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$155.960,00 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANJ EDUCACIONAL

"107"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$39.500,00

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"121"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$40.000,00

"122"3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais R\$7.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"139"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$50.000,00

06 DEPTO DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"163"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$16.300,00

"164"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$3.160,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$155.960,00 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta reais), das verbas a seguir discriminadas:

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO FINANC, CONTÁBIL E CI

2.015 DEPTO FINANC, CONTADORIA E CONTROLE INTERNO

"87"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$17.940,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.008 EQUIPAMENTO, INFORMATIZAR E MOBILIAR UM. DE ENSINO FUNDAMENTAL

"101"4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$2.000,00

1.011 CONSTRUIR OU AMPLIAR UN ESCOLAR DE ENSINO FUNDAMENTAL

"105"4.4.90.51.00.00.1.0001 Obras e Instalações R\$18.000,00

2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANJ EDUCACIONAL

"112"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$40.000,00

"113"4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

1.014 CONSTRUIR OU AMPLIAR UN DO ENSINO INFANTIL

"138"4.4.90.51.00.00.1.0001 Obras e Instalações R\$21.500,00

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"143"3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais R\$50.000,00

06 DEPTO DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"169"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$1.520,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 25 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 113/2014 - Sf

DECRETO Nº. 113/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.263/2014 de 25/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$177.500,00 (cento e setenta e sete mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

"6"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica....R\$5.000,00

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"10"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias R\$1.500,00

03 GABINETE DO VICE-PREFEITO

01 GABINETE DO VICE-PREFEITO

2.004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

"14"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil R\$5.000,00

"16"3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com Locomoção R\$2.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"18"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.R\$50.000,00

"19"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$12.000,00

02 DEPTO DE PATRIMONIO, MATERIAL E LICITAÇÃO

2.006 DEPTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES

"24"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$25.000,00

"25"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$6.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"189"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$50.000,00

"191"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$20.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

"229"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$177.500,00 (cento e setenta e sete mil e quinhentos reais), das verbas a seguir discriminadas:

02 GABINETE DO PREFEITO

02 ASSESSORIA JURIDICA ADMINIST E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"11"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.R\$1.500,00

03 GABINETE DO VICE-PREFEITO

01 GABINETE DO VICE-PREFEITO

2.004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

"12"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$3.438,50

"15"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$1.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

02 DEPTO DE PATRIMONIO, MATERIAL E LICITAÇÃO

2.006 DEPTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES

"29"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$5.000,00

"30"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$2.000,00

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

1.002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

"41"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$1.688,27

1.003 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL

"42"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"61"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$20.000,00

2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

"82"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$2.950,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO FINANC, CONTABIL E CI

1.006 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL

"86"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$3.700,00

2.015 DEPTO FINANCEIRO, CONTADORIA E CONTROLE INTERNO

"88"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$5.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.016 AQUISIÇÃO DE MAQ E EQUIP AGRÍCOLAS

"175"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$83,23

1.022 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA RURAL

"182"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$4.750,00

1.023 INCENTIVO NA CONSTRUÇÃO DE FONTES CAXAMBU

"183"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$5.000,00

"184"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$5.000,00

2.071 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE MEIO AMBIENTE

"200"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$1.100,00

"201"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica....R\$1.263,62

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

"202"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$50.000,00

2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

"206"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$30.000,00

"207"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$5.000,00

03 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.038 CANALIZAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, CÓRREGOS E RIOS

"220"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$0,38

1.040 SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS

"223"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$6.500,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV, ECONÔMICO

01 DEPTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1.030 OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS

"278"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$15.000,00

"279"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$26,00

02 DEPTO DE TURISMO

2.038 MANUTENÇÃO DO TURISMO LOCAL E REGIONAL

"288"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$2.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 25 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 114/2014 - Sf

DECRETO Nº. 114/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.264/2014 de 25/06/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"25"3.3.90.14.00.00.1.0002 Diárias - Civil R\$27.600,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais):

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.087 MANUTENÇÃO DO SIS AMEOSC - CONSÓRCIO INTERM DE SAÚDE

"42"3.1.71.70.00.00.1.0002 Contribuição Pessoal Rateio R\$1.436,00

"43"3.3.71.70.00.00.1.0002 Rateio Participação em Consórcio Público..R\$25.380,00

"44"4.4.71.70.00.00.1.0002 Contribuição Equipamentos Rateio R\$784,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 25 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 115/2014 - Sf

DECRETO Nº. 115/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPTO DOS ESPORTES

"245"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias Civil R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPTO DOS ESPORTES

"247"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de junho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 25 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 5.436, de 17 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 5.436, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de julho de 1990;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada e nomeada Comissão Especial para realizar a avaliação dos imóveis situados nas Ruas José João Grando, Rua Amambuy (Trechos I e II), Rua Tiradentes, Rua São José (Trechos I e II), Rua Irmã Ludovica, Rua Paraná, Rua Antônio Jacoski, Rua Salete Uliana, Rua Edgar Kunz, Rua Romilda Beckenkamp, Rua Mario Silvino Winter, Rua Tobias Malvessi e Rua Santa Maria, do Município de São José do Cedro, que receberá Contribuição de Melhoria (pavimentação asfáltica e calçamento com pedras

irregulares). A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

LUIZ CARLOS BATAGLIN - Fiscal de Obras;
ALDO ANTONIO RIGO - Corretor de Imóveis;
ALEXANDRE VOGT - Diretor de Secretaria;
CARINE KAISER WOLFART - Assessora Jurídica;
DIOGO LOCATELLI - Corretor de Imóveis;
LUCAS ANDRÉ SCHNEIDER - Fiscal de Tributos;
CAMILA DAIANE CANCELIER - Engenheira Civil;
ISETE BASSANI ROSA - Auxiliar Administrativo;
JOÃO ALOISIO LINCK - Diretor de Secretaria;
JOSÉ TARCHI SCHOLL - Corretor de Imóveis;
MARIEL PERIN - Engenheiro Civil.

Art. 2º - A Comissão Especial terá 30 (trinta) dias para apresentar o parecer com a avaliação da efetiva valorização dos imóveis, para fins de cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Findos os trabalhos, a comissão fica automaticamente extinta.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de junho de 2014.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente decreto foi registrado e publicado em 17 de junho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Extrato Leilão 78/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE LEILÃO Nº78/2014

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 78/2014, Edital de Leilão Nº 78/2014, Objeto: A alienação de árvores diversas da Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC. Os proponentes interessados deverão solicitar o edital através do e-mail: compras@prefcedro.sc.gov.br e apresentar Contrato social, Procuração, RG e CPF, com endereço completo e telefone, para se credenciar, visando participar do Leilão. A abertura da etapa de lances será às 08:30 horas do dia 14/07/2014, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC. Maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45 h, e das 13:30h até às 17:30h, ou via email pelo endereço "compras@prefcedro.sc.gov.br".

São José do Cedro.
Antonio Plínio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 026/2014, de 11 de Junho de 2014 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 026/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 017/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: CLINICA MÉDICA FIELE LTDA, CNPJ nº 14.508.783/0001-23.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE DE CIRURGIÃO VASCULAR PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SU.

Valor: R\$ 40.400,00 (quarenta mil e quatro centos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo, 30 (trinta) dias a contar da execução do objeto licitado/contratado, acompanhada da respectiva nota fiscal, que deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Saúde, localizado na rua Rui Barbosa, nº 291, centro, São Lourenço do Oeste - SC. Após o recebimento será assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos serviços. Anexo a Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar relatório de produção acompanhado da autorização emitida pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo que a Contratante, através do seu poder de fiscalização, somente pagará os serviços efetivamente prestados.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Dotação Orçamentária: D - 19/2014 - 13.01.10.301.4506.2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção Bloco Cooparticipação do Estado Ações da Saúde.

Data de Assinatura: 11/06/2014.

Vigência: de 11/06/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ana Paula Felix de Andrade Oliveira - pela Contratada.

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 004, 03 de Fevereiro de 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONVÊNIO Nº 004, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram O Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Parati S/A.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Duque de Caxias nº 789, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R 1.272.260, inscrito no CPF nº 460.328.009-20, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado MUNICÍPIO e, de outro lado, a empresa PARATI S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.945.932/0001-71, com sede na rua Tiradentes, nº 475, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC, representada neste ato pelo seu Diretor de Produção, o Sr. Naio Antônio Garbin, brasileiro, casado, Diretor de Produção, Portador da Cédula de Identidade nº 1274068, inscrito no CPF

sob o nº 533.488.429-72, residente e domiciliado na cidade de São Lourenço do Oeste - SC, denominada simplesmente PARATI, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Convênio nº 004/2014, de 03/02/2014 para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

I.1 - Fica alterada a Cláusula Terceira (Dos Recursos Financeiros) do Convênio nº 004/2014, de 03/02/2014, passando a constar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

III.1 - Para a execução do presente Convênio, a empresa PARATI S/A, repassará ao MUNICÍPIO, mensalmente, em moeda corrente, a importância de R\$ 70,00 (setenta reais), para cada criança que frequenta 04 (quatro) horas diárias e R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), por criança da Educação Infantil que frequenta 08 (oito) horas diárias nos CEIMs ou em Escolas Básicas, cujo valor será repassado 100% (cem por cento) em produtos alimentícios, durante o ano letivo de 2014."

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

II.1 - O presente termo aditivo terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

III.1 - Para dirimir dúvidas as questões que possam se originar do presente termo aditivo, elegem as partes, em consenso, o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

IV.1 - As demais disposições previstas no Convênio originário permanecem inalteradas.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

PARATI S/A
Naio Antônio Garbin

Testemunhas:

1. _____	2. _____
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

Visto e Aprovado pela Procuradoria Geral do Município, atendo-se apenas a legalidade do aditivo, considerando as informações contidas na solicitação enviada pela SME. São Lourenço do Oeste/SC, 18 de junho de 2014.

ELISABETH REDIVO
OAB/SC 21.317
Procuradora Geral do Município

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2014, DE 18 DE JUNHO DE 2014 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2014.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Irmãos Paris Ltda ME, CNPJ nº 05.985.085/0001-28. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 035/2013, de 20/12/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 18/06/2014.

Vigência: de 30/06/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

Lei Nº 2.169, de 26 de Junho de 2014.

LEI Nº 2.169, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Altera a Lei Municipal nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º
.....

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura a coordenação e implementação das ações previstas na presente Lei". (NR)

"Art. 4º
.....

Parágrafo único. Para a fruição dos benefícios de que trata esta Lei, o beneficiário deverá comprovar, mediante laudo expedido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, que a propriedade apresenta as condições técnicas necessárias à aplicação dos mecanismos de estímulo previstos no programa". (NR)

"Art. 5º A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura implementará ações de estímulo ao desenvolvimento ambientalmente sustentável da produção de leite a pasto, por meio da adoção do sistema de produção agrosilvipastoril, conciliando a produção de leite com atividades de reflorestamento, sempre que possível". (NR)

"Art. 6º É de responsabilidade do Município o fornecimento gratuito de mudas de árvores, quer sejam de espécies exóticas ou nativas, necessárias ao desenvolvimento do sistema de produção agrosilvipastoril, bem como fica o Município autorizado a produzir mudas de pastagem perene no viveiro municipal, para distribuição gratuita aos produtores de leite, limitadas à capacidade de produção do viveiro.

Parágrafo único. As mudas doadas na conformidade deste artigo, serão retiradas pelos produtores diretamente no viveiro municipal,

mediante apresentação de autorização de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, e terão seu plantio e sobrevivência fiscalizados pelos técnicos da Secretaria". (NR)

"Art. 7º
.....

§ 1º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura efetuará estudo técnico para recomendar a aquisição das sementes indicadas ao aprimoramento das pastagens existentes no Município.

..... ". (NR)

"Art. 8º O benefício previsto no artigo 7º desta Lei poderá, por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura, ser estendido a até 100% (cem por cento) do valor, quando o beneficiário comprovar, em processo próprio, satisfazer, cumulativamente, as seguintes condições:

I - Não possuir condições econômicas para o pagamento, ficando o fornecimento limitado a até 05 Kg (cinco quilos) de semente por ano;

II - Não possuir na propriedade mais do que 15 (quinze) animais". (NR)

"CAPÍTULO II DO INCENTIVO À INSTALAÇÃO DE AGROINDÚSTRIA" (NR)

"Art. 9º A Lei Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico será implementada mediante priorização de ações de apoio à instalação de Agroindústria Familiar Rural". (NR)

"Art. 13. A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura efetuará estudo técnico para recomendar a aquisição de sêmen sexado e embriões das raças com as características genéticas desejadas de gado bovino leiteiro, que apresentem as melhores condições de produtividade e adaptação ao clima, solo e pastagens do Município, cuja utilização contribua significativamente para o aprimoramento genético do rebanho.

..... ". (NR)

"Art. 18. Observados os limites orçamentários, o Município poderá apoiar a realização de cursos e palestras destinados aos produtores e seus familiares, podendo para tanto valer-se de parcerias a serem firmadas com instituições qualificadas de caráter público ou privadas". (NR)

"CAPÍTULO VI DO INCENTIVO À FRUTICULTURA E À AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA" (NR)

"Art. 21. Fica o Município autorizado a fornecer aos produtores cadastrados no programa, mediante subsídio de 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva aquisição, mudas de frutíferas e de oliveiras para ampliação e implantação de pomares.

§ 1º. Cada produtor beneficiário do programa terá direito ao recebimento de, no máximo, 200 (duzentas) mudas de frutíferas e de 70 (setenta) mudas de oliveira, sendo que, em se tratando de oliveiras, a aquisição mínima é de 20 (vinte) mudas.

§ 2º. O programa atenderá até o limite de 30 (trinta) produtores por ano para frutíferas, obedecendo-se a ordem de inscrição, e para as oliveiras, o programa atenderá a totalidade da demanda anual.

§ 3º. É requisito fundamental para a concessão do benefício previsto no caput, a avaliação, pelo departamento técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, da área de terras onde será implantado ou ampliado o pomar.

§ 4º. O ingresso no programa está condicionado à participação do beneficiário em curso de capacitação em fruticultura e em cultivo

de oliveiras, a ser organizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

§ 5º. Fica o Município autorizado a adquirir equipamento para extração de azeite de oliveiras e realizar a cessão de uso a uma cooperativa de agricultura familiar legalmente constituída, mediante processo licitatório, para que esta realize a prestação de serviços de extração do azeite das oliveiras produzidas pelos agricultores familiares do Município, mediante o pagamento das despesas relativas ao funcionamento do maquinário". (NR)

"Art. 22.
.....

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura fiscalizará o plantio e a sobrevivência das mudas fornecidas com base no disposto neste artigo". (NR)

"Art. 23.
.....

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura fiscalizará o plantio e a sobrevivência das mudas fornecidas com base no disposto neste artigo". (NR)

"Art. 24. Para o atendimento dos fins a que se destina a presente Lei, fica o Município autorizado a realizar serviços nas propriedades rurais, com a utilização de equipamentos públicos ou terceirizados, mediante pagamento de preço público". (NR)

"Art. 30.
.....

§ 2º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura anotará na ficha de solicitação dos serviços o valor da hora de trabalho de cada equipamento utilizado, apurará o valor a ser recolhido pelo produtor mediante emissão do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, para recolhimento do respectivo valor junto à rede bancária, do qual constará data de vencimento.

..... ". (NR)

"Art. 32.
.....

I - A solicitação da realização de serviço será apresentada mediante preenchimento de formulário próprio junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura;

II - Será deferida por despacho do Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura;

..... (NR)

Art. 2º A Lei Municipal nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes dispositivos:

"Art. 7º-A. Fica autorizado o Município a aplicar recursos financeiros, em técnicas demonstrativas a serem realizadas em propriedades rurais, visando à criação de programas de incentivo à agricultura e aquicultura, e à implantação de tecnologias.

§ 1º. Os recursos financeiros, de que trata o caput deste artigo, serão limitados a R\$ 3.000 (três mil reais) anuais e constarão da Lei Orçamentária Anual.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura será responsável pela orientação e assistência à implantação das técnicas demonstrativas de que trata o caput deste artigo.

§ 3º. Os resultados obtidos através da aplicação das técnicas demonstrativas serão submetidos à análise dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, que expedirão parecer a respeito da manutenção dos mesmos.

§ 4º. Os critérios para aplicação das técnicas demonstrativas e para a seleção das propriedades rurais interessadas poderão ser

estabelecidos em decreto e no edital de seleção". (NR)

"Art. 16-A. O poder público fica autorizado a fornecer sêmen, nitrogênio e material de inseminação de forma gratuita aos inseminadores que comprovarem a efetiva realização de inseminação em no mínimo 08 (oito) propriedades rurais por ano, sempre que o agricultor solicitar atendimento, e limitados às seguintes quantidades mensais:

- I - 20 (vinte) litros de nitrogênio;
- II - 50 (cinquenta) doses de sêmen;
- III - 02 (dois) pacotes de bainhas; e
- IV - 02 (duas) caixas de luvas.

§ 1º. Os inseminadores deverão comprovar, mediante relatório mensal, devidamente assinado pelos proprietários dos animais, as quantidades efetivamente utilizadas gratuitamente no processo de inseminação, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos, sem prejuízo das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 2º. Aos inseminadores que não atenderem no mínimo 08 (oito) propriedades por ano, o sêmen e o nitrogênio serão fornecidos na forma de incentivo, com subsídio de 100% (cem por cento), de acordo com as quantidades e faixas de produção anual previstas no Anexo I desta Lei, apresentadas pelos inseminadores.

§ 3º. Independentemente do cumprimento do requisito previsto no § 2º, o material de inseminação será fornecido de acordo com a necessidade, respeitando-se as quantidades máximas previstas nos incisos III e IV do caput deste artigo.

§ 4º. O benefício de que trata o § 2º não será cumulativo com o incentivo de prestação de serviços de horas máquinas, previsto nos artigos 24 e seguintes e no Anexo I desta Lei.

§ 5º. O enquadramento nas faixas previstas no Anexo I dar-se-á por inseminador e será apurado com base nos dados informados em seu bloco de produtor rural, conforme previsão do artigo 26 desta Lei.

§ 6º. Para efeitos do § 4º, o inseminador terá que optar pelo incentivo na forma de horas máquinas ou na forma de sêmen, nitrogênio e material de inseminação, sempre de acordo com o Anexo I desta Lei". (NR)

"Art. 21-A. Fica autorizado o Município a adquirir e distribuir sementes de hortaliças gratuitamente aos agricultores do Município, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira prevista para cada exercício.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura é responsável pela aquisição e orientação técnica para o plantio". (NR)

"Art. 29-A. Para fins de atendimento do programa de subsídio de que trata o artigo 28 desta Lei, consideram-se serviços nas propriedades rurais:

I - Abertura de valas para:

- a) esterqueiras;
- b) silagem;
- c) esgoto doméstico.

II - Transporte de calcário do Programa "Troca-Troca";

III - Estradas no interior da propriedade rural;

IV - Terraplenagem para construção de benfeitorias produtivas e residenciais;

V - Cascalhamento entorno de estábulos;

VI - Abertura de poços rasos para captação de água; e,

VII - Enterro de animais mortos". (NR)

"Art. 32-A. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com as Associações de Máquinas do Município, com o repasse de até R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais) ao ano, por Associação, a fim de subsidiar a contratação de serviços de horas máquinas excedentes, no período de máxima demanda da atividade de corte de forragens para ensilagem, que ocorre entre as datas de 15 de janeiro a 15 de março de cada ano.

§ 1º. O repasse de que trata o caput é limitado a 300 (trezentas)

horas ao ano, por Associação, na proporção de 50% (cinquenta por cento) da diferença apurada entre o valor da hora máquina normalmente cobrado pela Associação ao agricultor e o valor exigido pelo prestador de serviços contratado pela Associação.

§ 2º. As Associações de Máquinas deverão comprovar, mediante relatório mensal constando a assinatura dos prestadores de serviços de horas máquinas contratados e dos respectivos proprietários rurais, constando as quantidades de horas máquinas efetivamente prestadas, sob pena de ressarcimento do subsídio de que trata o caput aos cofres públicos municipais, sem prejuízo das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 3º. O subsídio de que trata este artigo será realizado exclusivamente para as atividades referente ao corte de forragens para ensilagem.

§ 4º. Os valores serão repassados às Associações de Máquinas legalmente constituídas e cadastradas na Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, entre o período de 15 de janeiro a 30 de junho de cada ano". (NR)

Art. 3º Fica revogado o artigo 10 da Lei Municipal nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 4º O Anexo I da Lei Municipal nº 1.917, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as alterações constantes no Anexo Único desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.169, de 26 de junho de 2014)

"ANEXO I

LEI Nº 1.917, de 15/12/2010.

FAIXAS DE ENQUADRAMENTO COM BASE NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO ANUAL POR PROPRIEDADE"

FAIXAS	PRODUÇÃO EM R\$			HORAS MÁQ.	NITROGÊNIO E SÊMEN - AO ANO
1	0,01	a	10.000,00	1	36L de nitrogênio e 16 doses de sêmen
2	10.000,01	a	20.000,00	2	72L de nitrogênio e 32 doses de sêmen
3	20.000,01	a	30.000,00	3	108L de nitrogênio e 48 doses de sêmen
4	30.000,01	a	40.000,00	4	144L de nitrogênio e 64 doses de sêmen
5	40.000,01	a	50.000,00	5	180L de nitrogênio e 80 doses de sêmen

6	50.000,01	a	60.000,00	6	216L de nitrogênio e 96 doses de sêmen
7	60.000,01	a	70.000,00	7	252L de nitrogênio e 112 doses de sêmen
8	70.000,01	a	80.000,00	8	288L de nitrogênio e 128 doses de sêmen
9	80.000,01	a	90.000,00	9	324L de nitrogênio e 144 doses de sêmen
10	ACIMA DE 90.000,01			10	360L de nitrogênio e 160 doses de sêmen

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.894, DE 26 DE JUNHO DE 2014

DECRETO Nº 4.894, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019				
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002	11	Aplicação Direta	R\$ 43.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019				
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002	08	Aplicação Direta	R\$ 43.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.895, de 26 de Junho de 2014

DECRETO Nº 4.895, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 86.649,30 (oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e trinta centavos):

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019				
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023	47	Aplicação Direta	R\$ 86.649,30	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.896, de 26 de Junho de 2014

DECRETO Nº 4.896, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029 .3.3.50.0.				
00.00.00.00.00.0.1.0000	160	Transf Inst. Priv. s/ f l	R\$ 12.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029	159	Aplicação Direta	R\$ 12.000,00	
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.898, de 26 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.898, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
15.451.4511.2.034.3.3.50.0.	98	Tran Inst pr s/ f lcr	R\$ 10.000,00	
00.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
15.451.4511.2.034	97	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00	
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.170, de 26 de Junho de 2014.

LEI Nº 2.170, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre os requisitos e o procedimento para o recebimento de auxílio financeiro do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Para receber auxílio financeiro que, direta ou indiretamente, seja concedido pelo Poder Executivo Municipal, o destinatário do respectivo valor deverá preencher, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

a) encontrar-se regularmente inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - e possuir ato constitutivo e suas alterações registradas no órgão competente;

b) possuir endereço de sua sede localizado no âmbito do município de São Lourenço do Oeste;

c) estar devidamente inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social ou possuir certificado de entidade beneficente de assistência social em se tratando de entidades que prestem serviços nas áreas de saúde ou educação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 12.101/2009;

d) estar comprovadamente em funcionamento regular nos últimos 12 (doze) meses que antecederem à apresentação do projeto para repasse do recurso;

e) tratar-se de entidade de utilidade pública, assim declarada por Lei Estadual ou Municipal;

f) não possuir pendências perante o fisco Municipal, Estadual e Federal, neste incluídos os débitos perante a Previdência Social e o FGTS, e não figurar como devedor no Cadastro Nacional de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Parágrafo único. Considera-se direta a concessão de auxílio financeiro quando os recursos são provenientes das receitas próprias do Município, considerando-se indireta a concessão de auxílio financeiro quando os recursos são provenientes de repasses ou transferências dos demais entes federados, por sua administração direta ou indireta.

Art. 2º O procedimento de repasse ou concessão de auxílio financeiro, independentemente do que já se encontre previsto na Lei Orgânica Municipal, desenvolver-se-á contemplando as seguintes fases:

a) cadastramento e habilitação;

b) projeto e repasse; e,

c) prestação de contas e comprovação da despesa.

Art. 3º Na fase de cadastramento e habilitação, o interessado no repasse do auxílio financeiro deverá apresentar os seguintes documentos ao setor competente:

a) cópia da Carteira de Identidade e do CPF do seu representante;

b) cópia do estatuto social e de suas alterações registradas no órgão competente;

c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) emitido no exercício;

d) comprovante de endereço da entidade e do seu representante;

e) cópia da ata da última assembleia que elegeu e deu posse ao corpo dirigente da entidade, registrada no órgão competente, comprovando data de início e fim do mandato do corpo dirigente;

f) cópia de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social;

g) certificado de entidade beneficente de assistência social em se

tratando de entidades que prestem serviços nas áreas de saúde ou educação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 12.101/2009;

h) comprovante do funcionamento regular da entidade nos últimos 12 (doze) meses que antecederem o projeto para repasse do recurso, emitido por autoridade local, assim considerados o Prefeito, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Juiz de Direito da Comarca e o Promotor de Justiça da Comarca, válido por um ano, contado da data da emissão;

i) relatório de atividades desenvolvidas no último exercício e comprovação destas informações por meio de publicações na mídia ou em material publicitário, entre outros meios idôneos;

j) cópia da Lei Estadual ou Municipal que declare a entidade de utilidade pública;

k) certidões negativas de débitos perante o fisco Municipal, Estadual e Federal, de inexistência de débitos perante a Previdência Social e perante o FGTS, e, Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Art. 4º Na fase de projeto e repasse, a entidade que pretender o recebimento do auxílio financeiro deverá apresentar projeto, na forma de proposta simplificada, contendo no mínimo:

a) título, com nome da proposta relacionada ao objeto;

b) objeto, com descrição da finalidade ou aplicação do recurso financeiro;

c) finalidade de interesse público resultante da execução do objeto;

d) justificativa, descrevendo a necessidade de execução do objeto;

e) público alvo, indicando também o bairro ou localidade, que será atendido ou beneficiado com a execução do objeto; e,

f) capacidade técnica e operacional da entidade para executar o objeto e atingir a sua finalidade.

Art. 5º Após o recebimento do auxílio financeiro, a entidade beneficiária deverá prestar contas de sua aplicação de acordo com o projeto, junto ao setor competente, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após a conclusão do objeto, devendo apresentar pelo menos:

a) comprovantes das despesas realizadas;

b) comprovação material da realização do objeto, por meio de contrato de prestação de serviço, folder, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, fotografias, dentre outros idôneos;

c) relatório de cumprimento do objeto e da sua finalidade;

d) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, ou dos serviços prestados;

e) outros documentos que o setor técnico responsável entender necessários para comprovação da correta e regular aplicação dos recursos.

§1º Os documentos fiscais devem atender aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária.

§2º Recibos não se constituem em documentos hábeis para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos Municipais, Estaduais e Federais.

§3º O recibo, quando cabível, conterá, no mínimo, descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número

do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago, de forma numérica e por extenso, e discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

§4º Os comprovantes de despesa devem conter declaração do responsável atestando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Art. 6º A entidade beneficiária do repasse deverá proceder à devolução do valor correspondente ao auxílio financeiro concedido, incluindo atualização monetária pela variação acumulada do IPC-A no período, nos seguintes casos:

a) quando não executado o objeto ou não atingida a sua finalidade de acordo com os prazos previstos no respectivo projeto; e,

b) quando não apresentada a prestação de contas no prazo legal.

Parágrafo único. Após a data da notificação expedida pelo setor competente solicitando a devolução do recurso, passarão a incidir sobre o débito juros de mora à mesma taxa aplicada para os débitos tributários municipais.

Art. 7º A entidade beneficiária do repasse que não proceder à prestação de contas conforme ficará inapta a receber futuros convênios.

Art. 8º Todos os documentos a que se refere a presente Lei deverão ser apresentados por intermédio de cópias autenticadas no cartório extrajudicial competente, ou, em cópias acompanhadas das vias originais para que o responsável pelo setor endereçado as autentique.

Art. 9º Todos os documentos a que se referem os artigos 3º e 4º desta Lei deverão acompanhar o projeto de lei a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal de Vereadores solicitando a autorização para o repasse do auxílio financeiro à respectiva entidade.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.897, de 26 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.897, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
11.01	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS		
08.244.4509.2.029 .3.3.9.0.0	165	Aplicação Direta	R\$ 8.000,00
0.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029				
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	159	Aplicação Direta	R\$ 8.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Nova Data de Abertura do Processo Licitatório Nº 083/2014, TP Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - NOVA DATA DE ABERTURA

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, através do Sr. Prefeito Municipal, em vista da suspensão do certame (devido a decisão levada a efeito pela a Comissão Permanente de Licitações), torna pública a RETIFICAÇÃO da data da sessão pública para abertura dos envelopes, referente o Processo Licitatório nº 083/2014, Modalidade Tomada de Preços 004/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA E SUBSTITUIÇÃO DE GUARDA CORPO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA CATARINA, LOCALIZADA NA RUA ISAURA MORETTO FEUSER, COM ÁREA INDICADA DE 919,63 M²; de 23/06/2014 para a data de 14/07/2014, às 08:30 horas. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto 95.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 95/2014

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 4º da Lei 810/2013:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2077 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 66.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 66.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 66.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 98, DE 24 DE JUNHO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 98, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Institui a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, Fixa os Percentuais para os Contribuintes das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC e Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituída, a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, devida pelos consumidores residenciais e não-residenciais de energia elétrica, destinada ao custeio do serviço de iluminação pública.

§1º - Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinada a iluminar vias e logradouros públicos, bem como quaisquer

outros bens públicos de uso comum, assim como as atividades acessórias de instalação e manutenção da respectiva rede de iluminação, inclusive a realização de eventos públicos.

§2º - São contribuintes da COSIP os consumidores situados tanto na área urbana como na área rural.

§3º - A contribuição corresponderá ao custo mensal no serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica.

§4º - O valor da contribuição estabelecido será apurado e cobrado mensalmente, por meio desta nota fiscal fatura, emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.

Art.2º - Os percentuais da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, para os Consumidores Atendidos pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC passam a vigorar com os seguintes valores:

CLASSE RESIDENCIAL

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 030	ISENTO
31 a 50	1,70
51 a 100	3,50
101 a 200	4,00
201 a 400	9,00
401 a 600	12,00
Acima de 601 (inclusive)	20,00

CLASSE RURAL

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 30	ISENTO
31 a 50	1,70
51 a 100	2,41
101 a 200	4,00
201 a 400	10,00
401 a 600	17,00
Acima de 601 (inclusive)	30,00

CLASSE COMERCIAL, INDUSTRIAL, EMP. SERVIÇOS PÚBLICOS

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 30	4,15
31 a 50	5,62
51 a 100	9,00
101 a 200	9,00
201 a 400	9,00
401 a 600	9,00
Acima de 601 (inclusive)	9,00

CLASSE PRIMÁRIOS

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 2.000	75,00
2.001 a 5.000	100,00
5.001 a 10.000	125,00
10.001 a 15.000	150,00
15.001 a 20.000	200,00

20.001 a 25.000	2.000,00
25.001 a 30.000	3.000,00
Acima de 30.001	4.000,00

CLASSE PODER PÚBLICO

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 30	12,50
31 a 50	16,50
51 a 100	25,50
101 a 200	30,00
201 a 400	60,00
401 a 600	90,00
601 a 10.000	200,00
Acima de 10.001 (inclusive)	2.000,00

Art.3º - Aos consumidores atendidos pela Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ os percentuais são os definidos abaixo:

CLASSE RESIDENCIAL

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 030	ISENTO
31 a 50	3,50
51 a 100	4,00
101 a 200	4,79
201 a 400	5,90
Acima de 401 (inclusive)	6,50

CLASSE RURAL

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 30	ISENTO
31 a 50	1,70
51 a 100	2,41
101 a 200	4,00
201 a 400	5,00
401 a 600	7,20
601 a 800	8,50
Acima de 801 (inclusive)	12,30

CLASSE COMERCIAL, INDUSTRIAL, EMPRESAS E SERVIÇOS

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 30	5,00
31 a 50	6,00
51 a 100	7,00
101 a 200	8,00
201 a 400	10,00
Acima de 401 (inclusive)	15,00

CLASSE PRIMÁRIOS

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 2.000	30,00
2.001 a 5.000	50,00
5.001 a 10.000	70,00
Acima de 10,001	100,00

CLASSE PODER PÚBLICO

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 30	12,50
31 a 50	16,50
51 a 100	25,50
101 a 200	30,00
201 a 400	50,00
Acima de 401 (inclusive)	60,00

Art.4º - O Poder Público Municipal fica isento do pagamento da COSIP.

Art.5º - Fica o Poder Executivo, autorizado a celebrar Convênio com as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC e Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ para operacionalizar a apuração e Cobrança da contribuição de que trata esta Lei Complementar, bem como respectiva prestação de serviço de iluminação pública de interesse do Município.

§1º - A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC e Cooperativa ou Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ, deverá contabilizar mensalmente o produto da arrecadação da COSIP, em conta própria e fornecerá a Secretaria Municipal Finanças, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§2º - O saldo verificado no balanço da contabilidade da COSIP deverá ser aplicado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC ou Cooperativa ou Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ, em serviços de iluminação pública, preferencialmente nas ruas ainda não beneficiadas pelo serviço, de acordo com a programação e autorização da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art.6º - Compete a Secretaria Municipal de Finanças a administração e fiscalização da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art.7º - O produto da arrecadação da contribuição será integralmente destinado ao Fundo Especial para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - FECOSIP.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara poderá aplicar os recursos arrecadados pela COSIP em eventos e atividades que tenham caráter público.

Art.8º - A COSIP será atualizada na mesma oportunidade e no mesmo percentual em que for reajustada ou aumentada a energia elétrica.

Art.9º - Constatado superávit da arrecadação da COSIP sobre o valor do serviço de iluminação pública, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a reduzi-la, mediante Decreto, até o superávit máximo de 10% (dez por cento); havendo déficit, fica autorizado

o reajuste em percentual suficiente para cobri-lo, também através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Tanto o reajuste, como a redução, podem ser efetuados no curso do exercício.

Art.10º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, a Lei Complementar nº93/2013, Lei Complementar nº86/2013, Lei Complementar nº50/2008, Lei Complementar nº35/2005, Lei Complementar nº31/2004 e, a Lei Complementar nº22/2002.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 872, de 24 de Junho de 2014

LEI Nº 872, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Altera a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa OBRA e EDUCAÇÃO da LDO, Lei nº785/13."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Planilha Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E EDUCAÇÃO PARA TODOS da Lei nº785/2013 acrescentando a Ação - Aquisição de Parques Infantis o valor de R\$65.200,00 (sessenta e cinco mil e duzentos reais). Segue em anexo a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 874, de 24 de Junho de 2014

LEI Nº 874, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Altera as Condições de Aplicabilidade do Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, Concedido pelo Ministério da Saúde, na Forma da Portaria nº1654/2011 e nº562/2013 e dá outras providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - A Lei nº683 de 22 de maio de 2012, alterada pela Lei nº759 de 24 de junho de 2013, passa a vigorar acrescida do Art.5-A:

Art. 5-A - Do total do Valor efetivamente recebido do Ministério da Saúde a Título de INCENTIVO FINANCEIRO:

I - 90% (noventa por cento) serão divididos entre os profissionais de cada ESF - Equipe de Saúde da Família, ESB - Equipe de Saúde Bucal e NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família, cadastrada.

II - 10% (dez por cento) destinados a gastos com outras despesas

decorrentes e de capital.

Art 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 871, de 24 de Junho de 2014

LEI Nº 871, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 65.200,00 (sessenta e cinco mil e duzentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.451.10.1.079 - Aquisição de Parques Infantis R\$ 16.300,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 16.300,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.0004.1079 - Aquisição de Parques Infantis R\$ 32.600,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 32.600,00

04.01.12.361.0004.1079 - Aquisição de Parques Infantis R\$ 16.300,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 16.300,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 65.200,00 (Sessenta e cinco mil e duzentos reais) na dotação abaixo identificada:

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.451.10.1067 - Construção de Praças e Parques R\$ 65.200,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicação Direta R\$ 65.200,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 873, de 24 de Junho de 2014

LEI Nº 873, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Altera o Anexo do PPA do Programa OBRA e EDUCAÇÃO da Lei nº777/2013, que Dispõe Sobre o PPA 2014/2017."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo do PPA do Programa OBRA E EDUCAÇÃO da Lei nº777/2013, acrescentando a AÇÃO - Aquisição de Parques Infantis no valor de R\$65.200,00 (sessenta e cinco mil e duzentos reais) conforme Plano Plurianual - Programas de Governo. Segue o novo anexo atualizado.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Aviso de Suspensão da Sessão Pregão 55/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

Pregão Presencial n.º 55/2014, que tem como objeto A presente licitação tem como objeto a Contratação de fornecedor especializado para prestação de serviços de lavagem de veículos para os veículos oficiais, considerados "veículos pequenos, médios e grandes e motocicleta" da frota da Prefeitura Municipal, englobando todas as secretarias, conforme termo de referencia no anexo ao Edital

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade públicas;

RESOLVE a Pregoeira, juntamente com a Equipe de apoio SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 01 de julho de 2014, às 09:00h.

A nova data da sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços será dia 07 de julho de 2014 às 09:00h.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de junho de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº 5.627/2014, de 25 de Junho de 2014

PORTARIA Nº5.627/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICI-
PAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - CONMPDEC.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e no Art. 8º, da Lei Complementar nº143/2013, de 11 de dezembro de 2013,

RESOLVE :

Art. 1º Designar os membros abaixo para comporem o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CONMPDEC, a saber:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

a) 01 (um) representante de cada Secretaria:

- Secretaria da Saúde e Assistência Social:

Titular: Lilian Tietz Suplente: Jaimir Antonio Marostica

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Rudibert Tank Suplente: Nilson Eing

- Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças:

Titular: Elmer Sandro Quadros

Suplente: Marcos Dellagiustina

- Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

Titular: Paulo Roberto Ferreira de Paula

Suplente: Alessandro Martins Viana

- Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo:

Titular: Ivanio Dalton Laube Suplente: Flávio Pegoraro

- Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental:

Titular: Valdemar dos Santos Suplente: Valvenir Doge

b) 01(um) representante da Polícia Militar de Santa Catarina:

Titular: Silvio Lemes Padilha

Suplente: Diego Santos Ferrão

c) 01 (um) representante da Polícia Civil:

Titular: Luiz Carlos Leite Soares Junior

Suplente: Não dispõe de mais servidores

d) 01 (um) representante da EPAGRI:

Justificou a não indicação por não ter um responsável.

e) 01 (um) representante da CELESC:

Titular: Sandro Neves

Suplente: Danilson A. N. Wolff

f) 01(um) representante da Vigilância Sanitária:

Titular: Mário Müller Junior

Suplente: Paulo Henrique Gneipel

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) 01 (um) representante da Associação Empresarial de Schroeder:

Titular: Marcos Salomon

Suplente: Hervé Sadmann Souza

b) 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros Voluntários:

Titular: Clair Luza

Suplente: Evandro Pinto

c) 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção:

Titular: Edson Willian Piotto

Suplente: Elizabete Siegel Barbosa

d) 01 (um) representante do Jeep Clube (Amigos da Trilha):

Titular: Rodrigo Luis Pagnonceli

Suplente: Rafael Ewald

e) 01 (um) representante dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC:

O Município não dispõe de NUPDEC

f) 01(um) representante das Associações de Moradores do Município:

Titular: Vilson Valmir Fischborn

Suplente: José Edson Rocha de Souza

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 25 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.628/2014, de 25 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.628/2014, de 25 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Maitê Zanella Bridaroli, com efeitos retroativos a partir de 20/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.988/2014 de 25 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.988/2014 de 25 de junho de 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.024/2014 de 24 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.35.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serviços de Consultoria R\$ 6.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 25 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.989/2014 de 25 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.989/2014 de 25 de junho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.999,99 (nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 9.999,99

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.18.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 2.000,00

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 7.999,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 25 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

I Errata Chamada Pública Nº. 01/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2014-FMS

PROCESSO Nº. 45/2014-FMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de itens referente ao Edital de Chamada Pública nº. 01/2014-FMS, para contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC, ficando disponibilizada no site: <http://www.schroeder.sc.gov.br/conteudo/index.php?item=9718&fa=4&cc=8> a I Errata na íntegra com as devidas atualizações.

Schroeder, 26 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Ata Tomada de Preços 06/2014-PMS (Sequencia 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 106/2014 Data do Processo: 06/06/2014

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Luiza Maske, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 205 m e área total de 2.050,00 m², de acordo com o programa de transferência 2014003364, do apoio ao sistema viário - FUNDOSOCIAL, 4194, Estadual, projeto, memorial descr

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 74/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 26 de Junho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 106/2014, Licitação nº. 6/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representante da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. participantes, cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentaram as documentações de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 03 de julho de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 04 de julho de 2014, as 10h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata a empresa participante.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 106/2014 Data do Processo: 06/06/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Schroeder, 26 de Junho de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

INGO BAADE - - Representante

ATA TOMADA DE PREÇOS 06/2014-PMS (SEQUENCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 106/2014 Data do Processo: 06/06/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 75/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Luiza Maske, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 205 m e área total de 2.050,00 m², de acordo com o programa de transferência 2014003364, do apoio ao sistema viário - FUNDOSOCIAL, 4194, Estadual, projeto, memorial descr

A comissão reuniu-se após recebimento da renúncia do prazo recursal das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. e INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. Diante da apresentação da renúncia das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. e INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. referente ao prazo recursal será marcada para dia 27 de junho de 2014, às 08h, para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 26 de Junho de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samuleski	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Timbé do Sul

PREFEITURA

Aviso da Licitação 43/2014 PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 43/2014 - Pregão Presencial - menor preço

Objeto: Prestação de serviços de horas/máquina de escavadeira hidráulica para desassoreamento de um trecho do rio Molha Coco no município de Timbé do Sul.

Data da entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 09 de julho de 2014.

Data da abertura dos envelopes: as 08:30 horas do dia 09 de julho de 2014.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 3506, de 13 de Junho de 2014

DECRETO Nº 3506, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Prorroga para 31 de dezembro de 2014, o prazo estabelecido no Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013, que declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, X e XVIII c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, e nos artigos 1º e 2º, incisos I, IV, V e VIII, da Lei nº 2.045, de 22/12/1998 e alterações e nos termos da Lei Federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997; e,

Considerando os termos da Lei nº 2.439, de 02 de dezembro de 2009, que alterou a Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998, visando possibilitar a contratação temporária na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

Considerando que durante os anos de 2009 a 2011 a municipalidade promoveu adequações na legislação de regência dos cargos, inclusive com o intuito de viabilizar maior acesso de candidatos às vagas necessárias ao funcionamento da administração pública;

Considerando que, em que pese promovidas alterações na legislação, os concursos públicos e processos seletivos realizados pelo Poder Executivo não engendraram resultado satisfatório, não tendo se preenchido o número suficiente de candidatos inscritos e aprovados ao atendimento da demanda necessária à manutenção dos serviços prestados pela administração pública direta e indireta (autarquia e fundações);

Considerando a vacância temporária de cargos públicos sem a possibilidade de preenchimento efetivo face às licenças concedidas a servidores públicos nos termos do artigo 90 e incisos, da LC nº 01/93;

Considerando a necessidade de manutenção e/ou continuidade das atividades da Administração Municipal direta e indireta, principalmente diante da essencialidade e exclusividade dos serviços dispostos à comunidade;

Considerando que compete à municipalidade zelar pelo pleno e integral atendimento das necessidades do cidadão,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para 31 de dezembro de 2014, o prazo estabelecido no art. 1º do Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013, que declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

Art.2º Ficam ratificados todos os demais termos do Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterados pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso Pregão Presencial N.º 23 2014 SAMAE - Aquisição de Inversores de Frequência, Peças E Conexões Para Instalação de Bomba

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 23/2014 - SAMAE

OBJETO: aquisição de inversores de frequência, peças e conexões destinados à instalação de nova bomba na captação de água bruta e para ligação de bomba instalada na Rua Blumenau. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 14 de julho de 2014. ABERTURA: dia 14 de julho de 2014 as 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 26/06/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 521/2014; Nº 098 1698/2014; Nº 098 1699/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 521/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABY7676	8756045374	7455/0	27/05/2014	218 * I
AET1034	8756044292	7455/0	07/05/2014	218 * I
AET1034	8756044442	7455/0	07/05/2014	218 * I
AHV5874	8756044333	7455/0	08/05/2014	218 * I
AJK3170	8756044191	7455/0	05/05/2014	218 * I
AKH7377	8756044261	7471/0	07/05/2014	218 * III
APD1088	8756043754	7455/0	26/04/2014	218 * I
APF2477	8756044365	5673/2	09/05/2014	183
ARN0576	8756043723	7455/0	25/04/2014	218 * I
ASA3695	8756044476	6050/3	07/05/2014	208
CBW8979	8756044232	7455/0	06/05/2014	218 * I
CED8988	8756044511	6050/3	10/05/2014	208
CGA0779	8756045141	5673/2	01/06/2014	183
CIO9078	8756044180	7455/0	02/05/2014	218 * I
DJF5599	8756045391	7455/0	27/05/2014	218 * I
DLB9054	8756043780	7455/0	26/04/2014	218 * I
EJE0114	8756044857	7455/0	19/05/2014	218 * I
GSB2404	8756044343	7455/0	09/05/2014	218 * I
IMS5092	8756045048	6050/3	20/05/2014	208
IQB8735	8756043824	7455/0	21/04/2014	218 * I
JPP5855	8756044433	7463/0	09/05/2014	218 * II
JUG3481	8756044865	7455/0	19/05/2014	218 * I
JYU3578	8756045111	7455/0	23/05/2014	218 * I
KGD1167	8756044995	7455/0	18/05/2014	218 * I
KML8379	8756045331	7455/0	01/06/2014	218 * I
LWX2015	8756044985	7455/0	22/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWY1939	8756044099	7455/0	01/05/2014	218 * I
LWY6745	8756043720	7455/0	21/04/2014	218 * I
LXB4693	8756044545	7455/0	05/05/2014	218 * I
LXF3742	8756043942	7463/0	02/05/2014	218 * II
LXG1538	8756045106	7455/0	20/05/2014	218 * I
LXQ2576	8756044894	7455/0	20/05/2014	218 * I
LYA3201	8756044538	7455/0	05/05/2014	218 * I
LYF1939	8756044954	7455/0	21/05/2014	218 * I
LYF9661	8756043801	7455/0	25/04/2014	218 * I
LYJ9157	8756045263	6050/3	26/05/2014	208
LYK1831	8756043744	7455/0	26/04/2014	218 * I
LYL2439	8756044909	7455/0	20/05/2014	218 * I
LYS8666	8756043918	7463/0	02/05/2014	218 * II
LYT5359	8756044322	7455/0	08/05/2014	218 * I
LYZ8047	8756045450	7463/0	28/05/2014	218 * II
LZD7566	8756045401	7455/0	27/05/2014	218 * I
LZG4567	8756044044	7463/0	03/05/2014	218 * II
LZX7325	8756043993	7455/0	02/05/2014	218 * I
MAM5038	8756045012	7455/0	18/05/2014	218 * I
MAY7555	8756045305	7455/0	01/06/2014	218 * I
MAZ1516	8756044978	5673/2	23/05/2014	183
MBA6320	8756044477	6050/3	07/05/2014	208
MBC1897	8756044268	7455/0	07/05/2014	218 * I
MBE4402	8756045437	7455/0	27/05/2014	218 * I
MBR3749	8756044010	5673/2	03/05/2014	183
MBS4262	8756043705	7455/0	26/04/2014	218 * I
MBT8718	8756045040	7455/0	18/05/2014	218 * I
MBT8718	8756045046	7471/0	19/05/2014	218 * III
MBT8718	8756045076	7463/0	19/05/2014	218 * II
MBV3148	8756044030	5673/2	01/05/2014	183
MCA0147	8756044960	7455/0	21/05/2014	218 * I
MCA1287	8756044131	7455/0	27/04/2014	218 * I
MCA7969	8756045088	7455/0	23/05/2014	218 * I
MCC2479	8756045347	7455/0	31/05/2014	218 * I
MCC6032	8756044427	7455/0	07/05/2014	218 * I
MCD0304	8756044938	7455/0	20/05/2014	218 * I
MCN3453	8756044237	7471/0	06/05/2014	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCN3453	8756044283	7455/0	07/05/2014	218 * I
MCO1373	8756043746	7455/0	22/04/2014	218 * I
MCO6122	8756044074	7455/0	03/05/2014	218 * I
MCP0608	8756044950	7455/0	21/05/2014	218 * I
MCR2526	8756045044	7455/0	18/05/2014	218 * I
MCY2621	8756044971	5673/2	22/05/2014	183
MCY3021	8756044188	7455/0	02/05/2014	218 * I
MDA4788	8756044452	7455/0	05/05/2014	218 * I
MDC0188	8756045218	7455/0	30/05/2014	218 * I
MDC2910	8756045377	7455/0	27/05/2014	218 * I
MDG2433	8756044547	7455/0	10/05/2014	218 * I
MDH2866	8756043959	7455/0	02/05/2014	218 * I
MDO4469	8756044512	6050/3	10/05/2014	208
MDQ8389	8756045047	7463/0	19/05/2014	218 * II
MDV8702	8756043752	7455/0	23/04/2014	218 * I
MEA6571	8756045215	7455/0	31/05/2014	218 * I
MEB0238	8756044917	7455/0	20/05/2014	218 * I
MEC4641	8756044434	7455/0	09/05/2014	218 * I
MED6766	8756044040	7455/0	01/05/2014	218 * I
MEE4141	8756045383	7455/0	27/05/2014	218 * I
MEI6883	8756045064	6050/3	18/05/2014	208
MER3967	8756044525	7455/0	08/05/2014	218 * I
MER3967	8756044529	7455/0	10/05/2014	218 * I
MER3967	8756044531	7455/0	10/05/2014	218 * I
MFB8772	8756044358	5673/2	07/05/2014	183
MFD0484	8756045315	7455/0	27/05/2014	218 * I
MFF7157	8756044880	7455/0	20/05/2014	218 * I
MFG5771	8756044373	5673/2	06/05/2014	183
MFG6358	8756044070	7455/0	02/05/2014	218 * I
MFG7376	8756044064	7455/0	28/04/2014	218 * I
MFM7667	8756045081	7455/0	20/05/2014	218 * I
MFN6989	8756044274	7455/0	07/05/2014	218 * I
MFO2837	8756044972	5673/2	22/05/2014	183
MFP9987	8756045322	7455/0	28/05/2014	218 * I
MFS9534	8756045298	7455/0	30/05/2014	218 * I
MFV2152	8756043750	7463/0	21/04/2014	218 * II
MFY3583	8756044066	7463/0	30/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFZ4677	8756044920	7455/0	20/05/2014	218 * I
MGG7004	8756044284	7463/0	07/05/2014	218 * II
MGI5499	8756044155	7455/0	03/05/2014	218 * I
MGK3774	8756043697	5673/2	24/04/2014	183
MGL9902	8756043888	7455/0	02/05/2014	218 * I
MGP5814	8756045467	7455/0	28/05/2014	218 * I
MGQ6373	8756045291	7455/0	29/05/2014	218 * I
MGQ6485	8756044892	7455/0	20/05/2014	218 * I
MGQ6739	8756045326	7455/0	30/05/2014	218 * I
MGT0187	8756045244	7455/0	29/05/2014	218 * I
MGZ1664	8756044936	7463/0	20/05/2014	218 * II
MHB0923	8756045011	7455/0	18/05/2014	218 * I
MHC2134	8756045058	7455/0	24/05/2014	218 * I
MHF4033	8756044426	7463/0	05/05/2014	218 * II
MHG0913	8756044519	7463/0	06/05/2014	218 * II
MHG9435	8756044415	7455/0	06/05/2014	218 * I
MHL8309	8756043751	7455/0	23/04/2014	218 * I
MHO7223	8756044152	7455/0	02/05/2014	218 * I
MHO7223	8756044508	7455/0	10/05/2014	218 * I
MHR0003	8756044286	7455/0	07/05/2014	218 * I
MHU9488	8756045382	7455/0	27/05/2014	218 * I
MHY2969	8756044262	7455/0	07/05/2014	218 * I
MIJ6982	8756044873	7455/0	19/05/2014	218 * I
MIN4006	8756044330	7463/0	08/05/2014	218 * II
MIP6752	8756044864	7455/0	19/05/2014	218 * I
MIP7686	8756044336	7455/0	09/05/2014	218 * I
MIT6534	8756045086	7455/0	22/05/2014	218 * I
MJG3676	8756045179	7455/0	29/05/2014	218 * I
MJI1770	8756045091	7455/0	24/05/2014	218 * I
MJK0988	8756045262	6050/3	25/05/2014	208
MJK8928	8756045251	7455/0	31/05/2014	218 * I
MJL9830	8756044199	7463/0	06/05/2014	218 * II
MJR2914	8756044048	7455/0	28/04/2014	218 * I
MJS5489	8756044175	7455/0	29/04/2014	218 * I
MJU0122	8756043958	7455/0	02/05/2014	218 * I
MJX1892	8756045008	7455/0	23/05/2014	218 * I
MJX7944	8756044908	7455/0	20/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJZ4522	8756045025	7455/0	22/05/2014	218 * I
MKA2149	8756045125	7455/0	18/05/2014	218 * I
MKA4756	8756044385	6050/3	04/05/2014	208
MKA9208	8756044327	7455/0	08/05/2014	218 * I
MKJ0425	8756044465	7455/0	09/05/2014	218 * I
MKJ4026	8756044367	7455/0	04/05/2014	218 * I
MKJ6823	8756045412	7455/0	27/05/2014	218 * I
MKK3271	8756045286	7455/0	28/05/2014	218 * I
MKL0205	8756044412	7455/0	06/05/2014	218 * I
MKM8294	8756044276	7455/0	07/05/2014	218 * I
MKM9318	8756044181	7455/0	02/05/2014	218 * I
MKX6296	8756044528	7455/0	10/05/2014	218 * I
MLB5478	8756044389	6050/3	04/05/2014	208
MLL3911	8756045051	7455/0	22/05/2014	218 * I
MLM8855	8756045069	7455/0	18/05/2014	218 * I
MLM8855	8756045119	7455/0	24/05/2014	218 * I
MLN5535	8756043715	5673/2	23/04/2014	183
MLR7381	8756044812	7455/0	17/05/2014	218 * I
MLV9834	8756043920	7463/0	02/05/2014	218 * II
MMA6494	8756044982	7455/0	20/05/2014	218 * I
MWB6877	8756045079	6050/3	20/05/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1698/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKC0380	54573491E	6920/0	05/05/2014	233
CXS6057	54573357E	5045/0	24/05/2014	162 * V
LOZ8010	54572359E	6912/0	08/05/2014	232
LZA4214	54573453E	6920/0	25/04/2014	233
MEE4876	54573482E	6920/0	25/04/2014	233
MGG6361	54572470E	7340/0	08/05/2014	252 * IV
MGG6361	54572471E	6653/1	08/05/2014	230 * XI
MHE4272	54572367E	6599/2	15/05/2014	230 * V
MHO9431	54573473E	6920/0	25/04/2014	233
MHX3231	55371698D	6637/1	21/05/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE JUNHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1699/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEM0221	54722610E	7366/2	27/05/2014	252 * VI
IJQ6597	54722526E	5541/6	07/05/2014	181 * XVII
LOZ8010	54572358E	5185/2	08/05/2014	167
LZY3132	54722530E	5185/1	07/05/2014	167
MBC6632	54722588E	7366/2	26/05/2014	252 * VI
MBQ1808	54573602E	5185/1	08/05/2014	167
MCC3871	54722581E	5967/0	20/05/2014	203 * V
MHV2357	54722615E	7366/2	28/05/2014	252 * VI
MKR2773	54722604E	5967/0	27/05/2014	203 * V
MKZ4309	54722592E	7366/2	26/05/2014	252 * VI
MMI2011	54722534E	5967/0	09/05/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 522/2014; Nº 098 1700/2014; Nº 098 1701/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 522/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABC8720	8756043327	7455/0	10/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ABC8720	8756043639	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMI0627	8756042569	6050/3	23/03/2014	R\$ 191,53	208
CBF8909	8756041468	6050/3	10/02/2014	R\$ 191,53	208
DEC8998	8756042564	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IHQ9465	8756043179	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ILV8928	8756042489	5673/2	22/03/2014	R\$ 85,12	183
IMF1562	8756042466	6050/3	22/03/2014	R\$ 191,53	208
IOK9429	8756043047	7455/0	04/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYA5401	8756042242	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYN0744	8756042602	7455/0	17/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYS5594	8756042556	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYY7377	8756042551	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZS7906	8756043014	5673/2	04/04/2014	R\$ 85,12	183
MAR3503	8756042263	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAW3068	8756042641	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL1461	8756042582	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL9828	8756042528	7455/0	23/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV6519	8756040385	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCM2845	8756042595	7455/0	23/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ3416	8756042172	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT3275	8756042624	7455/0	23/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEW3837	8756042502	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFN4277	8756042506	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP9705	8756042565	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR7580	8756042604	7463/0	18/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGI9616	8756042219	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB2864	8756042492	6050/3	20/03/2014	R\$ 191,53	208
MHO5711	8756042650	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHY2507	8756042144	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB3643	8756042250	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO8538	8756043127	7455/0	06/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	8756042501	6050/3	23/03/2014	R\$ 191,53	208
MJE4510	8756042459	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV8570	8756042570	6050/3	17/03/2014	R\$ 191,53	208
MKD0012	8756042472	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX4902	8756042421	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLM1007	8756042114	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA6494	8756042474	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MUY3291	8756042076	5673/2	05/03/2014	R\$ 85,12	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1700/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LBV0164	54722415E	6610/2	25/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LXH1048	54572464E	5045/0	06/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXH1048	54572465E	5142/0	06/03/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MDR0880	54722413E	6637/2	25/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE JUNHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1701/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AED9427	54722356E	5185/1	25/02/2014	R\$ 127,69	167
MAE6406	54571910E	5460/0	21/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MCY2787	54722417E	5541/1	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT8760	54722339E	5541/6	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 26 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

Trombudo Central

PREFEITURA

Decreto 076/14

DECRETO 076/14 DE 23 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADANÇA NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1743/12 de 27 de Novembro de 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 60.000,00

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.93.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 40.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Subtrair excesso de arrecadação (fonte 147) R\$ 100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 077/14

DECRETO 077/14 DE 23 DE JUNHO DE 2014.
DECLARA ANTECIPAÇÃO DE FERIADO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1738 de 30 de Agosto de 2012, Art. 1º, item III.

DECRETA:

Art. 1º- DECRETA a antecipação do feriado municipal do dia 22 de Julho de 2014 para o dia 21 de Julho de 2014.

Art. 2º - A presente antecipação se dá pela passagem em

comemoração ao 56º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Trombudo Central.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Carta Convite Nº 09/2014 Pmtc

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

CARTA CONVITE PMTC Nº 09/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de CARTA CONVITE PMTC Nº 09/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 04 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30min às 17:30min, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 26 de junho de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

Lei 1182

Lei nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014.

AUTORIZA AO PAGAMENTO DE ALUGUEL DE ÁREAS OCUPADAS PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a pagar aluguel das áreas aos proprietários ou possuidores de lotes onde existem as fontes de água ou açudes dos quais o Município se utiliza para o abastecimento do sistema municipal de água, em áreas acima de 100 m² (cem metros quadrados), no valor de R\$ 0,02 a R\$ 0,05 (dois centavos a cinco centavos), mensalmente, por metro quadrado das referidas áreas ocupadas.

§ 1º O valor será definido por uma Comissão designada para este fim, considerando a frequência e a quantidade de água utilizada pelo sistema municipal de abastecimento de água por área ocupada.

§ 2º Os proprietários deverão permitir o acesso e a instalação de equipamentos para o bombeamento da água até a estação de tratamento, ou para tanques a serem usados para distribuir a água no interior Município.

§ 3º Será lavrado um Contrato entre as partes, sendo que os valores serão reajustados anualmente no mesmo período e pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde a variação do IGPM do período.

Art. 2º - Somente serão incluídas as áreas em que o Município não possui outro Termo ou legislação em vigor, prevendo qualquer benefício ou indenização para o uso das referidas áreas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 26 de Junho de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Decreto Nº 044-A/2014

DECRETO Nº 044-A/2014, DE 04 DE JUNHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado como Leiloeiro Oficial o Senhor Júlio Ramos Luz, inscrito no CPF sob nº 582.420.409-82 e JUSESC AARC nº 162, para o fim específico de proceder o leilão de bens descritos na Lei Municipal nº 990/2014 de 06 de maio de 2014.

Artigo 2º - Para efeito face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita (SC), 04 de junho de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 04/06/2014.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 049/2014

DECRETO N.º 049/2014, de 23 de JUNHO de 2014
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

DECRETA:

Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações do Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.017 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 339000.00.00.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO LAZER E DESPORTO COMUNITÁRIO
Modalidade 339000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.017 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 319000.00.00.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO LAZER E ESPORTE COMUNITÁRIO
Modalidade 335000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 23 de junho de 2014
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 23/06/2014

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 048/2014

DECRETO Nº 048/2014, de 23 de junho de 2014.
"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REAVALIAÇÃO DE BEM MÓVEL INSERVÍVEL PARA FINS DE ALIENAÇÃO"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC) no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.103, VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial para reavaliação de bem móvel inservível para fins de alienação, composta pelos seguintes membros:

DORNELES ANTONIO PELICOLI
NELVIR JOSE RANSAN
VOLNEI ANTONIO DA SILVA PEREIRA
DILMAR LUIZ CHIOT

Art. 2º. O bem de que trata o artigo anterior é o seguinte:
1-Um Automóvel HONDA/ CIVIC LXL FLEX, ano fabricação 2010, ano modelo 2011, Placas MIN 6089, RENAVAL 268729425, chassi 93HFA6660BZ105879, cor preta.

Art. 3º. A Comissão Especial ora nomeada terá o prazo de 15(quinze) dias para efetivar a reavaliação e apresentar o laudo à Administração Municipal.

Art. 4º. O trabalho dos membros da Comissão não será remunerado, sendo considerado servido relevante ao Município.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 23 de junho de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 27/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lei Nº 0886

Lei Nº 0886, de 26 de junho de 2014.

Autoriza a Suplementação de Dotações Orçamentárias por Provável Excesso de Arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a suplementação das seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2255 - Transf. de Convênios do Estado Educação R\$ 50.000,00

0701 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2455 - Transf. de Convênios do Estado - Outros
R\$ 100.000,00

1101 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

13.392.013.10112 - Construção de Espaços Culturais e Turísticos

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2455 - Transf. de Convênios do Estado - Outros
R\$ 250.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.1004 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Saúde

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2355 - Transf. de Convênios do Estado - Saúde R\$ 30.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte para suplementação do Artigo 1º desta lei, recursos de convênios a serem firmados com o Estado de Santa Catarina, através da 14ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 26 de junho de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Lei Nº 0887

LEI N. 0887, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

“DENOMINA RUA DO PERÍMETRO URBANO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Pedro Berkenbrock a rua do Perímetro Urbano do Município de Vitor Meireles, constituída do antigo leito da Rua Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

I - Rua Pedro Berkenbrock - iniciando na FRENTE, com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, em 13,50 m (treze metros e cinquenta centímetros); fazendo FUNDOS, com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, em 13,50 m (treze metros e cinquenta centímetros) metros; iniciando ao LADO DIREITO, com terras de Antônio Berkenbrock; e LADO ESQUERDO, com terras de Antônio Berkenbrock, e finalizando ao LADO DIREITO, com terras de Darci Moretti e LADO ESQUERDO, com terras de Bertoldo Howe.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 26 de junho de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 024/2014

Extrato do Contrato Nº. 024/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO INTEGRADO DO DESPORTO E LAZER.

PRAZO VIGÊNCIA 26/06/2014 a 26/06/2015

VALOR: R\$ 45.131,24 (Quarenta e cinco mil cento e trinta e um reais e vinte e quatro centavos).

Vitor Meireles - SC, 25 de Junho de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 004/2014 FMS

Extrato do Contrato Nº. 004/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: VILSON VANSUITEN - ME

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE APOIO A SAÚDE COM 120,72m² NA LOCALIDADE DE SALTO DOLLMANN.

PRAZO VIGÊNCIA 26/06/2014 a 26/06/2015

VALOR: R\$ 174.741,38 (cento e setenta e quatro mil setecentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos).

Vitor Meireles - SC, 26 de Junho de 2014.
TELMO LUIZ KOERICH
Secretario Municipal de Saúde.

Xaxim

PREFEITURA

Aviso de Pregão 072 - Registro de Preço Saude

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 072/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 139/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito Municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial SRP n. 072/2014, até às 08h45min do dia 14 de julho de 2014, e procederá a abertura da sessão às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais odontológicos, para manutenção nas Unidades de Saúde do Município de Xaxim, tipo menor preço por lote, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 26 de junho de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão SRP 071/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 138/2014
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 071/2014
FUNDO MUNIC. DE SAÚDE

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito COMUNICA que estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial sob o n. 071/2014, com protocolo dos envelopes até às 08h45min do dia 10 de Julho de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação O Registro de preços para aquisição de Equipamentos e materiais ambulatoriais destinados aos atendimentos nas Unidades de Saúde do município de Xaxim, tudo de acordo com o edital e seus anexos, tipo menor preço POR LOTE, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8213.

Xaxim - SC, 26 de junho de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Consórcios

ARIS

Portaria/Diretor Geral 002/2014

PORTARIA/Diretor-geral nº 02/2014

Exoneração do Sr. Ernani R. Seiffert de Matos do cargo de Ouvidor da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

O Diretor geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII e XXI do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o Sr. Ernani Rogério Seiffert de Matos, inscrito no CPF sob nº 400.857.599-53, do cargo de Ouvidor da ARIS a partir do dia 30/06/2014.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 26 de junho de 2014.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIM-AMAVI

Portaria Nº 01, de 11/02/2014

PORTARIA nº 01, de 11/02/2014.

Nomeia Valdirene dos Anjos Rocha de Lima ao cargo de Cuidadora do Acolhimento Institucional sediado no Município de Vidal Ramos, denominado "Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock", aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI e dá outras providências.

JOSÉ CONSTANTE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato de Consórcio, nos termos da Resolução nº 01, de 30/03/12 e conforme Contrato de Rateio e Convenio celebrados com os municípios, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013 e a necessidade de pessoal do abrigo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Valdirene dos Anjos Rocha de Lima, à função de Cuidadora do Acolhimento Institucional, a partir de 11 de fevereiro de 2014, na forma e condições estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI e consoante contrato de trabalho por tempo determinado a ser formalizado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

Portaria Nº 02, de 27/03/2014

PORTARIA nº 02, de 27/03/2014.

Nomeia Catiane Aparecida Oliveira ao cargo de Cuidadora do Acolhimento Institucional sediado no Município de Vidal Ramos, denominado "Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock", aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI e dá outras providências.

JOSÉ CONSTANCE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato de Consórcio, nos termos da Resolução nº 01, de 30/03/12 e conforme Contrato de Rateio e Convenio celebrados com os municípios, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013 e a necessidade de pessoal do abrigo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Catiane Aparecida Oliveira, à função de Cuidadora do Acolhimento Institucional, a partir de 27 de março de 2014, na forma e condições estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI e consoante contrato de trabalho por tempo determinado a ser formalizado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

Portaria Nº 03, de 01/04/2014

PORTARIA nº 03, de 01/04/2014.

Nomeia Tatiane Boing ao cargo de Cuidadora do Acolhimento Institucional sediado no Município de Vidal Ramos, denominado "Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock", aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI e dá outras providências.

JOSÉ CONSTANCE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato de Consórcio, nos termos da Resolução nº 01, de 30/03/12 e conforme Contrato de Rateio e Convenio celebrados com os municípios, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013 e a necessidade de pessoal do abrigo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Tatiane Boing, à função de Cuidadora do Acolhimento Institucional, a partir de 01 de abril de 2014, na forma e condições estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2013 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI e consoante contrato de trabalho por tempo determinado a ser formalizado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de abril de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

Portaria Nº 04, de 09/04/2014

PORTARIA nº 04, de 09/04/2014.

Nomeia Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 01/2014 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI e dá outras providências.

JOSÉ CONSTANCE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato de Consórcio,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, composta com os servidores:

Agostinho Senem - Secretário Executivo da AMAVI

Kleide Maria Tenffen Fiamoncini - Assessora Jurídica da AMAVI

Walcy Mees da Rosa - Secretária Administrativa da AMAVI

Denise Garcia Dolejal - Assistente Social da AMAVI

Milã Signori - Assessora de Imprensa da AMAVI

Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli - Contadora da AMAVI

Art. 2º Os membros acima nomeados terão mandato de 1 (um) ano, cabendo ao Secretário Executivo da AMAVI, Agostinho Senem, a presidência dos trabalhos.

Art. 3º A Comissão terá a colaboração do Ministério Público e do Poder Judiciário da Comarca de Ituporanga e da FECAM nos trabalhos relativos ao Processo Seletivo nº 01/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de abril de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

Portaria Nº 05, de 10/04/2014

PORTARIA nº 05, de 10/04/2014.

Nomeia Graziélle Girardi ao cargo de Psicóloga do Abrigo Institucional sediado no Município de Vidal Ramos, denominado "Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock", aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI e dá outras providências.

JOSÉ CONSTANCE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato de Consórcio, nos termos da Resolução nº 01, de 30/03/12 e conforme Contrato de Rateio e Convenio celebrados com os municípios, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013 e a necessidade de pessoal do abrigo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GRAZIELLE GIRARDI, à função de Psicóloga do Abrigo Institucional, a partir de 10 de abril de 2014, na forma e condições estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI e consoante contrato de trabalho por tempo determinado a ser formalizado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de abril de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

CIMCATARINA

Aviso de Chamamento Público N 0010/2014 - Materiais Odontológicos

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0010/2014, COMPLEMENTAR AO Nº 0002/2014

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Materiais Odontológicos, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas/produtos aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de junho de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

Aviso de Chamamento Público Nº 0011/2014 - Pneus

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0011/2014, COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº0001/2014.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Pneus, Câmeras de ar e protetores, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas/produtos aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de junho de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

Balancete de Verificação



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Maio de 2014 até: Maio de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Ativo	10000000000000		4.427.363,41	2.035.771,22	(1.240.759,79)	5.222.374,84
Ativo circulante	11000000000000		453.515,76	225.028,92	(162.067,17)	516.487,51
Disponível	11100000000000		146.707,20	176.094,53	(162.067,17)	160.744,56
Disponível em moeda nacional	11110000000000		146.707,20	176.094,53	(162.067,17)	160.744,56
Bancos conta movimento	11112000000000		146.707,20	176.094,53	(162.067,17)	160.744,56
Outras contas	11112990000000		146.707,20	176.094,53	(162.067,17)	160.744,56
Banco do Brasil s/a	11112990200000		146.707,20	176.094,53	(162.067,17)	160.744,56
Banco do Brasil - movimento	11112990201000		146.707,20	176.094,53	(162.067,17)	160.744,56
B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5	111129902010001	F	8.910,25	223,36	(1,85)	9.131,76
B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9	111129902010002	F	80.913,11	44.429,54	(34.686,41)	90.676,24
B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5	111129902010003	F	5.702,37	6.337,08	(3.263,61)	8.775,84
B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	111129902010004	F	41.077,70	125.051,47	(124.125,30)	42.003,87
B. Brasil Cinco - Ctp3 Proema - 21.525-2	111129902010005	F	10.103,77	53,08	0,00	10.156,85
Créditos em circulação	11200000000000		139.926,70	0,00	0,00	139.926,70
Devedores - entidades e agentes	11220000000000	P	139.926,70	0,00	0,00	139.926,70
Entidades devedoras	11221000000000	P	139.926,70	0,00	0,00	139.926,70
Entidades estaduais, distritais e municipais	11221020000000	P	139.926,70	0,00	0,00	139.926,70
MIP - Fixo	112210200000100	F	4.997,62	0,00	0,00	4.997,62
MATOS COSTA	112210200000101	F	3.247,62	0,00	0,00	3.247,62
TIMBÓ GRANDE	112210200000102	F	1.750,00	0,00	0,00	1.750,00
MIP - Variável	112210200000200	F	11.342,73	0,00	0,00	11.342,73
CAÇADOR	112210200000201	F	54.398,10	0,00	0,00	54.398,10
MATOS COSTA	112210200000203	F	15.499,22	0,00	0,00	15.499,22
TIMBÓ GRANDE	112210200000204	F	41.445,41	0,00	0,00	41.445,41
CALMON	112210200000205	F	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRATIVAS	112210200000300	F	23.588,35	0,00	0,00	23.588,35
MATOS COSTA	112210200000301	F	2.895,24	0,00	0,00	2.895,24
TIMBÓ GRANDE	112210200000302	F	6.111,11	0,00	0,00	6.111,11
CALMON	112210200000303	F	14.580,00	0,00	0,00	14.580,00
Bens e valores em circulação	11300000000000	P	166.881,86	48.934,39	0,00	215.816,25
Estoques	11310000000000	P	166.881,86	48.934,39	0,00	215.816,25
Estoques internos - almoxarifado	11318000000000	P	166.881,86	48.934,39	0,00	215.816,25
Material de Consumo	113180100000000	P	166.881,86	48.934,39	0,00	215.816,25
Ativo permanente	14000000000000		98.585,53	2.500,00	0,00	101.085,53
Imobilizado	14200000000000		98.585,53	2.500,00	0,00	101.085,53
Bens móveis e imóveis	14210000000000		98.585,53	2.500,00	0,00	101.085,53
Bens móveis	14212000000000		98.585,53	2.500,00	0,00	101.085,53
Aparelhos e Utensílios Domésticos	142121200000000	P	95,00	0,00	0,00	95,00
Maquinas e Equipamentos Energéticos	142123000000000	P	439,49	0,00	0,00	439,49
Equipamentos para Audio, Video e Foto	142123300000000	P	2.799,00	0,00	0,00	2.799,00
Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	142123400000000	P	8.278,00	0,00	0,00	8.278,00
Equipamentos de Processamentos de Dados	142123500000000	P	12.682,50	2.500,00	0,00	15.182,50
Maq.equip. utensílios Agri Agrop.e Rodoviarios	142124000000000	P	15.070,00	0,00	0,00	15.070,00
Mobiliário em Geral	142124200000000	P	13.441,54	0,00	0,00	13.441,54
Veículos de Tracao Mecanica	142125200000000	P	45.800,00	0,00	0,00	45.800,00
Ativo compensado	19000000000000		3.875.282,12	1.806.242,30	(1.078.702,62)	4.604.821,80
Execução orçamentária da receita	19100000000000		1.227.000,00	351.879,36	(351.879,36)	1.227.000,00
Arrecadação orçamentária - natureza da receita	19110000000000		1.227.000,00	175.939,68	(175.939,68)	1.227.000,00
Receita a Realizar	191110000000000	C	732.518,11	0,00	(175.939,68)	556.578,43
Receita Realizada	191140000000000	C	494.481,89	175.939,68	0,00	670.421,57
Arrecadação orçamentária - fonte recursos	191200000000000		0,00	175.939,68	(175.939,68)	0,00
Controle por fonte de recursos	191210000000000		0,00	175.939,68	(175.939,68)	0,00
Arrecadação Realizada por Fonte	191210100000000	C	494.481,89	175.939,68	0,00	670.421,57
(r) Outras Arrecadações	191210900000000	C	(494.481,89)	0,00	(175.939,68)	(670.421,57)
Fixação orçamentária da despesa	192000000000000		1.854.411,20	555.000,00	0,00	2.409.411,20
Dotação orçamentária	192100000000000		1.854.411,20	555.000,00	0,00	2.409.411,20
Dotação inicial	192110000000000		1.854.411,20	555.000,00	0,00	2.409.411,20
Crédito inicial	192110100000000		1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Originário do Documento	192110101000000	C	1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Crédito inicial - suplementar	192110300000000		627.411,20	555.000,00	0,00	1.182.411,20
Originário do Documento	192110301000000	C	627.411,20	555.000,00	0,00	1.182.411,20
Execução da programação financeira	193000000000000		791.970,92	901.362,94	(725.423,26)	967.910,60
Disponibilidades financeiras	193200000000000		791.970,92	901.362,94	(725.423,26)	967.910,60
Outras disponibilidades financeiras	193290000000000		791.970,92	901.362,94	(725.423,26)	967.910,60
Disponibilidades por fonte de recursos	193290200000000		791.970,92	901.362,94	(725.423,26)	967.910,60
Disponibilidades por Fonte de Recursos-a Utilizar	193290201000000	O	(512.401,72)	176.292,55	(562.756,38)	(896.865,55)
Disponibilidades por Fonte de Recursos-comprometida	193290202000000	O	609.511,79	563.013,22	(162.410,04)	1.066.114,97
Disponibilidades por Fonte de Recursos-utilizada	193290203000000	O	644.860,85	162.057,17	(256,84)	806.661,18
Compensações ativas diversas	199000000000000		1.900,00	0,00	(1.400,00)	500,00
Responsabilidade por valores, títulos e bens	199100000000000		1.900,00	0,00	(1.400,00)	500,00
Responsabilidades de terceiros	199110000000000		1.900,00	0,00	(1.400,00)	500,00
Outras responsabilidades de terceiros	199119900000000	O	1.900,00	0,00	(1.400,00)	500,00
Responsáveis por Adiantamentos	199119900010000		1.900,00	0,00	(1.400,00)	500,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-BFESZ-141425300 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 19:48

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Maio de 2014 até: Maio de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Luiz Fernando Raldi	199119900010002	O	1.500,00	0,00	(1.400,00)	500,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 3 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Maio de 2014 até: Maio de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Passivo	20000000000000		(4.288,148,82)	1.045.907,50	(1.761.845,03)	(5.003.886,35)
Passivo circulante	21000000000000		(185.902,74)	170.470,39	(156.665,24)	(172.100,59)
Depósitos	21100000000000		(5.939,57)	8.624,83	(8.054,39)	(5.369,13)
Consignações	21100000000000		(5.939,57)	8.624,83	(8.054,39)	(5.369,13)
Previdência social	21110000000000		(4.497,12)	4.497,12	(5.041,45)	(5.041,45)
INSS	21110200000000		(4.497,12)	4.497,12	(5.041,45)	(5.041,45)
INSS sobre Folha de Pagamento	21110200000001	F	(1.555,29)	1.555,29	(1.555,29)	(1.555,29)
INSS Condutiva	21110200000003	F	(2.941,83)	2.941,83	(3.486,16)	(3.486,16)
INSS - DANIELA BOTTEGA PONTES	21110200000004	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Tesouro estadual e municipal	21114000000000		(1.442,45)	4.127,71	(3.012,94)	(327,68)
ISS	21114020000000	F	(1.178,18)	2.567,23	(1.389,05)	0,00
ISS a Recolher Iomere	21114020000001	F	(21,36)	96,48	(75,12)	0,00
ISS a Recolher Rio das Antas	21114020000002	F	(73,73)	100,59	(26,86)	0,00
ISS a Recolher Lebon Regis	21114020000003	F	(39,64)	131,04	(91,40)	0,00
ISS a Recolher Fraiburgo	21114020000004	F	(127,89)	417,82	(289,93)	0,00
ISS a Recolher Arroio Trinta	21114020000005	F	0,00	44,89	(44,89)	0,00
ISS a Recolher Videira	21114020000006	F	(354,02)	580,79	(226,77)	0,00
ISS a Recolher Casador	21114020000007	F	(348,44)	700,37	(351,93)	0,00
ISS a Recolher São Velloso	21114020000008	F	(97,52)	102,17	(4,65)	0,00
ISS a Recolher Matos Costa	21114020000009	F	(31,63)	41,20	(9,57)	0,00
ISS a Recolher Itaim	21114020000011	F	0,00	67,33	(67,33)	0,00
ISS a Recolher Macieira	21114020000012	F	0,00	14,82	(14,82)	0,00
ISS a Recolher Pinheiro Preto	21114020000013	F	(8,28)	17,09	(8,81)	0,00
ISS a Recolher Tangara	21114020000014	F	(75,47)	153,08	(77,61)	0,00
ISS a Recolher Timbo Grande	21114020000015	F	0,00	99,46	(99,46)	0,00
IRRF sobre Folha de Pagamento	21114030000000	F	(258,23)	1.451,32	(1.514,42)	(321,33)
IRRF sobre Folha de Pqto Arroio Trinta	21114030000005	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Casador	21114030000009	F	0,00	189,30	(189,30)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Calmon	21114030000010	F	(258,23)	0,00	(63,10)	(321,33)
IRRF sobre Folha de Pqto Fraiburgo	21114030000019	F	0,00	189,30	(189,30)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Itaim	21114030000022	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Iomere	21114030000024	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Lebon Regis	21114030000033	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Macieira	21114030000036	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Matos Costa	21114030000038	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Monte Carlo	21114030000039	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Pinheiro Preto	21114030000043	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Rio das Antas	21114030000049	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto São Velloso	21114030000050	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Tangara	21114030000054	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Timbo Grande	21114030000055	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Videira	21114030000060	F	0,00	189,32	(189,32)	0,00
IRRF sobre Folha de Pagamento Brundópolis	21114030000061	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
IRRF sobre Folha de Pqto Frei Rogério	21114030000062	F	0,00	63,10	(63,10)	0,00
Intligal	21114040000000		(6,04)	7,17	(7,48)	(6,35)
IRRF SERVIÇOS DE TERCEIROS	21114040000000	F	(6,04)	7,17	(7,48)	(6,35)
IRRF serv terceiros FEY PROBST & SOUTO ADVOCACIA	21114040000010	F	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF serv terceiros IPM INFORMATICA LTDA	21114040000020	F	(6,04)	7,17	(7,48)	(6,35)
Outros tributos estaduais e municipais	21114990000000	F	0,00	101,99	(101,99)	0,00
Outras Restituições	21114990000002	F	0,00	101,99	(101,99)	0,00
Outros consignatários	21119000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Sindicatos	21119040000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Sinacat	21119040000001	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações em circulação	21200000000000		(179.963,17)	161.845,56	(148.613,85)	(166.731,46)
Obrigações a pagar	21210000000000		(179.963,17)	161.845,56	(148.613,85)	(166.731,46)
Fornecedores	21211000000000		(174.061,52)	134.789,95	(123.126,68)	(162.418,25)
do Exercício	21211010000000		(62.738,69)	134.789,95	(123.126,68)	(51.075,42)
Fornecedores do Exercício	21211010000000	F	(62.738,69)	134.789,95	(123.126,68)	(51.075,42)
Fornecedores de exercícios anteriores	21211020000000		(111.342,83)	0,00	0,00	(111.342,83)
Restos a Pagar Processados - Executivo Indiretos	21211020000000	F	(111.342,83)	0,00	0,00	(111.342,83)
Pessoal a pagar	21212000000000		0,00	19.605,52	(19.605,52)	0,00
Pessoal a Pagar do Exercício	21212010000000	F	0,00	19.605,52	(19.605,52)	0,00
Encargos sociais a recolher	21213000000000		(5.881,65)	7.450,09	(5.881,65)	(4.313,21)
INSS	21213010000000		(4.313,21)	4.313,21	(4.313,21)	(4.313,21)
INSS do Exercício	21213010000000	F	(4.313,21)	4.313,21	(4.313,21)	(4.313,21)
INSS - contribuições sobre serviços de terceiros	21213020000000		0,00	0,00	0,00	0,00
INSS contribuições s/ serviços de 3ºs - do exercício	21213020000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
FGTS	21213030000000		(1.568,44)	3.136,88	(1.568,44)	0,00
Fgts do Exercício	21213030000000	F	(1.568,44)	3.136,88	(1.568,44)	0,00
Obrigações tributárias	21215000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	21215090000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Pis Pasep do Exercício	21215090000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos especiais a liberar	21216000000000		0,00	0,00	0,00	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-BFESZZ-141425300 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 19:48


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 4 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Maio de 2014 até: Maio de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Restos a pagar	2121602000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Nao Processados a Liquidar	2121602020000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Nao Processados Liquidados	2121602030000000	F	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio líquido	2400000000000000		(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
Patrimônio/capital	2410000000000000		(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
Patrimônio	2411000000000000	P	(226.963,96)	0,00	0,00	(226.963,96)
Passivo compensado	2900000000000000		(3.875.282,12)	875.437,11	(1.804.976,79)	(4.804.821,80)
Previsão orçamentária da receita	2910000000000000		(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsão orçamentária - natureza da receita	2911000000000000		(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsão Inicial da Receita	2911100000000000	C	(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
Previsão orçamentária - fonte de recursos	2912000000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Controle por fonte de recursos	2912100000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Previsão Inicial por Fonte de Recursos	2912101000000000	C	(1.227.000,00)	0,00	0,00	(1.227.000,00)
(Outros) Controles por Fonte de Recursos	2912199000000000	C	1.227.000,00	0,00	0,00	1.227.000,00
Execução orçamentária da despesa	2920000000000000		(1.854.411,20)	874.037,11	(1.429.037,11)	(2.409.411,20)
Disponibilidades de crédito	2921000000000000		(1.306.310,32)	873.780,27	(1.268.979,94)	(1.789.509,99)
Crédito Disponível	2921100000000000	C	(847.148,02)	562.758,38	(555.352,87)	(839.742,51)
Crédito indisponível	2921200000000000		(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
Crédito Pre-empenhado Líquido	2921205000000000	C	(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
Crédito utilizado	2921300000000000		(548.164,30)	311.023,89	(711.627,07)	(948.767,48)
Crédito Empenhado a Liquidar	2921301000000000	C	(473.206,18)	148.709,88	(563.013,22)	(887.509,52)
Crédito liquidado	2921302000000000		(74.958,12)	162.314,01	(148.613,85)	(61.257,96)
Crédito Empenhado - Liquidado	2921302010000000	C	(74.958,12)	162.314,01	(148.613,85)	(61.257,96)
Execução da despesa	2924000000000000		(458.100,88)	256,84	(162.057,17)	(619.901,21)
Emissão de empenho	2924100000000000		(458.100,88)	256,84	(162.057,17)	(619.901,21)
Empenhos por credor	2924104000000000		(458.100,88)	256,84	(162.057,17)	(619.901,21)
Valores Pagos	2924104030000000	C	(458.100,88)	256,84	(162.057,17)	(619.901,21)
Execução da programação financeira	2930000000000000		(791.970,92)	0,00	(175.939,68)	(967.910,60)
Disponibilidades financeiras	2932000000000000		(791.970,92)	0,00	(175.939,68)	(967.910,60)
Controle das Disponibilidades de Recursos	2932900000000000	O	(791.970,92)	0,00	(175.939,68)	(967.910,60)
Execução de restos a pagar	2950000000000000		0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Pagos	2952000000000000	O	(5.134,70)	0,00	0,00	(5.134,70)
Restos a Pagar Liquidados	2954000000000000	O	5.134,70	0,00	0,00	5.134,70
Compensações passivas diversas	2990000000000000		(1.900,00)	1.400,00	0,00	(500,00)
Valores, Titulos e Bns sob Responsabilidade	2991000000000000	O	(1.900,00)	1.400,00	0,00	(500,00)



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 5 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Maio de 2014 até: Maio de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Despesa orçamentária	30000000000000	F	533.059,00	148.357,01	(256,84)	681.159,17
Despesas correntes	33000000000000	F	481.147,00	145.857,01	(256,84)	626.747,17
Pessoal e encargos sociais	33100000000000	F	93.427,33	25.487,17	0,00	118.914,50
Aplicações diretas	33190000000000	F	93.427,33	25.487,17	0,00	118.914,50
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	33190110000000	F	71.517,21	19.606,52	0,00	91.122,73
Vencimentos e salários	33190110100000	F	71.517,21	19.606,52	0,00	91.122,73
Obrigações patronais	33190130000000	F	21.910,12	5.881,65	0,00	27.791,77
FGTS	33190130100000	F	5.842,70	1.568,44	0,00	7.411,14
Contribuições previdenciárias - INSS	33190130200000	F	16.067,42	4.313,21	0,00	20.380,63
Outras despesas correntes	33300000000000	F	387.719,67	120.369,84	(256,84)	507.832,67
Aplicações diretas	33390000000000	F	387.719,67	120.369,84	(256,84)	507.832,67
Material de consumo	33390300000000	F	168.679,65	48.934,39	(256,84)	217.357,20
Combustíveis e lubrificantes automotivos	33390300100000	F	920,53	77,36	0,00	997,89
Material de expediente	33390301600000	F	493,62	423,60	0,00	917,22
Material de processamento de dados	33390301700000	F	1.413,00	0,00	0,00	1.413,00
Material elétrico e eletrônico	33390302600000	F	158.094,55	48.433,43	0,00	206.527,98
Material para manutenção de veículos	33390303900000	F	5.960,16	0,00	0,00	5.960,16
Materiais de consumo - pago antecipado	33390309600000	F	1.797,79	0,00	(256,84)	1.540,95
Passagens e despesas com locomoção	33390330000000	F	192,80	0,00	0,00	192,80
Outras despesas com locomoção	33390339900000	F	192,80	0,00	0,00	192,80
Outros serviços terceiros - pessoa física	33390360000000	F	3.800,00	2.280,00	0,00	6.080,00
Locação de imóveis	33390361500000	F	3.300,00	2.280,00	0,00	5.580,00
Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	33390363500000	F	500,00	0,00	0,00	500,00
Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	33390390000000	F	214.763,25	69.155,45	0,00	283.918,70
Serviços técnicos profissionais	33390390500000	F	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Manutenção de software	33390390800000	F	474,00	318,00	0,00	790,00
Locação de softwares	33390391100000	F	4.417,32	1.986,13	0,00	6.383,45
Manutenção e conservação de veículos	33390391900000	F	2.123,00	680,00	0,00	2.803,00
Serviços de energia elétrica	33390394300000	F	455,46	106,24	0,00	563,70
Serviços de comunicação em geral	33390394700000	F	1.546,65	616,25	0,00	2.162,90
Serviços de telecomunicações	33390395800000	F	4.390,38	1.177,57	0,00	5.567,95
Seguros em geral	33390396900000	F	1.997,61	0,00	0,00	1.997,61
Vale-transporte	33390397200000	F	780,00	190,00	0,00	970,00
Serviços bancários	33390398100000	F	648,22	211,20	0,00	859,42
Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	33390399800000	F	1.160,99	0,00	0,00	1.160,99
Despesas de teleprocessamento	33390399700000	F	2.002,20	505,20	0,00	2.507,40
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33390399900000	F	191.767,42	63.384,86	0,00	255.152,28
Obrigações tributárias e contributivas	33390470000000	F	283,97	0,00	0,00	283,97
Contribuição para o PIS/PASEP	33390471200000	F	183,97	0,00	0,00	183,97
Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros - pessoa física	33390471800000	F	100,00	0,00	0,00	100,00
Despesas de capital	34000000000000	F	51.912,00	2.500,00	0,00	54.412,00
Investimentos	34400000000000	F	51.912,00	2.500,00	0,00	54.412,00
Aplicações diretas	34490000000000	F	51.912,00	2.500,00	0,00	54.412,00
Equipamentos e material permanente	34490520000000	F	51.912,00	2.500,00	0,00	54.412,00
Máquinas e equipamentos energéticos	34490523000000	F	186,00	0,00	0,00	186,00
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	34490523300000	F	346,00	0,00	0,00	346,00
Equipamentos de processamento de dados	34490523500000	F	5.560,00	2.500,00	0,00	8.060,00
Veículos de tração mecânica	34490525200000	F	45.800,00	0,00	0,00	45.800,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 6 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Maio de 2014 até: Maio de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Receita orçamentária	40000000000000	F	(494.481,89)	0,00	(175.939,68)	(670.421,57)
Receitas correntes	41000000000000	F	(477.881,89)	0,00	(170.739,68)	(648.621,57)
Receita patrimonial	41300000000000	F	(2.936,89)	0,00	(945,63)	(3.882,52)
Receitas de valores mobiliários	41320000000000	F	(2.936,89)	0,00	(945,63)	(3.882,52)
Remuneração de depósitos bancários	41325000000000	F	(2.936,89)	0,00	(945,63)	(3.882,52)
Remuneração depósitos de recursos vinculados	41325010000000	F	(2.622,88)	0,00	(861,39)	(3.484,27)
Receita rem. dep. banc. rec. vinc. outros	41325019900000	F	(2.622,88)	0,00	(861,39)	(3.484,27)
Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	41325019901000	F	(2.622,88)	0,00	(861,39)	(3.484,27)
Remuneração depósito de recursos não vinculados	41325020000000	F	(314,01)	0,00	(84,24)	(398,25)
Remuneração dep. recur. não vinculados-outras	41325029900000	F	(314,01)	0,00	(84,24)	(398,25)
Receita de serviços	41600000000000	F	(12.879,00)	0,00	(6.300,00)	(19.179,00)
Outras receitas de serviços	41600990000000	F	(12.879,00)	0,00	(6.300,00)	(19.179,00)
Outros Serviços - Horas Máquinas	41600990100000	F	(12.879,00)	0,00	(6.300,00)	(19.179,00)
Transferências correntes	41700000000000	F	(461.663,13)	0,00	(163.215,86)	(624.878,99)
Transferências intergovernamentais	41720000000000	F	(461.663,13)	0,00	(163.215,86)	(624.878,99)
Transferências dos municípios	41723000000000	F	(461.663,13)	0,00	(163.215,86)	(624.878,99)
Transferências a consórcios públicos	41723700000000	F	(461.663,13)	0,00	(163.215,86)	(624.878,99)
GRUPO DO PROGRAMA 01 ADM	41723700010000	F	(126.390,00)	0,00	(38.470,00)	(164.860,00)
ARROIO TRINTA	41723700011021	F	(9.120,00)	0,00	0,00	(9.120,00)
CAÇADOR	41723700011051	F	(18.240,00)	0,00	(3.510,00)	(21.750,00)
CALMON	41723700011053	F	(1.420,00)	0,00	0,00	(1.420,00)
FRABURGO	41723700011093	F	(18.240,00)	0,00	(4.560,00)	(22.800,00)
IBIAM	41723700011108	F	(6.080,00)	0,00	(1.520,00)	(7.600,00)
IOMERÊ	41723700011117	F	(6.080,00)	0,00	(1.520,00)	(7.600,00)
LEBON REGIS	41723700011148	F	(4.560,00)	0,00	0,00	(4.560,00)
NACIEIRA	41723700011154	F	(7.600,00)	0,00	0,00	(7.600,00)
MATOS COSTA	41723700011162	F	(6.080,00)	0,00	(1.520,00)	(7.600,00)
MONTI CARLO	41723700011167	F	(6.080,00)	0,00	(1.520,00)	(7.600,00)
PINHEIRO PRETO	41723700011196	F	(6.080,00)	0,00	(1.520,00)	(7.600,00)
RIO DAS ANTAS	41723700011215	F	(4.560,00)	0,00	(3.040,00)	(7.600,00)
SALTO VELOSO	41723700011228	F	(6.080,00)	0,00	0,00	(6.080,00)
TANGARÁ	41723700011267	F	(6.080,00)	0,00	(1.520,00)	(7.600,00)
TIMBÓ GRANDE	41723700011272	F	(330,00)	0,00	(7.600,00)	(7.930,00)
VIDEIRA	41723700011289	F	(18.240,00)	0,00	(4.560,00)	(22.800,00)
FREI ROGERIO	41723700011290	F	(1.520,00)	0,00	(1.520,00)	(3.040,00)
BRUNÓPOLIS	41723700011291	F	0,00	0,00	(4.560,00)	(4.560,00)
GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP	41723700020000	F	(325.273,13)	0,00	(124.745,86)	(450.018,99)
ARROIO TRINTA	41723700021021	F	(6.282,54)	0,00	(3.064,96)	(9.347,49)
CAÇADOR	41723700021051	F	(115.715,37)	0,00	(32.025,42)	(147.740,79)
CALMON	41723700021053	F	(3.084,62)	0,00	0,00	(3.084,62)
FRABURGO	41723700021093	F	(40.079,49)	0,00	(24.773,75)	(64.853,24)
IBIAM	41723700021108	F	(1.049,02)	0,00	(3.886,49)	(4.935,51)
IOMERÊ	41723700021117	F	(5.405,36)	0,00	(6.163,95)	(11.569,31)
LEBON REGIS	41723700021148	F	(9.736,32)	0,00	(5.025,26)	(14.761,58)
NACIEIRA	41723700021154	F	0,00	0,00	(1.561,64)	(1.561,64)
MATOS COSTA	41723700021162	F	(4.456,13)	0,00	(533,10)	(4.989,23)
PINHEIRO PRETO	41723700021196	F	(3.699,64)	0,00	(830,80)	(4.530,44)
RIO DAS ANTAS	41723700021215	F	(19.193,07)	0,00	(1.532,26)	(20.725,33)
SALTO VELOSO	41723700021228	F	(12.517,50)	0,00	0,00	(12.517,50)
TANGARÁ	41723700021267	F	(12.252,29)	0,00	(4.791,75)	(17.044,04)
TIMBÓ GRANDE	41723700021272	F	(10.855,67)	0,00	(22.000,00)	(32.855,67)
VIDEIRA	41723700021289	F	(80.935,91)	0,00	(18.556,49)	(99.492,40)
GRUPO DO PROGRAMA 03 PROA	41723700030000	F	(10.000,00)	0,00	0,00	(10.000,00)
FRABURGO	41723700031093	F	(5.000,00)	0,00	0,00	(5.000,00)
PINHEIRO PRETO	41723700031196	F	(5.000,00)	0,00	0,00	(5.000,00)
Outras receitas correntes	41900000000000	F	(402,87)	0,00	(278,19)	(681,06)
Multas e juros de mora	41910000000000	F	0,00	0,00	(176,20)	(176,20)
Multas de outras origens	41919000000000	F	0,00	0,00	(176,20)	(176,20)
Multas e juros previstos em contratos	41919270000000	F	0,00	0,00	(176,20)	(176,20)
Indenizações e restituições	41920000000000	F	(402,87)	0,00	(101,99)	(504,86)
Restituições	41922000000000	F	(402,87)	0,00	(101,99)	(504,86)
Outras restituições	41922990000000	F	(402,87)	0,00	(101,99)	(504,86)
Receitas de capital	42000000000000	F	(16.600,00)	0,00	(5.200,00)	(21.800,00)
Transferências de capital	42400000000000	F	(16.600,00)	0,00	(5.200,00)	(21.800,00)
Transferências intergovernamentais	42420000000000	F	(16.600,00)	0,00	(5.200,00)	(21.800,00)
Transferências dos municípios	42423000000000	F	(16.600,00)	0,00	(5.200,00)	(21.800,00)
Transferências a consórcios públicos	42423700000000	F	(16.600,00)	0,00	(5.200,00)	(21.800,00)
GRUPO DO PROGRAMA 01	42423700010000	F	(16.600,00)	0,00	(5.200,00)	(21.800,00)
ARROIO TRINTA	42423700011021	F	(1.200,00)	0,00	0,00	(1.200,00)
CAÇADOR	42423700011051	F	(2.400,00)	0,00	(600,00)	(3.000,00)
CALMON	42423700011053	F	(200,00)	0,00	0,00	(200,00)
FRABURGO	42423700011093	F	(2.400,00)	0,00	(600,00)	(3.000,00)
IBIAM	42423700011108	F	(800,00)	0,00	(200,00)	(1.000,00)

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-BFESZZ-141425300 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 19:48

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 7 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Maio de 2014 até: Maio de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
IOMERÊ	424233700011117	F	(800,00)	0,00	(200,00)	(1.000,00)
LEBON REGIS	424233700011148	F	(600,00)	0,00	0,00	(600,00)
MACIEIRA	424233700011154	F	(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
MATOS COSTA	424233700011162	F	(800,00)	0,00	(200,00)	(1.000,00)
MONTE CARLO	424233700011167	F	(800,00)	0,00	(200,00)	(1.000,00)
PINHEIRO PRETO	424233700011198	F	(800,00)	0,00	(200,00)	(1.000,00)
RIO DAS ANTAS	424233700011215	F	(800,00)	0,00	(400,00)	(1.000,00)
SALTO VELOSO	424233700011228	F	(800,00)	0,00	0,00	(800,00)
TANGARA	424233700011267	F	(800,00)	0,00	(200,00)	(1.000,00)
TIMBÓ GRANDE	424233700011272	F	0,00	0,00	(1.000,00)	(1.000,00)
VIDEIRA	424233700011289	F	(2.400,00)	0,00	(600,00)	(3.000,00)
FREI ROGÉRIO	424233700011290		(200,00)	0,00	(200,00)	(400,00)
BRUNÓPOLIS	424233700011291		0,00	0,00	(600,00)	(600,00)

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 8 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Maio de 2014 até: Maio de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Resultado diminutivo do exercício	50000000000000		41.002,19	0,00	0,00	41.002,19
Resultado extra-orçamentário	52000000000000		41.002,19	0,00	0,00	41.002,19
Decréscimos patrimoniais	52300000000000		41.002,19	0,00	0,00	41.002,19
Desincorporações de ativos	52310000000000		41.002,19	0,00	0,00	41.002,19
Baixa de direitos	52317000000000		41.002,19	0,00	0,00	41.002,19
Devedores - entidades e agentes	52317030000000		41.002,19	0,00	0,00	41.002,19
Agentes Devedores	52317030200000	F	41.002,19	0,00	0,00	41.002,19


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 9 / 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Maio de 2014 até: Maio de 2014

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Resultado aumentativo do exercício	60000000000000		(218.793,89)	0,00	(51.434,39)	(270.228,28)
Resultado orçamentário	61000000000000		(51.912,00)	0,00	(2.500,00)	(54.412,00)
Mutações ativas	61300000000000		(51.912,00)	0,00	(2.500,00)	(54.412,00)
Incorporação de ativos	61310000000000		(51.912,00)	0,00	(2.500,00)	(54.412,00)
Aquisições de bens	61311000000000		(51.912,00)	0,00	(2.500,00)	(54.412,00)
Bens móveis	61311020000000		(51.912,00)	0,00	(2.500,00)	(54.412,00)
Bens Móveis de Uso Permanente	61311020100000	P	(51.912,00)	0,00	(2.500,00)	(54.412,00)
Resultado extra-orçamentário	62000000000000		(166.881,89)	0,00	(48.934,39)	(215.816,28)
Acréscimos patrimoniais	62300000000000		(166.881,89)	0,00	(48.934,39)	(215.816,28)
Incorporação de ativos	62310000000000		(166.881,89)	0,00	(48.934,39)	(215.816,25)
Incorporação de bens móveis	62312000000000		(166.881,89)	0,00	(48.934,39)	(215.816,25)
Bens de estoque	62312020000000		(166.881,89)	0,00	(48.934,39)	(215.816,25)
Aquisição	62312020100000	P	(166.881,89)	0,00	(48.934,39)	(215.816,25)
Desincorporação de passivos	62330000000000		(0,00)	0,00	0,00	(0,00)
Desincorporação de obrigações	62331000000000		(0,00)	0,00	0,00	(0,00)
Resócio a Pagar	62331050000000	F	(0,00)	0,00	0,00	(0,00)

Ativo	5.222.374,84	Passivo	5.003.886,35
Despesa	681.169,17	Receita	670.421,57
Res. Diminutivo	41.002,19	Res. Aumentativo	270.228,28
		Dedução da Receita	0,00
Total	5.944.536,20	Total	5.944.536,20

 ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

 LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

BALANCETE DO RAZÃO**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Prestação de Contas

AN TC-01 Balancete do Razão

Período: Maio de 2014

Pag 1 / 2

Conta	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício Corrente						Razão	
		Até o Mês Ant.		Do Mês		Acumulado		Saldo Atual	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Financeiro									
Ativo	478.417,92	495.020,24	686.804,26	176.094,53	162.057,17	671.114,77	848.861,43	300.671,26	
Passivo	(298.107,49)	679.198,13	566.993,38	170.344,19	156.542,04	849.542,32	723.535,42	(172.100,59)	
Despesa orçamentária	0,00	534.000,22	941,22	148.357,01	256,84	682.357,23	1.198,06	681.159,17	
Receita orçamentária	0,00	0,00	482.761,89	0,00	169.059,68	0,00	661.821,57	(661.821,57)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	41.002,19	0,00	0,00	0,00	41.002,19	0,00	41.002,19	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,03	(0,03)	
(r) Deduções da receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Financeiro	180.310,43	1.749.220,78	1.747.500,78	494.795,73	487.915,73	2.244.016,51	2.235.416,51	188.910,43	
Patrimonial									
Ativo	46.653,53	218.793,86	0,00	51.434,39	0,00	270.228,25	0,00	316.881,78	
Passivo	(226.963,96)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(226.963,96)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	218.793,86	0,00	51.434,39	0,00	270.228,25	(270.228,25)	
Total do sistema Patrimonial	(180.310,43)	218.793,86	218.793,86	51.434,39	51.434,39	270.228,25	270.228,25	(180.310,43)	
Orçamentário									
Ativo	297.489,03	2.153.533,89	1.657.152,00	901.362,94	726.823,26	3.054.896,83	2.383.975,26	968.410,60	
Passivo	(297.489,03)	7.134,70	503.516,59	1.400,00	175.939,68	8.534,70	679.456,27	(968.410,60)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Orçamentário	0,00	2.160.668,59	2.160.668,59	902.762,94	902.762,94	3.063.431,53	3.063.431,53	0,00	
Compensado									
Ativo	0,00	4.070.374,98	988.963,78	906.879,36	351.879,36	4.977.254,34	1.340.843,14	3.636.411,20	
Passivo	0,00	3.231.333,44	6.312.744,64	874.037,11	1.429.037,11	4.105.370,55	7.741.781,75	(3.636.411,20)	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Compensado	0,00	7.301.708,42	7.301.708,42	1.780.916,47	1.780.916,47	9.082.624,89	9.082.624,89	0,00	
Não definido									
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Passivo	0,00	191,50	191,50	126,20	126,20	317,70	317,70	0,00	
Resultado diminutivo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado aumentativo do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do sistema Não definido	0,00	191,50	191,50	126,20	126,20	317,70	317,70	0,00	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1041101-022-CKSJB-141425375 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 19:49

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Prestação de Contas
AN TC-01 Balancete do Razão
Período: Maio de 2014

Pag 2 / 2

Conta	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício Corrente						Razão
		Até o Mês Ant.		Do Mês		Acumulado		
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	
Total Ativo	822.560,48	6.937.722,97	3.332.920,04	2.035.771,22	1.240.759,79	8.973.494,19	4.573.679,83	5.222.374,84
Total Passivo	(822.560,48)	3.917.857,77	7.383.446,11	1.045.907,50	1.761.645,03	4.963.765,27	9.145.091,14	(5.003.886,35)
Total Resultado Diminutivo do Exercício	0,00	41.002,19	0,00	0,00	0,00	41.002,19	0,00	41.002,19
Total Resultado Aumentativo do Exercício	0,00	0,00	218.793,89	0,00	51.434,39	0,00	270.228,28	(270.228,28)
Total Geral	0,00	11.430.583,15	11.428.863,15	3.230.035,73	3.223.155,73	14.660.618,88	14.652.018,88	8.600,00

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNALU
Diretor Executivo

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1041101-022-OKSJB-141425375 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 19:49

BALANÇO FINANCEIRO**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

AN TC-05 Balanço Financeiro

Período de Referência: Maio / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	175.939,68	670.421,57	ORÇAMENTÁRIA	562.403,51	1.568.668,69
Receitas Orçamentárias	175.939,68	670.421,57	Despesas Correntes	561.553,51	1.512.386,69
Receitas Correntes	170.739,68	648.621,57	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	283.136,48
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	561.553,51	1.229.250,21
Receita Patrimonial	945,63	3.882,52	Despesas de Capital	850,00	56.282,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	850,00	56.282,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.300,00	19.179,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	163.215,86	624.878,99	Despesas Intraorçamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	278,19	681,06	Despesas Intraorçamentárias Correntes	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	5.200,00	21.800,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	5.200,00	21.800,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	570.331,70	1.644.511,68	EXTRAORÇAMENTÁRIA	169.830,51	883.009,03
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	41.002,19	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	41.002,19	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	7.928,19	34.840,77	Depósitos	8.498,63	29.471,64
Consignações	7.928,19	34.840,77	Consignações	8.498,63	29.471,64
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	0,00	0,00	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	0,00	0,00
Restos a Pagar	562.403,51	1.568.668,69	Restos a Pagar	161.331,88	812.535,20
Obrigações a Pagar	562.403,51	1.568.668,69	Obrigações a Pagar	161.331,88	812.535,20
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	0,03	Decréscimos Patrimoniais	0,00	41.002,19
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	146.707,20	297.489,03	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	160.744,56	160.744,56
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	14.612,62	10.897,40	Bancos Conta Movimento	17.907,60	17.907,60
Bancos Conta Vinculada	132.094,58	286.591,63	Bancos Conta Vinculada	142.836,96	142.836,96
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
TOTAL	892.978,58	2.612.422,28	TOTAL	892.978,58	2.612.422,28

Notas:

 LUIZ FERNANDO RALDI
 Contador
 CRC/SC 029.696/O-0

 ELÓI RONNAU
 Diretor Executivo

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2014 Dotação: Período: Maio

Valor: Empenhado

Pag 1 / 2

Conta	Créditos			Total	Despesas	
	Orçado	Suplementado	Anulado		Valor/Mês	Acumulado
Órgão: 01 - CONSORCIO PÚBLICO						
3300000000000000 - Despesas correntes	1.095.000,00	1.130.577,58	0,00	2.225.577,58	561.553,51	1.512.386,69
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	457.500,00	35.636,48	0,00	493.136,48	0,00	283.136,48
3319000000000000 - Aplicações diretas	457.500,00	35.636,48	0,00	493.136,48	0,00	283.136,48
3319011000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.636,48
3319011010000000 - Vencimentos e salários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.636,48
3319013000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.500,00
3319013010000000 - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.500,00
3319013020000000 - Contribuições previdenciárias - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	637.500,00	1.094.941,10	0,00	1.732.441,10	561.553,51	1.229.250,21
3339000000000000 - Aplicações diretas	637.500,00	1.094.941,10	0,00	1.732.441,10	561.553,51	1.229.250,21
3339030000000000 - Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	209.926,54	513.177,76
3339030010000000 - Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.196,80
3339030160000000 - Material de expediente	0,00	0,00	0,00	0,00	183,38	1.066,85
3339030170000000 - Material de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413,00
3339030260000000 - Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
3339030390000000 - Material para manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.960,16
3339030960000000 - Materiais de consumo - pago antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	(256,84)	1.540,95
3339033000000000 - Passagens e despesas com locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192,80
3339033990000000 - Outras despesas com locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192,80
3339039600000000 - Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.340,00
3339039615000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.840,00
3339039635000000 - Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
3339039800000000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	351.626,97	696.839,65
3339039850000000 - Serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
3339039880000000 - Manutenção de software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896,00
3339039110000000 - Locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.058,24
3339039190000000 - Manutenção e conservação de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	680,00	2.803,00
3339039430000000 - Serviços de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
3339039470000000 - Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.505,49
3339039580000000 - Serviços de telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.213,38
3339039630000000 - Serviços gráficos e editoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	3.750,00
3339039690000000 - Seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997,61
3339039720000000 - Vale-transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	2.200,00
3339039810000000 - Serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	(46,03)	2.553,97
3339039860000000 - Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.160,99

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR12211014022-XMPV/N-4426547 - Emitido por: LUZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 19:52



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2014 Dotação: Período: Maio

Valor: Empenhado

Pág 2 / 2

Conta	Créditos			Total	Despesas	
	Orçado	Suplementado	Anulado		Valor/Mês	Saldo
Órgão: 01 - CONSORCIO PÚBLICO						
3339039970000000 - Despesas de teleprocessamento	0,00	0,00	0,00	0,00	1.043,00	6.043,80
3339039990000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	345.000,00	639.257,17
3339047000000000 - Obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00
3339047120000000 - Contribuição para o PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3339047180000000 - Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00
3400000000000000 - Despesas de capital	130.000,00	51.833,62	0,00	181.833,62	850,00	56.282,00
3440000000000000 - Investimentos	130.000,00	51.833,62	0,00	181.833,62	850,00	56.282,00
3449000000000000 - Aplicações diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	56.282,00
3449052000000000 - Equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186,00
3449052300000000 - Máquinas e equipamentos energéticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.366,00
3449052300000000 - Equipamentos para áudio, vídeo e foto	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	8.930,00
3449052350000000 - Equipamentos de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.800,00
3449052520000000 - Veículos de tração mecânica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	838.742,51
Total Órgão	1.225.000,00	1.182.411,20	0,00	2.407.411,20	562.403,51	1.568.668,69
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
3900000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3990000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3999000000000000 - Reserva de contingência	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total Órgão	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total Geral	1.227.000,00	1.182.411,20	0,00	2.409.411,20	562.403,51	840.742,51

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR122101-022-XWFPVN-4426547 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 19:52

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA DO A ARRECADADA**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Período: Janeiro até Maio de 2014

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Conta	Receita		Diferença	
		Orçada	Realizada	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes	10000000000000	1.138.000,00	648.621,57		489.378,43
Receita tributária	11000000000000	12.000,00	0,00		12.000,00
Impostos	11100000000000	11.000,00	0,00		11.000,00
Imposto sobre o patrimônio e a renda	11120000000000	11.000,00	0,00		11.000,00
Taxas	11200000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Taxas pela prestação de serviços	11220000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Receita patrimonial	13000000000000	3.600,00	3.882,52	282,52	
Receitas de valores mobiliários	13200000000000	3.600,00	3.882,52	282,52	
Remuneração de depósitos bancários	13250000000000	3.600,00	3.882,52	282,52	
Receita de serviços	16000000000000	245.400,00	19.179,00		226.221,00
Serviços administrativos	16001300000000	52.260,00	0,00		52.260,00
Serviços recreativos e culturais	16001900000000	1.140,00	0,00		1.140,00
Serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos	16002000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Outras receitas de serviços	16009900000000	190.000,00	19.179,00		170.821,00
Transferências correntes	17000000000000	877.000,00	624.878,99		252.121,01
Transferências intergovernamentais	17200000000000	877.000,00	624.878,99		252.121,01
Transferências dos municípios	17230000000000	877.000,00	624.878,99		252.121,01
Outras receitas correntes	19000000000000	0,00	681,06	681,06	
Multas e juros de mora	19100000000000	0,00	176,20	176,20	
Multas de outras origens	19190000000000	0,00	176,20	176,20	
Indenizações e restituições	19200000000000	0,00	504,86	504,86	
Restituições	19220000000000	0,00	504,86	504,86	
Receitas de capital	20000000000000	89.000,00	21.800,00		67.200,00
Alienação de bens	22000000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Alienação de bens móveis	22100000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Alienação de outros bens móveis	22190000000000	10.000,00	0,00		10.000,00
Transferências de capital	24000000000000	79.000,00	21.800,00		57.200,00
Transferências intergovernamentais	24200000000000	79.000,00	21.800,00		57.200,00
Transferências dos municípios	24230000000000	79.000,00	21.800,00		57.200,00
Total Geral		1.227.000,00	670.421,57		556.578,43

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/05/2014 até 31/05/2014

111129902010001 - B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5

Saldo da Contabilidade		9.131,76	Saldo de Aplicação		0,00		
Saldo Conciliado		9.131,76	Saldo de Extrato		9.131,76		
			Diferença conciliação (I)		0,00		
Pendências Contábeis			Pendências Bancárias				
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		0,00		Total (III)		0,00	
Diferença Geral (I - II + III)						0,00	

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9

Saldo da Contabilidade		90.676,24	Saldo de Aplicação		0,00		
Saldo Conciliado		90.676,24	Saldo de Extrato		91.602,93		
			Diferença conciliação (I)		(926,69)		
Pendências Contábeis			Pendências Bancárias				
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor
				Cheques a compensar			
				31/05/2014	850063	CHEQUE NÃO COMPENSADO	(190,24)
				31/05/2014	850064	CHEQUE	(63,41)
				31/05/2014	850066	CHEQUE	(673,04)
Total (II)		0,00		Total (III)		(926,69)	
Diferença Geral (I - II + III)							
0,00							

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/05/2014 até 31/05/2014

111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5

Saldo da Contabilidade		8.775,84	Saldo de Aplicação		0,00		
Saldo Conciliado		8.775,84	Saldo de Extrato		9.455,84		
			Diferença conciliação (I)		(680,00)		
Pendências Contábeis			Pendências Bancárias				
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor
				Cheques a compensar			
				31/05/2014 850013			(680,00)
				CHEQUE			(680,00)
Total (II)			0,00	Total (III)			(680,00)
Diferença Geral (I - II + III)							0,00

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111129902010004 - B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7

Saldo da Contabilidade		42.003,87	Saldo de Aplicação		0,00			
Saldo Conciliado		42.003,87	Saldo de Extrato		42.423,13			
			Diferença conciliação (I)		(419,26)			
Pendências Contábeis			Pendências Bancárias					
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor	
				Cheques a compensar				
				31/05/2014	850017	CHEQUE	(351,93)	
				31/05/2014	850018	CHEQUE	(67,33)	
Total (II)			0,00	Total (III)			(419,26)	
Diferença Geral (I - II + III)								0,00

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/05/2014 até 31/05/2014

111129902010005 - B.Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2

Saldo da Contabilidade		10.156,85	Saldo de Aplicação		0,00		
Saldo Conciliado		10.156,85	Saldo de Extrato		10.156,85		
			Diferença conciliação (I)		0,00		
Pendências Contábeis			Pendências Bancárias				
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		0,00		Total (III)		0,00	
Diferença Geral (I - II + III)							
0,00							

ELÓI RÖNNALU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

Fraiburgo, 31 de maio de 2014

IPM - Informática Ltda

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS - TC 06**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 2

Prestação de Contas

AN TC-06 Comparativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título

LOA: 2014 Período: Maio

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
Receita orçamentária	175.939,68	670.421,57
Receitas correntes	170.739,68	648.621,57
Receita patrimonial	945,63	3.882,52
Receitas de valores mobiliários	945,63	3.882,52
Remuneração de depósitos bancários	945,63	3.882,52
Remuneração depósitos de recursos vinculados	861,39	3.484,27
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	861,39	3.484,27
Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	861,39	3.484,27
Remuneração depósito de recursos não vinculados	84,24	398,25
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	84,24	398,25
Receita de serviços	6.300,00	19.179,00
Outras receitas de serviços	6.300,00	19.179,00
Outros Serviços - Horas Maquinas	6.300,00	19.179,00
Transferências correntes	163.215,86	624.878,99
Transferências intergovernamentais	163.215,86	624.878,99
Transferências dos municípios	163.215,86	624.878,99
Transferências a consórcios públicos	163.215,86	624.878,99
GRUPO DO PROGRAMA 01 ADM	38.470,00	164.860,00
ARROIO TRINTA	0,00	9.120,00
CACADOR	3.510,00	21.750,00
CALMON	0,00	1.420,00
FRAIBURGO	4.560,00	22.800,00
IBIAM	1.520,00	7.600,00
IOMERÊ	1.520,00	7.600,00
LEBON REGIS	0,00	4.560,00
MACIEIRA	0,00	7.600,00
MATOS COSTA	1.520,00	7.600,00
MONTE CARLO	1.520,00	7.600,00
PINHEIRO PRETO	1.520,00	7.600,00
RIO DAS ANTAS	3.040,00	7.600,00
SALTO VELOSO	0,00	6.080,00
TANGARÁ	1.520,00	7.600,00
TIMBÓ GRANDE	7.600,00	7.930,00
VIDEIRA	4.560,00	22.800,00
FREI ROGÉRIO	1.520,00	3.040,00
BRUNÓPOLIS	4.560,00	4.560,00
GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP	124.745,86	450.018,99
ARROIO TRINTA	3.064,95	9.347,49
CAÇADOR	32.025,42	147.740,79
CALMON	0,00	3.094,62
FRAIBURGO	24.773,75	64.853,24
IBIAM	3.886,49	4.935,51
IOMERÊ	6.163,95	11.569,31
LEBON REGIS	5.025,26	14.761,58
MACIEIRA	1.561,64	1.561,64
MATOS COSTA	533,10	4.989,23
PINHEIRO PRETO	830,80	4.530,64
RIO DAS ANTAS	1.532,26	20.725,33
SALTO VELOSO	0,00	12.517,50
TANGARÁ	4.791,75	17.044,04
TIMBÓ GRANDE	22.000,00	32.855,67
VIDEIRA	18.556,49	99.492,40
GRUPO DO PROGRAMA 03 PROA	0,00	10.000,00
FRAIBURGO	0,00	5.000,00
PINHEIRO PRETO	0,00	5.000,00
Outras receitas correntes	278,19	681,06
Multas e juros de mora	176,20	176,20
Multas de outras origens	176,20	176,20
Multas e juros previstos em contratos	176,20	176,20

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Prestação de Contas

AN TC-06 Comparativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título

LOA: 2014 Período: Maio

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
Indenizações e restituições	101,99	504,86
Restituições	101,99	504,86
Outras restituições	101,99	504,86
Receitas de capital	5.200,00	21.800,00
Transferências de capital	5.200,00	21.800,00
Transferências intergovernamentais	5.200,00	21.800,00
Transferências dos municípios	5.200,00	21.800,00
Transferências a consórcios públicos	5.200,00	21.800,00
GRUPO DO PROGRAMA 01	5.200,00	21.800,00
ARROIO TRINTA	0,00	1.200,00
CAÇADOR	600,00	3.000,00
CALMON	0,00	200,00
FRAIBURGO	600,00	3.000,00
IBIAM	200,00	1.000,00
IOMERÊ	200,00	1.000,00
LEBON REGIS	0,00	600,00
MACIEIRA	0,00	1.000,00
MATOS COSTA	200,00	1.000,00
MONTE CARLO	200,00	1.000,00
PINHEIRO PRETO	200,00	1.000,00
RIO DAS ANTAS	400,00	1.000,00
SALTO VELOSO	0,00	800,00
TANGARÁ	200,00	1.000,00
TIMBÓ GRANDE	1.000,00	1.000,00
VIDEIRA	600,00	3.000,00
FREI ROGÉRIO	200,00	400,00
BRUNÓPOLIS	600,00	600,00
Total Receita	175.939,68	670.421,57
Total Geral	175.939,68	670.421,57

 LUIZ FERNANDO RALDI
 Contador
 CRC/SC 029.696/O-0

 ELÓI RONNAU
 Diretor Executivo

RAZÃO ANALÍTICO PARA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 6

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/05/2014 até: 31/05/2014

9317 -111129902010001 - B. Brasil Sa Cinco Movimento 18.520-5 - 18520-5			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	8.910,25
20/05/2014	Receita Orçamentária	MULTA LELIS & CIA	176,20
30/05/2014	Receita Orçamentária	RECEITA DE RENDIMENTOS	47,16
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [60 / 2014] liquidação [160 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(1,85)
		TOTAL	9.131,76


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 2 / 6

 Gestão Patrimonial e Contábil
 Resumido
 Razão Contábil para Conciliação
 Período: 01/05/2014 até: 31/05/2014

19961 -111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 - 20412-9			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	80.913,11
07/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [63 / 2014] liquidação [120 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [3S MATERIAL PARA ESCRITORIO LTDA]	(56,30)
07/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [6 / 2014] liquidação [134 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [IVETE REGINA ODORIZZI]	(1.100,00)
07/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [31 / 2014] liquidação [133 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CAIXA ECONOMICA FEDERAL]	(1.568,44)
07/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [15 / 2014] liquidação [136 / 2014] com CHEQUE número [850062] credor [REVOLUCION SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME]	(158,00)
07/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [8 / 2014] liquidação [124 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [HBINFOPROVEDOR LTDA ME]	(356,20)
07/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [7 / 2014] liquidação [125 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [HBINFOPROVEDOR LTDA ME]	(149,00)
07/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [9 / 2014] liquidação [135 / 2014] com CHEQUE número [850062] credor [REVOLUCION SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME]	(480,00)
08/05/2014	Receita Orçamentária	adm	1.520,00
08/05/2014	Receita Orçamentária	adm	4.560,00
08/05/2014	Receita Orçamentária	adm	600,00
08/05/2014	Receita Orçamentária	adm	200,00
09/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	200,00
09/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	600,00
09/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	4.560,00
09/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	1.520,00
12/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	1.520,00
12/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	200,00
12/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	200,00
12/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	1.520,00
12/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	200,00
12/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	1.520,00
13/05/2014	Pagamento de Empenho	Estorno [1] - Pagamento de empenho [61 / 2014] liquidação [74 / 2014] com CHEQUE número [850054] credor [LUIZ FERNANDO RALDI]	256,84
14/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [11 / 2014] liquidação [145 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [OI SA]	(469,83)
14/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [10 / 2014] liquidação [146 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [OI SA]	(467,37)
14/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [65 / 2014] liquidação [121 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME]	(110,23)
14/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	4.560,00
14/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [51 / 2014] liquidação [138 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [IPM INFORMATICA LTDA]	(490,97)
14/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	600,00
20/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	3.040,00
20/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [16 / 2014] liquidação [122 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CELESC DISTRIBUICAO S A]	(117,52)
20/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [32 / 2014] liquidação [130 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [INSS]	(4.313,21)
20/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [115 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(1.555,29)
20/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	1.520,00
20/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	400,00
20/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	200,00
20/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [62 / 2014] liquidação [140 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [EMPRESA BRASILEIRA DE TELEGRAFOS]	(616,25)
23/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	3.510,00
23/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	600,00
24/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	200,00
24/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	1.000,00
24/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	1.520,00
24/05/2014	Receita Orçamentária	ADM	7.600,00
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [164 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [166 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM161102-022-KWYJY-141426153 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 20:02


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 3 / 6

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/05/2014 até: 31/05/2014

19961 - 111129902010002 - B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 - 20412-9			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [71 / 2014] liquidação [139 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME]	(389,85)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [74 / 2014] liquidação [152 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [IVETE REGINA ODORIZZI]	(1.180,00)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [34 / 2014] liquidação [153 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL]	(190,00)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [7 / 2014] liquidação [150 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [HBINFOPROVEDOR LTDA ME]	(149,00)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [161 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [155 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [134 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(0,31)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [151 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [134 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(5,92)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [156 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [160 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [163 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [37 / 2014] liquidação [163 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(181,60)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [154 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(189,30)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [159 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [43 / 2014] liquidação [141 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [POSTO MACA LTDA]	(77,36)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [31 / 2014] liquidação [155 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CAIXA ECONOMICA FEDERAL]	(1.568,44)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [157 - 2014] com DEBITO BANCARIO número 850064	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [75 / 2014] liquidação [158 / 2014] com CHEQUE número [850066] credor [REVOLUCION SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME]	(515,04)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [165 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(189,32)
30/05/2014	Receita Orçamentária	RECEITA DE RENDIMENTOS	502,70
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [152 - 2014] com CHEQUE número 850063	(189,30)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [8 / 2014] liquidação [151 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [HBINFOPROVEDOR LTDA ME]	(356,20)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [134 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(0,94)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [162 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [167 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [168 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [30 / 2014] liquidação [156 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [ELOI RONNAU]	(16.433,82)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [15 / 2014] liquidação [159 / 2014] com CHEQUE número [850066] credor [REVOLUCION SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME]	(158,00)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [158 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(63,10)
TOTAL			90.676,24

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 4 / 6

Gestão Patrimonial e Contábil

Resumido

Razão Contábil para Conciliação

Período: 01/05/2014 até: 31/05/2014

19962 -111129902010003 - B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 20.414-5 - 20414-5			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	5.702,37
07/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [68 / 2014] liquidação [116 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA]	(1.565,98)
16/05/2014	Receita Orçamentária	MAQUINAS LEBON REGIS	6.300,00
20/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [72 / 2014] liquidação [126 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA]	(292,45)
20/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [73 / 2014] liquidação [127 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA]	(723,33)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [83 / 2014] liquidação [157 / 2014] com CHEQUE número [850013] credor [SAMUEL SANTIAN]	(680,00)
30/05/2014	Receita Orçamentária	RECEITA DE RENDIMENTOS	37,08
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [38 / 2014] liquidação [162 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(1,85)
		TOTAL	8.775,84

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 5 / 6

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/05/2014 até: 31/05/2014

19963 - 111129902010004 - B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	41.077,70
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [113 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(75,47)
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [110 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(8,28)
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [106 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(127,89)
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [107 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(21,36)
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [105 - 2014] com CHEQUE número 850016	(348,44)
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [108 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(39,64)
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [114 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(354,02)
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [111 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(73,73)
07/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [28 / 2014] liquidação [137 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ME]	(472,64)
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [109 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(31,83)
07/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [112 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(97,52)
08/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	24.773,75
08/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	4.791,75
08/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [50 / 2014] liquidação [112 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA]	(10.000,00)
08/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [49 / 2014] liquidação [111 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA]	(19.367,68)
09/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	6.163,95
09/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	18.556,49
09/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	1.561,64
12/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	5.025,26
12/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	3.064,95
12/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	3.886,49
12/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	830,80
12/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	533,10
14/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [49 / 2014] liquidação [111 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA]	(30.000,00)
14/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [45 / 2014] liquidação [144 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [OI SA]	(240,37)
20/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [104 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(2.941,83)
20/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	1.532,26
23/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	32.025,42
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [49 / 2014] liquidação [142 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA]	(58.509,65)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [137 - 2014] com CHEQUE número 850017	(351,93)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [149 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(226,77)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [144 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(8,81)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [145 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(26,86)
30/05/2014	Receita Orçamentária	MIP	22.000,00
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [136 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(44,89)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [139 - 2014] com CHEQUE número 850018	(67,33)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [140 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(75,12)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [142 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(14,92)

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 6 / 6

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/05/2014 até: 31/05/2014

19963 -111129902010004 - B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [147 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(77,61)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [143 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(9,37)
30/05/2014	Receita Orçamentária	RECEITA DE RENDIMENTOS	305,61
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [141 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(91,40)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [146 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(4,65)
30/05/2014	Pagamento de Empenho	Pagamento de empenho [39 / 2014] liquidação [161 / 2014] com DEBITO BANCARIO número [] credor [BANCO DO BRASIL SA]	(25,90)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [148 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(99,46)
30/05/2014	Pagamento de Nota Extra	Pagamento de Nota Extra [136 - 2014] com DEBITO BANCARIO número	(289,93)
TOTAL			42.003,87

19964 -111129902010005 - B. Brasil Cinco - Ctp3 Proama - 21.525-2 - 21525-2			
Data	Tipo Movimento	Histórico	Valor
		Saldo Anterior	10.103,77
30/05/2014	Receita Orçamentária	RECEITA DE RENDIMENTOS	53,08
TOTAL			10.156,85

RELAÇÃO DE EMPENHOS EMITIDOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Período de Emissão: 01/05/2014 até: 31/05/2014

Pág 1 / 2

Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
59	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01030000	21/02/2014	BANCO DO BRASIL SA	0,00	96,03	(96,03)
Histórico: TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 CONTA 21525-2.								
61	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01030000	05/03/2014	LUIZ FERNANDO RALDI	0,00	256,84	(256,84)
Histórico: ADIANTAMENTO PARA COMPRAS DE MATERIAIS DE PEQUENO VALOR.								
77	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01030000	05/05/2014	VALE VISARE LTDA	3.750,00	0,00	3.750,00
Histórico: CRIAÇÃO, LAYOUT E ARTE FINAL DE LOGOMARCA, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE MANUAL DE USO DA LOGOMARCA COM CD, CRIAÇÃO, LAYOUT, ARTE FINAL E AQUIVO EM CD PARA: CARTÃO DE VISITA, PAPEL OFÍCIO, ENVELOPES OFÍCIO, 20X28 E 26X36, PASTA E PLACA PARA A NOVA RAZÃO SOCIAL DO CONSÓRCIO.								
78	Estimativo	01.001.0018.0541.0001.2007.33390000000000000000	01030000	05/05/2014	BANCO DO BRASIL SA	50,00	0,00	50,00
Histórico: TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 CONTA 21525-2.								
79	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03030000	22/05/2014	3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA	33,75	0,00	33,75
Histórico: AQUISIÇÃO 25,00 UNID DE CAIXA DE ARQUIVO MORTO, PAPELÃO MARROM., SOL. FORNECIMENTO 0014/2014, PAL 0007/2014 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0004/2014 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0005/2014 - CINCO, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE.								
80	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03030000	23/05/2014	3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA	61,28	0,00	61,28
Histórico: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0016/2014, PAL 0007/2014 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0004/2014 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0005/2014 - CINCO, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE.								
81	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03030000	23/05/2014	ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME	88,35	0,00	88,35
Histórico: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0017/2014, PAL 0007/2014 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0004/2014 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0005/2014 - CINCO, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE.								
82	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01030000	23/05/2014	POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME	850,00	0,00	850,00
Histórico: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0015/2014, PAL 0013/2014 - CIMCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO 0010/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0011/2014 - CIMCATARINA, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE.								
83	Ordinário	01.001.0020.0606.0001.2008.33390000000000000000	01020000	27/05/2014	SAMUEL SANTIAN	680,00	0,00	680,00
Histórico: REFERENTE MONTAGEM DA ESTEIRA DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 01 EM SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE LEBON REGIS.								
84	Estimativo	01.001.0015.0452.0001.2005.33390000000000000000	01030000	27/05/2014	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	345.000,00	0,00	345.000,00
Histórico: COMPLEMENTO AO EMPENHO 17 REFERENTE DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA REFERENTE JUNHO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2012 ? CINCO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2012 CINCO.								
85	Estimativo	01.001.0015.0452.0001.2005.33390000000000000000	01030000	27/05/2014	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	210.000,00	0,00	210.000,00
Histórico: COMPLEMENTO AO EMPENHO 18 REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA REFERENTE JUNHO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2012 ? CINCO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2012 ? CINCO.								
86	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01030000	30/05/2014	HBINFOPROVEDOR LTDA ME	1.043,00	0,00	1.043,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WEC081101-022-BXP0K-141436273 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 20:04



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Execução Orçamentária
Empenhos Emitidos
Período de Emissão: 01/05/2014 até: 31/05/2014

Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
Histórico: SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET COM VELOCIDADE DE 5 MB PARA USO DO CONSORCIO, DURANTE OS MESES DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2014 CONFORME CONTRATO 007/2013 CINCO E TAO08/2014/CIMCATARINA								
87	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000	01030000	30/05/2014	SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL	1.200,00	0,00	1.200,00
Histórico: DESPESA COM VALES TRANSPORTE PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DO CONSORCIO CINCO, DURANTE JULHO A DEZEMBRO DE 2014.								
Total Empenhos Globais						1.043,00	0,00	1.043,00
Total Empenhos Ordinários						5.483,38	256,84	5.206,54
Total Empenhos Estimativos						556.250,00	96,03	556.153,97
Total Geral						562.756,38	352,87	562.403,51

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

IPM - Informática Ltda

Identificador: WEC081101+022-BXIPQK+4+426273 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 20:04

RELACÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2014 até: 31/05/2014

Pág 1 / 3

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vinculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
05/05/2014	135	IPM INFORMATICA LTDA	14461	Pagamento automático de reb	1030000		Retenção	1	7,48
							SubTotal 05/05/2014		7,48
07/05/2014	138	HBINFOPROVEDOR LTDA M/7423			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		149,00
07/05/2014	139	HBINFOPROVEDOR LTDA M/2603			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		356,20
07/05/2014	144	REVOLUCION SERVICOS DI/250			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850062	158,00
07/05/2014	143	REVOLUCION SERVICOS DI/251			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850062	480,00
07/05/2014	141	IVETE REGINA ODORIZZI 04			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.100,00
07/05/2014	140	CAIXA ECONOMICA FEDER. GRF 04			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.568,44
07/05/2014	123	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		31,83
07/05/2014	126	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		127,89
07/05/2014	118	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		354,02
07/05/2014	125	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		39,64
07/05/2014	127	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Cheque	850016	348,44
07/05/2014	122	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		73,73
07/05/2014	124	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		21,36
07/05/2014	119	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		97,52
07/05/2014	120	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		75,47
07/05/2014	121	CONDUVALE ELETRIFICAC/1			1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		8,28
07/05/2014	137	3S MATERIAL PARA ESCRIT	14759		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		56,30
07/05/2014	136	GEINFO TECNOLOGIA DA II 761			3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		472,64
07/05/2014	142	SHARK MAQUINAS PARA CI 7330			1020000	B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 2	Débito Bancário		1.565,98
							SubTotal 07/05/2014		7.084,74
08/05/2014	147	CONDUVALE ELETRIFICAC/1	985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997	Pagamento automático de reb	1030000		Retenção	1	4.875,21
08/05/2014	146	CONDUVALE ELETRIFICAC/1	958, 957, 956, 955, 953, 960, 959, 854, 852, 851		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		10.000,00
08/05/2014	145	CONDUVALE ELETRIFICAC/1	907, 915, 914, 913, 912, 911, 910, 909, 908, 906		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		19.367,68
							SubTotal 08/05/2014		34.242,89
13/05/2014	55	LUIZ FERNANDO RALDI	5565, 7809, 2170, 14870, 866, 428, 14472, 25391		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Cheque	850054	(256,84)
							SubTotal 13/05/2014		(256,84)
14/05/2014	149	OI SA	1405000209836		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		467,37
14/05/2014	148	OI SA	1405000257038		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		469,83
14/05/2014	153	IPM INFORMATICA LTDA	14461		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		490,97
14/05/2014	151	CONDUVALE ELETRIFICAC/1	907, 915, 914, 913, 912, 911, 910, 909, 908, 906		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		30.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WFC161101-002-ERRV01-141426334 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 20:05



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2014 até: 31/05/2014

Pág 2 / 3

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
14/05/2014	150	OI SA	1405000189577, 1405000193618		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		240,37
14/05/2014	152	ANA PAULA TAVELLA MACH	363		3030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		110,23
SubTotal 14/05/2014									31.778,77
20/05/2014	129	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.555,29
20/05/2014	155	CELESC DISTRIBUICAO S A	201411287440955		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		117,52
20/05/2014	154	INSS	GPS		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		4.313,21
20/05/2014	128	CONDUVALE ELETRIFICAC	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		2.941,83
20/05/2014	156	EMPRESA BRASILEIRA DE	138129		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		616,25
20/05/2014	157	SHARK MAQUINAS PARA CI	7458		3020000	B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 2	Débito Bancário		292,45
20/05/2014	158	SHARK MAQUINAS PARA CI	7458		1020000	B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 2	Débito Bancário		723,33
SubTotal 20/05/2014									10.559,08
30/05/2014	167	ELÓI RONNAU	05		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		16.433,82
30/05/2014	131	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	132	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	145	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	140	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		189,32
30/05/2014	146	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário	850063	189,30
30/05/2014	148	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário	850064	63,10
30/05/2014	133	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	135	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		189,30
30/05/2014	142	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	139	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	134	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	138	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	143	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	137	ELÓI RONNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	159	ELÓI RONNAU	05		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário	1	3.171,70
30/05/2014	164	HBINFOPROVEDOR LTDA M	2657		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		356,20
30/05/2014	163	HBINFOPROVEDOR LTDA M	8397		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		149,00
30/05/2014	171	REVOLUCION SERVICOS DI	254		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário	850066	158,00
30/05/2014	162	POSTO MACA LTDA	81359		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		77,36
30/05/2014	166	SANTA TEREZINHA TRANSF	RECIBO 31196		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		190,00
30/05/2014	148	IPM INFORMATICA LTDA	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		0,31
30/05/2014	147	IPM INFORMATICA LTDA	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		0,94
30/05/2014	130	IPM INFORMATICA LTDA	1		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		5,92
30/05/2014	160	CAIXA ECONOMICA FEDER	GRF		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		1.568,44
30/05/2014	175	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO BANCARIO		1030000	B. Brasil Cinco - Ctp01 Ctr1 -	Débito Bancário		181,60

Identificador: WFC161101-022-ERRVU-141426334 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 20:05

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2014 até: 31/05/2014

Pág 3 / 3

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
30/05/2014	155	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		77,61
30/05/2014	163	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		44,89
30/05/2014	158	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		289,93
30/05/2014	168	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		58.509,65
30/05/2014	152	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		91,40
30/05/2014	156	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		75,12
30/05/2014	161	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		226,77
30/05/2014	151	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Cheque	850018	67,33
30/05/2014	162	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		99,46
30/05/2014	157	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		14,92
30/05/2014	153	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		9,37
30/05/2014	150	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Cheque	850017	351,93
30/05/2014	154	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		4,85
30/05/2014	159	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		26,86
30/05/2014	160	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		8,81
30/05/2014	144	ELÓI RÖNNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap01 Ctr1 - 2	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	141	ELÓI RÖNNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap01 Ctr1 - 2	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	136	ELÓI RÖNNAU	1		1030000	B. Brasil Cinco - Cap01 Ctr1 - 2	Débito Bancário		63,10
30/05/2014	170	REVOLUCION SERVICOS DI	253		3030000	B. Brasil Cinco - Cap01 Ctr1 - 2	Cheque	850066	515,04
30/05/2014	165	IVETE REGINA ODORIZZI	RECIBO 05/2014		3030000	B. Brasil Cinco - Cap01 Ctr1 - 2	Débito Bancário		1.180,00
30/05/2014	173	BANCO DO BRASIL SA	TARIFAS BANCARIAS		3030000	B. Brasil Cinco - Cap1 Ctr3 - 2	Débito Bancário		25,90
30/05/2014	161	ANA PAULA TAVELLA MACH	405		3030000	B. Brasil Cinco - Cap01 Ctr1 - 2	Débito Bancário		389,85
30/05/2014	174	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO BANCARIO		1020000	B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 2	Débito Bancário		1,85
30/05/2014	169	SAMUEL SANTIAN	205		1020000	B. Brasil Cinco - Cps Maq. - 2	Cheque	850013	680,00
30/05/2014	172	BANCO DO BRASIL SA	TARIFA BANCARIA		3020000	B. Brasil Sa Cinco Movimento	Débito Bancário		1,85
SubTotal 30/05/2014									86.437,80
Total Pago Maio									169.854,72
Total Geral									169.854,72

IPM - Informática Ltda

Identificador: WFC161101-022-ERRVU-141426334 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

25/06/2014 20:05

CIS/AMOSC**Resolução Nº 02/2014**

RESOLUÇÃO Nº 02/2014

Regulamenta o § 1º do artigo 2º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que trata do pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação e dá outras providências.

PEDRO BORSOI, Prefeito Municipal de Guatambu e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIS-AMOSC, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07:

RESOLVE

Art. 1º Este Regulamento estabelece normas e procedimentos relativos à licitação no âmbito do Consórcio Público CIS-AMOSC, na modalidade pregão, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada pregão eletrônico, destinado à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC poderá, a qualquer tempo, proceder ao pregão eletrônico dos bens e serviços comuns, com vistas ao abastecimento das diversas unidades dos Órgãos Municipais Consorciados, assim como a manutenção dos serviços gerais.

Art. 3º O consórcio público realizará os pregões eletrônicos por intermédio da BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL - BLL (www.bll.org.br), nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 2º da Lei nº 10.520/02.

Art. 4º Para participar de pregões eletrônicos as pessoas interessadas em contratar com o CIS-AMOSC e seus municípios consorciados deverão estar devidamente credenciadas junto as corretoras de mercadorias associadas ou diretamente à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

§ 1º O credenciamento deverá ser realizado em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada no edital para apresentação da proposta e início do certame.

§ 2º Os interessados participarão dos pregões eletrônicos por intermédio de corretora de mercadorias com poderes para, em seu nome, oferecer propostas, formular lances, negociar, recorrer e praticar os demais atos inerentes ao certame.

§ 3º A corretora de mercadorias é responsável por todos os atos praticados pelo credenciado, em seu nome, no sistema eletrônico do pregão.

§ 4º O envio da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

§ 5º O requerimento do interessado, dirigido à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, para cancelamento da senha do representante por ele indicado, não elide a sua responsabilidade pelos atos praticados pelo credenciado até o dia e hora do respectivo

protocolo.

Art. 5º Para os efeitos desta Resolução considera-se:

I. métodos de autenticação de acesso: recursos de tecnologia da informação que visam garantir a autenticidade da identificação de quem está acessando as informações do sistema e das informações que estão sendo disponibilizadas;

II. recursos de criptografia: recursos que permitem escrever informações e dados em cifra ou em código, mediante o uso de uma palavra chave secreta, de forma a permitir que apenas quem tem acesso a ela possa decifrar ou compreender esses dados e informações;

III. sistema eletrônico: conjunto de programas de computador utilizando recursos de tecnologia da informação para autorizar rotinas e processos;

IV. provedor: uma organização ou companhia que provê serviços de armazenamento de dados, de desenvolvimento, de manutenção, de hospedagem, de acesso ao sistema eletrônico e à Internet e a garantia de segurança e integridade de informações, dentre outros serviços;

V. chave de identificação: conjunto de caracteres que identificam, individualmente, o usuário do sistema eletrônico;

VI. credenciamento: situação na qual os envolvidos com o sistema eletrônico possuem ou passem a possuir chave de identificação e senha para acesso ao mesmo, caso necessário;

VII. BLL: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

Art. 6º O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet.

§ 1º A utilização dos recursos de tecnologia da informação contemplará o uso de recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas da compra através do Pregão Eletrônico.

§ 2º O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão promotor da licitação, por meio de utilização de recursos de tecnologia da informação próprios ou por acordos de cooperação técnica junto a terceiros.

§ 3º Todos quantos participem de licitação na modalidade Pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido nesta Resolução, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º Serão previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

§ 3º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser

comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Art. 8º Caberá à autoridade competente do órgão promotor do pregão eletrônico, providenciar o credenciamento do pregoeiro e da respectiva equipe de apoio designados para a condução do pregão.

Parágrafo único. À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas em lei, cabe:

- I. determinar a abertura da licitação;
- II. designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;
- III. decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e
- IV. homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Art. 9º Caberá ao pregoeiro:

- I. a abertura e exame das propostas iniciais de preços apresentadas por meio
- II. eletrônico;
- III. a adjudicação da proposta de menor preço;
- IV. a elaboração da ata;
- V. a condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- VI. o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos;
- VII. o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação;
- VIII. as demais atribuições previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho e 2002.

Art. 10. Caberá ao pregoeiro a abertura e exame das propostas iniciais de preços apresentadas por meio eletrônico e as demais atribuições previstas nos regulamentos próprios.

Art. 11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

Parágrafo único. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 12. A definição do objeto deve ser realizada de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas,

irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência.

Art. 13. A sessão pública do pregão eletrônico será regida pelas regras especificadas no artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelo seguinte:

I. a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso no órgão oficial de publicação do CIS-AMOS, Diário Oficial dos Municípios - DOM, veiculado eletronicamente no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

II. do aviso do Edital deverão constar o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão será realizado por meio de sistema eletrônico;

III. todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

IV. a participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do representante do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço em data e horário previsto no Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

V. como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

VI. a partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo Edital;

VII. aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor apresentada, sendo que, em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

VIII. os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação;

IX. só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

X. não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

XI. durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

XII. a etapa de lances da sessão pública, prevista em Edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

XIII. o pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro

acerca da aceitação do lance de menor valor;

XIV. como requisito para a celebração do contrato, o vencedor deverá apresentar o documento original ou cópia autenticada;

XV. o interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado, através do sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da fase competitiva do pregão, sendo que, para o encaminhamento de memorial e contra razões será facultada a utilização de endereço eletrônico na Internet ou fax previamente divulgados em Edital, com posterior encaminhamento do original, observado o prazo de 03 (três) dias;

XVI. encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, no prazo e endereço estabelecidos no Edital, podendo esta comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação via fax, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, observados os prazos estabelecidos no Edital;

XVII. a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

Art. 14. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

Parágrafo único. Na situação a que se refere acima, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

Art. 15. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

Art. 16. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo único. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó SC, 17 de junho de 2014.

PEDRO BORSOI

Prefeito de Guatambu

Presidente do CIS-AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 03/2014

Dispõe sobre o Regulamento do Registro de Preços no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e dá outras providências.

PEDRO BORSOI, Prefeito Municipal de Guatambu e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto

do CIS-AMOSC, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07;

RESOLVE

Art. 1º O Sistema de Registro de Preços visando a aquisição de bens e serviços para o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, inclusive, através de licitação compartilhada com os municípios consorciados, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I. Sistema de Registro de Preços - SRP: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II. Ata de Registro de Preços: documento de caráter obrigacional em que são averbados os órgãos participantes, os preços, os fornecedores de bens ou prestadores de serviços e as quantidades e condições a serem observadas nas futuras contratações;

III. Órgão Gerenciador: o Consórcio CIS-AMOSC é o responsável pelo gerenciamento do SRP, inclusive a condução da licitação;

IV. Órgão Participante: órgão, entidade ou município consorciado que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.

Art. 3º Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços nas seguintes hipóteses:

I. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II. quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários ao CIS-AMOSC para o desempenho de seus objetivos e finalidades;

III. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão, entidade ou município consorciado, ou a programas; e

IV. quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo CIS-AMOSC.

Art. 4º As licitações para o Sistema de Registro de Preços - SRP serão realizadas nas modalidades Pregão e Concorrência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, respectivamente, adotando-se o tipo menor preço.

Parágrafo único. O Sistema de Registro de Preços - SRP será precedido de ampla pesquisa de mercado.

Art. 5º Caberá ao Órgão Gerenciador a prática dos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços - SRP, em especial:

I. consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, bem como promover as devidas adequações com vistas à definição das especificações técnicas ou dos projetos básicos para atender aos requisitos de padronização;

II. realizar ampla pesquisa de mercado visando aferir os preços efetivamente praticados antes da realização do certame e após, sempre que julgar necessário, para aferir a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;

III. obter a concordância dos órgãos participantes em relação às especificações e aos quantitativos do objeto a ser licitado ou o projeto básico, quando for o caso;

IV. realizar o procedimento licitatório pertinente;

V. indicar os fornecedores, sempre que solicitado, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços - SRP;
VI. conduzir os procedimentos relativos à revisão dos preços registrados e à aplicação de penalidades.

Art. 6º Caberá ao Órgão, entidade ou Município participante:

I. manifestar interesse em participar do Sistema de Registro de Preços - SRP, informando ao Órgão Gerenciador a sua estimativa de consumo e suas pretensões quanto às especificações técnicas ou quanto ao projeto básico ou termo de referência, conforme o caso;

II. assegurar que todos os atos para sua inclusão no Sistema de Registro de Preços - SRP estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

III. manifestar ao Órgão Gerenciador sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;

IV. manter-se informado sobre o andamento do Sistema de Registro de Preços - SRP, inclusive em relação às alterações porventura ocorridas, com o objetivo de dar correto cumprimento às suas disposições;

V. indicar o gestor do contrato;

VI. conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo quanto ao resultado dos referidos procedimentos.

Art. 7º Além das atribuições previstas no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, caberá ao gestor do contrato:

I. consultar o Órgão Gerenciador quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados;

II. assegurar-se de que a contratação a ser celebrada atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos preços registrados, informando ao Órgão Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização;

III. encaminhar ao Órgão Gerenciador as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

IV. zelar pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas;

V. informar ao Órgão Gerenciador quando o fornecedor não atender as condições estabelecidas no edital ou recusar-se a firmar o contrato.

Art. 8º O CIS-AMOSC, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da

unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão, entidade ou município participante do certame.

§ 2º Nos casos previstos no parágrafo primeiro, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão, entidade ou município, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

§ 3º Na previsão editalícia não será admitida cotação de quantidades inferiores às demandadas na licitação.

Art. 9º Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

I. o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial do CIS-AMOSC e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II. quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

III. os órgãos, entidade e municípios participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

Art. 10. A existência de preços registrados não obriga o CIS-AMOSC a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 11. O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

Parágrafo único. As contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observado o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 12. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão, entidade, ou município consorciado ao CIS-AMOSC que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos, entidades e municípios que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de

Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

Art. 13. O edital de licitação para o Sistema de Registro de Preços - SRP observará no que couber, as disposições do artigo 40 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e do artigo 4º, inciso I, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e sua regulamentação, e indicará:

I. a estimativa de quantidades a serem contratadas no prazo de validade do registro;

II. a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

III. o prazo de validade do registro de preços;

IV. os órgãos, entidades ou municípios consorciados participantes do respectivo SRP;

V. os locais e prazos de entrega e de execução do objeto;

VI. os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis;

VII. as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

VIII. definição de índice econômico adequado ao objeto da licitação e que será utilizado nos eventuais reajustes;

IX. critérios econômicos adotados como parâmetros para evolução dos custos;

X. critérios para deliberação e periodicidade dos reajustes.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de medicamentos e outros similares.

§ 2º Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos, variáveis por região.

Art. 14. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo CIS-AMOSC.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

Art. 15. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

§ 1º O primeiro colocado e os licitantes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado serão convocados para assinar a ata de registro de preços.

§ 2º O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

§ 3º Colhidas as assinaturas, o Órgão Gerenciador providenciará a publicação da Ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão

de que trata o parágrafo anterior.

Art. 16. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I. convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 18. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo CIS-AMOSC, sem justificativa aceitável;

III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. tiver presentes razões de interesse público;

V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o CIS-AMOSC ou com os municípios consorciados, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI. for impedido de licitar e contratar com o CIS-AMOSC e municípios consorciados, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 19. Aplicam-se ao Sistema de Registro de Preços - SRP e às contratações dele decorrentes as penalidades previstas nas Leis Federais nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, conforme o caso.

§ 1º Os procedimentos para aplicação de penalidades de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

§ 2º Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no parágrafo anterior serão conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

Art. 20. O Sistema de Registro de Preços - SRP poderá ser realizado com a utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Art. 21. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação.

Chapecó SC, 17 de junho de 2014.

PEDRO BORSOI

Prefeito de Guatambu

Presidente do CIS-AMOSC

Edital N.º 02/2014

EDITAL N.º 02/2014

PEDRO BORSOI, Prefeito de Guatambu e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI do art. 17 do Estatuto Social:

CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados, para a Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, a realizar-se:

Data: 03 de julho de 2014 - quinta-feira
Local: Auditório da AMOSC, Chapecó - SC
Horário: 14 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Extraordinária terá como assuntos principais:

- I. Credenciamento de novos serviços;
- II. Análise proposta reajuste das consultas médicas;
- III. Pedido ingresso e de retirada de Município;
- IV. Encaminhamos da Ressonância Magnética;
- V. Licitação para compra conjunta de medicamentos;
- VI. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 26 de junho de 2014.

PEDRO BORSOI

Prefeito de Guatambu

Presidente do CIS-AMOSC

CITMAR

Extrato do Quarto Termo Aditivo de Contrato N.º 06/2011

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º 06/2011

Contratado: Armazena Bem Armazenagem de Documentos Ltda ME.

Objeto do Termo Aditivo: Da Vigência do Presente Contrato - Fica o presente contrato prorrogado pelo prazo de mais 12 (doze) meses, passando a vigorar de 01.06.2014 até 01.06.2015, podendo ser novamente ser prorrogado mediante a vontade das partes. Do Valor - Pela prorrogação da vigência do presente contrato, as partes concordam pelo reajuste do valor do contrato, passando o mesmo a ser no valor de R\$ 528,43 (quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), adotando-se como base o IGPM dos últimos 12 (doze) meses, que serão pagos mensalmente, devendo o valor ser pago mediante apresentação de nota fiscal em nome da CITMAR e declaração de prestação de serviços todo dia 05 de cada mês. Da Dotação Orçamentária - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária vigente. Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 05 de Junho de 2014.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR

CONSÓRCIO MAMPITUBA

Portaria 06/2014

PORTARIA N.º 6/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 28 do Contrato do Consórcio e Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados o Pregoeiro, e os componentes da Equipe de Apoio, para atuarem nas Licitações, na modalidade Pregão, cujos nomes e cargos seguem:

- a) Daniel Monteiro da Silveira - Pregoeiro;
- b) Maria Rosane Cardoso - Equipe de Apoio;
- c) Keiti Eugênio de Matos - Equipe de Apoio;
- d) Maria de Fátima Espíndola dos Santos - Equipe de Apoio;

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Sul, 26 de junho de 2014.

Pedro Juarez da Silva

Prefeito Municipal de Mampituba

Presidente do Consórcio

Dispensa 02/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/ 2014

O Consócio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba, torna público a realização da Dispensa de Licitação, nº 02/ 2014, conforme segue:

Objeto: obra de recuperação de infra-estrutura para instalação de uma Usina de Asfalto, incluindo materiais e mão de obra, conforme descrito no Anexo I (memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma de execução). Fundamento legal: Inciso I, C/C parágrafo primeiro do art. 24, da Lei nº 8.666/93. Empresa a ser contratada: LOPES E PEREIRA LTDA. Valor: R\$ 12.685,95 (doze mil seiscentos e oitenta e cinco reais noventa e cinco centavos).

São João do Sul, 02 de junho de 2014.
Presidente do Consórcio.

